



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO
DOUTORADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

LINDOMAR DE JESUS DE SOUSA SILVA

NATUREZA CAPITALISTA VERSUS NATUREZA ORGÂNICA: o advento da
ALCOA e a mobilização e organização das comunidades de Juruti no baixo-amazonas
paraense

Belém
2014

LINDOMAR DE JESUS DE SOUSA SILVA

NATUREZA CAPITALISTA VERSUS NATUREZA ORGÂNICA: o advento da ALCOA e a mobilização e organização das comunidades de Juruti no Baixo-Amazonas paraense

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Universidade Federal do Pará – UFPA.

Orientador: Professor Dr. Maurílio de Abreu Monteiro.

Belém
2014

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA/UFPA

Silva, Lindomar de Jesus de Sousa

Natureza capitalista versus natureza orgânica: o advento da ALCOA e a mobilização e organização das comunidades de Juruti no Baixo - Amazonas / Lindomar de Jesus de Sousa Silva; Orientador, Maurílio de Abreu Monteiro. – 2014.

279 f.: il. ; 29 cm
Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2014.

1. Juruti (PA). 2. Comunidade – Desenvolvimento - Juruti (PA). 3. Recursos naturais - Conservação. 4. ALCOA (Brasil). 5. Desenvolvimento sustentável. I Monteiro, Maurílio de Abreu, Orientador. II. Título.

CDD 22 ed. 307.72098115

LINDOMAR DE JESUS DE SOUSA SILVA

NATUREZA CAPITALISTA VERSUS NATUREZA ORGÂNICA: o advento da ALCOA e a mobilização e organização das comunidades de Juruti no baixo-amazonas paraense

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Universidade Federal do Pará – UFPA.

Aprovado em: ____ / ____ /2014

Banca examinadora:

Prof. Dr. Maurílio Monteiro
Orientador - NAEA/UFPA

Prof^a. Dr^a. Edna Castro
Examinador Interno - NAEA/UFPA

Prof. Dr. Arrmin Mathis
Examinador Interno - NAEA/UFPA

Prof^a. Dr^a. Maria Marize Duarte
Examinadora Externa - UEPA

Prof. Dr. Marcelo Bastos Seráfico de Assis Carvalho
Examinador Externo - UFAM

À minha mãe, Maria Adriana de Souza, ao meu pai, Leomar Silva (*in memoriam*), à Irmã Fátima Paiva e ao meu filho, Caio Fernandes Gonçalves Silva, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus libertador, São Jorge protetor e São Francisco cuidador;

À minha família, pelos encontros e desencontros;

À Angélica Moraes Gonçalves, mãe do meu filho, companheira e amiga;

Às Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que me despertaram para vida e para o compromisso social, em especial a do Jardim Sideral;

Aos professores e professoras do NAEA, em especial a Professor Dr. Maurílio de Abreu Monteiro, pela orientação;

Ao promotor Raimundo Moraes, pela autorização ao acesso ao Arquivo referente a Juruti;

À Irmã Inês, missionária do Preciosíssimo Sangue, pelo incentivo à formação comunitária durante sua passagem pela comunidade Jardim Sideral;

Aos amigos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) do Regional Norte II, por todos os bons momentos vivenciados na vida, na comunidade e na luta social, de modo especial Irmã Henriqueta, Carlos Guedes, Raimundo Valdomiro, Léa Costa, Edilene Andrade, Suely Miranda e tantos outros;

Aos amigos da Cáritas Brasileira, Emerson Zagalo, Andrea Borges, Tânia Miranda, Rose Monteiro, Joênia Nunes, Alison Castilho, Eraldo Paulinho, Patrício Eugenio Costa e tantos outros com quem partilhei sonhos e frustrações, Pe. Nelson Magalhães, Luís Dantas, José Selmo, Socorro Aguiar;

Aos amigos da EMBRAPA, Gilmar Maneghetti e Olenilson Pinheiro, novos parceiros na trilha do conhecimento em Manaus;

Ao grupo que editou a Revista *Terceira Margem Amazônia*, composto por Edane Acioli, Tânia Miranda, Rose Monteiro, Alison Castilho, Lilian Campelo, por tantas reflexões e partilha de sonhos;

Às redes Bragantina e Capim, de modo especial: Vicente Ghirardi, Nazaré Reis, Marcus Wesley, Paulo Vilhena, Ir. Dilamar;

Ao Mauro André, por tantos momentos de conversa e partilha de material sobre

À Congregação Franciscana de Maristella (CFM), por compartilhar o material sobre Juruti, em especial Irmã Fátima e Irmã Deca;

À Martina Siqueira e Francely Brandão, por contribuírem, com disponibilidade, na coleta de dados e na escuta da minha proposta de pesquisa, e por todo o carinho na acolhida durante minha passagem por Óbidos, Juruti e Santarém.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pela concessão de apoio financeiro à elaboração desta tese de doutorado (Processo nº 482585/2012-9).

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

RESUMO

A tese teve como objetivo apresentar a leitura e a análise dos processos que levaram conquistas inéditas às comunidades em Juruti, no baixo amazonas, região localizada no estado do Pará. Juruti foi palco de conflitos, negociações, acordos e conquistas frente ao grande empreendimento de extração mineral desenvolvido pela ALCOA. Essas conquistas são resultados de fatores externos e internos. O externo foi marcado por um conjunto favorável, relacionado ao governo de esquerda no âmbito federal, estadual e municipal; e por um arcabouço institucional jurídico que reconhece os direitos coletivos e territoriais, a emergência da questão ambiental e a presença da Igreja Católica, por meio do trabalho pastoral das Irmãs Franciscanas de Maristella, orientadas pela teologia da libertação e a pedagogia do oprimido. No âmbito interno, prevaleceu o caráter tradicional, a vivência comunitária e as práticas coletivas, como o *puxirum*, que possibilitaram a constituição de um território organizado e capaz de desencadear processos de mobilização e resistência com a mínima fragmentação e cooptação. O apoio de diferentes contribuições teóricas da sociologia, da antropologia entre outras facilitaram a nossa leitura do processo vivido no território de Juruti, assim como as abordagens do pós-desenvolvimento. A metodologia da pesquisa é de natureza exploratória, descritiva e explicativa, articulada com técnicas de campo como: a coleta de informações e entrevistas com pessoas-chave, documentos de empresa, comunidades, Igreja Católica e outros. Tal procedimento buscou compreender os discursos empreendidos pelos autores presentes em Juruti. Identificamos a estreita relação da Igreja com movimentos e grupos que encampam a luta na região de Juruti junto a ALCOA, por meio da Congregação das Irmãs Franciscana de Maristella, em virtude da sua história de inserção no local, e de sua opção em defesa da tradicionalidade das comunidades. Também percebemos um governo favorável, aberto ao diálogo, à existência de uma conjuntura política favorável; a preocupação da sociedade global com o meio ambiente; a existência de um arcabouço jurídico com o reconhecimento de direitos institucionalizados, como os direitos territoriais. Com tal abordagem, conclui-se que diante das múltiplas ações dos grandes projetos é preciso articular oportunidades e potencialidades de forma a buscar os caminhos de superação da invisibilidade atribuída às comunidades pelo Estado e grandes empreendimentos econômicos. Os aspectos organizativos em Juruti, assim como sua articulação, levaram à superação dos mecanismos de dominação, padronização e invisibilidade das comunidades tradicionais na Amazônia.

Palavras-chave: Juruti. Desenvolvimento sustentável. Comunidades. ALCOA. Comunidades tradicionais.

ABSTRACT

The thesis aims to show the reading and analysis of the processes that led to unprecedented achievements involving communities in Juruti, low Amazon region located in the state of Pará. Juruti was the scene of conflict, negotiations, agreements and achievements with the large enterprise mineral extraction developed by ALCOA. These achievements are the result of external and internal factors. External marked by a favorable set related to the leftist government in federal, state and municipal level, a legal institutional framework that recognizes the collective and territorial rights, emergence of environmental issues and the presence of the Catholic Church, through the pastoral work of the Franciscan Sisters Maristella, guided by liberation theology and pedagogy of the oppressed. Internally prevailed traditional character, community life and collective practices as puxirum, enabled the establishment of an organized and capable of triggering processes of mobilization and resistance with minimal fragmentation and cooptation territory. With support from various theoretical contributions of sociology, anthropology and others who facilitated our reading of the living process in the territory of Juruti, as well as the approaches of post - development. The methodology of the research is exploratory, descriptive and explanatory nature combined with field techniques such as collecting information and interviews with key personnel, company documents, communities, the Catholic Church and others. This procedure aimed to understand the speeches made by the present authors in Juruti. We identified the close relationship of the Church with movements and groups that have embraced the fight in the Juruti region along ALCOA, through the Congregation of the Franciscan Sisters of Maristella, by virtue of its history insertion site, and your choice in defense of traditionalism communities. Also realize an open government favorable to dialogue, there is a favorable political situation; the concern of global society with the environment; the existence of a legal framework to the recognition of institutionalized rights; such as territorial rights. This approach led to the conclusion that given the multiple actions of large projects is necessary to articulate opportunities and potentials in order to seek the ways of overcoming the invisibility given to communities by the state and big business enterprises. Organizational aspects in Juruti well as its articulation led to overcoming the mechanisms of domination, invisibility and standardization of traditional communities in the Amazon.

Keywords: Juruti. Sustainable development. Communities. ALCOA. Traditional communities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1-	Localização do Município de Juruti.....	125
Mapa 2 -	Municípios e recursos explorados no Estado do Pará.....	134
Fotografia 1-	Impacto da mineração no Igarapé Fifi.....	167
Fotografia 2 -	Impacto da mineração no Igarapé Fifi.....	168
Figura 1-	Lançamento do Filme Juruti Velho.....	180
Figura 2-	Tribos dos Mudurucu.....	182
Fotografia 3-	Comunidade Maravilha.....	190
Figura 3 -	Logomarca da ACORJUVE.....	204
Fotografia 4-	Assembléia da ACORJUVE Juruti Velho.....	214
Fotografia 5-	Presidente da ACORJUVE expõe a bandeira da Via Campesina durante a chegada para manifestação do movimento Juruti em Ação	224

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Admissão em empregos formais em Juruti/ PA.....	109
Gráfico 2 -	Emprego direto gerado pela ALCOA em Juruti/PA.....	110
Gráfico 3 -	Emprego indireto gerado pela ALCOA em Juruti/PA.....	110
Gráfico 4 -	Análise do histórico de desmatamento dentro do PAE-JV.....	111
Gráfico 5 -	Evolução das principais lavouras temporárias do município de Juruti (2000-2009).....	127
Gráfico 6 -	Quantidade produzida de mandioca no município de Juruti (1997-2012).....	128
Gráfico 7 -	Evolução do IDH do Município de Juruti.....	128
Gráfico 8 -	Evolução do IDH de renda, longevidade e educação.....	129
Gráfico 9 -	Fluxo escolar por faixa etária–Juruti- PA, 2010.....	131
Gráfico 10 -	Frequência escolar de 18 a 24 anos – Juruti – PA, 2010.....	132
Gráfico 11 -	Arrecadadores de FPM e CFEM no Município de Juruti/PA.....	135
Gráfico 12 -	Identificação dos moradores com as atividades produtivas do PAE Juruti – Velho.....	137
Gráfico 13 -	Dias destinados à pesca no PAE Juruti Velho.....	141
Gráfico 14 -	Situação da pesca em Juruti com a chegada da ALCOA – Juruti Velho	142
Gráfico 15 -	Dias destinados à caça dos Moradores do PAE de Juruti Velho.....	143
Gráfico 16 -	Situação da Caça em Juruti com a chegada da ALCOA.....	144
Gráfico 17 -	Percentuais por atividade segundo a opinião dos comunitários à contribuição para a união no PAE de Juruti/PA.....	151
Gráfico 18 -	Grau de confiança nas instituições de Juruti/PA.....	152
Gráfico 19 -	Evolução do Bolsa Família no município de Juruti na primeira década de 2000.....	158
Gráfico 20 -	Evolução do PIB – Municipal de Juruti na década de 2000.....	159
Gráfico 21 -	Evolução do Programa Luz para Todos em Juruti/PA.....	177
Gráfico 22 -	Evolução da organização da comunidade em Juruti (1818 a 2010).....	185
Gráfico 23 -	Importância da Igreja Católica no processo de Mobilização das Comunidades.....	192
Gráfico 24 -	Divisão dos recursos oriundo da Mineração em Juruti.....	203
Gráfico 25 -	Organizações existentes nas comunidades (%).....	212

Gráfico 26 -	Motivação para a criação de associações comunitárias (%).....	213
Gráfico 27-	Organizações com sede própria.....	214
Gráfico 28 -	Forma de aquisição da sede.....	215
Gráfico 29 -	Tomadas de decisão importante para organização.....	215
Gráfico 30 -	Principais fontes de informações comunitárias.....	216
Gráfico 31 -	Atualização das informações.....	217
Gráfico 32 -	Vantagens de Juruti Velho.....	217
Gráfico 33 -	Equipamentos coletivos (Barco) nas comunidades de Juruti Velho.....	219
Gráfico 34 -	Organização que realizam atividades coletivas.....	222
Gráfico 35 -	Cooperação entre as organizações locais.....	223
Gráfico 36 -	Frequência da cooperação das organizações em Juruti.....	223
Gráfico 37 -	Percepção da cooperação em Juruti.....	224
Gráfico 38-	Setores de maior cooperação entre as organizações em Juruti.....	224
Gráfico 39 -	Rivalidade entre as Organizações de Juruti.....	225
Gráfico 40 -	Articulações das entidades locais com entidades e organizações fora do território de Juruti.....	226
Gráfico 41 -	Municípios onde há articulação das organizações de Juruti.....	227

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	População total, por gênero, urbana/rural, e taxa de urbanização.....	126
Quadro 2 -	Índice de desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes, Juruti/PA.....	130
Quadro 3 -	Renda, pobreza e desigualdade - Juruti/PA.....	132
Quadro 4 -	Porcentagem da renda apropriada por estratos da população - Juruti/PA....	133
Quadro 5 -	Principal ocorrência de espécies madeiras em Juruti/PA.....	140
Quadro 6 -	Principais peixes relacionados pelos moradores de Juruti Juruti/PA.....	141
Quadro 7 -	23 Espécies de caças relacionadas pelos moradores de Juruti /PA.....	143
Quadro 8 -	Principais produtos encontrados na roça dos moradores de Juruti Juruti/PA.....	145
Quadro 9 -	Calendário da produção extrativa das comunidades de Juruti/PA.....	146
Quadro 10	Preços dos produtos comercializados nas comunidades de Juruti/PA.....	146
Quadro 11-	Informações agropecuárias dos empreendimentos de Juruti Velho.....	147
Quadro 12 -	Tamanho da área cultivada pelas comunidades de Juruti Velho.....	147
Quadro 13 -	Principais ocorrências de plantas utilizadas como remédios.....	149
Quadro 14 -	Principais ocorrências de plantas utilizadas em banhos.....	149
Quadro 15 -	Erveiros, parteiros e benzedeiros.....	150
Quadro 16 -	Linha do tempo – PA e PAE nos municípios de Juruti Juruti/PA.....	176
Quadro 17 -	Linha do tempo – Projetos estaduais agroextrativistas municípios de Juruti/PA.....	177
Quadro 18 -	Das Organizações e frequências de citações entre as lideranças nas entrevistas.....	228

LISTA DE SIGLAS

ACEJ	Associação Comercial de Juruti
ACIA	Associação Camponesa Integral do Atrato
ACOCLEC	Associação Comunitária da Gleba do Curumucuri
ACORJUVE	Associação das Comunidades da região de Juruti Velho
ACRPM	Associação Comunitária da Região do Planalto Mamuru
ALCAN	Aluminium Limited of Canadá
ALCOA	Aluminum Company of America
ALCOA	Aluminum Company of America
AMTJ	Associação das Mulheres Trabalhadoras de Juruti
APRAPANE	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento de Nova Esperança
APRAS	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Socó I.
APRIM	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Rio Mamuru.
BASA	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDS	Banco Nacional do Desenvolvimento
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CDRU	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CESUPA	Centro Universitário do Estado do Pará
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNEC	Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONJUS	Conselho Juruti Sustentável
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRU	Community Research Unit
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisa Econômica
FNO	Fundo Constitucional do Norte
FUNBIO	Fundo Brasileiro para Biodiversidade
GEF	Global Environmental Facility
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de

	Serviços
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios AS
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LDC	Less Developed Country
LP	Licença Prévia
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MME	Ministério de Minas e Energia
MNA	Mineração Novo Astro
MPE	Ministério Público Estadual
MRN	Mineração Rio do Norte
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAEA	Núcleo de Altos Estudos da Amazônia
OFM	Ordem de Franciscana de Maristella
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONIC	Organização Nacional Indígena da Colômbia
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POLOMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia.
PRODES	Projeto de Estimativa do Desflorestamento da Amazônia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PSDB	Partido Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RBS	Redstone Mineração do Brasil Ltda.
SECTAM	Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.
SEMA	Secretária de Estado de Meio Ambiente
SEPOF	Secretaria do Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	O PÓS-DESENVOLVIMENTO.....	45
2.1	Discursos e construções conceituais sobre o (pós) desenvolvimnto.....	45
2.1.1	O discurso de dominação e a construção da hegemonia.....	50
2.1.2	Ciência e tecnologia no pensamento Ocidental	51
2.1.3	Crítica ao pensamento Ocidental.....	56
2.1.4	A projeção e construção da hegemonia Ocidental.....	65
2.1.5	O discurso adjetivado do desenvolvimento.....	68
3	EPISTEMOLOGIA: CONHECIMENTO E MOVIMENTO SOCIAIS.....	72
3.1	Atores, objetivos e impactos diferenciados na floresta tropical na costa do Pacífico Colombiano.....	82
3.2	O regime da natureza capitalista: A Produção e Modernidade.....	84
3.3	Natureza orgânica: cultura e conhecimentos locais.....	87
3.4	O regime de tecnonatureza e tecnociência.....	93
3.5	Movimentos sociais e biodiversidade no Pacífico Colombiano.....	97
4	EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS: regimes, padrões e lógicas presentes na Amazônia.....	105
4.1	Considerações históricas sobre a mineração na Amazonia.....	105
4.1.1	Mineração no Baixo-Amazonas.....	106
4.1.2	Origem e estratégia da ALCOA no decorrer da história.....	112
4.1.3	A Política de excelência na produção de alumínio.....	115
4.1.4	Contexto atual de Juruti: analisando índices, indicadores e números.....	124
4.1.5	Compreender o regime da natureza orgânica em Juruti Velho.....	136
4.1.6	O Extrativismo.....	138
4.1.7	A Pesca.....	140
4.1.8	A Caça.....	142
4.1.9	O Roçado.....	145
4.1.10	Conhecimento da medicina nas comunidades de Juruti.....	148
4.1.11	Relação de confiança em Juruti Velho.....	150
4.1.12	Impactos da mineração nas comunidades de Juruti.....	157
5	JURUTI: UM ENCONTRO DE OPORTUNIDADES E POTENCIALIDADE.....	160
5.1	O Arcabouço institucional favorável às comunidades de Juruti Velho.....	160
5.1.1	Um Contexto de preocupação social com questão ambiental.....	164
5.1.2	O Contexto político favorável.....	171
5.1.3	A Contribuição da Igreja Católica para formação da resistência em Juruti.....	181
5.1.4	A Formação de um ator coletivo: Associação das Comunidades de Juruti	194

	Velho (ACORJUVE).....	
5.1.5	Conquista das comunidades de Juruti-Velho.....	197
5.1.6	Titulação coletiva do PAE Juruti Velho.....	204
6	AS BASES DA RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE DE JURUTI.....	209
6.1	Organização e mobilização em Juruti Velho: aspectos da ação coletiva.....	209
6.1.1	A comunidade.....	210
6.1.2	O <i>Puxirum</i> : a base da ação coletiva no território.....	218
6.1.3	Dinâmica das organizações em Juruti-Velho.....	222
6.2	A Especificidade e o preço da conquista das comunidades de Juruti Velho.	231
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	251
	REFERÊNCIAS.....	255

1 INTRODUÇÃO

O discurso fundador do colonizador acerca da região Amazônica produziu um paradigma vigente até os dias atuais. Na imagem construída no passado, presente na memória coletiva, a região aparece como um lugar atrasado, desconhecido, com um vazio demográfico e que deve ser povoada e civilizada.

O habitante dessa região aparece em relatos de viagens e na literatura, mesmo de escritores amazônicos, entre eles, Inglês de Sousa (SOUSA, 2004), como uma pobre criatura vítima da solidão. Segundo Gondim (2007, p. 287), os textos de ficção produzidos até 1940 retratam os caboclos e os índios como “preguiçosos, indolentes e tidos como crianças grandes e ingênuas, ou intrusos, desajustadores da harmonia natural”. É essa imagem de Amazônia que vai balizar a formulação de políticas e ação do Estado para região. No IPDA (1972-1974), o espaço amazônico é assim contextualizado: “a efetiva integração da Amazônia ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro será obtida através da ocupação efetiva e racional dos espaços vazios e *pari pasu*, uma reformulação progressiva dos setores produtivos (SUDAM, 1972,1974). Essa concepção será responsável em construir processos socioeconômicos com profundos danos à população e ao meio ambiente amazônico.

A concepção de desenvolvimento presente na ação do Estado brasileiro está profundamente enraizada nos modelos dos países industrializados capitalistas ocidentais. Nessa lógica, o progresso é entendido como uma crescente e ininterrupta melhora do bem-estar material. Para os formuladores brasileiros, a única forma de atingir o desenvolvimento e os padrões capitalista e moderno, equivalente a países como os Estados Unidos, seria por meio da industrialização. Esse desenvolvimento está relacionado à evolução do sistema de produção, à acumulação e ao progresso técnico, visando o aumento da produtividade, da força de trabalho (COSTA, 2006, p. 6); está relacionado, também, ao grau de satisfação das necessidades humanas (FURTADO, 1980, p. 16).

O desenvolvimento, portanto, como conhecemos em discursos e práticas de instituições públicas ou privadas, e como parâmetro de análises presentes em diferentes abordagens na Amazônia, está diretamente influenciado pela lógica capitalista ocidental. Sua influência está diretamente relacionada às interpretações das trajetórias e projetos traçados para o país, e em especial para região amazônica. Dessa interpretação, surgem formulações e ações que, constantemente, desconsideram e discriminam os povos e comunidades autóctones da região. Assim, este parâmetro estimulou a produção de teorias, diagnósticos e políticas

públicas alicerçadas por um modelo de progresso material e de modernização tecnológica, com grandes impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais na sociedade amazônica.

Esse desenvolvimento, moldado a partir dos países capitalistas, ocidentais e industrializados, serve de base para a produção teórica de diferentes escolas de conhecimento. Entre elas, o conhecimento diretamente relacionado à evolução do sistema de produção, a acumulação e o progresso técnico visam o aumento da produtividade da força de trabalho (COSTA, 2006, p. 6); e outra relacionada ao grau de satisfação das necessidades humanas (FURTADO, 1980, p. 16).

O desenvolvimento como modelo tem sido relacionado à eficácia e a padrões pré-concebidos que devem ser buscado por países e regiões periféricas. Esse padrão seria capaz de garantir um sistema social de produção voltado a satisfazer as necessidades fundamentais da população e os interesses das classes dominantes.

No Brasil, e principalmente na Amazônia, a busca do almejado desenvolvimento ou de alcançar os padrões dos países industrializados está diretamente relacionado à exploração dos recursos naturais. Como parte de uma estratégia nacional, a partir de 1950, a Amazônia passou a fazer parte, definitivamente, das estratégias de desenvolvimento, principalmente com a exploração dos seus recursos naturais. As consequências dessa isenção são a poluição, o desmatamento e a supressão da biodiversidade e do habitat, além do processo de urbanização acelerado que acarretam impactos principalmente nas comunidades autóctones.

A estratégia de desenvolvimento centrada na industrialização é considerada por teóricos, políticos, como a mais eficaz para ser chegar ao progresso e à modernidade, como é o caso dos Estados Unidos. Essa perspectiva significou um aumento da demanda e apropriação demasiada por recursos naturais que, em muitos países industrializados, já estão em esgotamento.

O desenvolvimento como eixo principal das reflexões teóricas gerou um conjunto de correntes e debates que buscaram apresentar diagnósticos e propostas de superação da situação de subdesenvolvidos em que se encontravam os países latino-americanos. Entre as teorias voltadas para a temática, encontra-se a do desenvolvimento tradicional, que advogava para o desenvolvimento dos países que precisam seguir suas “vocações naturais”, já que esses atributos possibilitariam vantagens comparativas favoráveis no comércio internacional. Essa condição iria, portanto, possibilitar o desenvolvimento econômico da América Latina.

Esse receituário alicerçado na “lei das vantagens comparativas” com as crises do comércio internacional apresentou suas restrições e sua perversidade com os países periféricos, evidente no crescimento dos desequilíbrios de suas economias altamente

dependentes da exportação de matéria prima. Com as crises, a teoria tradicional das vantagens comparativas passou a ser questionada, fazendo com que novas interpretações do capitalismo na periferia emergissem.

Nesse contexto, marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial, soma-se a perspectiva da *modernidade* aos movimentos de independência das colônias. No âmbito dessa efervescência, surge a teoria do desenvolvimento latino-americano, que tem no trabalho de Rostow (1961) sua primeira expressão. O autor concebeu que numa escala evolutiva, qualquer economia deveria buscar agregar as condições básicas que lhe permitissem superar a situação de sociedade tradicional e chegar à sociedade de consumo em massa. Na abordagem de Rostow (1961, p. 20), “existem cinco etapas a serem ultrapassadas pelos países tradicionais: 1. Sociedade Tradicional; 2. As condições para o arranco; 3. O arranco; 4. A marcha para a maturidade; 5. A era do consumo em massa”. Contudo, com o surgimento da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), a América Latina passa a ter uma indicação de rumos a serem seguidos para se atingir o desenvolvimento, sendo que para os cepalinos o mesmo seria alcançado somente com a industrialização.

O pensamento cepalino surge em um contexto histórico marcado por uma crise mundial: o colapso do sistema financeiro e a destruição da capacidade produtiva europeia durante a segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, a formulação cepalina constituiu uma teoria econômica que poderia explicar as diferentes estruturas e dinâmicas dos países latino-americanos. Bielschowsky (2000, p. 24) diz que a abordagem cepalina tem um papel na América Latina, que é ser uma “versão regional da nova disciplina que se instalava com vigor no mundo acadêmico anglo-saxão na esteira ‘ideológica’ da hegemonia heterodoxa keynesiana, ou seja, a versão regional da teoria do desenvolvimento”.

Há no contexto da formulação cepalina uma preocupação intensa com a intrínseca instabilidade das economias do mercado e uma grande busca de uma racionalidade capaz de neutralizar os impactos das oscilações inerentes das leis do mercado. Nesse ambiente, o planejamento aparece como uma alternativa para o ordenamento da economia mundial, tão desorganizada nas décadas anteriores.

A CEPAL tem como um dos principais expoentes Raúl Prebisch (1950); segundo o autor, o subdesenvolvimento dos países da América Latina é consequência de uma relação desigual entre os países do chamado centro, industrializados, com produção diversificada e alta tecnologia, e a periferia fortemente especializada em matéria-prima. Para a CEPAL, os países periféricos estão em desvantagens em relação ao centro, devido à deterioração dos termos de troca, ou seja, ao fato dos preços dos produtos produzidos em países periféricos

estarem sempre em desvantagens aos produtos do centro, já que o mesmo possui menor incorporação de tecnologia. Sendo assim, os termos de troca para a periferia é a questão central na desigualdade entre países com diferentes processos de desenvolvimento.

Para a CEPAL, portanto, a estratégia para superar o subdesenvolvimento era a Industrialização, com forte participação do Estado como instituição capaz de nortear e equacionar os limites à industrialização e assim impulsionar o desenvolvimento. Essas estratégias produziram um processo de “desenvolvimentismo brasileiro original”¹, que para Bielschowsky (2011, p. 16):

Foi aquele em que a industrialização integral deu as condições necessárias para a superação da pobreza, impossível de ser alcançada por meio do mercado. O Estado planejou o processo, e esse planejamento definiu a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos dessa promoção. O Estado, nesse caso, coordenou a execução de políticas econômicas, captou os recursos, fez investimentos diretos como agente produtivo naqueles setores em que a iniciativa privada se recusava a entrar, por não representar atratividade.

Para Prebisch (2000, p. 71), a industrialização era a única forma de superar um esquema antigo de divisão, que adquiriu força no século XIX e “continuou prevalecendo, em termos doutrinários, até data muito recente”, em que “cabia à América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais”.

Na perspectiva do estruturalismo da CEPAL, o Estado teria um papel fundamental, devidos à instabilidade, o precário capital nacional e o incerto capital internacional. O Estado seria o agente central na promoção do processo de industrialização latino-americana.

A abordagem da CEPAL, com ênfase no desenvolvimento com substituição de importação, com ampla participação foi visto por Cardoso e Faletto (2004, p. 27) como uma visão reducionista, já que “a noção centro e periferia destaca as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência”. Outra crítica empreendida por Cardoso (1981) está relacionada ao fato de que os estruturalistas cepalinos não diferenciam peculiaridade presente na economia de cada país latino-americano. Sendo assim, Cardoso e

¹ Nesse período, Bielschowsky (2011, p. 15) apresenta cinco correntes de pensamento relacionadas diretamente com o desenvolvimentismo brasileiro. São elas: a direita, o neoliberal, de Eugênio Gudin, ministro da Fazenda entre setembro de 1954 e abril de 1955, durante o governo de Café Filho; a esquerda, pela corrente socialista, do historiador, geógrafo e escritor marxista Caio Prado Júnior.

Faletto (2004, p. 21-22), na proposta de desenvolvimento dependentista “buscam uma perspectiva que permita vincular concretamente os componentes econômicos e os sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais e não só justapô-los”. Para o autor, isso “supõe que a análise ultrapasse a abordagem que se pode chamar de estruturalista, reintegrando-a em uma interpretação feita em termos de processo histórico”.

Traspadini e Stédile (2005) apontam que a “CEPAL Clássica” possuía uma imbricada relação com a manutenção das estruturas de poder já existentes e, assim, não estavam preocupados em resolver os problemas resultantes do desenvolvimento capitalista — como um processo que tem sua dinâmica baseada na exploração do trabalho, na apropriação privada da riqueza e da renda, a partir da concentração e centralização do capital. Na essência, os cepalinos pretendiam colocar os países latino-americanos nos “rumos certos” desse desenvolvimento. Por isso, apesar de ser considerada inovadora e de propor uma alternativa ao pensamento ortodoxo dominante, a CEPAL não questionava a ordem social capitalista.

Em meados da década de 1960, a Teoria do Desenvolvimento perdeu força e credibilidade, devido ao fato da industrialização não atingir os resultados preconizados e aos dados que se mostravam cada vez menos parecidos com os dois países centrais, comprovando, assim, a inviabilidade do modelo em superar a condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos.

Esse contexto afeta o pensamento formulado pela CEPAL, que passa a ser vista como incapaz de resolver os problemas periféricos, além disso, a situação fica cada vez mais adversa com a perda do dinamismo da economia internacional e com o surgimento dos regimes militares por todo o continente. O ápice desse período de crise seria a década de 1980, quando o Estado Keynesiano sofre abalos e questionamentos. Nesse contexto, surge uma nova vertente de pensamento alicerçada no estruturalismo e que tem como ponto de partida a deterioração dos termos de troca, que passa a apresentar uma análise distinta e outra interpretação sobre o processo de formação de economias subdesenvolvidas e periféricas na América Latina. Essas reflexões teóricas passaram a protagonizar os debates intelectuais e acadêmicos latino-americanos, tem com base as formulações da CEPAL. No âmbito dessa reflexão, surge a Teoria da Dependência, com duas vertentes: weberiana e marxista.

Os anos de 1960 marcam o início da Teoria da Dependência, como uma busca de explicar o desenvolvimento socioeconômico da região da fase industrial iniciada nas décadas de 1930 e 1940. Essa formulação teórica tinha como objetivo tentar entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia enquanto um sistema que criava e ampliava

diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que alguns países eram condicionados pelo desenvolvimento e expansão de outros.

Uma nova configuração, decorrente do processo de industrialização iniciada na década de 1930, no decorrer de sua evolução, sofreu influência direta do contexto, marcado por guerras, crises globais e protecionismo. Na década de 1960, os Estados Unidos tinham na hegemonia norte-americana o motor de integração da economia mundial. O capital, concentrado então nos Estados Unidos, expandiu para o resto do mundo, atrás de oportunidades de investimentos que se concentraram no setor industrial.

Nesse período, a economia americana generalizou o fordismo como regime de produção e circulação. Neste contexto, o aproveitamento das oportunidades visava à imposição de um novo ciclo expansivo da economia mundial, com a imposição das características econômicas dos Estados Unidos em âmbito planetário. Essa tarefa foi assumida pelo capital internacional, favorecido pela economia, pelos Estados norte-americanos, e por um sistema de instituições internacionais estabelecido em *Bretton Woods*².

A teoria da dependência enquanto um corpo teórico, que ao estabelecer uma forte crítica às bases do desenvolvimentismo e dentro do processo de integração da economia mundial, volta-se a “compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado em um período em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas” (SANTOS, 2000, p. 26). Na perspectiva da Teoria da Dependência, o subdesenvolvimento e desenvolvimento são, na realidade, estruturalmente vinculados, distintos e contrapostos, ou seja, não são uma etapa ou uma

² Em 1944, os representantes da Aliança das Nações Unidas, formado pelos os países em guerra contra o eixo fascista, incluídos o Brasil, realizaram em Bretton Woods, no nordeste dos Estados Unidos, um encontro com objetivo de estabelecer e criar regras e instituições formais de ordenação de um sistema monetário internacional capaz de superar as enormes limitações que os sistemas então conhecidos, o padrão-ouro e o sistema de desvalorizações cambiais competitivas, havia imposto não apenas ao comércio internacional, mas também à própria operação das economias domésticas. Essas regras tinham em comum que os países membros abrissem mão de pelo menos parte da sua soberania nas tomadas de decisões sobre políticas domésticas, que passavam a ser subordinadas aos objetivos de conquista da estabilidade macroeconômica.

situação pré-industrial. Seria, então, o subdesenvolvimento, para os formuladores da teoria, um produto do desenvolvimento capitalista mundial e, por isso, uma forma específica de capitalismo.

Para Amaral (2006, p. 8), a Teoria da Dependência tem quatro pontos específicos: a visão de subdesenvolvimento está ligada de maneira muito próxima com a expansão dos países industrializados; a ideia de desenvolvimento e subdesenvolvimento como aspectos distintos do mesmo processo universal; o subdesenvolvimento não pode ser considerado como um ponto de partida de um processo “evolucionista”; e o fato de a dependência contemplar não somente fenômenos externos, mas também diferentes aspectos da estrutura interna, como as relações sociais, políticas e ideológicas. Os pontos apresentados pelo autor reforçam a ideia de que a produção capitalista é desigual e excludente e nessa lógica a mesma produz desenvolvimento e subdesenvolvimento em distintos territórios.

Uma marca da teoria da dependência são os enfoques diferentes sobre o desenvolvimento. Há uma vertente marxista, que entre os principais nomes estão Ruy Mauro Marini (2000), Andre Gunder Frank (1970), Theotônio dos Santos (2000) e Vânia Bambiro (1979) entres outros; e uma vertente weberiana, schumpeteriana e capitalista, que tem entre seus expoentes, intelectuais como Fernando Henrique Cardoso (2004), José Serra (1982) e Enzo Faletto (1998). Essas duas vertentes se organizavam a partir de duas grandes questões: a do debate sobre as motivações do atraso latino-americano (ele seria resultado das condicionantes internas ou externas?) e a discussão sobre qual o melhor meio para atingir o desenvolvimento (FALETTTO, 1998, p. 110).

A vertente marxista compartilha o conceito de dependência com os weberianos como instrumento para compreensão do processo histórico latino-americano, porém essas duas leituras apresentam noções divergentes. Para os marxistas, a dependência deve ser entendida como:

relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2000, p. 109).

Tal concepção é compartilhada tanto por Theotônio dos Santos quanto por Vânia Bambirra, que trazem para a análise dois pontos fundamentais: a identificação entre *dependência e subordinação* e sua necessária conexão com a *superexploração da força de trabalho* como condição de manutenção da relação entre dependência e imperialismo.

Os expoentes da vertente weberiana, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, defendem que a construção do conceito de dependência deva dar-se sob uma denominada base “causal-significante”, na qual o elo explicativo fundamental das conexões entre os planos nacional e internacional aparece na forma específica de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações dependentes. Na busca pela superação das caracterizações centradas nas antinomias “desenvolvimento-subdesenvolvimento” e “centro-periferia”, os atores introduzem um terceiro par conceitual: o de “dependência-autonomia”, em que “a conexão entre os componentes estruturais internos e externos” se articulam de forma a organizar a dinâmica da sociedade subdesenvolvida (CARDOSO; FALETTO, 2004, p. 23).

A abordagem de Cardoso e Faletto apresenta a possibilidade de uma relação de interdependência entre os países latino-americanos “capitalisticamente mais avançados” e o mercado internacional, no qual haveria lugar para um “desenvolvimento-capitalista-associado” das economias latino-americanas (CARDOSO; FALETTO, 2004, p. 164; 196). A interdependência, introduzida como possibilidade de “dinamizar as nações industrializadas e dependentes da América Latina” (CARDOSO; FALETTO, 2004, p. 186), somada à assertiva dos autores sobre a *solidarização* dos investimentos industriais estrangeiros com a expansão econômica do mercado interno nesses países, demonstram, em certa medida, uma “diluição” do fenômeno do imperialismo na dinâmica dos países latino-americanos, o que os distancia dos demais representantes da “Teoria” da Dependência.

Para Marini (2000), Bamberger (1979) e Santos (2000), a estratégia de industrialização propugnada pela CEPAL não conduziria ao rompimento da dependência latino-americana, mas sim ao seu recrudescimento. Essa vertente compreende que a dependência dos países periféricos constituiria um elemento intrínseco ao sistema capitalista, e, mais que isso, necessário ao seu desenvolvimento e a sua reprodução. Portanto, sua superação só poderia estar associada à superação da própria lógica de acumulação e do modo de produção capitalista.

Esse debate relacionado ao desenvolvimento como processo capaz de elevar a outro patamar a sociedade brasileira, com a superação da pobreza e do subdesenvolvimento via industrialização, bem com as decorrentes análises em relação aos Estados, grupos sociais e outros temas correlatos entre diferentes matrizes de reflexão teóricas durou até a década de 1980. A partir dos anos 1980, segundo Bielschowsky (2011, p. 15), esse debate passou a uma posição contrária, com “a primazia do mercado, e se transformou em corrente hegemônica de pensamento, com estratégias e políticas voltadas para a globalização. Este, entretanto, não consegue ser desenvolvimentismo”.

Segundo Bielschowsky (2011, p. 21), nos anos 1980, o “pensamento desenvolvimentista não desapareceu”. O mesmo ficou preservado nas universidades, nas instituições como o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), a Caixa Econômica Federal (CEF), o Banco do Brasil (BB), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Esplanada dos Ministérios. Para o autor, a democracia brasileira não abdicou disso, pois.

Desenvolvimentistas e liberais conviveram nesses órgãos. No passado, quando o pensamento desenvolvimentista era hegemônico, havia uma estratégia para a montagem de um parque industrial moderno, acompanhado de um processo de urbanização correspondente. (BIELSCHOWSKY, 2011, p. 21).

Essa busca por um determinado padrão fez com que, na América Latina, em sequência, se estabelecesse, segundo Fajnzylber (1990), quatro características: 1) a participação no mercado internacional, enraizada no superávit comercial a partir dos recursos naturais e no déficit no setor manufatureiro; 2) uma estrutura comercial voltada para o mercado interno; 3) o padrão de consumo “imitativo”, que reproduzia na região o padrão de consumo dos países avançados; 4) pouca valorização social da função empresarial e liderança precária no empresariado nacional, relegando ao mesmo as atividades de menor dinamismo e complexidade tecnológica e a produção de serviços.

O desenvolvimento, como horizonte para o pensamento, e a ação das instituições brasileiras seguiam um padrão a ser alcançado, que tinha como referência os países desenvolvidos do Ocidente. Essa busca por um determinado padrão estabeleceu, na América Latina, em sequência:

1) A industrialização, enquanto motor modernizador e do desenvolvimento, que ocorreu com a participação do mercado internacional enraizado no superávit comercial gerado nos recursos naturais e no déficit no setor manufatureiro, o que acabava por deteriorar os termos de intercâmbio, principalmente pelo fato do déficit manufatureiro concentrar-se nos bens de maior dinamismo e conteúdo tecnológico;

2) A concepção de uma estrutura comercial voltada para o mercado interno, o que resultava no fato das exportações industriais representarem uma baixa percentagem da produção industrial;

3) O padrão de consumo “imitativo”, que reproduzia na região o padrão de consumo dos países avançados — já que o estilo de vida dos países avançados era, e ainda é, considerado como um padrão ideal coletivo — mesmo diante do fato da renda *per capita* dos países centrais equivaler a algo em torno de sete vezes a renda *per capita* da América Latina;

4) A pouca valorização social da função empresarial e liderança precária no empresariado nacional, que o acaba colocando atrás das empresas públicas e das transnacionais no conjunto das maiores empresas do país, relegando a elas as atividades de menor dinamismo, complexidade tecnológica e a produção de serviço (FAJNZYLBBER, 1990, p. 64).

Portanto, o desenvolvimento como busca de um determinado padrão, desde a década de 1930 até os dias atuais, orienta a formulação de políticas e decisões estratégicas do Estado, como as abordagens teóricas em instituições de ensino, pesquisa e extensão, sendo que a visão de desenvolvimento busca a consolidação de um padrão exógeno, no qual “o controle do progresso tecnológico e a possibilidade de impor padrões de consumo, da parte de certas economias, passa a condicionar a estruturação do aparelho produtivo de outras, as quais se tornam *dependentes*” (FURTADO, 2000, p. 183). Furtado continua sua análise dizendo que:

Essa estruturação se processa de forma a permitir que uma minoria dentro do subsistema dependente esteja em condições de reproduzir os padrões de vida de prestígio criados nos subsistemas dominantes. Assim, na economia dependente existirá, sob a forma de um “enclave” social, um grupo culturalmente integrado nos subsistemas dominantes. O dualismo tem, portanto, desde o início uma dimensão cultural, a qual se traduz, em termos econômicos, numa descontinuidade na “superfície” da procura. É a industrialização “substitutiva de importações”, conforme vimos que transfere essa descontinuidade para a estrutura do aparelho produtivo (FURTADO, 2000, p. 183).

Para Bamberra (1979, p. 17):

[...] lo económico, en cuanto es tomado sólo como marco estructural en sentido tan general, no permite revelar, en toda su complejidad, la gama intrincada de la acción de los diversos grupos y clases sociales que actúan en función de intereses económicos objetivos, cuya imposición exige la lucha por la hegemonía política.

A perspectiva de desenvolvimento buscada pelas instituições, governos e lideranças, segundo Fernandes (1981), surge em uma era do capitalismo dependente na América Latina, marcado pelas influências externas que atingiram todas as

esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural (FERNANDES, 1981, p. 16).

Essa busca pelo desenvolvimento fez com que as matrizes de análises fossem pautadas em teorias que buscassem explicar os motivos que dificultavam o enraizamento do desenvolvimento, principalmente, porque a Amazônia se configura como uma região que possui uma grande potencialidade em recursos naturais, o que poderia servir para muitos intelectuais a possibilidade de se atingir o desenvolvimento.

Furtado (1980) diz que existe consciência/reflexão sobre o atraso e a dependência, criados e aprofundados com as relações internacionais e doutrinas liberais estrangeiras que pregam conceitos para sua crítica em relação ao desenvolvimento, ou mesmo sua ausência: progresso e modernização. O progresso é entendido, aqui, como a assimilação das novas formas de vida, e a modernização dos padrões de consumo é marcada pela imitação de modelos materiais. O autor critica a perspectiva de modernização que visa à adoção de padrões de consumo sofisticados sob a forma de produtos finais, sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos internos, que têm como consequência um ciclo que leva as relações internas de produção a se concentrarem nas formas que permitem maximizar o fluxo de manutenção desse padrão.

A crítica de Furtado (1974, p. 8) se estabelecesse quando o autor compara o desenvolvimento ao mito. Para ele, o mito se assemelha à imagem de um farol que em seus movimentos não consegue iluminar todos os pontos, deixando à sombra alguns enquanto ilumina outros. De acordo com sua perspectiva, o desenvolvimento é visto como um processo de transformação do mundo realizado pelo homem, com o intento de atender as suas necessidades. Porém, não se limita a isso, pois para que consigam atender essas necessidades os seres humanos e as sociedades precisariam elevar os seus potenciais de invenção cultural, conseguindo, assim, as transformações esperadas. E é justamente em razão da evolução desse processo de invenção cultural que ocorre o aprimoramento e exaltação da tecnologia em seu alto poder de difusão (FURTADO, 1980, p. IX-XI).

Sendo assim, o progresso tecnológico³ pode ser considerado um dos fatores fundamentais para a reprodução da sociedade capitalista, pois por meio dele é que se tornou possível o processo reprodução de um centro que comanda e produz o desenvolvimento tecnológico e amplia a heterogeneidade da periferia como forma de garantir a acumulação, representada pela transformação de recursos econômicos em capital, o qual possibilitará

³ Na abordagem de Celso Furtado, na tecnologia surge elemento estruturante do sistema capitalista desde sua geração nos países centrais, considerando sua difusão através comércio internacional, até sua assimilação nas diferentes partes do sistema. A tecnologia é produto de um processo histórico de consolidação do sistema capitalista mundial e que possibilitou a formação de um sistema de poder em escala mundial, e constante apropriação do excedente pelos países centrais em detrimento da periferia.

novas formas de acumulação (FURTADO, p. 7-8). Para Sachs (2004, p. 26), o desenvolvimento não passa de uma "armadilha ideológica construída para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as maiorias dominadas".

O desenvolvimento como objetivo a ser alcançado tem deixado profundas marcas nos ecossistemas amazônicos, com a modificação da fisionomia ambiental, cultura e social, além de aumentar o passivo ambiental decorrente da poluição, concentração da população, ampliação da miséria, concentração de renda etc. Para Costa (2006, p. 10), o impacto do “desenvolvimento industrial-capitalista não se resumiria a meras externalidade corrigíveis na direção de um equilíbrio — ele imporia crescentes tensões até o ponto da insustentabilidade, da ruptura, do caos”.

Como sinais da lógica e formulação teóricas alicerçadas no desenvolvimento na Amazônia, estão as definições do Estado a partir de 1950, com claro objetivo de superar “o atraso” da região. Em 1953, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA); como também é por decreto, delimita a região de intervenção do Plano e define os limites de uma região que passará a ser reconhecida como Amazônia Legal. Segundo o artigo da lei (BRASIL, 1953, não paginado):

A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16°, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13° e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44°.

Na expressão de Moreira (1960, p. 46), surge, enfim, a Amazônia com em área geográfica e com um “conjunto de problemas que precisam ser encarados em função de um dado espaço para efeito de equacionamento e solução”. O problema a ser solucionado está expresso em uma parte do documento abaixo:

Desenvolver a Amazônia é, por isso, uma sorte de imperativos do destino nacional, completando áreas de clima e produção vigente e alargando uma fronteira econômica e cultural cuja permanente proximidade do litoral constitui uma limitação às possibilidades de desenvolvimento do país e uma ameaça à sua segurança e unidade (SPVEA, 1954, p. 15).

Com a SPVEA⁴, a Amazônia entra definitivamente na era da valorização econômica planejada e orientada pelos interesses do Estado que busca, com a formulação de planos, recuperar e libertar a região de sua “estagnação”. Para Ferreira Neto (1942, p. 44), somente a “valorização da terra e a criação de uma indústria sólida, com a conseqüente movimentação de negócios daí produzida, poderá dar aos governos locais meios suficientes para a sua manutenção, liberando inteiramente o produto nas suas fases iniciais de comércio”.

Em 1964, já sob a batuta dos militares, as ações governamentais enfatizavam a Amazônia, com todo o seu potencial de recursos naturais e seus imensos espaços “vazios”, como uma maneira rápida para enfrentar vários problemas sociais, econômicos e geopolíticos, ao mesmo tempo. O regime militar tinha um projeto de modernização, permeado pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), cujo objetivo geral era tornar o Brasil uma nação equiparável aos países desenvolvidos. Nesse período, o Estado ampliou sua ação, mediante a uma prática de planejamento das ações desenvolvidas na região. Essas ações integraram a Amazônia ao capitalismo, o que:

[...] significa inseri-la, plena e definitivamente, no mercado nacional e internacional, nas trocas mediadas pelo dinheiro sob a égide do capital industrial e financeiro. Significa transformar seus recursos naturais em valores que pudessem ser incorporados ao circuito das trocas monetárias com a produção industrial nacional ou internacional, isto é, se tornar parte integrante da circulação do capital (HÉBETTE, 2004, p. 62).

Foi no governo militar, a partir da década de 1970, que a presença do Governo Federal na Amazônia passou a ser acelerada e intensificada com objetivos geopolíticos (ocupação e integração nacional). A atuação dos militares na região foi claramente expressa no slogan “integrar para não entregar”. A atenção do Governo estava expressa nos programas, como PIN, PROTERRA e II PDA (direcionado de modo especial à Amazônia), e nos planos nacionais, como o *Metas e Bases* e o I PND. Neste sentido, a construção das rodovias (Transamazônica, Cuiabá-Santarém e a Perimetral Norte), a implementação de projetos de colonização, a redistribuição de terras desocupadas e a promoção das agroindústrias foram estimuladas pelo Governo Federal.

⁴ Em 1966, pela Lei 5.173 de 27 de outubro de 1966, que extinguiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o conceito de Amazônia Legal é reinventado para fins de planejamento. Assim, pelo artigo 45 da Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977, a Amazônia Legal tem seus limites ainda mais estendidos, com a incorporação de todo o Estado de Mato Grosso.

O evidente potencial de recursos (mineral, madeireiro, agrícola, agropecuário etc.) está impresso no II PND, que idealizou a região amazônica como uma “fronteira tropical”. Esta ideia estava refletida no programa POLOMAZÔNIA, que tinha como objetivo central criar quinze polos de desenvolvimento em áreas selecionadas, nas quais os investimentos estariam focados na infraestrutura (SUDAM, 1976a, 1976b). Além disso, os incentivos fiscais seriam concedidos pelo governo federal com o objetivo de estimular as atividades voltadas para a exportação em benefício das empresas privadas. Este programa inicia uma importante mudança na política governamental brasileira, que passa a priorizar as grandes companhias agroindustriais, a produção agropecuária e os projetos de colonização privada, associados aos investimentos em infraestrutura e em extração e beneficiamento de minerais (BRASIL, 1974).

Neste sentido, a “construção das rodovias (Transamazônica, Cuiabá-Santarém e a Perimetral Norte), a implementação de projetos de colonização, a redistribuição de terras desocupadas e a promoção das agroindústrias foram estimuladas pelo Governo Federal” (SERRA; FERNÁNDEZ, 2004, p.112).

A consequência da instrumentalização da Amazônia para se alcançar o desenvolvimento está nas imposições de padrões de desenvolvimento que visam “criar estruturas e espaços homogêneos como vetores capazes de impulsionar o desenvolvimento na Amazônia” (MONTEIRO, 2006, p. 3). Sendo assim, “a criação de espaços homogêneos assumiu, nas últimas décadas do século passado, um caráter axiomático nas tentativas de modernização de uma área, considerada pelos planejadores como social e economicamente periférica” Monteiro (2006, p. 3). Para Brito (2001, p. 207), por um lado, isso fez surgir os enclaves, com sua organização moderna, potencializando o instrumental de domínio sobre a natureza, fruto do acelerado desenvolvimento das forças produtivas; por outro, “à medida que não é capaz de interagir o contingente populacional no seu nível de produção, são potencializados os mecanismos de exclusão”.

Essa configuração de espaços homogêneos, com o objetivo de desenvolver a região amazônica, teve suas expressões nas décadas de 1970, com a implantação dos programas governamentais como: o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA); o Programa Grande Carajás (PGC), na década de 1980; e tantos outros grandes empreendimentos imbuídos em teorias que preconizavam necessidade de intervenção direta do Estado para induzir o desenvolvimento em áreas geográficas selecionadas (HIRSCHMAN, 1961; PERROUX, 1967) por meio da concentração de capitais, aptos, nesse caso, a efetivar a mercantilização de recursos naturais que apresentariam grandes “vantagens comparativas”. A heterogeneidade amazônica na busca pelo “desenvolvimento” passa a ser

subordinada às metas governamentais numa busca insana de recriar a Amazônia com um espaço capaz de acolher os grande empreendimentos, o que requer a sua padronização.

A heterogeneidade dos ecossistemas regionais, em parte ainda desconhecida pelos planejadores está sendo subordinada à meta política de recriar na Amazônia espaços para implantação de grandes empreendimentos. As experiências anteriores como e o caso da pecuária e da colonização agrícola, foram portadoras de sinais, apontando os riscos da homogeneização no tratamento desses ecossistemas. “As medidas políticas têm passado por alto o caráter diferenciado, diversificado do mundo natural e social da Amazônia, impondo ao mesmo tempo, um processo de exclusão social e degradação ambiental” (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 208).

Tocantins (1969, p. 166) alerta para o fato de a integração da Amazônia suprimir as diversidades em favor de um absolutismo unitário. A preocupação do autor enfatiza a lógica que buscar padronizar a região aos moldem de desenvolvimento vivenciado nos Estados Unidos. Segundo ele:

[...] a integração amazônica no complexo cultural brasileiro jamais importa numa despersonalização regional, a favor de qualquer absolutismo unitário. Como disse Gilberto Freyre, nada de castelhanizar o Brasil, ou seja, o predomínio de alguma Castela – “símbolo de tendência para exagerar a unidade em detrimento da diversidade regional”. Fato que o próprio sociólogo pernambucano já denunciou como “perigo da monotonia cultural ou da excessiva unificação da cultura no continente”, que, segundo Gilberto Freyre, “provém do industrialismo capitalista norte-americano, largamente dominado pela ideia de que o que é bom para o norte-americano deve ser bom para os outros povos da América”.

O conjunto de teorias vinculadas ao desenvolvimento de padrões ocidentais fez a ação do Estado e das empresas servir de base para a “penetração do capitalismo ocidental” na Amazônia. Essa expansão significa a “pauperização” do grande número de camponeses e artesãos, e o contato com a tecnologia ocidental proporcionou um poderoso impulso ao desenvolvimento do capitalismo; esse desenvolvimento foi desviado de seu rumo normal, deformado, mutilado, a fim de se adaptar aos objetivos do imperialismo ocidental (BARAN, 1984, p. 139). No caso da Amazônia, seu destino ficou a mercê dos interesses do centro-sul do país, e com diz Mendes (2006, p. 143), principalmente favorecido pela interdependência física.

Esta interdependência física não age, todavia, necessariamente, no sentido de assegurar ou ampliar a interdependência econômica, a sociocultural, a política e a institucional-administrativa. Ao contrário, tende a agravar essas dependências e conseqüentemente o efeito de dominação do Centro-Sul sobre o Extremo Norte. [...] tendo feito inclusive cunhar a expressão ‘efeitos

perversos' não no sentido moral, mas no sentido etimológico de desvio do caminho traçado.

Mais recentemente, surgiram algumas abordagens voltadas a pensar o desenvolvimento numa perspectiva local. Sendo que mesmo, assim as comunidades foram novamente esquecidas em sua peculiaridade. A concepção de desenvolvimento local seguiu o ritual de ser gestada a partir de um conjunto de práticas provenientes do centro (organizador) para um público alvo. Nesse sentido, as comunidades tradicionais que durante anos enraizaram práticas próprias, divergentes dos pressupostos do desenvolvimento, passaram a ser analisadas por indicadores, índices, rankings e metas padronizadas de desenvolvimento e governança global, com difícil conexão com a realidade destas.

Assim, a busca por um desenvolvimento local, a partir de perspectivas exógenas, foi e continua, muitas vezes, sublinhada por uma ação instrumentalizada, impondo uma tipificada e simplificada imagem das comunidades. Um dos grandes problemas é que o conhecimento local e as formas de relacionamento com a natureza são suprimidos em prol da racionalidade governamental e empresarial presente nos programas desenvolvidos junto às comunidades, apresentados sob a forma de movimentar, planejar e quantificar a vida das populações de territórios tradicionais.

Para Conti (2005, p. 233), o desenvolvimento local exige uma ativação das forças locais, o que possibilita reações às tendências uniformizantes de origem externa. Nesse caso, o desenvolvimento local ganharia feições de autenticidades em relação ao território:

No caso de desenvolvimento local ou regional, há, ao contrario, ativação e envolvimento diretos de forças territorialmente imersas, as quais regem as tendências uniformizantes de origem externa, por meio de sua própria organização, capaz de modificar forças e 'perturbações' de derivação exógena sobre as condições organizacionais e institucionais produzidas e reproduzidas pelo sistema. (CONTI, 2005, p. 233).

Essa concepção parte de modelos que pressupõem que as forças locais estão inativas, de acordo com a perspectiva do desenvolvimento padronizado, oriental e capitalista. Nesse sentido, essa forma de concepção desconhece as formas específicas de organização dessas comunidades e predomina o olhar no progresso material, decorrente de uma leitura positivista que compreende o desenvolvimento no crescimento de taxas e indicadores econômicos. Há também na concepção de desenvolvimento, uma crença demasiada no progresso linear e tecnicista, característica de um pensamento moderno.

A força do desenvolvimento, no âmbito das reflexões teóricas, fez com que Monteiro (2012, p. 1) buscasse explicar os fatores que travaram o mesmo acontecimento na região. Segundo o autor, ao analisar a mineração, a siderurgia e a metalurgia, há dificuldade desses setores em “impulsionar o processos de desenvolvimento” e isso ocorre devido “ao fato de estarem inseridas em contexto social e econômico marcado por grande heterogeneidade estrutural, produtiva e espacial e de não haver políticas públicas dirigidas para a superação dessas heterogeneidades”. Sendo assim, a lógica tributária, a concentração de capital, a baixa difusão tecnológica a “inobservância do princípio da prudência” estavam entre os desafios a serem enfrentados pelas políticas públicas.

O desenvolvimento sempre foi o alvo a se alcançar para os atores que pensam políticas públicas de intervenção estatal na Amazônia. Nesse contexto, como no passado, ela segue um modelo de fora e tem na padronização o principal mecanismo de sucesso. Essa concepção impossibilitou muitas vezes a compreensão de uma realidade marcada pela diversidade cultural e ambiental, que foram vistas como fatores limitantes ao desenvolvimento. Sendo assim, o desenvolvimento tornou-se um conceito incapaz de adequar-se à realidade amazônica, não pautada na racionalidade, na estratificação e na busca de modernização capitalista.

É nesse sentido que a leituras caracterizadas como pós-desenvolvimentistas se apresentam como uma alternativa capaz de superar a lógica binária das fundamentadas no desenvolvimento. Essa abordagem teórica permite compreender a sua especificidade nas comunidades autóctones, superar as lógicas de progresso, e a leitura que foca e entender as limitações e acertos das instituições que são vetores do desenvolvimento (economia, Estado-nação, ciência, organizações internacional), além de entender as bases organizativas das comunidades que não buscam o desenvolvimento.

Acreditamos que a vinculação teórica ao pós-desenvolvimento permite uma gama de possibilidades de análises, porém pode levar a uma visão “romantizada” das comunidades, limitando-as à perspectiva de análises de forma crítica e capaz de apresentar um conhecimento voltado a compreender os aspectos necessários para uma leitura coerente da realidade estudada.

A presente tese busca realizar uma reflexão a partir do processo de mobilização das comunidades de Juruti Velho frente ao advento da ALCOA na região do Baixo-Amazonas do Estado do Pará. Identifica-se nessas comunidades, um aspecto específico, uma lógica própria e um processo de mobilização que não busca a inclusão no desenvolvimento propagado por teorias e ações governamentais. No labor da resistência, essas comunidades reafirmaram sua

tradicionalidade e seu modo de vida alicerçado na ancestralidade, na convivência humana e ambiental. É esse aspecto que compõe o rol de novidades na história da região, decorrente de um intenso processo de mobilização que desperta interesse e motivação pessoal para a produção deste estudo.

Em Juruti, as forças territoriais ou locais expressam-se na organização comunitária e social das comunidades e servem de parâmetros para pensar os aspectos relacionados a questionar a lógica de desenvolvimento perseguida e alardeada por diversos atores públicos e privados. Esses aspectos nos fez enveredar nos discursos do pós-desenvolvimento, que têm como cenário o território de Juruti Velho, marcado pela presença secular das comunidades e dos adventos de uma multinacional, no caso a ALCOA.

O processo de mobilização realizado pelas comunidades a partir da afirmação da tradicionalidade, da organização comunitárias e articulação territorial, com ampla participação de atores regionais, como a Igreja Católica, fez com que essas comunidades recebessem 1,5% dos *royalties* da exploração da bauxita, além do reconhecimento, aspecto que no início foi ignorado. Esses recursos, nos últimos anos, estão aproximados à soma de um valor superior a 18 milhões de Reais (ALCOA, 2013), que são divididos entre os associados da ARCOJUVE, que recebem 50% e outros 50% são destinados a demandas coletivas, como o sistema de abastecimento as comunidades e outros.

Diversos estudos vêm sendo realizado em Juruti, já que aos avanços alcançados pelas comunidades constituem um fato inédito na região, principalmente por essas comunidades, que, por meio da mobilização, alcançaram: o reconhecimento de sua tradicionalidade; a imposição de um instrumento de negociação próprio a (ACORJUVE); e o acesso e a gestão dos *royalties* de forma autônoma. É evidente que os acontecimentos envolvendo comunidades e empresas em Juruti já produziram diversos estudos, principalmente voltados aos conflitos ambientais, à participação e à organização de um cenário voltado a entender as dinâmicas das instituições capitalistas.

Em nosso entendimento, a organização das comunidades de Juruti significa a subversão da ordem das coisas na Amazônia. Sua lógica rejeita a concepção de desenvolvimento e as políticas mitigadoras, interrompendo a prática que está presente há mais de cinco décadas na região. As comunidades de Juruti contribuem para erupção de uma consciência capaz de evidenciar que as mesmas não são inertes, e sim são organizações que têm elaborado teorias e práticas transmitidas entre gerações, com linhas nítidas e cognoscíveis, capazes de ser um corpo político com extrema capacidade de pensar e agir

sobre o seu território. Sendo assim, essas comunidades podem definir, com autonomia, a projeção de estratégias coletivas de resistências e mobilização.

Essas observações me fizeram propor uma tese acerca dessas comunidades, e, além disso, caminhar sobre a perspectiva pós-desenvolvimentista, o que representa o desejo de compreender os sujeitos diversos de diferenciação (BHABHA, 1998, p. 52). É interessante observar com elas interpelam os discursos e a prática hegemônica, desafiam e transgridem a ordem, subvertem, hibridizam o que se supôs algum dia “puro”, e exigem a ampliação dos pontos de apreciação. As comunidades de Juruti Velho nos permite tal apreciação.

Em sua história, o território de Juruti sempre teve seus recursos naturais assediados pelos interesses capitalistas. Nesse contexto, a região de Juruti incorpora-se à lógica capitalista na década de 1930, quando, em seu território, foi instalada a primeira indústria de extração de óleo essencial de pau-rosa para fins comerciais, produto que, na pauta de exportação da Amazônia, configurava como o terceiro, cabendo à borracha e à castanha o primeiro e o segundo lugar, respectivamente.

A extração de Óleo essencial de pau-rosa para fins industriais na Amazônia começou em 1926, a partir do esgotamento das reservas na Guiana Francesa; e com a instalação da primeira usina em Juruti Velho, na localidade de Taparapú, Pará. No primeiro ano de funcionamento, exportou-se quase 16 t de óleo essencial de pau-rosa. O beneficiamento de pau-rosa foi a primeira agroindústria flora-química implantada na Amazônia (HOMMA, 2003, p. 15).

Como ocorreu em diversas partes do mundo, as comunidades locais foram colocadas às margens. As mesmas somente participaram no processo de coleta da matéria prima e a aquisição de pequenos benefícios fez com que sofressem as consequências oriundas da lógica de mercantilização dos recursos naturais introduzidas na região. É importante frisar que predominam, nesse período e até recentemente como prática, o tratamento da Amazônia, como um espaço vazio, mito que serve de justificativa para as empresas ignorar os povos e comunidades que vivem na região.

Essas comunidades, ignoradas pelo Estado e empresas, resistiram e constituíram formas de organizações, cooperação e mobilização próprias e peculiares, capazes de manter os princípios coletivos de convivência humanos e ambientais.

Na década de 1970, inicia um novo processo de organização, com princípios sindicais influenciados pelo epicentro do ABC paulista e toda a luta que veio a culminar com a mobilização pelo fim da Ditadura e criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Nessa época, as comunidades já contavam com o apoio das Irmãs Franciscanas de Maristella, missionárias

imbuídas de compromissos sociais e político-pedagógico com as comunidades onde desenvolveram seus trabalhos, tendo como referência a Teologia da Libertação e a Pedagogia do Oprimido. Com a formação do sindicato de Juruti, a primeira bandeira de luta foi a legalização das terras, aspectos que para as comunidades inibiria o assédio dos madeireiros que vinham investindo na extração de madeiras do território. Essa luta, iniciada na década de 1970, teve sua vitória mais expressiva em 2009, com a titulação coletiva do Assentamento Agroextrativista de Juruti Velho, quinze dias antes da iniciação da extração de bauxita pela ALCOA.

Com apoio das Irmãs Franciscanas de Maristella, essas comunidades desenvolveram um intenso processo de organização voltado a defender a região dos constantes ataques capitalistas. Ainda na década de 1970, inicia-se a prospecção pela busca de bauxita, grupo Reynolds. Esse processo tem sua culminância em 2000, com a chegada e instalação da ALCOA. Com a ALCOA, o território passa a sofrer um processo de racionalização voltado a tornar o território um ambiente mais propício à expansão capitalista. Esse ambiente está associado a uma drástica e acelerada urbanização, concentração de capital e redução da população rural.

Como muitas comunidades tiveram suas vidas e seu habitat afetados pela chegada de um grande empreendimento, as comunidades de Juruti resistiram e se mobilizaram, inicialmente, para não permitir a implantação da empresa e depois para garantir que seus direitos territórios e coletivos fossem respeitados.

As empresas, como de costume na Amazônia, buscaram deslegitimar as comunidades, valendo-se do mito do espaço vazio, para classificar a população de Juruti como posseiros sobre o direito legítimo sobre a terra. As comunidades resistiram, se organizaram e realizaram um intenso processo de formação em todo o território e, pela primeira vez na história da Amazônia, superaram os discursos da empresa e do Estado e reafirmaram sua tradicionalidade, traduzida em reconhecimento de uma origem comum, coesão e singularidade no trato cultural e produtivo, além do intenso conhecimento de manejo e uso dos recursos naturais.

O processo ocorrido em Juruti inspirou a construção da presente tese, que tem como perspectiva, realizar uma abordagem que tem como foco de análise as comunidades de Juruti Velho, localizadas no baixo-amazonas. Tal objetivo de análises despertou interesse devido ao conjunto de conquistas diante da empresa e do Estado a partir da afirmação da tradicionalidade herdada dos povos indígenas mundurucu. Com essa afirmação, as comunidades realizaram um processo de mobilização que questiona os parâmetros do desenvolvimento pretendido pelo Estado e expresso no discurso de legitimação da ALCOA.

Mesmo com a proposta de desenvolvimento sustentável, a partir da construção de uma agenda positiva, dotada de indicadores de mensuração e instrumentos de gestão, que para o mundo se apresenta como elemento novo na área da mineração, para as comunidades surge como alternativa divergente aos seus interesses, já que as mesmas não visam o desenvolvimento proposto, e sim a manutenção de seu modo de vida tradicional.

A ação das comunidades possibilitou o alcance de suas reivindicações, com base na afirmação da tradicionalidade num intenso processo de luta e resistência. Em suas conquistas, as comunidades de Juruti Velho souberam aproveitar as oportunidades históricas e conjunturais, bem como suas potencialidades decorrentes de suas tradicionalidades e estratégias desenvolvidas ao longo de sua presença no interior da Amazônia. Diferente de muitas reivindicações, que buscam sua inserção na dinâmica global, com propostas voltadas a garantir o desenvolvimento, no âmbito local ganham os adjetivos locais, territoriais e comunitários, que, no fundo, são revoluções de um mesmo paradigma que tem raiz em modelos distantes e exógenos.

As comunidades de Juruti pautaram suas mobilizações pelas necessidades de manutenção do que é coletivo tradicional e comprovadamente sustentável. É evidente que essa luta não significa uma busca de isolamento da sociedade moderna. O tradicional, presente no discurso das comunidades, está relacionado à vontade de dialogar com a “modernidade”, porém sem romper com que lhe é próprio e específico. Segundo o pesquisador Romero Ximenes, há uma vontade das comunidades de Juruti em dialogar com o moderno, expresso na busca de políticas públicas que facilitam a comunicação com o mundo, como, por exemplo, o programa “Luz para Todos” e o anseio em substituir as tradicionais canoas pelas “rabetas” motorizadas, que tornam a locomoção mais rápida.

As conquistas das comunidades de Juruti, no decorrer de suas compreensões e relações com outros casos na Amazônia, ganham a magnitude por serem inéditas, principalmente em conteúdo e forma, assim como também pela sua trajetória. É evidente que há um fator conjuntural, decorrente da presença de um governo de esquerda, que se preocupa com a utilização e conservação do meio ambiente; porém, os fatos relacionados a esses fatores não apagam o enfrentamento a uma “lógica homogeneizadora” alicerçada em “pacotes desenvolvimentistas”, “que se contrapõem à diversidade cultural, econômica, social e ambiental da Amazônia. Essa lógica pautava-se pela crença que os agentes locais não têm condições de atuar com força propulsora do desenvolvimento regional” (MONTEIRO, 2006, p. 4).

Outro aspecto relacionado às comunidades é que as mesmas não estão vislumbrando o desenvolvimento e seus adjetivos locais, comunitário ou territorial, e sim fatores que são marginalizados pela lógica desenvolvimentistas, como o lugar, a tradição e a experiência de convivência com uma realidade considerada, por muitos pesquisadores e estudiosos que teorizam o desenvolvimento, como adversa. Sendo assim, as comunidades apresentam uma ação que rompe com a lógica abissal e utilizam como estratégia negar aquilo que foi durante, por décadas na Amazônia, objeto do Estado, de lideranças e de intelectuais: o desenvolvimento ocidental capitalista.

Uma análise dessa natureza não encontra abrigo nas formulações teóricas comumente relacionadas para abordar a Amazônia, já que as mesmas encontram-se enraizadas na lógica do desenvolvimento, ou seja, em parâmetros universalizados a partir da lógica ocidental e capitalista e que tende sempre a construir classificações em casos de observar o diferente.

Compreender os fatores relacionados a dinâmicas das comunidades exige, então, um olhar voltado a superar o paradigma do desenvolvimento. Essa superação tem raiz em teorias do terceiro mundo, que passaram a compreender que o desenvolvimento significa um parâmetro de diferenciação, dominação e exploração dos povos do terceiro mundo. Nessa perspectiva, a presente tese tem como base teórica as reflexões do pós-desenvolvimento, que abre possibilidade de reconhecer a diversidade epistemológica, a diversidade cultural e as múltiplas maneiras de se perceber o mundo, superando as tendências homogêneas e o universalismo. Em nosso entendimento, tal perspectiva somente pode ser encontrada no pós-desenvolvimento.

Para a construção da presente tese, adotamos como questão norteadora as conquistas das comunidades de Juruti, que estão relacionadas: 1º) à existência de uma conjuntura política favorável, decorrente da chegada ao governo do Partido dos Trabalhadores, em 2002; 2º) à preocupação da sociedade global com o meio ambiente, exigindo que as empresas adotem novos parâmetros de relação com a natureza e as comunidades; 3º) à existência de um arcabouço jurídico institucional que reconhece os direitos coletivos e territoriais, emergência da questão ambiental e a presença da Igreja Católica, por meio das Irmãs Franciscanas de Maristella, há mais de trinta anos no território, com ações sociais, formação política e pedagógica, contribuindo para fomentação de lideranças e organizações que hoje lideram a resistências e negociação junto a ALCOA.

Além desses fatores, que são considerados externos, que servem como oportunidade, incluimos ainda nas hipóteses, a convivência comunitária, capaz de servir de bases para o desenvolvimento de estratégias de relação econômica, social, cultural e ambiental, e o fato das

comunidades desenvolverem ao longo de sua existência práticas coletivas, como o *puxirum*, capaz de ampliar a prática da cooperação e da solidariedade como estratégias de superação dos limites econômicos e sociais típicos das regiões amazônicas.

Os procedimentos metodológicos se acrescentaram a partir da pesquisa bibliográfica, com leituras acadêmicas e documentos produzidos envolvendo as comunidades, a ALCOA, instituições dos Estados como o MPE, o PPF, o INCRA e as secretarias estaduais, como a SECTAM. O trabalho de campo teve como propósito realizar entrevistas, recolher informações e documentos, além de aplicar questionários junto aos moradores. Com essa perspectiva, buscamos apreender as diferentes leituras, pontos de vistas, consequência das ações de cada ator no período de 2000 a 2012, período que marca o advento da ALCOA (2000), a fundação da ACORJUVE (2004), a participação das comunidades nos *royalties*, a titulação coletivo do PAE Juruti Velho (2009).

A partir da coleta do material, foi possível observar a atuação dos atores envolvidos, como: as comunidades; a Igreja Católica; o Ministério Público; a Empresa; e o INCRA. Os documentos, claramente, apresentam o poder organizativo das comunidades com ampla habilidade de articulação, mesmo com as distâncias típicas da região.

Nos anos de 2011, 2012 e 2013 foram realizadas as visitas iniciais, com a perspectiva de identificar aspectos relevantes para a construção da tese e definir as estratégias de abordagens e construção das informações. Essas visitas mostram a contribuição de atores como o INCRA, MPE, MPA e a Igreja Católica como instituições importantes na formação e organização das comunidades, sendo que a Igreja Católica, diferente das outras instituições, tem uma relação histórica de incentivo à organização, formação e mobilização das comunidades.

Na história relacionada aos grandes projetos, as comunidades autóctones sofreram a perda do território, sem obterem o mínimo de indenização, diferente de Juruti, que despertou nossa atenção para a construção da presente pesquisa. Nesse sentido, partimos das hipóteses:

a) *Primeiro*, que a existências de uma conjuntura favorável, envolvendo as esferas de Governo Federal, estadual e municipal, durante o governo do Partido dos Trabalhadores, criou um ambiente propício à negociação e à incidência política;

b) *Segundo*, que um contexto marcado pela valorização dos direitos territoriais, com leis, decretos e atos, fortalece as comunidades em seus aspectos tradicional e coletivo, dando a elas grandes possibilidades de atingirem resultados positivos;

c) *Terceiro*, que a existência de uma erupção ambiental, com o agravamento da crise ecológica, produzindo uma supervalorização do meio ambiente e das comunidades

extrativistas pela sociedade global, dificulta as práticas autoritárias e depreciativas dos grandes empreendimentos econômicos na Amazônia, como acontecia outrora;

d) *Quarto*, que a presença da Igreja Católica, representada pelas Irmãs Franciscanas de Maristella, com forte influência na comunidade, e uma prática alicerçada na Teologia da Libertação e Pedagogia do Oprimido, que há mais de trinta anos atua no território, com ações sociopolíticas e pedagógicas, contribuiu para formação de lideranças e organizações que hoje lideram a resistências e negociação junto à ALCOA.

Em nosso entendimento, as questões levantadas possibilitam a compreensão dos aspectos que levaram as comunidades do PAE Juruti Velho alcançarem suas reivindicações, como: reconhecimento de sua tradicionalidade; a ACORJUVE como organização jurídica responsável em negociar os interesses das comunidades; a participação e gestão de 1,5% dos *royalties* pela própria comunidade, por meio de sua organização jurídica; e titulação coletiva do PAE Juruti Velho. Tal conquista, em nossa compreensão, ganha status de inédita, em território amazônico, que, desde 1950, está marcado pela implantação de grandes projetos de mercantilização dos recursos naturais, com caráter autoritário e com grandes impactos ao meio ambiente e usurpação dos territórios de comunidades autóctones, sem o mínimo de respeito às práticas coletivas e ancestrais, como também, nenhuma garantia econômica e indenizatória.

Na perspectiva de alcançamos nossos dos objetivos, buscou-se por meio da metodologia exploratória observar os diferentes discursos relacionados à dinâmica que envolve os territórios de Juruti a partir de 2000, com o advento da mineração, conduzida pela ALCOA. Sendo assim, foi realizado um *survey* exploratório inicial com lideranças sociais, políticas e religiosas do território de Juruti. Nesse *survey*, identificamos os aspectos iniciais relacionados a atores envolvidos no processo envolvendo comunidades e empresas, a saber:

a) Comunidade: 49 comunidades de caráter tradicional, localizadas no atual Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Juruti Velho, criado em 30 de agosto de 2009;

b) Associações comunitárias, de atividade de cunho social e econômico das unidades comunitárias;

c) ACORJUVE – Associações das Comunidades da Região de Juruti Velho, uma entidade de cunho territorial formada a partir da união e organização das 49 comunidades, em 2004;

d) Igreja Católica, presente na região desde o século XIX, com os missionários jesuítas e com um forte trabalho com base na Teologia da Libertação e na metodologia de Paulo Freire, desde a década 1970;

e) Sindicato dos Trabalhadores Rurais, criado no final da década de 1970 com apoio das Irmãs Franciscanas de Maristella, e com articulação regional com a FETRAGRI e nacional com a CONTAG;

f) INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária, entidade que a partir de 2002 intensificou sua presença como mediador da relação das Comunidades Tradicionais;

g) MPE e MPF, instituições com ampla participação e acompanhamento da relação comunidade tradicionais e ALCOA;

h) ALCOA, multinacional de origem norte-americana que, a partir de 2000, passou a implantar-se em PAE - Juruti Velho.

Com base nas informações iniciais, realizamos um processo de leitura dos discursos empreendidos pelas instituições, organizações, empresas e comunidades. Essa leitura foi realizada em documentos oficiais relacionados à relação comunidades tradicionais e ALCOA.

A perspectiva da análise busca, por meio da leitura dos documentos produzidos, compreender o significado que a ALCOA se atribui em Juruti. Esses documentos são os produzidos pela Empresa, principalmente comunicados, relatórios e outros que expressam os objetivos da empresa em relação à dinâmica social, econômica, e cultural PAE de Juruti Velho. Nos documento construído pelas comunidades por meio de suas representações, como associações e entidades de apoio, buscamos identificar a exposição da construção da identidade das comunidades, com afirmação da sua tradicionalidade, práticas coletivas e enraizamento território.

Na perspectiva de compreender a dinâmica socioeconômica, utilizou-se um questionário voltado aos comunitários, às lideranças e às organizações de bases para, assim, se entender como é a percepção em relação ao PAE Juruti Velho, a organização, aspectos relacionado à confiança coletiva, bem como elementos voltados a garantir a resistência e mobilização das comunidades. O mesmo foi aplicado junto aos atores acima relacionados. Esse questionário busca mensurar aspectos relacionados aos elementos que estão presentes no convívio no PAE Juruti Velho e que possibilitaram organização, construção de um instrumento próprio de articulação, afirmação da tradicionalidade e incidência junto à empresa e o Estado.

Cabe ressaltar que a presente tese foi enriquecida com o acesso a pesquisas e dados produzidos no âmbito da academia. Esses acessos possibilitaram a ampliação e a leitura de diferentes abordagens e perspectivas teóricas relacionadas ao objeto de estudo.

A tese está organizada em sete sessões. Introduzimos com a explanação de toda a pesquisa, detalhando a metodologia e o amparo teórico para subsidiar as hipóteses levantadas

para o trabalho ora apresentado. Na sessão dois, O PÓS-DESENVOLVIMENTO, temos uma breve exposição das principais bases do desenvolvimento e são evidenciadas as críticas ao desenvolvimento e suas bases constitutivas, a partir das reflexões da periferia. Neste momento, apresenta-se a exposição das formulações de teóricos como Edward Said (2007), que fez suas reflexões acerca do orientalismo como uma representação do Ocidente, como o Outro, obviamente inferior, do Ocidente.

Michael Taussig (1993) expõe como a cultura do terror desempenha uma construção social da realidade colonial: o terror como mediador, por excelência, da hegemonia colonial. Tal abordagem é tratada pelo autor a partir da ação da empresa extratora de borracha na Amazonas peruana, particularmente no rio *Putumayo*. James Ferguson (1990) e Escobar (2005) são dois atores que constroem uma narrativa voltada a implodir o ideário do desenvolvimento. Nesses capítulos, damos mais ênfases às ideias construídas por Escobar a partir de sua pesquisa com as comunidades negras do Pacífico colombiano.

Darcy Ribeiro (1972), como intelectual latino-americano, apresenta uma abordagem voltada a reescrever *o processo civilizatório* de modo a propor uma teoria alternativa da história para nela incluir os povos novos, superando, assim, os parâmetros estabelecidos pelos padrões ocidentais. Hommi Bhabha (1998) constrói uma abordagem voltada a contrapor as formulações identitárias homogeneizadoras que aprisionam e localizam a cultura, e, assim, volta-se a formular a ideia da diferença, articulada contextualmente, nas lacunas de sentido entre as fronteiras culturais. Latouche (2009) traz uma reflexão voltada a propor um modelo crítico ao desenvolvimento sustentável e a construção de um projeto de prosperidade sem crescimento, o decrescimento. É importante ressaltar que buscamos sempre apresentar as bases, a forma com tal pensamento orienta a reflexão da realidade.

Na terceira sessão, UMA ANÁLISE A PARTIR DO PACÍFICO COLOMBIANO, evidenciam-se os principais conceitos de Anturo Escobar (1995), antropólogo colombiano, a partir de sua abordagem das comunidades do Pacífico colombiano. Particularmente, os subitens dessa sessão detalham a formulação do autor relacionada ao lugar, ao conhecimento tradicional e aos diferentes regimes de natureza capitalista e orgânica.

A quarta sessão consiste em expor a EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NA AMAZÔNIA e apresenta as reflexões relacionadas à teoria e aos dados coletados em Juruti. Considera-se uma análise localizada em processos ocorridos no território e uma leitura de tais elementos. Encontra-se nessa parte da tese a formulação que visa apresentar os fatores favoráveis à conquistas das comunidades, sendo eles internos e externos. A última parte faz um apanhado dos fatores internos que possibilita a constituição de uma mobilização capaz de

pautar o Estado e a empresas e assim estabelecer na história, conquistas para comunidade nunca antes alcanças em território amazônico.

Em JURUTI: Um Encontro de Oportunidades e Potencialidade à Superação da Invisibilidade, que concerne à quinta sessão, apresentamos os fatores que permitem a superação da invisibilidade das comunidades, divididos em: oportunidade, relacionado aos aspectos conjunturais, envolvendo o momento político, a crise ambiental e os novos parâmetros jurídicos, além da presença de atores dispostos a contribuir com os objetivos da comunidade; e as potencialidades, que são os fatores existentes no âmbito das comunidades, decorrentes de uma vinculação histórica com o lugar e o meio ambiente, que reforçam a tradicionalidade e impulsionam a ação coletiva das comunidades.

A última sessão deste estudo, A BASE DE RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE DE JURUTI, expõe como a vivência comunitária, marcada pela construção de parâmetros de sociabilidade e convivência, é capaz de fazer da comunidade uma referência de organização em encontro coletivo voltado para a busca dos objetivos comuns. O *puxirum* é a prática coletiva construída ao longo do tempo, que é voltada a superar os limites econômicos e tecnológicos, além de ser uma ação de confraternização e partilha. Esses aspectos são apresentados como a base que garantiu a cooperação, a unidade e força de mobilização contra todas as artimanhas econômicas, sociais e simbólicas, como as tentativas de cooptação, divisão e esmagamento das comunidades, feitas pela ALCOA.

2 O PÓS-DESENVOLVIMENTO

2.1 Discursos e construções conceituais sobre o (pós) desenvolvimento

Para as abordagens vinculadas ao pós-desenvolvimento e o desenvolvimento⁵ como discurso único e hegemônico orientado a partir do centro capitalista ocidental, os Estados Unidos da América tem sua inauguração com o discurso do presidente Harry Truman, em 1949, no lançamento do Programa Ponto IV⁶. É com esse discurso que se cria as bases para a construção de um parâmetro capaz de classificar os países em desenvolvidos e subdesenvolvidos e se define as estratégias de “ajudar” aos países da periferia⁷. Truman, em seu discurso, deixa claro que os países desenvolvidos são os que possuem “avanços tecnológicos”, “progresso industrial” e conhecimento “técnico” como vetores de uma sociedade em pleno processo de modernização⁸. Sendo assim, a função dos EUA seria segundo seu presidente:

⁵ Para Francisco e Rodmsky (2011, p. 150) o desenvolvimento, com todos os seus derivados como, “sub”, “semi” e “pós” é um dos temas mais acalorado presente nas ciências sociais, principalmente a partir do papel do Estado na condução de “economias e programas de desenvolvimento integrados e se nutriu da oposição, passível de ser vencida (pelo menos como princípio de esperança), entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, desde o famoso discurso de Harry Truman.”

⁶ O Programa Ponto IV foi o primeiro compromisso norte-americano com a ajuda não militar internacional em **larga escala**, sendo lançado em 1949, na gestão Truman. Seu Objetivo é enfatizado no discurso de posse do presidente: “Declaro ser política dos Estados Unidos ajudar os esforços dos povos das áreas economicamente subdesenvolvidas a melhorar suas condições de trabalho e de vida, mediante **o encorajamento da troca de conhecimento técnico e habilidades** e o ritmo de investimento de capital em países que propiciarem condições sob as quais a assistência técnica e de capitais possa efetiva e construtivamente contribuir para elevar os padrões de vida, criando novas fontes de saúde, ampliando a produtividade e expandindo o poder aquisitivo” (LATTA, 1951, p. 276).

⁷ O discurso de posse de Harry Truman, em 1949, iniciou o Programa Ponto IV que tinha como objetivo ajudar economicamente os países da América Latina, África e Ásia, sob a justificativa de contribuir para que os mesmos alcançassem as condições de se tornarem desenvolvidos. Na verdade, hoje é nítido que tal programa tenha como objetivo central ampliar a influência geopolítica dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, principalmente.

⁸ Com o discurso de Truman, o desenvolvimento passa a ser disseminado amplamente como panaceia para todos os males vivenciados pelos países do, então, chamado “terceiro mundo” ou “subdesenvolvido”. O termo “subdesenvolvido” surge para reconceituar e criar novos “selos”, um novo molde a ser perseguido, guiado pelo estigma do crescimento econômico. Para Esteva (2000, p. 60), “Truman deu um novo significado ao desenvolvimento e criou um símbolo, um eufemismo, que, desde então, passou a ser usado para, discreta ou inadvertidamente, referir-se à era da hegemonia norte-americana”. Para Hobsbawm (1995), a importância do discurso de Truman encontra-se no contexto no qual foi pronunciado. Um contexto marcado por um mundo recém-saído de dois conflitos mundiais que haviam destruído o poderio econômico, militar e comercial das maiores potências anteriores às guerras; as ex-colônias imperiais haviam experimentado um período de crescimento econômico autônomo do qual não desejavam abrir mão, e os meios tradicionais de persuasão – a mira das canhoneiras – exigiam recursos indisponíveis à época; a divisão do mundo entre ocidente capitalista e oriente comunista; os Estados Unidos pela condição privilegiada durante a Segunda

[...] pôr em execução um novo programa audaz, para que os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial sejam colocados à disposição do melhoramento e crescimento das regiões subdesenvolvidas. [...] Acredito que temos de colocar à disposição dos povos amantes da paz os benefícios de nosso acervo de conhecimento técnico, a fim de ajudá-los a realizar suas aspirações para uma vida melhor. E, em cooperação com outras nações, devemos fomentar o investimento de capital nas regiões que necessitam de desenvolvimento [...] (TRUMAN apud BLACK, 1968, p. 28).

A perspectiva de uma abordagem que compreende o discurso como um campo capaz de influenciar e determinar processos, procedimentos, concepções e projetos tem como base a formulação de Foucault (2000, p. 31), que diz que o campo discursivo permite

compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação, de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui.

Nos países do terceiro mundo, o desenvolvimento, enquanto discurso capaz de superar a situação de pobreza, miséria e “atraso”, serviu como alicerce para “mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de culturas arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico” como condições para atingir tal desenvolvimento (FURTADO, 1974, p. 75-76).

Para Furtado (1974, p. 16), o desejo pelo desenvolvimento, presente nos países periféricos, fez com que o mesmo se transformasse em um mito e, segundo Boff, (2008, p. 56-57)⁹, uniu “a concepção reducionista, com a função de ocultar a realidade”. Esse mito, para Furtado¹⁰, estava na conjectura de que os “padrões de consumo da minoria da humanidade”, dos países industrializados, principalmente os EUA, poderiam ser acessíveis às grandes massas que formam a periferia. Tais aspectos, na visão do autor, são, sem dúvida, um prolongamento do mito do progresso, elemento essencial na ideologia da revolução burguesa, na qual se criou a atual sociedade industrial¹¹.

Guerra – depositário de grande parte dos recursos financeiros globais e fornecedor de material bélico protegido territorialmente, pela distância marítima – adquiriu *status* de potência mundial do ocidente.

⁹ Para Boff (2008, p. 56-57), o mito equivale à mera fantasia ou a uma interpretação distorcida da realidade. Mito se oporia, então, à realidade. Também se diz que alguém é acometido de mitomania. Quer dizer, tem a mania de inventar “mitos”, acontecimentos fictícios, factoides, ou mania de projetar interpretações mirabolantes da realidade.

¹⁰ Boff (2008, p.16).

¹¹ Para Morin (1977 apud ALMEIDA 1997, p. 36) a ideia-mestre de desenvolvimento que está presente é a do paradigma do humanismo ocidental. Isso significa que o desenvolvimento socioeconômico produz avanços técnico-científicos, assegurando o crescimento das virtudes humanas, da liberdade e dos poderes. O desenvolvimento surge como verdade suprema capaz de construir um mundo junto e democrático, como apresenta a citação a baixo. Como diz o discurso de Truman: será

Para Hobsbawn (1995, p. 283), o desenvolvimento constitui um conceito voltado a ampliar o “poder norte-americano sobre o globo terrestre”. Este conceito é capaz de difundir, expandir, formalizar e articular práticas capitalista hegemônicas, tendo como referência os Estados Unidos, além de disseminar a lógica do mercado em níveis planetários, como ficou evidente em discurso do presidente Truman¹²:

[...] daremos continuidade ao nosso programa de reconstrução da economia mundial. Isto significa, em primeiro lugar, que nós precisamos manter nosso esforço no programa de reconstrução europeia. Confiamos no sucesso dessa ação maior em busca da reconstrução mundial. Com isso diz o discursos *parceiros irão alcançar o status de autossustentabilidade*, novamente. Intentamos, ainda, levar adiante nossos planos para redução das barreiras ao comércio mundial e aumentar seu volume. A reconstrução econômica e a paz dependem do incremento do mercado mundial (TRUMAN, 1949).

Essa lógica de desenvolvimento faz uma grande parcela de intelectuais, governantes e cidadãos acreditarem que o subdesenvolvimento faz parte de uma etapa para se alcançar o desenvolvimento¹³. Portanto, o conceito de desenvolvimento, articulado a uma estratégia de expansão de poder dos EUA fez a definição de parâmetros, imagens, modelos e regra capaz de hierarquizar e criar divisões como: terceiro mundo, periferia, centro, desenvolvimento, subdesenvolvimento. Tal aspecto moldou instituições, territórios, linguagens, projetos, maneiras de agir e de pensar na maioria dos países do globo terrestre. É nesse contexto que ganham importância as instituições multilaterais. Sua importância está relacionada a conduzir “mudanças planejadas”, formuladas no contexto pós 2ª Guerra Mundial (FERGUSON, 2006, p. 154).

Essas ações de ajuda das instituições multilaterais aos “mais pobres” realizadas por meio de políticas de cooperação orientadas a partir de matrizes do Banco Mundial tinha uma postura cada vez mais intervencionista dos países doadores, com clara finalidade de tutelar os países beneficiados, principalmente os africanos e latino-americanos (FERGUSON, 2006, p. 158).

criado um novo programa para tornar “os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial acessíveis aos esforços por progresso e crescimento das áreas subdesenvolvidas. [...] O antigo imperialismo – a exploração para lucro estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática”.

¹² Para Faé (2009, p. 16), “é sob tais premissas que o desenvolvimento emergiu como discurso, ou seja, como recurso estratégico com papel de difusão e articulação de ideias e práticas que se ligaram à estabilização e disseminação global da lógica do mercado”.

¹³ Outro aspecto presente no pronunciamento de Truman é a substituição da noção de progresso do liberalismo. O desenvolvimento passar a ser a palavra chave a ser associada à ideia de crescimento, numa conotação positiva, um bem em si, onde desenvolver significa ascender ao melhor.

A cooperação internacional, portanto, não dissemina apenas o “desenvolvimento”, mesmo sendo esse o objetivo para justificá-lo. Na verdade, a cooperação internacional é um forte instrumento de promoção de um conjunto variado de valores ocidentais, que inclui aspectos políticos, sociais, econômicos e ideológicos o que a deixa, portanto longe de ser meramente uma “máquina antipolítica” (FERGUSON, 1990, p. 256).

As instituições multilaterais estão imbuídas de fazer o desenvolvimento ocidental acontecer. Sendo assim, disse o presidente norte-americano Truman, “[...] nós vamos continuar fornecendo suporte às Nações Unidas e agências correspondentes, fortalecendo sua autoridade e aumentando sua eficiência”. Sendo assim, na concepção de Truman, “as Nações Unidas se tornarão estratégicas para as novas nações que estão se formando e tornando-se autogovernáveis sob os princípios democráticos”¹⁴. As Nações Unidas foram, sobre a hegemonia dos Estados Unidos um forte instrumento para “administrar benefícios a seus aliados, mas também lhes impondo restrições, em vista de criar uma ordem “próspera e estável” num curto prazo em seu favor no longo prazo, garantindo, assim, que seus objetivos fossem alcançados” (KEOHANE, 1993, p.315-316). Essa concepção, segundo Escobar (1995, p. 26), promove um “tipo de desenvolvimento que correspondia às ideias e expectativas do Ocidente próspero, o que os países ocidentais consideravam que era o curso da evolução e do progresso, [...] ao conceitualizar o progresso” e assim “a estratégia do desenvolvimento transformou-se num poderoso instrumento para a normalização do mundo”. Para Ribeiro (1972, p. 44), o olhar do Ocidente compreende os países “subdesenvolvidos” ou do “Terceiro mundo” de duas formas: a primeira, como povos dependentes e sobreviventes de uma etapa pretéritas da evolução humana; e a segunda, “o que confere às sociedades mais desenvolvidas a qualidade de términos dos processos evolutivos, figurando-as como o modelo ideal de ordenação sociocultural para onde marchariam todos os povos”.

A crítica a uma concepção de desenvolvimento imposto aos países chamados de terceiro mundo ou subdesenvolvido surge a partir dos intelectuais autóctones, como Celso Furtado (2000), que em seus estudos denunciou que o subdesenvolvimento não é um estágio na trajetória de desenvolvimento, mas sim uma característica estrutural permanente, uma derivação inevitável de exploração econômica colonial ou neocolonial. Uma das características, mais marcantes, segundo Furtado, são os padrões de consumo dos países subdesenvolvidos, que assumem a condição imitativa dos países industrializados. O principal problema dessa imitação é que os países subdesenvolvidos possuem níveis muito mais baixos

de produtividade, o que faz com que os mesmos fiquem ainda mais subdesenvolvidos, ou seja, mais heterogêneos em termos sociais e econômicos¹⁵. Essa busca em imitar um padrão, fez que um pequeno grupo se apoderasse dos “benefícios” do desenvolvimento, impedindo a homogeneização social, considerada pré-requisito para a superação do subdesenvolvimento. O avanço da industrialização voltada para responder as demandas desse padrão de consumo e a instalação de empresas multinacionais reforçaria a dependência cultural e econômica, além de aprofundar a tendência à concentradora da renda.

As abordagens críticas ao desenvolvimento têm como principais expoentes teóricos e estudiosos originários dos países periféricos e europeus, além de influentes lideranças políticas, sociais e intelectuais vinculados à concepção pós-desenvolvimentista¹⁶. Segundo Veiga (2006, p. 89), a abordagem pós-desenvolvimentista pode ser agregada em “cinco dimensões do ideário”¹⁷. São elas: 1) valorização das sociedades que não se desenvolveram; 2) desvalorização da ideia de progresso; 3) crítica dos principais vetores do desenvolvimento (economia, Estado-nação, educação, ciência, colonização mental, pensamento único, meios de comunicação e organizações internacionais); 4) crítica das práticas desenvolvimentistas; 5) elogio dos modos de resistência dos perdedores que estão abrindo o caminho para a era do “pós-desenvolvimento”. Tais dimensão leva Veiga (2006, p. 89) a caracteriza o pós-desenvolvimento como um conjunto de pensamento “vasto e heterogêneo”.

As formulações enquadradas como pós-desenvolvimento colocam em evidência aspectos ausentes nos debates e abordagens mergulhadas no conceito do desenvolvimento, em

¹⁵ A reflexão de Furtado (1961) mostra que o discurso de Truman lança as bases cognitivas para dominação ideológica, fazendo com que todos os países passem a buscar, incessantemente, condições para superar a condição indigna de subdesenvolvido. Com essas ideias, vêm as promessas de melhores condições de vida para toda a população (SACHS, 2000). O presidente norte-americano planifica a sociedade quando apresenta a proposta de desenvolver os subdesenvolvidos, por meio das ferramentas tecnológicas e científicas, o que é, na verdade, garantir a manutenção da subordinação, com a justificativa de “parceiros no progresso” (ULLRICH, 2000, p. 345). Essa concepção aprofundou a diferenciação, ampliando a pobreza e a subordinação, principalmente de países como o Brasil.

¹⁶ Para Veiga (2006, p. 88), existem sete autores que precisam ser destacado como expoentes do pós-desenvolvimento, como o iraniano Majid Rahnema, o suíço Gilbert Rist, o mexicano Gustavo Esteva, o alemão Wolfgang Sachs, o francês Serge Latouche e o antropólogo colombiano Arturo Escobar e a francesa Susan George. Para o autor da lista, “bem mais importante talvez seja a herança intelectual reivindicada pela corrente”, em que se encontram pesquisadores, intelectuais e políticos como: [...] Mahatma Gandhi a Václav Havel, passando por E. F. Schumacher, François Partant, Frantz Fanon, Gordian Troeller, Hannah Arendt, Henry D.Thoreau, Ivan Illich, Josué de Castro, Karl Polanyi, Marcel Mauss, Marshall Sahlins, Martin Luther King, Michel Foucault, Nicholas Georgescu-Roegen, Paulo Freire, Pierre Clastres e Teodor Shanin. Também são considerados como precursores ou inspiradores: Aimé Cesaire, Augusto Boal, Bernard Charbonneau, Chefe Seattle, Eduardo Galeano, Ignacio Ramonet, Jacques Ellul, James Petras, Jaya Prakash Narayan, Joseph Kizerbo, Louis Dumont, Marshall Berman, e Vandana Shiva”.

que prevalece a lógica econômica, a legitimação da perspectiva capitalista e supremacia do capital. É por isso que a perspectiva do pós-desenvolvimento de análises exige um pensar capaz de desconstruir uma lógica de leitura entranhada numa matriz ocidental, racional e moderna, presente em muitas análises de compreensão da realidade de sociedades, territórios e organizações estranhas aos padrões ocidentais.

2.1.1 O discurso de dominação e a construção de hegemonia

O conceito de desenvolvimento, a partir do pronunciamento de Truman, em 1949, ganhou o *status* de estratégico, ou seja, capaz de organizar percepções, determinar lógica, reestruturar organizações, dinâmicas sociais, econômicas e culturais. Para Wood (2003, p. 1-4), essa imposição pela prática-discursiva diferencia-se da forma imperialista tradicional, a colonial, em que a exploração era “transparente”. O que ocorre hoje é uma dominação não direta, uma “coesão econômica”, diferente da militar, e a “compulsão” acontece de forma “impessoal” e segundo as “imposições do mercado”.

Hardy; Palmer e Phillips (2000, p. 1229-1230) partiram de um modelo de análise no qual identificavam pontos de conexões entre estratégia e discurso. Essa estratégia era visualizada na “variedade de textos e práticas que servem para criar consenso sobre o mundo”. Já o discurso estratégico foi entendido como “espaço onde linguagem e ação servem para constituírem-se mutuamente”. O discurso, para os autores, somente alcança o patamar de objetividade no momento que se encontra nos planos estratégicos, ou seja, orientando a missão, estabelecendo regras e instrumentos que consolida o mesmo em práticas, que precisam ser consideradas por atores sociais. Para os autores, “a acumulação de textos e práticas por parte dos pesquisadores e gerentes em sua busca por estratégias produz um fenômeno do qual é difícil escapar”.

Foucault (1999, p. 9), ao analisar o campo discursivo do desenvolvimento, diz que convém compreender o jogo estratégico e polêmico no qual o conhecimento é um produto oriundo das relações de força entre as partes-representada em “ação e reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva-como em uma-luta”.

Para tal leitura, Foucault (1993, p. 60) busca focalizar procedimentos internos e externos que graduam os fatos discursivos, que possibilitam a criação de estratégias capazes de controlar e definir o campo como um todo, a partir de lógicas específicas. Ele mostra como elas se formaram, para responder as necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que forças exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas.

Portanto, o discurso de Truman, dentro da concepção estratégica enquadra-se em um contexto marcado em que o EUA busca impor seus parâmetros. Segundo Bourdieu (1996, p. 91), a especificidade do discurso do presidente não reside no fato de que ele seja compreendido, é preciso que ele seja reconhecido como tal para exercer seu efeito próprio. Para o autor, a eficácia do discurso é proporcional à autoridade de quem está enunciando e sua habilidade de impor uma visão por meio do poder da palavra.

2.1.2 Ciência e tecnologia no pensamento Ocidental

A concepção de desenvolvimento capitalista Ocidental imprime uma lógica para ciência e tecnologia, como o conhecimento certo e racional sobre a natureza e as coisas, bem como um método de compreensão dos fenômenos e busca do saber. A crença na ciência racional e moderna tornou-se um dos principais dogmas da sociedade capitalista. O mesmo ocorreu com a tecnologia; segundo Rüdiger (2003, p. 21), “o capitalismo moderno tornou a tecnologia um princípio de dominação política, confirmando sua falta de neutralidade, mas isso não fecha totalmente as possibilidades de sua transformação e, portanto, nos impede de sermos fatalistas, como os pensadores fáusticos”. A tecnologia seria um forte instrumento capaz de facilitar a padronização e uniformização com clara inclinação a enfatizar e potencializar a geração de lucro. Nesse caso, essa tecnologia “destinam-se a dominar e transformar o mundo e não simplesmente a facilitar a relação do homem com o mundo” (CHAUÍ, 1999, p. 279).

É evidente que a produção tecnológica, vista como solução para as limitações dos países “periféricos”, é fruto de uma imagem, uma razão, uma concepção de ciência moderna¹⁸ que surge com Galileu, Descartes e Newton, cientistas que orientaram o pensar humano com bases em formulações racionais, orientadas pelas físicas — matemáticas e geométricas, já que “[...] a Física moderna se constituiu em modelo de cientificidade para o conjunto da produção científica da modernidade” (PLASTINO, 1995, p. 33).

Os padrões de desenvolvimento perseguido pelos países subdesenvolvidos induziram a adoção de tecnologias incompatíveis com o nível de acumulação de capital e de abundância

¹⁸ Na abordagem de Sousa Santos (2000) a noção de Ciência moderna organizaram-se em um modelo totalitário, matemático, com ênfase nas ciências naturais e suas leis. Isso orientou e regulou experimentação na busca de produzir um conhecimento único, verdadeiro e universal, que é a base e a justificação para a imposição do desenvolvimento. Tal percepção adota Produto Interno Bruto (PIB) ou renda *per capita* como instrumento capaz de mensurar os níveis de desenvolvimento de acordo com os padrões universais.

de mão de obra. Sendo assim, a industrialização teria adquirido “a conotação de mera ‘descentralização’ geográfica de atividades manufatureiras” ao não possibilitar autonomia para criar tecnologia e produtos (FURTADO, 2000, p. 259). Dessa forma, o processo de industrialização seria, sobretudo, uma adaptação às transformações estruturais dos países centrais e não representariam superação da situação de dominação e dependência, que só poderiam ser rompidas por uma ampla e incisiva ação estatal em prol do desenvolvimento.

Na perspectiva de Ribeiro (1972, p. 45), na lógica de desenvolvimento estabelecida, o que há é “atualização ou incorporação histórica designando os procedimentos pelos quais esses povos atrasados na história são engajados compulsoriamente em sistemas mais evoluídos tecnologicamente, com perda de sua autonomia ou mesmo com a sua destruição como entidade étnica”.

A perspectiva de homogeneização e padronização de parâmetros com o avanço das ciências está no relatório americano da National Science Foundation de 2002, intitulado *Converging technologies for Improving Human per formances*. Segundo Latouche (2006, p. 4). Acerca desse relatório, o mesmo:

[...] promete nada menos que o bem-estar material e espiritual universal, a paz mundial, a interação pacífica e mutuamente vantajosa entre os humanos e as máquinas inteligentes, o desaparecimento completo dos obstáculos à comunicação generalizada – principalmente aqueles resultantes da diversidade das línguas – o acesso a fontes de energia inesgotáveis, o fim das preocupações ligadas à degradação do meio ambiente. E finalmente, “a marcha para um grau superior de compaixão e de realização”. E tudo isso graças à conexão entre as nanotecnologias, as biotecnologias, as tecnologias da informação e as ciências cognitivas.

Latouche (1994, p. 5) diz que ter uma “fé cega na ciência e no futuro” é contraditório ao princípio da precaução e do bom senso, já que as novas produções científicas não tornam possível a construção de “arranha-céus sem escadas nem elevadores, com base apenas na esperança de um dia vencer a lei da gravidade”. O autor ainda indaga a questão nuclear, fruto do avanço da ciência, que “acumula resíduos potencialmente perigosos para os séculos futuros sem perspectiva de solução”.

Na perspectiva de superar o paradigma científico moderno, Santos e Meneses (2010, p. 19) formularam a proposta de epistemologias do sul como constatação de todas as dominações pelas quais é conhecido; o colonialismo “foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder”. O *modus operandi* do

colonialismo levou a que nações/povos colonizados tivessem muitas de suas formas peculiares de saber suprimidas. Sendo assim, a formulação de (SANTOS; MENESES, p. 7):

Trata-se do conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologias de saberes.

As epistemologias do sul assumem no debate do conhecimento local, uma constatação de que apesar de o mundo ser múltiplo culturalmente, ao longo de toda a modernidade imperou soberana uma forma de produção de conhecimento orientado pelo modelo epistemológico da ciência moderna, que dominou a emergência de novos saberes. Na abordagem de Santos e Menezes (2010), a soberania epistêmica produziu *epistemicídio*. Tal produto encontra-se expresso na supressão destruidora de alguns modelos de saberes locais, na desvalorização e hierarquização de tantos outros, o que levou ao desperdício em nome dos desígnios colonialistas da rica variedade de perspectivas presentes na diversidade cultural e nas multiformes cosmovisões produzidas pela mesma:

O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade (SANTOS; MENESES, 2010, p. 7).

Uma nova epistemologia somente pode ser pensada com o propósito de superar o modelo de pensamento moderno ocidental, que é um pensamento abissal. Isso significa uma forma de pensamento que, por meio de linhas imaginárias, divide o mundo e o polariza (Norte e Sul). Essa divisão cria “do lado de cá da linha”, e aqueles que estão “do lado de lá da linha”. Santos (2010, p. 32) diz que “a divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente”. Sendo assim, Miglievich-Ribeiro (2011, p. 127) diz que precisa realizar “[...] uma revisão epistemológica das narrativas modernas que foram erigidas mediante o *silenciamento* das histórias de indivíduos e coletividades que, fora dos centros de poder, passavam por inexistentes; ou, o que é tão nocivo quanto, eram avaliadas do ponto de vista moral como inferiores e/ou inacabadas”.

O pensamento abissal se manifesta no conhecimento moderno. No direito, a linha abissal separa o legal do ilegal, sendo estas as únicas formas de existência perante a lei. Em

relação ao conhecimento, na linha abissal entre o verdadeiro e o falso, a ciência moderna tem o monopólio da distinção universal entre eles.

Existe, portanto, uma cartografia moderna dual: a cartografia jurídica e a cartografia epistemológica. O outro lado da linha abissal é um universo que se estende para além da legalidade e ilegalidade, para além da verdade e da falsidade. Juntas, estas formas de negação radical produzem uma ausência radical, a ausência de humanidade, a sub-humanidade moderna (SANTOS, 2010b, p. 38).

Uma das evidências mais claras do pensamento científico moderno é a sua lógica de exclusão. Nela não existe a copresença dos dois lados da linha, sendo que para existir prevalência, um dos lados necessariamente esgota todo o campo da realidade relevante. Para Santos (2010, p. 39), “A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal”. Na atualidade, pode parecer que por estar falando de colonialismo, esta realidade tenha sido superada pelos avanços econômicos e tecnológicos alcançados pela humanidade, com importante auxílio da ciência. Santos (2010) denuncia por meio das Epistemologias do Sul “que esta realidade é tão verdadeira hoje como era no período colonial”.

Para Santos (2010) as linhas abissais permanecem por toda a modernidade, não se mantendo fixa numa mesma posição. Elas se movem na passagem da história, e nos últimos sessenta anos ocorrem dois abalos: o primeiro pelas lutas anticoloniais, e a segundo pela expansão “do lado de lá da linha” (Sul) e sua entrada no “lado de cá da linha” (Norte), subvertendo a lógica jurídica vigente (passa-se do paradigma da regulação/emancipação para o paradigma da apropriação/violência) Santos (2010b, p. 40-49) expõe acerca dos paradigmas da regulação/emancipação e da apropriação/violência..

Para Santos (2010, p. 16-18), o programa de superação do pensamento abissal e da instituição de uma ecologia de saberes pode ser condensado em cinco ideias principais: 1) a ideia de que a epistemologia dominante está assentada no contexto de uma dupla diferença, a saber, a diferença cultural (mundo moderno cristão ocidental) e a diferença política (colonialismo e capitalismo); 2) a ideia do *epistemicídio* (supressão dos conhecimentos locais), ocasionado pela profunda intervenção do binômio anteriormente referido; 3) a ideia que propõe que a ciência moderna não é incondicionalmente um mal ou um bem, de tal modo que seria possível perceber o caráter contextual — institucionalização que lhe deu a pretensão de validade universal — que possui a ciência moderna; 4) a ideia de que hoje — pelo conjunto de circunstâncias que se mostram — é possível perceber mais claramente as

possibilidades e os obstáculos para o surgimento de epistemologias alternativas; 5) a ideia que postula que a percepção e aceitação da diversidade epistemológica do mundo, por aumentar os critérios de validade do conhecimento, faz que se tornem “visíveis e credíveis espectros muito mais amplos de ações e de agentes sociais” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 18). Pode-se dizer que os modos de intervenção no real seriam enriquecidos por um sem-número de tradições epistemológicas até agora ignoradas ou menosprezadas.

Para Monteiro (2010, p. 234), a “produção mercantil sustentada por esse paradigma tecnológico e pelas trajetórias tecnológicas a ele associadas não é capaz de incorporar as características particulares da natureza originária da região”. Nesses aspectos a tecnologia tem como sentido a padronização e imposição suprimindo a diversidade existente.

Ao analisar a respeito do assunto, Santos (2010, p. 51-52) afirma que o caminho para o abandono do pensamento abissal pode acontecer por meio da emergência de um pensamento pós-abissal que é “parte da ideia de que a diversidade do mundo é inesgotável e que esta diversidade continua desprovida de uma epistemologia adequada. Por outras palavras, a diversidade epistemológica do mundo continua por construir”; e ainda “o pensamento pós-abissal parte do reconhecimento de que a exclusão social no seu sentido mais amplo toma diferentes formas, conforme é determinada por uma linha abissal ou não abissal, e que, enquanto a exclusão abissalmente definida persistir, não será possível qualquer alternativa pós-capitalista progressista”.

Sobre o assunto, Castro (1999, p. 33) reflete que “na Amazônia do avanço da economia mundial ocorreu com base na exploração de recursos naturais e na busca incessante de novas tecnologias para a apropriação da natureza”, sendo que cada momento histórico está relacionado a um padrão tecnológico favorável ao desenvolvimento histórico do capitalismo.

O caminho na direção de um pensamento pós-abissal torna necessário o reconhecimento da persistência do pensamento abissal. Tal reconhecimento é imprescindível para que se possa pensar e agir para além do último. Santos (2010, p. 53) diz que “o pensamento pós-abissal pode ser sumariado como um aprender com o Sul usando uma Epistemologia do Sul”. A emergência do pensamento pós-abissal é o que o autor denomina de copresença radical. A copresença radical supõe o abandono da concepção linear da História, bem como a superação da guerra e da intolerância, e as formas da negação mais radical de toda possibilidade de convivência harmoniosa. Tal atitude leva a um novo modo de se compreender a dimensão histórica, ou seja, seu significado fundamental de que a contemporaneidade é simultaneidade, princípio que deve ser compreendido no horizonte de

uma Epistemologia do Sul pela ideia de que “práticas e agentes de ambos os lados da linha são contemporâneos em termos iguais”.

Com a crença na ciência, surgem formulações que defendem que as superações da crise ambiental estão relacionadas às ações da chamada modernização ecológica, destinadas essencialmente a promover ganhos de eficiência e ativar mercados. Sendo assim, se conferem ao mercado a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental, economizando o meio ambiente e abrindo os mercados para novas tecnologias batizadas de limpas, sem mudar o modelo econômico vigente.

Para Loureiro (2006, p. 11), a ideia que a superação da crise ambiental não se restringe à formulação de novas tecnologias, e sim que é necessária a “reorganização da base civilizacional e da estrutura política, econômica, social e cultural, vigente nas sociedades instituídas no período posterior à Revolução Industrial e no marco da modernidade capitalista”.

A busca em formular a produção de conhecimento a partir da diferença dos povos e sociedade, suprimindo preconceitos e estruturas pré-estabelecidas, pode acontecer, segundo Bhabha (1998, p. 207) com a “cisão entre a temporalidade continuísta, cumulativa, do pedagógico, e a estratégia repetitiva, recorrente, do performativo”.

2.1.3 Crítica ao pensamento Ocidental

O conteúdo estratégico que ganhou o desenvolvimento para a consolidação do modelo ocidental de racionalidade e modernidade permite a compreensão que sua formulação ocorreu em gabinete de intelectuais e gestores e somente apresentado ao público em seu formato final (NUSTAD, 2007, p. 40). Isso justifica o caráter colonizador, formatador, homogeneizador de tal perspectiva em diferentes dimensões: sociais, econômica, política e cultural.

Com a influência de Foucault, a partir da década de 1970, iniciam-se as críticas ao desenvolvimento¹⁹. É também na mesma década que Edward Said (1978) produz suas análises sobre o orientalismo. As reflexões de Foucault conduzem a uma reflexão que mostram que as verdades universalmente atribuíveis ao sujeito nos termos do conhecimento científico são, em

¹⁹Foucault traça um fio condutor, que é a problemática da verdade. Com isso Foucault debruça-se para compreender o discurso que funciona entre diferentes práticas como justificação racional de verdade, e assim atingir o status de verdadeiro. Na Arqueologia do saber, o autor investiga o jogo de regras estabelecido entre as práticas discursivas de uma época; na genealogia, como aqueles jogos atuam ao modo de legitimação para estratégias e táticas de poder presentes nas diferentes práticas sociais; na genealogia da ética, como eles funcionam na condição de auxiliares nos diversos processos de subjetivação que se desdobram das práticas de si.

última instância, *efeitos de verdade* produzidos por mecanismos estratégicos de poder presente nas práticas sociais. Sendo assim, o discurso é investido historicamente de um conteúdo verdadeiro, já que cumpre com uma funcionalidade específica de produzir *efeitos de poder* instituído por regras para o governo de pessoas, dividindo-as, examinando-as, adestrando-as, sujeitando-as.

Foucault influencia, com sua produção teórica, principalmente os atores oriundos do Terceiro mundo, que passam a criticar o desenvolvimento como resposta a questões atuais, e buscando focar em análises voltadas a compreender a dinâmica, a especificidade de cada realidade.

Para Conrad e Randeira (2002, p. 22) a obra *Orientalismo* do crítico literário, palestino, Edward Said, de 1978, é considerada o “manifesto de fundação” das formulações pós-desenvolvimento. Tal afirmativa não é à toa, já que tal elaboração se constitui um esforço particular de percepção a partir da relação binária Ocidente e Oriente. É um dos principais teóricos a sofrer influência das formulações de Foucault ele constrói uma análise voltada a questionar a perspectiva de desenvolvimento traçada no Ocidente e imposta aos países do Oriente, do Terceiro mundo e da periferia. Na perspectiva de autor, a cultura dominante do ocidente se apodera do oriente, desfigurando e assimilando um imaginário próprio, ou seja, um conjunto de conhecimentos relativos ao espaço da cultura islâmica, expressa nas línguas árabe, persa e turca, ou ainda, é a maneira de os Ocidentais pensarem e estudarem o Oriente, com base em seus próprios valores.

Para Goldman (2011, p. 3), na perspectiva analítica de Said, “o Orientalismo é visto como uma totalidade que se transforma em um ‘discurso’, caracterizado por uma sistematicidade expressiva, revelada por uma leitura de textos representativos”. Essa relação analisada por Said (1995, p. 65) precisa ser compreendida a partir da relação colonizado e colonizador, em um contexto de embate imperial, presente desde princípio, pois, segundo o autor:

[...] se desde o princípio reconhecemos as histórias profundamente complexas e entrelaçadas das experiências específicas, mas mesmo assim interligadas e sobrepostas – das mulheres, dos Ocidentais, dos negros, dos Estados e culturas nacionais – não há nenhuma razão intelectual particular para conceder um estatuto ideal e essencialmente separado a cada uma delas. Mas seria desejável preservar o que há de único em cada qual, enquanto preservarmos também algum sentido da comunidade humana e as disputas efetivas que contribuem para sua formação, e na qual todas participam.

Said (2005, p. 86) faz uma avaliação do sistema mundial, imperial, considerando a história, a geografia, que colaboram para produzir um “império mundial” sobre o comando da Europa, sendo assim:

Os discursos universalizantes da Europa e Estados Unidos modernos, sem nenhuma exceção significativa, pressupõem o silêncio, voluntário ou não, do mundo não europeu. Há incorporação; há inclusão; há domínio direto; há coerção. Mas muito raramente admite-se que o povo colonizado deve ser ouvido e suas ideias conhecidas.

Para Said (2005, p. 40), “[...] a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante; o ‘colonialismo’, quase sempre uma consequência do imperialismo, é a implantação de colônias em territórios distantes”. A compreensão da lógica imperial, do colonialismo constitui um fato importante para o pensamento pós-desenvolvimentista.

A crítica ao desenvolvimento, com o passar dos anos, ganha mais adeptos. Na década de 1990 a desconstrução da ideia hegemônica de desenvolvimento ganha dois novos trabalhos, Ferguson (1990) e de Arturo Escobar (1995), com forte enraizamento na antropologia econômica e fortemente influenciados pelas ideias de Foucault acerca da “colonização da realidade”²⁰. A produção dos autores propõe a desconstrução do discurso ‘indústria do desenvolvimento’. Para eles, os projetos de desenvolvimento são propagadores do desejo de crescimento industrial e econômico, da maneira como o mesmo é definido pelo capitalismo ocidental. Sendo assim, o discurso do desenvolvimento funciona como um instrumento de dominação ligado à expansão do capitalismo moderno.

A leitura produzida por Ferguson (1990) e Escobar (1995) traz para o centro do debate a superação da vontade de buscar os limites e falhas presente no desenvolvimento, além disso, os autores não buscam traçar receitas e nem procedimentos para que os países do “terceiro mundo” ou “subdesenvolvido” possam atingir a chamada modernização. Segundo Costa (2006, p. 117), a crítica ao desenvolvimento agrupou um conjunto de intelectuais e ativistas do terceiro mundo, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, “qualificados como intelectuais da diáspora negra ou migrante”, que passaram a realizar uma leitura engajada considerando o lugar da resistência e hegemonização ocidental²¹. Essa perspectiva teve a

²⁰ Concepção que tem a intenção de mostrar como certas representações do mundo se tornam dominantes e modelam a maneira pela qual a realidade é levada em conta e imaginada.

²¹ Uma das explicações das origens das críticas pós-colonial é a ascensão de um corpo intelectual do Terceiro mundo nas academias da Europa e dos Estados Unidos. A partir da década de 1980, como o palestino Edward Said, e dos indianos Homi Bhabha e Gayatri Spivak, reconhecido

crítica literária como pioneira e depois se expandiu para outras disciplinas como a antropologia, sociologia economia entre outras.

O centro da reflexão dos autores é evidenciar os resultados do desenvolvimento como instrumento de expansão e consolidação do capitalismo ocidental. Para Ferguson, a noção de desenvolvimento imposto aos países do “terceiro mundo” tem como propósito funcionar como uma máquina *antipolítica*, acrítica, voltada a perpetuar os interesses de exploração e de sujeição dos países centrais. Sendo assim, os projetos de orientação dos organismos e agências multilaterais ocorrem como pressuposto para a consolidação de uma sociedade acomodada, apática e submissa aos grandes problemas de desigualdade e conflitos locais. As abordagens de Ferguson buscam mostrar que os projetos exógenos, formulados por tecnocratas das instituições como o Banco Mundial, ONU, BIRD e outros, são voltados a criar alianças capazes de operar junto aos países do terceiro mundo a partir de um diagnóstico da “falta” existente, ou o que limita ou dificulta os caminhos do desenvolvimento segundo o modelo ocidental, e assim corrigir as falhas existentes.

A perspectiva do pós-desenvolvimento de Escobar e Ferguson lança no debate teórico condições para uma análise ampliada, capaz de observar o diferente, para além da moldura do pensamento hegemônico, trazendo para o debate aspectos antes esquecidos nas leituras econômicas como “as relações de parentesco, o sistema de reciprocidade, a instituição do dom e do contra-dom, a propriedade coletiva da terra ou as relações com o mundo da natureza e dos ancestrais” (PERROT, 2008, p. 228). Com isso, a leitura de Escobar e Ferguson supera a hegemônica concepção presente no desenvolvimento que tem os países do terceiro mundo, como sociedades com debilidades, recheadas de falhas e que vivem em constante situação de “falta” e carência, fazendo que essas sociedades sejam vistas como inadequada e fracassadas na consolidação do desenvolvimento ocidental. Nessa abordagem esses países “periféricos”, do “terceiro mundo” precisam sempre recorrer ao centro capitalista e obter “ajuda” ou precisam da intervenção de ente externo para criar as condições subjetivas ou objetivas para superar tal condição de “atraso”.

Na perspectiva de Ferguson (1990, p. XV), o “desenvolvimento” como problemática dominante na modernidade precisa ser analisado na prática, e seus impactos sociais verdadeiros. Para o autor, na literatura crítica sobre o desenvolvimento é preciso buscar não somente problematizar o desenvolvimento enquanto discurso ideológico e sim refletir o

internacionalmente, nas décadas de 1980-90, enquanto autores pós-coloniais. Esses autores, que como elemento central em suas análises “desconstrução” da polaridade *West/Rest*, constitui o termo comum que une os diferentes autores identificados com o marco pós-colonial (COSTA, 2006, p. 120).

aspecto “real” dos seus conteúdos expressados pelo mesmo²² (FERGUSON, 1990, p. XV). Com forte influência de Foucault, Ferguson busca transpor a relação “verdades” e “falsidades” e compreende as consequências da discursividade do desenvolvimento em uma realidade social, cultural e política.

Ferguson (1990, p. XIV-XV), para atingir seu objetivo, analisa a representação institucionalizada de um país africano, Lesotho²³. Formulado por agências internacionais de “desenvolvimento”, o presente projeto de “desenvolvimento rural” foi realizado no sul da África, na região de Thaba-Tseka em Lesotho, ao longo do período de 1975-1984²⁴. Para o autor, as formulações de determinadas ideias, construídas em lugares distantes e aplicada em uma região com características específicas, contribuíram para mudanças sociais, já que:

[...] instituições do ‘desenvolvimento’ geram sua própria forma de discurso, e este discurso constrói simultaneamente Lesotho como um tipo particular de objeto de saber, e cria uma estrutura de saber em torno deste objeto. Intervenções são assim formuladas com base nesta estrutura de saber, que, enquanto ‘falham’ em seus próprios termos, geram também, efeitos, que incluem a expansão da burocracia estatal, lado a lado, com a projeção de uma representação da economia e da vida social (de Lesotho) que nega suas dimensões políticas... a resposta curta para a pergunta sobre o que o ‘apparatus’ do ‘desenvolvimento’ faz em Leshoto.

A síntese dos efeitos observados por Ferguson é expresso no próprio título atribuindo ao seu livro “uma máquina antipolítica, despolitiza tudo aquilo que ele toca [...] ao mesmo tempo em que, quase de maneira despercebida, realiza a operação política de expandir a burocracia do poder estatal” (FERGUSON, 1990, p. XIV-XV).

O trabalho de Ferguson, *The Anti-Politics Machine* (1990) no âmbito da antropologia política, foi realizado em países em desenvolvimento e em países não europeus, e em especial

²² A leitura de Ferguson (1990) mostra que estratégias construídas a partir de um determinado discurso passam a integrar o dia a dia de atores, ganham objetividade e são aceitas como imutáveis. Essas produzem artefatos que criam um consenso social, produzindo ações novas e desprezando antigas, construídas a partir de outros discursos e práticas. Nesse caminho o discurso do desenvolvimento passa a ser aceito e transformado em algo com ampla credibilidade.

²³ “Lesoto (oficialmente Reino do Lesoto; em inglês *Kingdom of Lesotho*) é um pequeno país da África Austral, encravado no interior da África do Sul. Um enclave incrustado na África do Sul, montanhoso e sem saída para o mar, o país é o antigo reino da Basutolândia, um dos países etnicamente mais homogêneos da África: 99% de sua população é da etnia basoto. O país vive da agricultura e criação de ovelhas na cordilheira do Drakensberg, que domina a maior parte do território e atingem mais de 3 mil metros de altitude. É bastante dependente da África do Sul; o dinheiro enviado por seus cidadãos empregados nas minas e fábricas sul-africanas representa 26% do PIB.” (Cf. dados do Wikipédia, enciclopédia *on line*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lesoto>. Acesso em: 27 mai 2014).

²⁴ O projeto foi desenhado e implementado pelo Banco Mundial em parceria com a Canadian International Development Agency (CIDA).

no continente africano. Nesse trabalho, o autor analisa programas, iniciativas governamentais e projetos implementados, pelo fato de salientarem as fragilidades dessas mesmas iniciativas, os insucessos face aos objetivos propostos e, por fim, os resultados que, embora não esperados, se revelaram frutuosos.

Para Ferguson (2011, p. 176), o desafio em pesquisar, o programa e projetos desenvolvidos por agências multilaterais não estavam funcionando como era esperado. Sendo assim, era preciso Lesotho seguir as seguintes perguntas: “se os projetos estão fracassando, por que isso está ocorrendo? Qual é o diagnóstico? Ou, então, se precisam ser melhorados, como? Não pareceram perguntas muito interessantes em Lesotho, porque lá era óbvio que estavam fracassando”; sendo assim, “era mais óbvio que eles iriam fracassar e que estavam organizados de forma que não poderiam nem mesmo existir. Já era claro para mim que eles não estavam fazendo nada, que estavam ocupando aquele lugar por outras razões e produzindo efeitos sociais, o que era muito importante”.

Ferguson (2011), com base nas análises do programa e projetos desenvolvidos de fora, em países africanos, e outros enquadrados como países do terceiro mundo, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, considera esses projetos importantes, por entender as suas reais finalidades, o que ele chama de *agnosticismo antropológico*,

Porque simplesmente fazer uma cerimônia para trazer chuva não diz nada, não tem efeito social e não produz certas consequências sociais, mas é a chave para entender e desenvolver o que está acontecendo e o que é importante. E então encontrei um tipo de *agnosticismo antropológico*, que chamo de ser muito crente, ter muita fé, em projetos desenvolvimentistas.

Estudo realizado por Ferguson demonstra relevante a teoria e empiricamente na medida em que, independentemente de ser realizado em o Lesotho, possibilita pensar em projetos que são influenciados, financiados ou apoiados por modelos e entidades externas. Os estudos de Ferguson mostram que projetos de desenvolvimento no Lesotho, durante a década de 1980, apontam para outro tipo de perigo, o de institucionalizar ideias feitas sobre países e populações, as quais têm um impacto nas suas vidas. O autor visa analisar a ligação entre o discurso desenvolvimentista e o trabalho de campo das instituições internacionais ligadas ao desenvolvimento, tendo por base o Relatório do Banco Mundial sobre o Lesotho, de 1975. Ferguson constata que grande parte destes projetos oferece uma resposta técnica para o que não é intrinsecamente um problema técnico²⁵.

²⁵ Para atingir tal objetivo, Ferguson interpretou os relatórios produzidos pelo Banco Mundial e observa que não estão de acordo com a realidade histórica e social de Lesotho. O autor chega a tal

A análise de Ferguson busca o significado real dos projetos de “desenvolvimento rural”, em Lesotho ou em outro país, que mesmo não alcançado seus objetivos, continuam sendo desenvolvidos sempre no mesmo modelo. Segundo o Antropólogo, esses projetos geram realizações não previstas inicialmente, como processos sociais que contribuem para mudanças políticas, capazes de produzir controle social, numa dinâmica onde “as técnicas são muito relacionadas ao exercício de poder no processo de aquisição de conhecimento” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 75-76).

Na perspectiva de Ferguson, a ideia de projeto dos organismos multilaterais está relacionada à ideia de desenvolvimento, e reforça a hegemonia, a rejeição da tradição, a crença no progresso. Sendo assim, a trajetória do desenvolvimento muitas vezes articulado com a noção de modernidade, consiste em questionar “todos os modos convencionais de fazer as coisas, substituindo autoridades por seu próprio arbítrio, baseada na ciência, [...]. A modernidade começa a conquistar o mundo em nome da razão” (LYON, 1998, p. 37).

Sendo assim, para Ferguson (1990, p. 55), é mais proveitosa uma análise consequente do desenvolvimento, que foca, ao invés de objetivos formulados e não atingidos, na análise no que o projeto produz e que não estava previsto. Em sua análise, o autor mostra como a discursividade do “desenvolvimento” opera a partir de uma série de regras de formação que determina a maneira como um conhecimento é formulado de certo objeto. Isso mostra que distorções presentes nos relatórios não são casuais e sim parte de uma estratégia de *apparatus* do “desenvolvimento”, capaz de construir um perfil de Lesotho de forma que corresponda um “Less Developed Country” (LDC), que é pressuposto fundamental para a “intervenção” de organizações como o Banco Mundial. Acerca da peculiar representação de Lesotho (1990, p.55):

[...] como a qual que emerge no relatório do Banco Mundial não deve ser entendido como a simples produção de erros. Existem, de fato, equívocos no relatório como foi revisto, e existem tais formas de erros em outros relatórios desse tipo. Mas, estes erros são sempre de um tipo particular, e eles quase que invariavelmente tendem para direções previsíveis. As estatísticas estão erradas, mas sempre erradas da mesma maneira.

Para Ferguson, há uma disposição do Banco Mundial em construir uma imagem de Lesotho. Essa imagem consiste em descrever o país como um “Less Developed Country”, uma “economia nacional dependente”. Sendo que para isso, o relatório

conclusão com base no seu próprio conhecimento e trabalhos acadêmicos, o que lhe permite argumentar, que a maneira como o Banco Mundial faz a avaliação de Lesotho, pode ser um modelo de como a “indústria do desenvolvimento” faz para impor seus apartos da discursividade do desenvolvimento, como define um “problema” e sua solução correspondente.

desconsidera os aspectos sociais e político do país, história local capaz de explicar a peculiaridade do país. A descrição da população é feita de forma uniforme, como se fosse formado “igualitária de camponeses ou pequenos fazendeiros”. Segundo o autor, o relatório traduz que os principais problemas do “desenvolvimento” podem ser resolvidos com uma “boa governança”.

O Estado é tratado, como um órgão para aplicar “programas de desenvolvimento”, é um que tem políticas (*policies*), mas que não tem política (*politics*). Nessa visão, presente no relatório do Banco Mundial, os conflitos históricos entre classes e políticas são ignorados. Na verdade, as agências multilaterais como o Banco Mundial, busca em seus projetos de ajuda, construir um problema capaz de ser resolvido com “intervenções técnicas” “politicamente neutras” e principalmente esses problemas não pode ser consequência de transformações estruturais e políticas, já que “as agências do desenvolvimento não funcionam para dar apoio às transformações políticas ou lutas revolucionárias” (FERGUSON, 1990, p. 69).

Portanto, os relatórios do Banco Mundial precisam apresentar um Lesotho a partir de uma análise apolítica, com necessidades de receber intervenções tecnicistas e projetos como o de desenvolvimento rurais, que mesmo que não alcance os objetivos de criar serviços como estradas, postos de saúde, posto policial, correio etc., antes inexistentes. Com isso, o aparato estatal amplia sua área de alcance, principalmente onde a sua atuação era muito pouca antes do projeto, o que significa expandir a burocracia estatal, segundo Ferguson. Esses são os “efeitos colaterais” ou “efeitos instrumentais” dos “projetos de desenvolvimento”, ou seja, os “serviços” gerados de maneira não prevista servem, na realidade, à expansão do exercício do poder estatal.

Com isso, conclui o autor dizendo que o “projeto de desenvolvimento rural”, na região de Thaba-Tseka gerou condições instrumentais para a ação do poder estatal, aumentando o seu controle social, mesmo que essa não fosse sua finalidade. Isso, segundo Ferguson (1990, p. 256), mostra que um projeto que teoricamente é “apolítico, no final contribui para um processo político, como a expansão da burocracia estatal ou o exercício de poder de uma minoria”. É por esse motivo que mesmo que os projetos fracassem várias vezes em seu planejamento inicial, os mesmos continuam sendo implementados em diversos territórios, países e regiões do mundo.

A formulação de Ferguson é reforçada por Bhabha (1998, p. 111), para quem o colonizador busca sempre justificar suas ações e projetos como forma de atender “uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e

estabelecer sistemas de administração e instrução”. Sendo assim, as ações de organizações multilaterais reforçam uma perspectiva colonialista que,

[...] deforma as relações intersubjetivas do reconhecimento mútuo, de maneira que os grupos implicados são pensados igualmente num esquema comportamental quase neurótico: enquanto os colonizadores só podem elaborar com cinismo ou com agressão intensificada o desprezo que sentem por si mesmos, já que degradam sistematicamente o nativo, os colonizados somente são capazes de suportar as *ofensas diárias* através da cisão de seu comportamento nas duas partes constituídas por uma transgressão ritual e uma superadaptação habitual (HONNETH, 2003, p. 248).

As análises das ações desenvolvidas por organizações multilaterais, com base num discursos de desenvolvimento, realizados por atores de concepção pós-desenvolvimentista, colocam na história o sujeito obscurecido, seu modo de vida, valores e ideias. Said (2007, p. 71) traz para o palco o mundo da vida real, o mundano, cujas “circunstâncias nenhum de nós jamais pode estar separado, nem mesmo em teoria”, aspectos, nitidamente, realizados por programas e projetos de desenvolvimento.

Os autores do pós-desenvolvimento, como Escobar, Said, Ferguson, Taussig, Latouche, Gustavo Esteves, e tantos outros, assumiram para si uma missão existente em uma polarização com o ocidente, construída no plano discursivo e legitimada em dimensões como a política, política econômica e cultural. Sendo assim, as análises mostram que, primeiro: há “no plano discursivo e legítimo no âmbito político, uma relação assimétrica irreversível entre o Ocidente e seu outro, conferindo ao primeiro um tipo de superioridade que não é circunstancial, histórica e referida a um campo específico — material, tecnológico”; e, segundo, que ela “é inócua do ponto de vista cognitivo, uma vez que ofusca aquilo que supostamente busca elucidar, a saber, as diferenças internas dessa multiplicidade de fenômenos sociais subsumidos nesse outro genérico, bem como as relações efetivas entre o Ocidente imaginado e o resto do mundo” (COSTA, 2006, p. 88).

Para Costa (2006, p. 120), o esforço de desconstrução da lógica binária de matriz ocidental tem raízes no ensaio de Spivak (1988), no qual a autora esclarece que “desfez-se a expectativa de que uma perspectiva epistemológica nova surgiria, dando-se voz ao (pós-) colonizado, mostrando que é ilusória a referência a *um* sujeito subalterno que pudesse falar”.

Costa (2006, p. 120), tendo como referência o caso da Índia, diz que há “uma heterogeneidade de subalternos, os quais não são possuidores de uma consciência autêntica pré ou pós-colonial, trata-se de ‘subjetividades precárias’ construídas no marco da ‘violência epistêmica’ colonial”. Sendo assim, “[...] no lugar de reivindicar a posição de representante

dos subalternos que ‘ouve’ a voz desses, ecoada nas insurgências heroicas contra a opressão, o intelectual pós-colonial busca entender a dominação colonial como cerceamento da resistência mediante a imposição de uma *episteme* que torna a fala do subalterno, de antemão, ‘silenciosa’, vale dizer, desqualificada”.

2.1.4 A Projeção e construção da hegemonia Ocidental

A construção da hegemonia Ocidental exige que ocorra em muitas sociedades a prevalência da relação de poder. Sendo que a utilização do poder ser compreendida a partir da projeção realizada pelas técnicas ocidental e capitalista sobre a sociedade, grupos ou comunidade. Taussig (1993, p. 94), acerca da projeção, diz que “não é a selva, mas os sentimentos que os colonizadores nela projetam que são decisivos para encher seus corações de selvageria”.

Tal projeção encontra-se alimentada em publicações dos relatos presentes na literatura escrita e informativa acerca da situação e domínio colonial nos países centrais e nos próprios países que viveram sobre o regime colonial, no caso a Colômbia. Para Castro-Gómez (2005, p. 81), eles utilizaram a “palavra escrita para construir leis e identidades nacionais, planejar programas modernizadores, organizar a compreensão do mundo em termos de inclusões e exclusões”. Sendo assim, a projeção do colonizador era fundamental para consolidar uma concepção própria em um lugar distante.

Na perspectiva de compreender a política das representações políticas, Taussig (1993) descreve a atrocidade aos indígenas da região de Putumayo, na Amazônia, sudoeste colombiano, por funcionários de companhia de comércio inglesa — a *Peruvian Rubber Company*²⁶ uma borracha, no início dos anos de 1900²⁷.

²⁶ Segundo Oliveira (2009, p. 117) a *Peruvian Rubber Company*, foi constituída para fins políticos, “com a aparência de uma companhia de comércio inglesa — a *Peruvian Rubber Company*, ela surgirá em substituição a “Casa Arana”, pertencente aos peruanos Julio Cesar Arana, seu irmão e seus cunhados, nada mais sendo, em verdade, que o mesmo estabelecimento, com outro nome e uma falsa nacionalidade, expressão do poder dos seus proprietários, que haviam chegado à região do Putumayo, em terras então colombianas, em 1903, a fim de ali atuarem na extração e comercialização da borracha, utilizando a população indígena que ali vivia, como mão de obra, dela se valendo, praticamente, na condição de escravos.

²⁷ No início do ano de 1900, a região do Putumayo foi cenário da morte de aproximadamente 40 mil indígenas. Suas mortes foram atrozes e cruéis: — ensopando-se os seus cabelos com querosene, sendo eles, a seguir, queimados vivos; havendo sido antes torturados, até se encasularem como vermes; e, além disso, também estuprados; contando-se entre essas vítimas, velhos, mulheres e crianças; todas essas mortes brutais, havendo sido da responsabilidade do cauchero Julio Cesar Arana.

Para Quijano (1999, p. 99-109), a espoliação colonial constrói sua legitimidade na medida em que cria “*diferenças incommensuráveis* entre o colonizador e o colonizado”. Sendo assim, as noções de “índio”, “selva”, “cultura” e tanto outros irão operar como um dispositivo taxonômico capaz de produzir identidades opostas. Com isso, o colonizado será o outro alvo do poder disciplinador por parte do colonizador. As narrativas, discursos e produção literária transformaram o “colonizado” no detento da maldade, da barbárie e da incontinência, e o colonizador no arauto da bondade, da civilização e da racionalidade.

Faulhaber (2005, p. 10) diz a projeção dos colonizadores alimentaram os relatos produzidos da violência aos indígenas, mesmo nos jornais colombianos e britânicos da época, onde se encontram versões que visam garantir o predomínio das construções do colonizador, contraponto qualquer interesse ou abordagem que possam apresentar os aspectos relacionados aos interesses e defesa do olhar do colonizado. Para a autora, os argumentos “registrados na polêmica sobre essas fronteiras expressam discursos valorativos acerca do etnocídio, relativos a processos de colonização e nacionalização pelos diferentes Estados Nacionais nascentes, dos territórios indígenas”. “A trajetória da colônia criou o espaço da morte que em sociedades coloniais ganham significado e da consciência, sobretudo em sociedades onde a tortura é endêmica e onde a cultura do terror floresce” (TAUSSIG, 1993, p. 26).

Na mesma base, explorar os índios igualava-se, segundo Taussig (1993, p. 43), ao da exploração dos recursos naturais. Nessa lógica, recursos naturais e indígenas ganham a conotação de coisas, em que o conquistador tem o direito de usufruir. Sendo assim, quando “branco chegar a uma das grandes casas comunitárias” que moram mais de “cem índios, o primeiro também a impingir-lhes bens de consumo, clamou por seus ‘direitos de conquista’. Em troca, os índios pagaram com borracha. [...] Não entendo o poder que os comerciantes exerciam sobre os índios”.

No campo das estratégias de dominação, as práticas de atração incluíam a oferta de bens de consumo e a dependência do conquistador. Para Taussig (1993, p. 26-27), essa construção da colônia pelo colonizador, e o estabelecimento da hegemonia leva o autor a pensar a partir do papel do “terror”:

[...] na criação da realidade colonial que ocorreu no Novo Mundo permanecerá tema de imensa curiosidade e estudo – aquele Novo Mundo onde os *irracionales* índios e africanos se tornaram obedientes à razão de um pequeno número de cristãos brancos. Quaisquer que sejam as conclusões a que chegemos sobre como essa hegemonia foi tão rapidamente efetuada, seria insensatez de nossa parte fazer vista grossa ao papel do terror. Com isto quero dizer que devemos pensar através do terror, o que, além de ser um estado fisiológico, é também um estado social, cujos traços especiais

permitted que ele sirva como o mediador *par excellence* da hegemonia colonial: o espaço da morte onde o índio, o africano e o branco deram à luz a um Novo Mundo.

O modelo ocidental, os padrões colonialistas dentro da abordagem do pós-desenvolvimento se atualizam, principalmente em relação aos povos indígenas. Tal perspectiva está presente no ideal de civilização, produto do modelo europeu a ser aplicado na colônia, onde a integração dos povos indígenas e de seus territórios às normas deste modelo é imprescindível. Sendo assim, para alcançar este desígnio totalitário, submeteram os povos indígenas às regras do centro capitalista e ocidental.

Na abordagem de Spivak (2010, p. 67), “no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar”. Sendo assim, na busca de certa inserção e superação da condição de subalternidade, como também, a participação na cultura do colonizador, o colonizado torna-se imitador, produzindo e reproduzindo imagens de si mesmo baseando-se nos valores culturais e sociais da cultura dominante. E “a mímica surge como objeto de representação de uma diferença que é ela mesma um processo de recusa. A mímica é assim o signo de uma articulação dupla, uma estratégia complexa de reforma, regulação e disciplina que se ‘apropria’ do Outro ao vislumbrar o poder” (BHABHA, 1998, p. 130).

Um dos exemplos de imposição do colonizador ao colonizado ocorre, segundo Bhabha (1998, p. 158), com a tradução da Bíblia para a língua nativa, recepcionada pelos nativos como um benefício dos colonizadores para os colonizados, de forma que o mesmo pudesse assim compreender. No entanto, “a Bíblia traduzida para o hindu, propagada por catequistas holandeses ou nativos, é ainda o livro Inglês”.

O método de ensino da língua, com expressões fáceis e memorização para os colonizados, constitui um instrumento de dominação capaz, muitas vezes, de produzir inconscientemente ações contra sua própria crença. Assim, o colonizado passar a ter uma presença parcial, ou “o menos que um e duplo”, pois ao mesmo tempo em que esse Outro não mais se identifica com sua própria. Sendo assim, o “nativo preso nas cadeias do controle colonialista, chega ser uma “pseudopetrificação” que o incita e excita ainda mais, tornando assim, ansiosa e ambivalente a fronteira entre colônia e nativo” (BHABHA, 1998, p. 168).

A forma de dominação do colonizador e a imposição de seus elementos culturais fazem com que os colonizados se constituam seres indeterminados, e essa é a representação da identidade do Outro por meio da mímica. Na verdade, o colonizador não permite que o Outro seja como ele, fazendo que o mesmo acredite que sua cultura não tem valor e para ser colonizado pelo Ocidental, no caso o europeu e o norte-americano.

Bhabha (1998, p. 135) diz que a mímica revela o Outro do “entre-lugar”, aquele diferente do seu objeto de imitação e marcado por uma identidade parcial, e “como lembra Lacan, a mímica é como a camuflagem, não uma harmonização ou repressão da diferença, mas uma forma de semelhança que difere da presença e a defende, expondo-a, em parte metonimicamente”.

Um aspecto importante na reflexão do pós-desenvolvimento é compreender que existe uma dupla relação, ou seja, o colonizado não é passivo. Ele desenvolve estratégias e meios de burlar parcialmente a dominação, adquirindo o que é necessário para a realização de alguma projeção própria aos seus interesses.

2.1.5 O discurso adjetivado do desenvolvimento

A emergência dos novos problemas ambientais globais, com efeitos generalizados mundialmente, atingindo diferentes nações e grupos sociais, fez brotar um novo discurso, uma adjetivação ao desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável²⁸. Para Ridclift (2006, p. 51), estamos num momento em que a sustentabilidade é usada como um sufixo para quase qualquer coisa julgada desejável.

Para Latouche (1994), o desenvolvimento sustentável²⁹ se constitui em uma formulação consagrada pelo ocidente, que tem forte enraizamento na uniformidade dos modos de vida, nos valores do progresso, do consumo e da mercadorização do conhecimento e da cultura. O autor compreende que o desenvolvimento sustentável constitui uma ilusão dos discursos com ampla capacidade de despolitizar. O discurso do “desenvolvimento

²⁸ O conceito mais conhecido de desenvolvimento sustentável tem como marco inaugural o relatório “Nosso Futuro Comum”, lançado em 1987 (também conhecido como “Relatório Brundtland”). Neste o conceito de desenvolvimento sustentável, foram embutidos pelo menos dois importantes princípios: o de necessidades e o da noção de limitação. O primeiro trata da equidade (necessidades essenciais dos pobres) e o outro se refere às limitações que o estágio da tecnologia e da organização social determinam ao meio ambiente (WCED, 1991, p. 46). O desenvolvimento sustentável significa compatibilidade do crescimento econômico, com desenvolvimento humano e qualidade ambiental. Portanto, o desenvolvimento sustentável preconiza que as sociedades atendam às necessidades humanas em dois sentidos: aumentando o potencial de produção e assegurando a todos as mesmas oportunidades (gerações presentes e futuras).

²⁹ Um dos aspectos positivos da argumentação que está por trás do conceito de desenvolvimento sustentado é a tentativa de resolver as contradições entre o crescimento econômico, a distribuição de renda e a necessidade de conservar os recursos ambientais, não somente em benefício das gerações atuais, mas também das futuras. Com isso, fica evidente a necessidade de se reformularem muitas das propostas teóricas neoliberais cujo horizonte de reflexão e instrumental para a tomada de decisões quanto a investimentos (taxa de desconto, por exemplo) é extremamente curto e imediatista (DIEGUES, 2003, p. 27)

sustentável” se mostra como uma reação circunscrita a alguns elementos como os “excessos”, os “defeitos”, os “efeitos perversos” do modelo socioeconômico do “crescimento”.

Mészáros (2001, p. 8) também desenvolve críticas ao desenvolvimento sustentável. Para ele, o “desenvolvimento” na lógica capitalista é insustentável, sendo, portanto, impossível cálculo desenvolvimento sustentável sem superar a desigualdade substantiva, e o modo de produção hegemônico.

[...] estarmos realmente no controle dos processos culturais, econômicos e sociais vitais, através dos quais os seres humanos não só sobrevivem, mas também podem encontrar satisfação, de acordo com os objetivos que colocam para si mesmos, em vez de estarem à mercê de imprevisíveis forças naturais e quase naturais determinações socioeconômicas.

Ainda, segundo Mészáros, o desenvolvimento sustentável tem o imperativo da eliminação do desperdício e da existência de uma economia racional com base no controle interno e autodirigido. O autor usa o conceito de “desigualdade substantiva” para acenar à desigualdade estrutural e à adversidade existentes no capitalismo. A desigualdade substantiva seria reforçada pela interação recíproca entre estruturas materiais reprodutivas desiguais e dimensão cultural que contiveram o indivíduo no pequeno domínio da ação. A “desigualdade substantiva” seria a cultura da “igualdade substantiva”. Esta se reportaria a uma direção emancipatória pelo “envolvimento ativo de todos e consciência da própria partilha de responsabilidade implícita na operação de tal modo de tomada de decisões sem adversariedade” (MÉSZÁROS, 2001, p. 9).

Em continuidade à mesma reflexão, para Latouche (2006, p. 3) o caminho encontrado pelos sistemas capitalista para consolidar “dois imperativos contraditórios do crescimento e do respeito ao meio ambiente” e assim “refutar a necessidade de um decrescimento” consiste em quatro pontos: 1) a ecoeficiência; 2) o imaterial; 3) os progressos futuros da ciência; 4) a substitutibilidade dos fatores³⁰.

³⁰ As análises de Latouche (2009, p. 25) concluem que o crescimento econômico enveredou por razões geométricas e assim busca as taxas de crescimentos em contínua elevação, contudo salienta o autor “Se o crescimento produzisse mecanicamente o bem-estar deveríamos viver hoje num verdadeiro paraíso”, no entanto observado as diversas taxas de alguns países e evidente que “o que nos ameaça é bem mais o inferno”. Na construção da abordagem do decrescimento fica claro que Latouche (2006, p. 10) visa apresentar a necessidade de “reavaliar” “rever” os fundamentos que organizam a vida na sociedade atual em vista de estabelecer novos parâmetros de convivência e relação social, econômica, cultura e ambiental. Para o autor, o altruísmo deveria passar à frente do egoísmo, a cooperação, à frente da competição desenfreada, o prazer do lazer e o ethos da ludicidade, à frente da obsessão pelo trabalho, a importância da vida social, à frente do consumo ilimitado, o local, à frente do global, a autonomia, à frente da heterônoma, o gosto pela bela obra, à frente da eficiência produtivista, o razoável, à frente do racional etc.

É incontestável o fato de que a eficiência ecológica tenha aumentado de maneira notável, mas, ao mesmo tempo, a perpetuação do crescimento desenfreado provoca uma degradação global. As reduções de impactos e de poluição por unidade são sistematicamente aniquiladas pela multiplicação do número de unidades vendidas e consumidas (fenômeno que se denominou efeito rebote).

Na perspectiva de Latouche (2009, p. 8), a alternativa ao desenvolvimento está na construção de um novo paradigma, o decrescimento. O decrescimento é, para o autor, uma completa rejeição oculto do crescimento pelo crescimento. Para o autor, conciliar crescimento econômico e sustentabilidade é uma tarefa impossível, portanto, “é preciso renunciar ao crescimento enquanto paradigma ou religião”.

Por todas essas razões, o decrescimento só pode ser considerado numa “sociedade de decrescimento”, ou seja, no âmbito de um sistema baseado em outra lógica. Portanto, a alternativa é efetivamente: decrescimento ou barbárie! (LATOUCHE, 2009, p. 5).

O decrescimento consiste em um *slogan* político com implicações teóricas, que tem como objetivo por fim no “jargão politicamente correto dos drogados do produtivismo” (LATOUCHE, 2009, p. 4). Para Latouche (2009), é fundamental entender que o decrescimento não significa crescimento negativo. Entretanto, a diminuição do crescimento é capaz de colocar a sociedades na incerteza, desemprego, abandono de programas sociais, sanitários, educativos, culturais, entre outros. Sendo assim, para entender o conceito com clareza é preciso saber que o decrescimento não faz parte do rol de abordagens e perspectivas caracterizadas como desenvolvimento sustentável.

Para Latouche (2009, p. 17) a sociedade da acumulação ilimitada está condenada ao crescimento, baseado na “publicidade, o crédito e a obsolescência acelerada e programada dos produtos”. Os números mostram que a humanidade consome quase 30% acima da capacidade de regeneração da biosfera. Diante desse quadro, existem propostas como do “controle massivo da população ou a redução, principalmente do terceiro mundo” (LATOUCHE, 2009, p. 31). Para o autor, o problema não está no superpovoamento, e sim em saber repartir os recursos de forma equitativa e ética, pois, para ele, chegamos à beira da catástrofe, o que exige uma reação rápida e enérgica para a mudança.

Tal perspectiva somente pode ser alcançada com algumas ações, como: *inventar a democracia ecológica local*, para contrapor à periferização; *recuperar a autonomia econômica local*, o que implica em autossuficiências alimentar, econômica e financeira. A

promoção de *iniciativas locais decrescentes*, o que já ocorrem em coletividades locais em diversos territórios, é essencial. Latouche (2009, p. 81) diz que a ousadia do decrescimento no hemisfério Sul significa provocar um movimento em espiral para entrar na órbita do círculo virtuoso dos oito “erres” e assim romper a dependência econômica com o Norte.

As grandes reflexões sobre a limitação do conceito de desenvolvimento, sua articulação com a manutenção da hegemonia e estratégias dos países capitalistas Ocidentais nos fornecem uma visão ampla e eficaz para a compreensão de formulações e estratégias teóricas e governamentais. Entretanto, uma aproximação mais apurada com perspectivas de mudanças de olhar busca, conforme em Anturo Escobar, antropólogo colombiano, ampliar a reflexões dentro de uma abordagem do pós-desenvolvimento, trazendo com propriedade para a reflexão categorias como o lugar, conhecimento local, a relação organizativa de comunidades negras e quilombolas.

3 EPISTEMOLOGIA: CONHECIMENTO E MOVIMENTO SOCIAIS

Serão abordadas, neste estudo, as mobilizações e organização das comunidades de Juruti Velho com o advento da ALCOA. Buscou-se referência em processos vivenciados por comunidades e grupos em diferentes territórios. Entre esses processos, observamos com mais ênfase os das comunidades da floresta do Pacífico colombiano, abordados por Escobar (2005).

Anturo Escobar, antropólogo colombiano, com suas abordagens alicerçadas na perspectiva da ecologia política³¹ e de parâmetros pós-desenvolvimento vem adquirindo grande relevância nas reflexões contemporâneas relacionadas ao lugar, conhecimento local, questão ambiental, desenvolvimento capitalista e outros³². Entre as reflexões de Escobar, vamos tratar das que estão relacionadas às comunidades negras e indígenas no interior da Amazônia colombiana. A produção teórica de Escobar tem possibilitado o retorno de aspectos marginalizados e ausentes, com a prevalência do desenvolvimento ocidental e com a globalização. Escobar (2005, p. 70) resgata os temas que têm sido negados pelo desenvolvimento. É nesse contexto que o lugar surge como conceito de análises essencial para a abordagem do pós-desenvolvimento. Para o autor, o “desaparecimento do lugar está claramente vinculado à invisibilidade dos modelos culturalmente específicos da natureza e da construção dos ecossistemas. Somente nos últimos anos é que percebemos este fato”.

Este aspecto da invisibilidade do lugar para as macroformulações teóricas e concepções de desenvolvimento, segundo Lopes (2005, p. 87), está relacionado a uma “forma

³¹ A ecologia política constitui um campo capaz de articular discussões teóricas e políticas que analisam os conflitos ecológicos distributivos, ou conflitos socioambientais. Este campo nasceu a partir dos estudos de caso locais pela geografia e antropologia, porém ultrapassa os problemas locais e tem se estendido a níveis nacionais e internacionais. Para Martínez-Alier (2007, p. 113) “O campo da ecologia política está agora se movimentando para além das situações rurais locais, na direção de um mundo mais amplo. A ecologia política estuda os conflitos ecológicos distributivos. Por distribuição ecológica são entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida. Os determinantes da distribuição ecológica são em alguns casos naturais, como o clima, topografia, padrões pluviométricos, jazidas de minerais e a qualidade do solo. No entanto, também são claramente sociais, culturais, econômicos, políticos e tecnológicos”.

³² Escobar (2005, p. 18) diz que a ecologia política constitui um campo de conhecimento que busca figurar sobre uma questão da natureza, que tem de se constituir como uma das principais questões dos primórdios aos dias atuais e de difícil solução. Segundo o autor, no final do século XX a questão da natureza permanece não resolvida em qualquer ordem social ou epistemológica moderna. Com isso eu me refiro não somente à inabilidade dos povos modernos em encontrar meios para lidar com a natureza sem destruí-la, mas também ao fato de que as respostas dadas por formas modernas de conhecimento para “a questão da natureza” – das ciências naturais às ciências humanas – provaram-se insuficientes para a tarefa, apesar do avanço reconhecível que parece ter sido dado nas últimas décadas.

e dinâmica da produção de bens e de serviços, e de como se trocam, distribuem e consomem um contexto de mundialização do capital”. O que prevalece nos dias atuais, para Ramos (1989), é a racionalidade instrumental, fruto de um modelo de sociedade centrado no mercado, com os seres humanos induzidos por meios de comunicação e de publicidade, que interferem no poder de discernimento.

A racionalidade ocidental capitalista faz com que os lugares sejam “atingidos, de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo” (SANTOS, 1988, p.11). Essa racionalidade visava alcançar o progresso, o que para Harvey (1992, p.190) implica a “conquista do espaço, a derrubada de todas as barreiras espaciais e a aniquilação última do espaço através do tempo”. Com a globalização, esse processo tende “a desterritorializar coisas, gente e as ideias [...] tudo tende a desenraizar-se, mercadorias, moeda e capital” (IANNI,1993, p. 92). O autor ainda enfatiza que o processo de desterritorialização caracteriza o essencial da sociedade global. Sobre este mesmo aspecto, Ramos (1981, p.114) desenvolveu este paradigma paraeconômico e constatou que a sociedade, a partir da Revolução Industrial, tornou-se uma sociedade unidimensional, ou seja, que faz uso dos valores do mercado como sendo a única referência para todas as atividades humanas. Desta forma, o autor utiliza a expressão “sociedade centrada no mercado”, querendo dizer que:

[...] nenhuma sociedade, no passado, esteve jamais na situação da sociedade desenvolvida centrada no mercado de nossos dias, na qual o processo de socialização está, em grande parte, subordinado a uma política cognitiva exercida por vastos complexos empresariais que agem sem nenhum controle. Em sociedade alguma do passado, jamais os negócios foram a lógica central da vida da comunidade. Somente nas modernas sociedades de hoje o mercado desempenha o papel de força central, modeladora da mente dos cidadãos.

Com base em Thompson (1981), podemos afirmar que a racionalidade ocidental compreende as especificidades do lugar, o que não pode ser racionalizado, como algo que deve ser suprimido, o que significa um grande erro. Em suas palavras, o autor reflete que “o mais velho erro do racionalismo foi supor que definindo o não-racional como não fazendo parte do seu vocabulário havia, de alguma forma, conseguido eliminá-lo da vida” (THOMPSON, 1981, p. 196).

Escobar (2005, p. 69), em sua análise, retoma o conceito de “lugar” Para Escobar (2005, p. 136) é preciso ter cuidado para não essencializar o lugar:

Os lugares são criações históricas, que devem ser explicados, não assumidos, e esta explicação deve levar em conta as maneiras pelas quais a circulação global do capital, o conhecimento e os meios configuram a experiência da localidade, enquanto “experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa – continua sendo importante na vida da maioria das pessoas, talvez para todas.

O sentido do lugar refletido por Gonçalves (2013, p. 109) está “além dos sentidos discursivos hegemônicos”. O autor citando, Keith Basso (1996), expõe a ideia que há natureza imbricada entre as pessoas e os lugares, reciprocamente constituídos: “Lugar é o primeiro de todos os seres, uma vez que tudo o que existe está em um lugar e não pode existir sem um lugar”. Sendo assim, a “experiência de sentir os lugares é sempre dinâmica e não pode ser conhecida previamente. Os lugares animam ou interanimam ideias, sentimentos e pessoas”³³.

O lugar enfraquecido no “frenesi da globalização” é igualado “ao espaço, ao capital, à história e a sua agência”³⁴; assim, enfraquecido, produz graves consequências para a “compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza, e da economia”³⁵. Sendo assim, Escobar (2005) diz que “talvez seja o momento de reverter algumas destas assimetrias ao enfocar novamente a constante importância do lugar e da criação do lugar, para a cultura, a natureza e a economia da perspectiva de lugar oferecida pelos próprios críticos”. Na perspectiva de Cecenã (2005, p. 38), o lugar é entendido como a comunidade, que constitui ao longo da história do capitalismo o “espaço de refúgio dos costumes e tradição de resistência à disciplina social capitalista e de preservação de uma cultura de sobrevivência”.

Escobar observa que o lugar, a cada dia que passar, torna-se referência aos movimentos sociais que buscam saídas alternativas com base em práticas culturais, ecológicas e econômicas voltadas a superar a lógica capitalista predominante. O lugar, frente o processo de globalização, é um importante instrumento para incorporar “as práticas econômicas” de uma ordem alternativa. Sendo assim, “a reafirmação do lugar, o não capitalismo, e a cultura

³³ Sá Gonçalves (2013, p.109).

³⁴ Escobar (2005, p. 63).

³⁵No roteiro da globalização [...] somente o capitalismo tem a capacidade de estender-se e de invadir. O capitalismo apresenta-se como inerentemente espacial e como naturalmente mais forte que as outras formas de economia não capitalista (economias tradicionais, economias do ‘Terceiro Mundo’, economias socialistas, experiências comunais) devido a que se presume sua capacidade para universalizar o mercado para os bens capitalistas [...] A globalização, de acordo com este roteiro, implica a violação e eventual morte de outras formas de economia não capitalista [...] Todas as formas não capitalistas são prejudicadas, violadas, caem, subordinam-se ao capitalismo [...] Como podemos desafiar a representação similar da globalização como capaz de ‘tomar’ a vida dos lugares não capitalistas, em especial do ‘Terceiro Mundo’? (GIBSON e GRAHAM, 1996, p.125-130 *apud* ESCOBAR, 2005, p. 75).

local oposto ao domínio do espaço, o capital e a modernidade, os quais são centrais no discurso da globalização, deve resultar em teorias que tornem viáveis as possibilidades para reconceber e reconstruir o mundo a partir de uma perspectiva de práticas baseadas no lugar”.

É esse o lugar que possibilita que as pessoas continuem “experimentando suas próprias experiências, na cultura como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou na arte ou nas convicções religiosas” (THOMPSON, 1981, p. 182).

O lugar, como aspecto presente na reflexão de Escobar, se aproxima das abordagens realizadas por Santos (1988, p. 15), para quem o lugar é um conceito que garante uma abordagem mais próxima das individualidades e das vivências, servindo como norteador para as reflexões. No lugar, é possível resgatar a expressão singular dos fenômenos globais que influenciam a sociedade, sendo possível com a sua análise tornar possível a expressão mais específica³⁶.

[...] um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são à base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Para Suertegaray (2000), o lugar é composto, fundamentalmente, pelos sentimentos de pertencimento, ou não, do indivíduo em relação ao espaço, produzido a partir da afetividade, da sensação de pertencimento, do modo como nos adaptamos e nos apropriamos das realidades globais que se introduzem no local, que dão sentido à própria distribuição objetiva das coisas e das pessoas nessa porção do espaço geográfico³⁷.

³⁶ Na análise de Aigner (2006, p.211), é importante compreender que o “[...] o dia-a-dia dos lugares entra em contradição com este mundo globalizado, que, na realidade, é apenas economicamente e competitivamente globalizado, mas não integrado.” Esse contato, faz que as particularidades sejam influenciadas pela rede global, o que influencia diretamente na forma da própria identidade. Da interação do global com o local se tem a organização do lugar, que reflete a experiência do indivíduo com o mundo – isso envolve as dimensões naturais e sociais.

³⁷ Nessa perspectiva, Bachelard (1989, p. 19) diz que “nossas investigações mereceriam o nome de topofilia. Visam determinar o valor humano dos espaços de posse, dos espaços defendidos contra forças adversas, dos espaços amados”. Com isso, em um mesmo local pode ser construído diversos lugares, já que as dimensões da subjetividade e dos significados atribuídos, vão promover uma lógica própria para a organização e vivência desse local.

Relph (1979) diz que o lugar é produto da experiência humana, o que significa que o mesmo assume um sentido maior que o sentido geográfico de localização. Sendo assim, ele não se refere a objetos e atributos das localizações. Tuan (1975) diz que o lugar é um centro de significados construído pela experiência, isto é, trata-se na realidade de referenciais afetivos desenvolvidos ao longo de nossas vidas na convivência com o lugar e com o outro. Mello (1990) diz que os lugares são carregados de sensações emotivas, principalmente porque nos sentimos seguros e protegidos. Para Buttimer (1985, p. 228), “lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas”. Segundo Tuan (1995), o lugar é criado pelos seres humanos para os propósitos humanos, e há uma estreita relação entre experiência e tempo, na medida em que o senso de lugar raramente é adquirido pelo simples ato de passarmos por ele.

Para Buttimer (1985, p. 178), a experiência do lugar manifesta-se em diferentes escalas, em que “cada pessoa está rodeada por camadas concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação”. Na realidade, tais entidades são todos lugares experienciados diretamente. Segundo Carlos (1996, p. 16), o lugar tem “o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local, enquanto especificidade concreta e enquanto momento”. Tal acepção está relacionada à expansão do modo de produção capitalista, com seus fluxos e redes de transportes, de informação e de mercadorias que incorporou progressivamente todos os pontos da superfície do planeta, inclusive nos mais longínquos³⁸. Isso significa, segundo Damiani (2003, p. 367) a “generalização do mundo da mercadoria, com as transformações que esta expansão implica [...]”³⁹.

Neste quadro, o lugar aparece como uma expressão da homogeneização imposta pela dinâmica econômica global, quanto uma expressão da singularidade, na medida em que cada lugar exerce uma função imposta pela divisão internacional do trabalho. Carlos (1996, p. 17) diz que a realidade do mundo moderno reproduz-se em diferentes “níveis, no lugar

³⁸ Harvey (1992, p. 221) diz que a acumulação de riqueza, de poder e de capital passou a ter um vínculo com “o conhecimento personalizado do espaço e o domínio individual dele. Do mesmo modo, todos os lugares ficaram vulneráveis à influência direta do mundo mais amplo graças ao comércio, à competição intraterritorial, à ação militar, ao influxo de novas mercadorias, ao ouro à prata etc.”. Tal processo desencadeado pelo capitalismo cria um nível de universalismo nunca antes imaginado. Santos (1988), diante desse processo, observa as contradições internas que constitui a razão de existência do capitalismo. Sendo assim, para o autor, o lugar seria também um reflexo desta ambiguidade, e logo das dualidades centro/periferia, geral/pontual, globalização (homogeneização) /fragmentação.

³⁹ Lefebvre (1974, apud HARVEY, 1992) afirma que uma das formas de alcançar a homogeneização do espaço, é justamente por meio de sua fragmentação em parcelas “livremente alienáveis de propriedade privada que podem ser compradas e comercializadas à vontade no mercado”.

encontramos as mesmas determinações da totalidade sem com isso eliminarem-se as particularidades, pois cada sociedade produz seu espaço, determinam os ritmos da vida, os modos de apropriação expressando sua função social, seus projetos e desejos”. O lugar aparece como a consequência de uma ambiguidade que se espalha para todas as relações sociais que envolvem o homem e o meio – é o singular (o fragmento) e é também o global (universal) que o determinam.

[...] quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, *únicos*. Esta seria uma resultante direta da “especialização desenfreada dos elementos do espaço – homens, firmas, instituições, meio ambiente”, assim como da “dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital, da multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multicomplexas [...]” (SANTOS, 1988, p. 34).

Quanto às peculiaridades inerentes ao lugar, o mesmo está intimamente interligado. Santos (1988, p. 34) diz que ao mesmo tempo em que a singularidade garante configurações únicas, os lugares estão em interação, graças à atuação das forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal (o capitalismo). Segundo o autor, a atualidade é escrever novamente a Lei da Interconexão Universal proposta por Marquit (1981, p. 309 apud SANTOS, 1988, p. 12). Para o autor, essa lei expressa que “todas as coisas estão ligadas às demais por uma infinidade de conexões”. Essa é uma realidade do mundo moderno, onde uma intensa rede de fluxos (de mercadorias, informações) marca a conexão entre lugares. Estas redes se caracterizam por apresentar uma estrutura extremamente complexa, organizada de acordo com a especialidade de funções e segundo uma hierarquia de atividades (CORRÊA, 1997, p. 108).

O lugar produz reações próprias, com base em condições pré-existentes. Pode-se argumentar que o lugar, com suas características locais e globais, é um reflexo da compressão espaço-tempo, pois se de um lado as redes de fluxos diminuem as distâncias espaciais, por outro, a velocidade em que se processam tais fluxos tende a quase extinguir a dimensão tempo. Na atualidade, o significado do lugar se modifica à medida que o capitalismo se transforma, como diz Santos (2002, p. 158-159): “o lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente [...]”. Assim, cada lugar se define tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional.

Santos (1994) diferencia e relaciona o Lugar e o Mundo. Para o autor, o mundo constitui-se num conjunto de possibilidades e o lugar como um conjunto de oportunidades

que proporciona um caminho para entender a complexidade do real. É o lugar que possibilita o movimento do mundo e a possibilidade de sua realização mais eficaz. O lugar permite a copresença, a convivência, a contiguidade, a vizinhança, a interação, o estar juntos. Portanto, Santos (2004) não restringe o lugar apenas ao espaço vivido, como apreendido pela fenomenologia; ao contrário, acrescenta o cotidiano e a relação dialética do global e do local, do novo e do velho.

Bhabha (1998, p. 20) define lugar a partir do conceito de entre-lugar, que para o autor se situa nestas margens vivas, em que identidades, postos, práticas, conhecimentos e regimes de vida se encontram em debate, em construção. O conceito dos *entre-lugares* visa solucionar o modo que os essencialismos ancoraram o impasse entre passado e presente, reconhecendo a presença e a participação de forças diversas no que define como o “*local da cultura*”. Para o autor, são estes “entre-lugares” que possibilitam “[...] a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade”.

Como a expressão *entre-lugares*, cunhado por Homi Bhabha, o pensamento pós-colonial se caracteriza pela atenção ao que esteve à margem de um conhecimento hegemônico acerca dos procedimentos civilizatórios colonizadores. O lugar, para Oakes (1997, p. 511), expressa a tensão, característica da modernidade, entre o progresso e a perda; o lugar seria deste modo, “um espaço criativo, embora ambivalente, cavado em algum local entre a opressão da nova ordem e o aprisionamento da tradição”.

Portanto, o lugar não deve ser entendido como um “contraponto conceitual a uma vaga modernidade deslugarizada” (OAKES, 1997, p. 520). A luta que ocorre no lugar não é simplesmente uma resistência às tentativas de hegemonia históricas e espaciais, mas uma “luta para nos colocarmos como sujeitos (em lugar de objetos) da história e da espacialidade”. A construção de identidades está relacionada ao lugar, e desde modo, mais ligada à percepção das tensões entre o “progresso” e a resistência à hegemonização. Sendo assim, compreender o lugar significa compreender as relações possíveis entre as dimensões políticas e econômicas e as redes de significações e vivências presentes localmente sem deixar de observar suas relações estruturais globais ou as novas relações espaciais determinadas por um mundo em constante mutação.

A reflexão em relação ao lugar conecta a abordagem de Escobar (2005, p. 76) ao conhecimento local. Na perspectiva do autor, a pesquisa etnográfica permite a compreensão do mesmo como “uma atividade prática, situada, constituída por uma história de práticas passadas e em mudança”, ou seja, “o conhecimento local funciona mais através de um

conjunto de práticas que dependem de um sistema formal de conhecimentos compartilhados, livres de contexto”.

Para Escobar (2005, p.76), a compreensão do lugar como espaço contra-hegemônico tem a etnografia como instrumento capaz de capturar as “resistências ao capitalismo e à modernidade em ambientes diversos”. Foi a etnografia que possibilitou “tornar visíveis as práticas e os processos que revelavam que havia múltiplas formas de resistência ativa ao próprio desenvolvimento”. Com a etnografia, é possível “mostrar como as pessoas sempre criam ativamente e reconstróem seus mundos de vida e seus lugares”.

A etnografia possibilita uma análise capaz de observar as práticas locais, a hibridização cultural, como também evidenciar as práticas oriundas de muitas matrizes culturais e temporais e assim compreender comunidades não como receptoras passivas, e sim como aqueles que “figuram ativamente o processo de construir identidades, relações, e práticas econômicas”. Portanto, pesquisas etnográficas deste tipo – que definitivamente continuarão por muitos anos – têm sido importantes para esclarecer os discursos das diferenças culturais, ecológicas e econômicas entre as comunidades do Terceiro Mundo em contextos de globalização e desenvolvimento.

Com a utilização da etnografia, é possível compreender o espaço vivido e realizado (LEFEBVRE, 1974), além da “localização de uma multiplicidade de formas de política cultural, ou seja, do cultural transformando-se em política, como se evidenciou nos movimentos sociais das florestas tropicais e outros movimentos ecológicos” (ESCOBAR, 2005, p. 75). Por meio dela, é possível realizar uma “crítica do poder pelo lugar”.

A reflexão voltada ao lugar conduz Escobar (2005, p.77) à compreensão do conhecimento local como um aspecto político e epistemológico. Ressalta o autor, que é importante compreender que “o conhecimento local não é ‘puro’, nem livre de dominação; os lugares podem ter suas próprias formas de opressão e até de terror; são históricos e estão conectados com o mundo através de relações de poder, e de muitas maneiras, estão determinados por elas”.

Para Escobar (2005, p. 72), a noção mais presente atualmente é a de que “os modelos locais da natureza não dependem da dicotomia natureza/sociedade”. Além do mais, com a “diferença das construções modernas com sua estrita separação entre o mundo biofísico, o humano e o supranatural, entende-se comumente que os modelos locais, em muitos contextos não ocidentais, são concebidos como sustentados sobre vínculos”.

[...] Esta continuidade – que poderia no entanto, ser vivida como problemática e incerta– está culturalmente arraigada através de símbolos, rituais e práticas está plasmada em especial em relações sociais que também se diferenciam do tipo moderno, capitalista. Desta forma, os seres vivos e não vivos, e com frequência supranatural não são vistos como entes que constituem domínios distintos e separados – definitivamente não são vistos como esferas opostas da natureza e da cultura e considera-se que as relações sociais abarcam algo mais que aos seres humanos.

Escobar (2005, p. 72 apud Descola, 1996, p. 14), que afirma que “em tais ‘sociedades da natureza’, as plantas, os animais e outras entidades, pertencem a uma comunidade socioeconômica, submetida às mesmas regras que as humanas”. Seguindo essa linha de raciocínio, para o autor, os chamados “modelos locais” podem evidenciar traços que correspondem ou não aos “parâmetros da natureza moderna”, ou:

[...] só o “fazer parcialmente: categorizações do ser humano, entidades sociais e biológicas (por exemplo, do que é humano e do que não é, o que é semeado e o que não é, o doméstico e o selvagem, o que é produzido pelos humanos e o que é produzido pelas florestas, o que é inato ou o que emerge da ação humana, o que pertence aos espíritos e o que é dos humanos, etc.); cenários de limites (diferenciando, por exemplo, os humanos dos animais, a floresta do assentamento, os homens das mulheres, ou entre distintas partes da floresta); uma classificação sistemática dos animais, plantas e espíritos; etc. Também pode conter mecanismos para manter a boa ordem e balanceamento dos circuitos biofísico, humano e supranatural; ou pontos de vista circulares do tempo e da vida biológica e social, no final das contas validada pela Providência, os deuses ou deusas; ou uma teoria de como todos os seres no universo são “criados” ou “nutridos” com princípios similares, já que em muitas culturas não modernas, o universo inteiro é concebido como um ser vivente no qual não há uma separação estrita entre humanos e natureza, indivíduo e comunidade, comunidade e deuses.

Escobar (2005, p. 73) compreende que uma nova perspectiva relacionada ao conhecimento local tem origens em perspectivas teóricas em Bourdieu, Giddens e posturas filosóficas enraizadas nos pensamentos de Heidegger (1977), Marx; Dewey e Merleau-Ponty. O autor citando Ingold (1995; 1996) afirma que “o mais eloquente destes expositores, sustenta que vivemos num mundo que não está separado de nós, e nosso conhecimento do mundo pode ser descrito como um processo de adestramento no contexto do envolver-se com o meio ambiente”. Sendo assim, tal compreensão entende que os “seres humanos, deste ponto de vista, estão arraigados na natureza e imersos em atos práticos, localizados” Ingold (1995; 1996, p. 73).

Na mesma perspectiva de alicerçar suas análises em abordagens de pesquisadores da questão do conhecimento local, Escobar (2005) cita o antropólogo Paul Richards (1993), para

quem “o conhecimento agrícola local deve ser visto como uma série de capacidades de improvisação, específicas de um contexto e de um tempo, e não como constitutivas de um “sistema indígena do conhecimento” coerente, como foi sugerido em trabalhos anteriores”. Sendo assim, conclui Escobar, com base em Richards (1993), que “deste ponto de vista interpretativo do conhecimento, é mais correto falar de capacidades corporizadas que estão em jogo na execução de tarefas e que ocorrem em contextos sociais, configurados por lógicas culturais específicas” (ESCOBAR, 2005, p. 73).

Para Escobar (2005, p. 73), estas “tendências são bem-vindas”, porém “não resolvem todas as perguntas relacionadas com a natureza e os modos de operação do conhecimento local”. Cabe ressaltar que o autor diz que tal abordagem coloca o “antropólogo ecologicamente orientado, ou o ecólogo político, numa posição de criticar as perspectivas convencionais e de vincular as novas perspectivas ao tema do poder e à racionalidade alternativa de produção”⁴⁰.

Nygren (1999) aborda o conhecimento local como uma temática cada vez mais presente nas análises, não só de antropólogos. Em alguns casos, o conhecimento local tem sido visto como parte de um passado romântico e como um obstáculo ao desenvolvimento. Outras visões, incluindo as de Agrawal (1995) e Heyd (1995), o enchem não como um problema, mas como uma panaceia capaz de contribuir para as resoluções dos principais problemas ambientais e como alternativa para modernização cultural⁴¹.

Repensar o conhecimento local traz grandes consequências para a compreensão da realidade, principalmente o desmonte da dicotomia presente nas formulações carregadas de hierarquias, desvalorização, estigmatização e subordinação. Tal formulação permite uma

⁴⁰ Escobar (2005, p. 73), diz que “o conhecimento corporizado” ainda permite um conjunto de questionamento e o mesmo ainda tem perguntas em aberto. Sendo assim, é fundamental compreender a relação conhecimento e a construção do modelo, e para tentar tal abordagem o autor lança mão do trabalho de Gudeman e Rivera (1990, p.14) que em suas formulações sugeriram que os camponeses poderiam possuir um “modelo local” da terra, da economia e da produção significativamente diferente dos modelos modernos, e que existe principalmente na prática. Sendo assim, o autor busca reforçar que “efetivamente, os modelos locais são “experiências de vida”; “desenvolvem-se através do uso” na imbricação das práticas locais, com processos e conversações mais amplos” (ESCOBAR, 2005, p. 73).

⁴¹ Muitas reflexões relacionadas ao conhecimento local já produziram obras com base binária, como a ciência do concreto e a ciência (Levi-Strauss, 1989), o conhecimento tacito e o conhecimento científico de (POLANYI, 1966) o conhecimento popular e o conhecimento universal (HUNN, 1982), o conhecimento indígena e outros. Nas reflexões binárias fica evidente o conhecimento local, como prática coletiva fortemente enraizada no lugar. Tendo como referência Geertz (1987, p. 75), Nygren (1999), que dizem que o conhecimento forma um corpo relativamente organizado no imediatismo da experiência. Van der Ploeg (1993) fala da arte da localidade ligada à intimidade espacialmente específica, prática. Nesse aspecto, a especificidade local mostra ethnoscientists, conhecimentos sofisticados em sistemas de conhecimento indígena e visões de mundo.

compreensão mais próxima da realidade, capaz de apreender sem estigmatizar o conhecimento local.

Ao rejeitar a separação do conhecer e do fazer [...] nos oferecem uma linguagem com a qual se pode questionar radicalmente as relações binárias e as assimetrias: natureza/cultura, teoria/prática; também corroboram as percepções agudas daqueles que documentam etnograficamente a continuidade entre a natureza e a cultura, e os aspectos corporizados do conhecimento, como nas ideias de desenvolvimento de habilidades e performatividade. A ecologia transforma-se em um vínculo entre o conhecimento e a experiência (a ecologia como a ciência da experiência transformativa, baseada no reconhecimento da continuidade da mente, do corpo e do mundo), e isto, por sua vez, tem consequências na maneira como estabelecemos os vínculos entre a natureza e a experiência (ESCOBAR, 2005, p.74).

Portanto, na Abordagem de Escobar (2005), o conhecimento local permite a compreensão da relação cultura e natureza, de modo a produzir um autêntico saber de um determinado lugar, sociedade ou grupo social.

3.1 Atores, objetivos e impactos diferenciados na floresta tropical na costa do pacífico Colombiano.

Na perspectiva de materializar suas reflexões, teóricas Escobar (2005) apresenta uma reflexão a partir da análise que tem como cenário a floresta tropical na costa pacífica da Colômbia. Nessa abordagem, o autor identifica três atores com história, objetivos e impactos diferenciados na floresta. A seguir:

1) As Comunidades indígenas e negras, que durante décadas constituíram um modo particular de vida e paisagem, que como diz o autor, são “estranhas a nós” ocidentalizados, orientados pela lógica do capital e do mercado;

2) O capitalista, representado pelos produtores de palmeiras africanas e cultivos de camarão artificial, que são responsáveis pela formação de uma paisagem exportadora, marcada pela produção extensiva e intensiva e pela homogeneidade. Esse ator é o que faz o “desenvolvimento acontecer” (ESCOBAR, 2005, p. 26);

3) Os prospectores de biodiversidade, de origem externa, interessados em genes florestais para uso com recursos medicinais e cosméticos em seus países de origem, como aplicação comercial útil.

O cenário onde se localiza esses atores está marcado por uma paisagem diversificada com florestas, rios, inúmeras comunidades indígenas e negras, plantações homogêneas,

piscinas artificiais, decorrentes da presença do capitalista. Esse cenário, portanto, passa a incorporar regimes diferenciados de utilização, interesses e relação com a natureza. Escobar (2005) classifica esses regimes⁴² de “natureza orgânica”, observando as comunidades, natureza capitalista, relacionado ao capitalista planejador, e o de natureza tecno-natureza, considerando o prospectador da biodiversidade. Esse três regimes, para Escobar (2005, p. 29), representam uma sequência “linear ou séries de estágios na história da natureza social – eles coexistem e se sobrepõem. Mais ainda, estes regimes coproduzem-se uns aos outros; como culturas e identidades eles são relacionais”. Sendo assim, é importante examinar as suas articulações e contradições mútuas, ou seja, “os modos nos quais eles competem pelo controle do social e do biológico”.

Esses três regimes “estão localizados de modo diverso, têm diferentes conceitualizações e colocam demandas diferenciadas ao biológico” (ESCOBAR, 2005, p. 29).

O que os humanos situam na biologia ou na história varia. Dito de outro modo, eles trazem diferentes histórias ao biológico, e, conversamente, o biológico toma formas e possibilidades diferentes em cada uma (embora em algum nível da natureza seja “sempre a mesma”?). Os três regimes são desta forma objeto de tensões e contestações; leis biofísicas, significados, trabalho, conhecimento e identidades são importantes em todas elas, embora com intensidades e configurações divergentes. Os regimes representam aparatos atuais ou potenciais para a produção do social e do biológico. Eles podem ser vistos como momentos na produção abrangente e diferenciada da natureza social-biológica. Por fim, é importante dizer que em princípio, o regime orgânico não é essencial, mas histórico; ele não corresponde ao “natural”; não é estável ou estabelecido e é tão construído e conectado a outras construções como a natureza capitalista e à tecno-natureza. A natureza orgânica não se fundamenta em um marco cultural íntegro – embora seja caracterizada por uma conexão mais integral entre cultura e biologia – mas depende de remontagens e recombinações de organismos e práticas, embora algumas vezes incongruente com aquelas características da natureza capitalista moderna.

A existência, na análise de Escobar (2005, p. 29), de três regimes com características diferenciadas exige que cada um seja abordado de forma específica. Sendo assim: a natureza

⁴² Esses regimes são caracterizados por Escobar (2005, p. 28), evidentes com as devidas observações cautelosas. Para o autor, com base Gibson-Graham (1996, p. 29) é importante deixar claro que “modelo antiessencialista” e assim “Os regimes de natureza podem ser vistos como constituindo uma totalidade socialmente estruturada, feita de relações múltiplas e irreduzíveis, sem uma origem ou um centro, ou seja, um campo de articulações”. Também com a contribuição de Laclau e Mouffe (1985) o autor diz que “identidade de cada regime é o resultado de articulações discursivas – com engates biológicos, sociais e culturais – que acontecem em um campo geral da discursividade, mais amplo que qualquer regime particular”.

orgânica precisa ser relacionada à antropologia do conhecimento local e do lugar; a natureza capitalista ao materialismo histórico; e a tecno-natureza numa perspectiva vinculada à ciência e à tecnologia. Essa perspectiva de Análise, segundo Escobar (2005), permite que os regimes sejam compreendidos a partir de suas afinidades, comprometimento e orientação teórica, para assim serem evidenciados em todas as suas alteridades, abrindo possibilidade para cultivar os discursos alternativos da natureza e da cultura.

Com o propósito de evidenciar as características de cada regime, faremos uma breve exposição dos principais aspectos relacionados aos mesmos.

3. 2 O Regime da natureza capitalista: a produção e modernidade

O regime de Natureza capitalista tem sua origem na Europa, em um contexto pós-renascentista no final do século XVII com afirmação do capitalismo e uma ordem epistêmica moderna. Com o surgimento do regime de Natureza capitalista, passam a vigorar quatro aspectos que orientam a dinâmica social, econômica, política e cultural. São elas: racionalidade, governamentabilidade, mercantilização da natureza e modernidade capitalista. Tais aspectos colocam em risco a lógica de comunidades que não se enquadram no modelo capitalista.

[...] o uso capitalista das condições naturais como condições do processo de acumulação de riqueza abstrata choca-se com outras formas de apropriação social das condições naturais, seja para fins de produção de valores de uso em moldes não-capitalista, seja para fins científicos ou lúdicos, seja como fundamento da vida orgânica ou da identidade territorial de determinadas populações e comunidades (CARNEIRO, 2005, p. 29).

Escobar (2005, p. 30), a partir da leitura de Thomas (1993), diz que, com o regime capitalista, entra em cena um novo modo de ver o mundo: a perspectiva linear, relacionado na arte com a pintura realista, onde o lugar é congelado a partir de um ponto de vista particular e o observador está localizado fora da pintura, ou seja, fora da natureza e da história. Existe assim, uma “objetificação da paisagem vista como uma concomitante política da visão”. Sendo assim, segundo o autor, na “pintura de paisagem a natureza adquiriu um papel passivo, privada de agência sob uma perspectiva totalizadora que criou a impressão de unidade e controle”.

O regime capitalista impõe um novo olhar marcado pela consciência com a visão – um regime escópico, o monitoramento em larga escala; o olhar masculino totalizador; a objetificação da paisagem. É esse olhar instrumentalizado, afirma Escobar (2005, p. 30), que

faz surgir a ciência moderna, com uma racionalidade marcada pela separação sociedade e natureza, respaldada num discurso racional.

O discurso racional é a base da sociedade centrada no mercado. Essa sociedade absorve a racionalidade de forma compatível com a estrutura normativa, utilitária e calculista. Neste contexto de racionalidade, o indivíduo é estimulado pela sociedade mercadorocêntrica. Para Ramos (1981), a racionalidade constitui a base da vida humana ética, responsável.

Utilizando a abordagem de Marx, Ramos conclui que o mesmo foi influenciado pelo Iluminismo, ao atribuir à história uma racionalidade que somente é passível de realização por seres individuais. Ramos (1981, p. 9) afirma que, "na perspectiva do Iluminismo, o mundo é descrito em fórmulas matemáticas, e o desconhecido perde seu transcendente significado clássico (no sentido dos gregos da Antiguidade), tornando-se alguma coisa relativa às capacidades de cálculos disponíveis". Contudo:

Apesar das proclamações 'dialéticas' de Karl Marx, que pretendeu ter despojado o racionalismo do século XVIII de seus traços mecanicistas, seu conceito de razão está profundamente enraizado na tradição do Iluminismo, na medida em que ele acreditava que o processo histórico das forças de produção é racional em si mesmo e, portanto, emancipatório. Isso é uma ilusão, afirma a Escola de Frankfurt, e Habermas, em especial, ocupa-se sistematicamente com esta questão (RAMOS, 1981, p. 9).

O regime capitalista, segundo Escobar (2005, p. 31), a partir da leitura de Foucault (1999), fez surgir um "Homem" como uma estrutura antropológica e o fundamento de todo conhecimento possível. A economia prendeu o "Homem" em sua "analítica da finitude", uma "ordem cultural na qual estamos para sempre condenados a trabalhar sob a lei de ferro da escassez". No sistema moderno, a razão, o método analítico e a separação sujeito-objeto têm sido considerados pilares incontáveis, conquistas científicas. Escobar (2005, p.31), com base em Landes (1983), diz que:

A história do Homem e da percepção burguesa é relacionada a outros fatores tais como a colonização do tempo, o desenvolvimento de mapas e estatísticas e a associação entre paisagens específicas e identidades nacionais. Mais pertinente, a modernidade capitalista exigiu o desenvolvimento de formas racionais de gerenciamento de recursos e populações baseada em conhecimento específico de planejadores, estatísticos, economistas, demógrafos e afins — o que Foucault (1991) chamou "governamentalidade".

Segundo Escobar (2005, p. 31), a governamentalidade é um fenômeno essencialmente "moderno através do qual, vastos domínios da vida cotidiana são apropriados, processados e

transformados por conhecimento de *experts* e o aparato administrativo do estado”. Tal processo chega à ordem natural do manejo florestal científica e da agricultura *plantation* ao gerencialismo do desenvolvimento sustentável. Tendo como referência Brosius (1997), Escobar (2005, p. 31) diz que a natureza tem sido “governamentalizada”, ou seja, “transformada em objeto do conhecimento *expert*, regularizada, simplificada e disciplinada, administrada, planejada e permanece subestudada”.

No regime capitalista, as ciências e as máquinas generalizaram a produção, impondo uma lógica “uniforme, legível, manejável que pode ser colhida, fordista” (ESCOBAR, 2005, p. 32). Para Ramos (1981), a ciência na sociedade capitalista não pode dispensar posicionamentos políticos e valorativos. A ciência redimensiona e cria conceitos incessantemente, aproximando-se, sobretudo, de forma existencial, pessoal e parcial à realidade, considerada dinâmica e multifacetada. No âmbito da sociedade capitalista, a neutralidade axiológica deixou de ser um horizonte científico. Mesmo assim, ela tem sido levada adiante pela chamada tecnociência, principalmente para fins comerciais (MORIN; KERN, 1995).

Esse regime capitalista, portanto, age na Amazônia transformando tudo que toca. Sua maior expressão são os grandes empreendimentos que nos territórios que se instalam e assumem proporções hegemônicas, expandido sua “incorporação progressiva da natureza nos domínios gêmeos da governamentalidade e da mercadoria” (ESCOBAR, 2005, p. 31). Para Guerreiros Ramos (1981, p.114), vivemos em “sociedade centrada no mercado”, o que significa que:

[...] nenhuma sociedade, no passado, esteve jamais na situação da sociedade desenvolvida centrada no mercado de nossos dias, na qual o processo de socialização está, em grande parte, subordinado a uma política cognitiva exercida por vastos complexos empresariais que agem sem nenhum controle. Em sociedade alguma do passado, jamais os negócios foram a lógica central da vida da comunidade. Somente nas modernas sociedades de hoje o mercado desempenha o papel de força central, modeladora da mente dos cidadãos.

Essa sociedade capitalista não é homogênea, e guarda no seu interior processos distintos e contraditórios, capazes de serem contraditórios ou complementares. Esses processos conduzem a um processo constante de transformação e resistências em diversas sociedades, nos mais diferentes territórios, lugares e regiões do planeta, produzido enquadramentos e alternativas ao ocidente capitalista-

3. 3 Natureza orgânica: cultura e conhecimentos locais

O regime de natureza orgânica é caracterizado por Escobar (2005, p. 34) quando “a natureza e a sociedade não são antologicamente separados”. Segundo os estudos antropológicos, ocorre em diversas comunidades rurais do terceiro mundo que “usam seus meios naturais em modos muito particulares”. Esse modo não moderno das comunidades não pode ser interpretado, segundo Escobar (2005, p. 34), citando Stratherm (1980, p. 174-175), com os nossos “conceitos de natureza, cultura e sociedade”⁴³.

Segundo Santilli (2003, p. 3), existe uma grande quantidade de recursos que mostram “as práticas, inovações e conhecimentos desenvolvidos pelos povos indígenas e populações tradicionais que conservam a diversidade biológica de nossos ecossistemas, principalmente das florestas tropicais”. Sendo assim:

[...] Mais do que um valor de uso, os recursos da diversidade biológica têm, para essas populações, um valor simbólico e espiritual: os ‘seres’ da natureza estão presentes na cosmologia, nos símbolos e em seus mitos de origem. A produção de inovações e conhecimentos sobre a natureza não se motiva apenas por razões utilitárias [...] transcendem a dimensão econômica e permeiam o domínio das representações simbólicas e identitárias (SANTILLI, 2003, p. 4).

É importante compreender que do ponto de vista da “perspectiva da natureza capitalista” o regime da natureza orgânica pode parecer um caso de “ativismo ecológico ou uma manifestação local da natureza universal e seus mecanismos culturais e simbólicos de idolatria da natureza ou primitivismo”. Segundo Escobar (2005, p. 34), e para o mesmo autor, “as naturezas das comunidades nativas locais não podem ser reduzidas às manifestações inferiores da natureza capitalista, nem podem ser ditas produzidas somente de acordo com leis capitalistas”.

Na verdade, essas comunidades contrapõe a sociedade capitalista, e, além de mesclar, reestruturam seus territórios ancestrais, A interpelação ao Estado e à sociedade cria um desenvolvimento dessas comunidades com identidade própria. Para Santos (2005, p. 63), não é por acaso “que hoje boa parte da biodiversidade do planeta existe em territórios dos povos indígenas, para quem a natureza nunca foi um recurso natural. Para esses povos, a natureza é

⁴³ Um dos exemplos citado por Stratherm (1980, p. 174-175) são os Hagen das terras altas de Papua, Nova Guiné. Segundo o autor, essas comunidades como em muitos outros grupos indígenas podem ser identificados onde a ‘cultura’ não dá um conjunto distinto de objetos com os quais alguém manipula a ‘natureza’[...] a natureza não é ‘manipulada’.

indissociável da sociedade, no quadro de cosmologias que dividem e classificam o mundo de uma forma distinta daquela que foi consagrada pela cosmologia moderna e tradicional”.

Tal reflexão faz com que as análises em relação à “natureza” e à “cultura” precisem ser analisadas não enquanto dados e pré-sociais, mas como constructos, se quisermos verificar de que modo funcionam como mecanismos para criações culturais, de crenças humanas ao gênero e à economia (MAC CORMARCK; STRATHERN, 1980; ESCOBAR, 2005, p. 35).

Os estudos de casos de sociedades não industrializadas já permitem uma visão capaz de evidenciar modelos culturais de natureza, e constata-se que os modelos de muitas sociedades não repousam sobre uma dicotomia natureza sociedade (ou cultura). Sendo assim, diferente das construções “modernas, com sua separação estrita entre os mundos biofísico, humano e supranatural, é comumente apreciado hoje que os modelos locais em contextos não ocidentais são frequentemente predicados de ligações entre estes três domínios” (ESCOBAR, 2005, p. 35). Continua o autor dizendo que:

Esta continuidade – que poderá, contudo ser experienciada como problemática ou incerta – é culturalmente estabelecida por meio de rituais e práticas, e embutidas em relações sociais diferentes das relações sociais modernas ou capitalistas. Assim, seres vivos e não vivos e frequentemente seres sobrenaturais não constituem domínios distintos e separados – certamente não constituem duas esferas de natureza e cultura.

Para Descola (1996, p. 14), em sociedade de natureza as “plantas, animais e outras entidades, pertencem a uma comunidade socioeconômica, sujeita às mesmas regras que os humanos”. Isso significa que, para Escobar (2005, p. 35), um modelo local pode ter traços que correspondem, ou não, aos parâmetros estabelecidos na natureza capitalista. Para o autor:

Um modelo local do natural pode exibir traços como os seguintes, o qual poderá ou não corresponder aos parâmetros da natureza capitalista: categorizações específicas de entidades humanas, sociais e biológicas (por exemplo, o que é humano e o que não é, o que é plantado e o que não é, o doméstico e o selvagem, o que é inato e o que surge da ação humana etc.), estabelecimento de limites e classificação sistemática de animais, espíritos e plantas.

Mesmo existindo uma variedade e aspectos específicos, além de um aporte teórico limitado para organizar os diferentes grupos nativos ou comunidades camponesas, Escobar (2005, p. 35) traça certas características comuns que revelam “uma imagem complexa da vida social que não é necessariamente oposta à natureza (em outras palavras, uma imagem na qual o mundo natural é integral ao mundo social), a qual pode ser pensada em termos de relações

humanas tais como parentesco, famílias estendidas e gênero vernáculo ou analógico”. Para o autor, é evidente que “modelos locais também evidenciam o apego particular a um território concebido como entidade multidimensional resultante de muitos tipos de práticas e relações”. Para Daes (1997, p. iii), os povos autóctones têm uma relação integrada às diversas dimensões históricas, cultural, social que articulam a vida humana e ambiental.

Os povos autóctones consideram que tudo aquilo que nasce do espírito e do coração humanos está ligado, e que tem suas origens nas mesmas fontes: os elos de um povo com sua terra, sua afinidade com os outros seres vivos que dividem a mesma terra e o mesmo mundo espiritual. Entendem por “patrimônio” tudo o que é próprio à identidade de um povo, e tudo aquilo que pertence e que pode, se assim o desejar, dividir com outros povos. Este termo compreende tudo aquilo que o direito internacional contemporâneo considera como sendo fruto do pensamento e da obra humana – cantos, músicas, danças, literatura, objetos de arte, pesquisa e conhecimentos científicos. Ele compreende igualmente o que foi legado pelo passado e pela natureza – restos humanos, características naturais de uma paisagem, espécies animais e vegetais, com as quais um povo está ligado de longa data. O patrimônio é geralmente um direito comunitário ligado a uma família, um clã, uma tribo, ou um outro grupo de parentesco.

Na abordagem de Escobar (2005), a partir dos pressupostos da ecologia política há a busca pela superação da ordem moderna que rompe os mundos, estabelecendo ligações entre as dimensões biológica, humana, espiritual, corpos, almas, objetos, o que Descola (1992, p. 117) vê como uma vasta “comunidade de energia”. Nesse contexto, e com base no modelo afro-colombiano de renascimento perpétuo na costa do Pacífico, o ritual é frequentemente integrado à interação entre os mundos humano e natural. Sendo assim,

Uma atividade tal como a derrubada da floresta para o plantio poderá ser vista como, reunindo moradores da vila, espíritos, ancestrais e as próprias colheitas ou seus deuses ou deusas correspondentes. Em casos tais como estes, a relação entre sistemas simbólicos e relações produtivas pode ser altamente complexa (ESCOBAR, 2005, p. 37).

É confirmado em pesquisa de Descola (1986), Viveiros de Castro e Carneiro da Cunha (1993) que os povos indígenas não estabelecem distinção entre o que é território e o conhecimento. Tal ausência distintiva se estende para a relação natural e cultura, que é muito tênue entre os povos autóctones, em diversas partes do globo terrestre.

Escobar (2005, p. 37) cita os estudos de Lansing (1991), o qual expõe os detalhes do sistema de templos da água que regulam as paisagens elaboradas de Bali. Nesses estudos, os terraços de arroz refletem uma “visão biológica do tempo e resultam da cooperação de centenas de agricultores sob o gerenciamento destes templos. Aqui temos relações de

produção simbolicamente mediadas que não podem ser compreendidas em termos convencionais, marxistas ou outros”.

A nova forma de pensamento tem como consequência a desqualificação da dicotomia natureza/cultura que é fundamental para o domínio do conhecimento *expert*. Com isso, Escobar (2005, p. 39) afirma que “a visão comum sobre os domínios distintos da natureza e da cultura que podem ser conhecidos e administrados em separado não é mais sustentável”.

No campo da biologia, Escobar (2005, p. 40) tem como base a biologia fenomenológica de Humberto Maturana e Francisco Varela, que tem em suas sugestões a ideia que a “cognição não é o processo” de construir representações de um mundo previamente dado, por uma mente pré-existente e externa àquele mundo, mas a experiência incorporada que tem lugar em um pano de fundo histórico e deve ser teorizada a partir da perspectiva da “inquebrada coincidência de nosso ser, nosso fazer e nosso conhecer”. Nesses casos, a “cognição se torna a representação de uma relação entre a mente e o mundo baseada na história de sua interação” (MATURANA; VARELA, 1987, p. 25).

Nossa experiência – a práxis do nosso viver – é unida a um mundo circundante o qual aparece cheio de regularidades que são em cada instante o resultado das nossas histórias sociais e biológicas. Toda a caixa de ferramentas de regularidades próprias à união de um grupo social em sua tradição biológica e cultural [nossa] herança biológica comum é a base para o mundo que nós seres humanos produzimos juntos através de distinções congruentes. Esta herança biológica comum permite uma divergência de mundos culturais, causados através das várias constituições do que podem tornar-se tradições culturais largamente diferentes (MATURANA; VARELA, 1987, p. 41-44 apud ESCOBAR, 2005, p. 40).

Os biólogos constroem uma interpretação que supera a ação voltada a separar o saber, e assim apresentam uma linguagem capaz de questionar os dualismos e assimetrias de natureza e cultura, e teoria e prática. Escobar (2005, p. 41) apresenta os modelos culturais de natureza, constituídos por um conjunto de significados/usos que enquanto existentes em “contextos de poder que crescentemente incluem forças transnacionais, não podem ser reduzidos às construções modernas nem tratados sem alguma referência às bases, limites e culturas locais”.

Para Diegues (1996), as chamadas sociedades não capitalistas ou pré-capitalistas têm pouca dependência do mercado, onde a mão de obra não é vista como uma mercadoria de troca e sua sobrevivência depende diretamente dos recursos naturais. Diegues (1996) ainda estabelece alguns critérios que definem uma comunidade tradicional; um deles é que esta deve

reconhecer-se como um grupo cultural particular de identidade própria. Adicionalmente e com as seguintes características:

- 1) Dependência e até simbiose com a natureza, com os ciclos naturais e com os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- 2) Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- 3) Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- 4) Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- 5) Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- 6) Reduzida acumulação de capital;
- 7) Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- 8) Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- 9) A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- 10) Fraco poder político que, em geral, reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- 11) Autoidentificação ou identificação pelos outros, de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Os modelos culturais de natureza têm como base os processos históricos, linguísticos e culturais e certa especificidade do lugar. Sendo assim, a etnografia, a documentação destes conjuntos de significados/ usos deve ser situada nos contextos mais amplos de poder e articulação e em geral com outros regimes de natureza e forças globais. Tal desafio já é enfrentado pela ecologia política. Escobar (1998) ressalta que os modelos locais estão em contato e são influenciados por modelos modernos de natureza e de economia.

O conceito de “natureza orgânica” propõe uma nova relação entre “antropologia e biologia, reincrustrando a antropologia das pessoas em uma biologia dos organismos pós-darwiniana” (ESCOBAR, 2005, p. 41). Com base em Ingold (1990), Escobar (2005.p. 42) evidencia a “necessidade de uma visão relacional da vida orgânica e da vida social”. Sendo assim,

A vida orgânica se origina e é mantida em função de um intercâmbio perpétuo com o meio ambiente. A formação de um organismo e do meio ambiente são uma e a mesma, e a vida corta os limites entre os dois. As pessoas desenvolvem-se em um nexos de relações com o meio ambiente e com outras pessoas, e desta forma, tornar-se uma pessoa integral ao tornar-se um organismo, tudo ocorrendo dentro de um campo relacional. Esta visão é muito diferente da neodarwiniana teoria da diversidade, baseada na genética, ou da visão antropológica da diversidade cultural baseada em traços (também é diferente, alguém pode acrescentar do conceito de Latour [1993] de redes “curtas” ligando natureza e cultura em sociedades pré-modernas).

A formulação de Ingold (1990, p. 221) tem como finalidade libertar o pensamento da “camisa de força conceitual de genes, cultura e comportamento”. Sendo assim, para Escobar (2005, p. 42), “sua reconceptualização provocativa da relação entre vida cultural e biológica pode ser proximamente alinhada à visão profundamente historicizada de Maturana e Varela de vida biológica e de evolução em termos do engate estrutural do organismo ao meio ambiente com a manutenção da autopoiesis”. O uso do termo “orgânico” é utilizado por Escobar, com referência em Ingold (1990, p. 223), como um tipo de processo e relacionalidade que vê a vida social em termos “topológicos, como o desdobramento de um campo generativo total”, e esse campo é, ao mesmo, tempo cultura e biológico.

A concepção orgânica é uma definição parcial correspondente de ecologia política, para este regime como uma forma de compreensão de múltiplas construções de natureza em um contexto de poder. Para Escobar (2005, p. 42), “o poder aqui precisa ser estudado não somente em termos de relações sociais e de produção, mas também em relação ao conhecimento local, cultura e vida orgânica”. É evidente que para o autor é preciso considerar a variedade de naturezas orgânicas, das florestas úmidas aos ecossistemas secos, das colinas verdes da agricultura camponesas às estepes dos nômades, e claro que essa variedade possui um conjunto de atores, práticas significados, interação e relações sociais.

O estudo da natureza orgânica vai bem além do estudo dos ecossistemas com suas funções, estruturas, limites, fluxos e curvas de retorno, e com as pessoas enquanto simplesmente mais um elemento “do sistema”. A ecologia de ecossistemas é uma perspectiva desde fora e de cima para baixo, que ignora as dimensões relacional, constitutiva e experiencial, da natureza. A ecologia

política da natureza orgânica também transcende análises e produção, governamentalidade e a mercadoria. “A antropologia do conhecimento local” serve como uma taquiografia para o que está faltando dessas análises, embora valiosa e necessária.

Portanto, o regime da natureza permite uma compreensão de aspectos essenciais que não são observados no enquadramento do sistema capitalista, da modernidade e ocidental.

3.4 O regime de tecnonatureza e tecnociência

O regime de tecnonatureza enquadra-se no domínio da artificialidade com acelerado crescimento na atualidade, que tem como principal mediador a tecnociência. Para Escobar (2005, p. 43):

Com a tecnociência contemporânea (do DNA recombinante em diante), o modelo moderno de relação entre o social e o natural está novamente sem resolução. Mais do que nunca o natural é visto como um produto do social. A crença que está se estabelecendo é que a biologia está sob controle e, como acrescenta Strathern, “a biologia sob controle não é mais ‘natureza’” (1992b, p. 35). A natureza desaparece e se torna o resultado de constante reinvenção (HARAWAY, 1991). Os desenvolvimentos depois do DNA recombinante têm reforçado esta crença, incluindo: os desenvolvimentos da reação em cadeia de polimerase (RABINOW, 1996), o projeto do genoma humano, os modelos biológicos, as nanotecnologias, clonagem, alimentos transgênicos etc. Esta possibilidade está presente desde o descobrimento das primeiras macromoléculas (certamente, o DNA), mas obteve um salto qualitativo com os desenvolvimentos contemporâneos em biologia molecular.

Tendo com referência Strathern (1992), Escobar (2005, p. 44) afirma que o “tratamento das novas biotecnologias pelo público indica que está se tornando culturalmente possível jogar com combinações sem precedentes do orgânico e do artificial”. Ainda, segundo Escobar Escobar (2005, p. 44), “com a tecnonatureza nós entramos em uma era de puro antiessencialismo (embora novos essencialismos sejam introduzidos em outros domínios)”. Isso, para o autor, significa que “teconaturezas e naturezas orgânicas” convergem a esse antiessencialismo na medida em que ambas são irrevogavelmente locais e particulares (embora haja pressões sobre a tecnonatureza para desenvolver aplicações universais, em especial no campo médico).

Além disso, a natureza passa a ter uma nova demarcação. Isso também é uma reinvenção da natureza, como também a habilidade da tecnonatureza para criar uma alteridade biológica. A natureza capitalista introduziu a natureza na igualdade e a natureza orgânica

era/é sempre predicada nas formas localizadas, a tecnonatureza faz proliferar a alteridade. A “diversidade” um conceito-chave tanto em biologia como em antropologia – assume novos significados Escobar (2005, p. 44).

Com a tecnonatureza, surgem perguntas: como ficam a natureza e o capitalismo em tal contexto? Tais respostas somente podem ser encontradas nas novas tecnociências. Para Kroker e Weinstein (1994), existe uma forte virtualidade, o fim da natureza; já segundo Heller (1998), a lógica dominante conduzindo esta transformação é a da recombinação de corpo, natureza, mercadoria e cultura recombinantes (HELLER, 1998).

Segundo Silva (1991, p. 22), “o capital tem no progresso técnico, que nada mais é do que uma das facetas do seu próprio desenvolvimento, a chave de subordinação da terra e, por extensão, da própria natureza”. Tal afirmação faz o autor concluir que “o sentido do progresso técnico na agricultura tem sido justamente o de superar as limitações que o capital encontra para o seu desenvolvimento de modo que as únicas barreiras que lhe restem sejam aquelas colocadas pela própria produção capitalista” (SILVA, 1991, p. 28).

Para Escobar (2005, p. 44), isto inaugura um período de “pós-capitalismo que marca o eclipse do orgânico e o triunfo de uma classe virtual totalmente comprometida com a lógica informacional da natureza/cultura recombinante”. Assim, “sob a ilusão da interatividade, a classe virtual estará livre para desenhar corpos cibernéticos e desaparecer na pura virtualidade, segundo Kroker e Weinstein (1994. p. 44)”.

Em relação à tecnologia, para Escobar (2005, p. 44) ela produz uma erosão do valor “do aqui e agora em favor de outro lugar comunicativo que não tem nada a ver com a presença e os lugares concretos”. Segundo o autor, “as tecnologias de tempo real marcam o declínio do lugar, do território e do corpo em favor de um cidadão terminal, a deslocalização global da atividade humana, e a desvalorização do tempo local”.

Os avanços progressivos do tecnocientífico com a genética visa responder uma demanda econômica do setor industrial. Essa nova face da ciência e biotecnologia contemporâneas abrem novas perspectivas no campo da ética e de formação de novos mercados. Para Bachelard apud OST (1995, p. 72), na atualidade, estamos mais próximos de uma “ciência de efeitos” do que de uma “ciência dos fatos”.

No caminho da ciência com o avanço para a manipulação da natureza, Álvaro Zerda-Sarmiento e Clemente Forero-Pineda (2002, p. 123) expõem a questão da proteção das “realizações de uma comunidade autóctone suscetíveis de serem comercializadas, quer se trate de uma inovação no material genético, de um saber biológico ou tecnológico, da arte, ou de qualquer outro domínio que seja uma novidade fora desta comunidade”.

O aspecto relacionado à utilização dos recursos naturais constitui um dos principais problemas a ser refletido na atualidade, como expõe Ramos (1981, p. 190):

A produção de bens e serviços deveria ser promovida mediante o máximo uso de recursos renováveis e o mínimo uso razoável dos não-renováveis. A escassez dos recursos não-renováveis não é de natureza temporária e tratar sua utilização e alocação em termos de mecanismos de mercado, isto é, como se devessem ser apreçados de acordo com a lei clássica da oferta e da procura, é uma ilustração da regra utilitário-hedonista do *après moi le déluge*. Na realidade, qualquer parcela de recurso não-renovável usada no processo de produção estará acabada para sempre, fato que diz alguma coisa sobre o caráter exauridor dos macrossistemas contemporâneos. [...] Se a utilização desses materiais continuar nas proporções atuais, logo a humanidade estará privada de seu uso. Em consequência dos padrões de produção e consumo que prevalecem, o mundo contemporâneo vê-se diante de uma taxa sem precedentes de absoluta escassez ecológica, cujo aumento exponencial poderá acelerar o colapso termodinâmico do planeta, que, efetivamente, é afinal inevitável, num determinado ponto do tempo. O paradigma paraeconômico leva em consideração não apenas a termodinâmica da produção, mas também seus aspectos externos sociais e ecológicos.

No âmbito da tecnologia, a unicidade do tempo substitui a unicidade do lugar, assinalando uma nova forma de poluição caracterizada pelo deslocamento da extensão e da duração. Sendo assim, caímos em “uma divisão entre atividade e interatividade, presença e telepresença, existência e tele-existência” (VIRILIO, 1997, p. 44). Neste caso, segundo Escobar (1998), a resolução desta divisão precisa de uma política cultural sem precedentes, unindo organicidade, virtualidade e a defesa transformativa do lugar e da identidade. Acerca desse processo, podemos compreender tanto a formação do sujeito de direito de Touraine (1992), como a identidade de projeto de Castells (1999). O fato é que essas comunidades encontram na identidade de resistência seus principais argumentos e um ponto de partida para o processo de formação de uma identidade coletiva.

Na leitura de Escobar (2005, p. 46), as virtualidades criam oportunidades para o surgimento da criação de subjetividade e práticas ecológicas. O autor também cita Guattari (1995) para dizer que enquanto “as novas tecnologias hoje estão reforçando os aspectos mais retrógrados da valorização capitalista, elas também esboçam outras formas e modalidades de ser”. Para Guattari (1995, p. 91), “O mundo contemporâneo – amarrado a seus impasses ecológicos, demográficos e urbanos é incapaz de absorver, em um modo que seja compatível com os interesses da humanidade, as extraordinárias mutações tecnocientíficas que o abalam. Está preso em uma competição vertiginosa em direção à ruína ou à renovação radical”. Para Castro (1999, p. 34), “a valorização da biodiversidade desafia o avanço tecnológico para orientar pesquisas e aplicações sobre materiais e produtos estratégicos fundamentais para

alimentar novos ciclos industriais”. Segundo da Costa e Richetti (2010, p. 274), a mercantilização da cultura e da natureza na atualidade foram transformadas em “capital simbólico”, o que é

[...] um dos maiores indicadores de acumulação de capital da nossa época. Pensar nisso em atividades desenvolvidas na Amazônia tem um peso significativo. Não porque seja a Amazônia mais importante do que outras regiões brasileiras ou outras localidades do mundo, porque cada localidade pensada para si mesma não possui parâmetro de comparação; mas porque no imaginário mundial existe uma produção social desta região que já é, e talvez seja mais ainda num futuro próximo, capaz de exercer grande influência na acumulação de capital.

Um ambiente tecnológico tem possibilitado surgir uma rede, envolvendo grupos e comunidades ao redor do mundo. As tecnologias possibilitam as condições para a construção de novas localizações e forças a partir das diferenças. Os movimentos sociais têm aproveitado tais condições e constituído redes que já podem ser vistas originando formas não insignificantes de “globalidade”. Para Escobar (2005, p. 47), “quanto mais os grupos sociais aprendem a desnaturalizar construções dadas de identidade (gênero, sexualidade, etnia), mais abertas são as novas configurações relacionais conectadas com a viabilidade de redes”. Para o autor, “as possibilidades criadas com as novas tecnologias são mais promissoras quando pensadas em conjunto com a defesa do lugar e de práticas ecológicas, culturais e sociais baseadas no lugar. Redes alternativas unindo humanos e não humanos poderiam ser vistas também sob essa ótica”. Para Monteiro (2010, p. 239), é essencial a construção de um paradigma com a “capacidade de articular o conhecimento tácito das populações tradicionais com o conhecimento formalizado e com inovações”.

Para a ecologia política, uma definição para a tecnonatureza enfatiza as configurações bioculturais que estão surgindo e aquelas que são possíveis, de acordo com as particularidades de atores, tecnologias e práticas. Um aspecto presente para a ecologia política é estudar os arranjos bioculturais atuais e a potência relacionada à tecnociência, ao longo dos eixos de organicidade-artificialidade e realidade-virtualidade, em que se poderia:

[...] examinar os discursos e práticas da vida e a extensão em que eles conduzem a novas naturezas, relações sociais e práticas. É importante que as etnografias da tecnonatureza não se foquem somente em contextos da elite ou em seu impacto em comunidades não elite. Elas deveriam explorar também os recursos materiais e culturais localmente constituídos que as comunidades marginalizadas são capazes de mobilizar para sua adaptação ou hibridização na produção de suas identidades e estratégias políticas (ESCOBAR, 2005, p. 48).

Portanto, com a ecologia política, busca-se compreender o conjunto dos fatores, e não somente uma parte. Tal perspectiva é essencial para a formulação de estratégias coletivas que podem fundamentar a ação política de comunidades marginalizadas pela lógica capitalista e ocidental.

3.5 Movimentos sociais e biodiversidade no Pacífico Colombiano

Para Escobar (2005, p. 2), o capitalismo tem, ao longo do tempo, aplicado diversos regimes de exploração sobre a floresta, e “quase na totalidade dos casos, os regimes – quer extratores quer de plantação têm provocado grandes danos Ecológicos sobre estes frágeis ecossistemas”. Esses regimes de exploração criam discursos hegemônicos, que tornam grupos e comunidades autóctones invisíveis aos interesses de empresas, estados e corporações.

Na atualidade, as florestas tropicais estão em evidência. Isso, para Escobar (2005), está relacionada ao que ele denomina de “irrupção do biológico” como fato social central das políticas globais do século XX⁴⁴. Tal irrupção inverte a lógica de destruição sistemática da vida e da natureza e cria um aspecto fulcral dos interesses do capital e da ciência. Portanto, “a conservação e o desenvolvimento sustentável tornaram-se problemas inegáveis para o capital, sendo este obrigado a modificar sua lógica anterior: a lógica da destruição” (ESCOBAR, 2005, p. 2).

⁴⁴ Uma prática evidencia todo o processo em recursos de valorização da biodiversidade numa ótica capitalista que são os projetos para “conservação da biodiversidade” com fontes de recursos oriundos de ONGs do Norte e pelo Fundo Mundial para o Ambiente (GEF) do Banco Mundial. Esse projeto incorpora organizadores nacionais e comunidades locais nas complexas políticas de tecnociência, que veem nos genes das espécies selvagens a chave da conservação dos frágeis ecossistemas. Tal prática vem ocorrendo em países como a Costa Rica, a Tailândia, a Costa de Marfim, a Colômbia, a Malásia, a República dos Camarões, o Brasil e o Equador. Para Escobar (2005, p. 3), o argumento básico é que “os genes das espécies selvagens constituem uma valiosa biblioteca de informação genética, fonte de substâncias medicinais maravilhosas e, talvez, reserva de abundância de alimentos passíveis de se tornarem produtos muitos valiosos mediante a biotecnologia”. Sendo assim, para o autor, tal perspectiva olha a “preservação da floresta tropical, ao mesmo tempo em que se obtinham importantes ganhos que beneficiariam também os habitantes locais”. Portanto, o discurso sobre a biodiversidade surge como produto da problematização do biológico, o que coloca as áreas de floresta tropical úmida numa posição biopolítica global fundamental. Com essa formulação, a instituição dominante apresenta a chave para a “conservação da biodiversidade” que é utilização dos recursos florestais de forma a garantir sua conservação em longo prazo. Para isso, a utilização precisa ter base no conhecimento científico, sistema apropriado de administração e os direitos de propriedade intelectual de forma a proteger descobertas comerciais. Esse contexto tem proporcionado o surgimento das ações: [...] conhecida também como a “caça aos genes”, a prospecção da biodiversidade apresenta-se como um protocolo respeitável para salvar a natureza (WRI, 1993), uma vez que se considera que a fonte de benefícios e ganhos da conservação está nos genes das espécies. “Jardins botânicos norte americanos e europeus, empresas farmacêuticas, biólogos independentes e ONGs do Sul, entre outros, já realizam atividades de prospecção em alguns “pontos quentes” do Terceiro Mundo” (ESCOBAR, 2005, p. 3).

Esse contexto contribui para a atuação política de comunidades tradicionais (LITTLE, 2002), sendo que essa atuação política tem como base as práticas, costumes, conhecimentos e valores dos diferentes povos tradicionais que estão imbricados na forma em como se relacionam entre si e com os recursos naturais. Essas formas específicas que se configuram em modos de vida são o que os qualificam e os diferenciam enquanto sujeitos sociais, designados como: indígenas, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, geraizeiros, piaçabeiros, açorianos, caiçaras, entre outros. Para Almeida (2009):

Os povos e comunidades tradicionais, embora apoiados também nas unidades de trabalho familiar e em diferentes modalidades de uso comum dos recursos naturais, apresentam uma consciência de si como grupo distinto, com identidade coletiva própria, e formas de organização intrínsecas que não se reduzem à ocupação econômica ou à relação com os meios de produção.

É cada vez mais presente na história a organização de comunidades e grupos que têm na floresta a base de sua sobrevivência. Essa resistência tem “invocado a defesa dos territórios ancestrais e a proteção do meio ambiente como as mais notórias formas de resistência em face dos projetos de exploração capitalista dos recursos naturais” (ESCOBAR, 2005, p. 3). Essa defesa do território está em consonância com a escolha no sistema de natureza. Segundo Lima (2005, p. 80):

[...] A “escolha”, no sistema natureza, não é igual à escolha no sistema sociedade, uma vez que no sistema natureza ela tende a ser orientada fundamentalmente para a sustentabilidade das condições de existência. Mesmo sem conter qualquer intencionalidade ou planejamento prévio, no sistema natureza a “escolha” tende a preservar as condições de existência. É a luta pela vida. No sistema sociedade, paradoxalmente, as escolhas podem até negar as condições de existência. A materialização da sociedade por meio de suas escolhas pode, assim, comprometer a própria materialidade.

Escobar (2005, p. 2) esclarece que o que estão em “jogo” são aspectos que vão muito além dos recursos, meio ambiente ou representatividade:

Um aspecto central é definido pelas múltiplas construções da natureza na sua dimensão mais complexa: o contraste entre as práticas de significado uso por parte dos distintos grupos sociais. Os fatos revelam uma política cultural da natureza por parte dos movimentos sociais dos habitantes das florestas tropicais cujas lições ultrapassam as próprias florestas. Um dos aspectos mais importantes desta política cultural são as respostas organizadas que dela derivam e que assumem a forma de movimentos sociais.

O movimento analisado por Escobar (2005) pode ser igualado, em momentos, tempos e territórios diferentes, com o de trabalhadores e comunidades por terra ou por permanecer em suas comunidades. Tal aspecto pode ser encontrado na resistência de *posseiros* no Pará (ASSIS, 2007), de seringueiros no Acre (PAULA, 1991), e no caso das quebradeiras de coco de babaçu (ALMEIDA, 2006).

A abordagem de Escobar (2005) ganha materialidade a partir da pesquisa realizada na região do Pacífico colombiano⁴⁵, região habitada por afro-colombianos⁴⁶, descendentes dos escravos trazidos de África nos começos do século XVII para trabalhar nas minas de ouro, que constituem a maior parte da população, embora ainda existam cerca de 50 mil indígenas, pertencentes nomeadamente às etnias *embeni e wauwna*, que vivem no norte do distrito do Chocó.

Essa região encontra-se em um profundo processo de intervenção com planos governamentais, aberturas de novas frentes econômicas para a acumulação do capital, cultivo de tamareira africana e viveiros de camarão. Tais processos têm gerado grandes mobilizações indígenas e negras. Para Escobar (2005), “deste nascente imaginário, a região do Pacífico colombiano ocupa um lugar importante enquanto plataforma de lançamento para a macroeconomia do futuro, e a descoberta da biodiversidade nesta região acaba por ser um dos principais componentes desse imaginário”, onde existem três atores principais:

[...] Estado, capital e movimentos sociais – lutam para definir o futuro da região. Na retaguarda destes atores estão ordens culturais e políticas diferentes, cujas genealogias e laços de união com racionalidades socioeconômicas e culturais devem ser esclarecidas. O estudo da política cultural de cada um destes atores é importante porque o futuro da região vai depender, em boa parte, da forma como esta for definida e representada. A política cultural da natureza nesta região está inscrita em três processos básicos desenvolvidos simultaneamente após 1990: a) as políticas radicais de abertura em face dos mercados mundiais, favorecidas pelo governo em anos muito recentes, com especial ênfase na integração das economias da bacia do Pacífico no resto do país; b) as novas estratégias de desenvolvimento sustentável e de conservação da biodiversidade; c) as crescentes e cada vez

⁴⁵ A região do Pacífico colombiano, onde há uma vasta área de floresta tropical úmida de aproximadamente 960 quilômetros de comprimento, que oscila entre os oitenta e 160 quilômetros de largura (por volta de 70 mil km²) e se estende desde o Panamá até o Equador, e desde a vertente ocidental da cordilheira Ocidental até o oceano Pacífico. Nessa região aproximadamente 60% da população vive em algumas cidades e grandes vilas, enquanto o resto habita essa enorme área percorrida por mais de 240 rios que correm desde a cordilheira até ao mar.

⁴⁶ Esses grupos desenvolveram e mantêm práticas culturais de origem não apenas africana como também indígena e espanhola, ricos e complexos sistemas de aproveitamento da floresta, famílias numerosas, danças especiais, tradições orais e musicais, cultos e ritos funerários e bruxaria, entre outras.

mais visíveis mobilizações de populações negras e indígenas (ESCOBAR, 2005, p. 8).

O território do Pacífico colombiano é especial para Escobar (2005), por que ele é capaz de possibilitar uma análise contextualizada dos aspectos relacionados à biodiversidade, patentes, direitos intelectuais e racionalidade a uso de espécies biológicas; além disso, a região é de profundo interesse da racionalidade capitalista, pois é complementemente habitada por grupos étnicos afrodescendentes e indígenas. Esses grupos étnicos colombianos tiveram seus direitos étnicos reconhecidos pela constituição, por leis colombianas e pela participação oficial da Colômbia nos encontros internacionais sobre biodiversidade⁴⁷. Essas conquistas constituem a formação de um sujeito com identidade própria e com grande potencial para o exercício de uma ação coletiva.

[...] na medida em que experiências negativas deixam de expressar apenas o infortúnio de indivíduos isolados e passam a expressar a experiência compartilhada de muitos outros, emerge o potencial para uma ação coletiva voltada para o alargamento dos padrões de reconhecimento. Mas tudo isto depende dos recursos simbólicos à disposição dos movimentos sociais. Porque, por meio desses recursos, os movimentos sociais podem mostrar que a experiência de desrespeito é típica de todo um grupo de pessoas e, com isso, ajudar a estabelecer as condições culturais para a resistência e a revolta (SILVA, 2000, p. 126-127).

Nas comunidades do Pacífico colombiano e em diversas comunidades que buscam reconhecimento e enfrentam a lógica capitalista, o território “funciona como fator de identificação, defesa e força”. Laços solidários e de ajuda mútua formam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existentes (ALMEIDA, 2008, p.133-134).

Além dos fatores já relacionados acima, a partir do final dos anos de 1980 o “governo enceta uma política ampliada de integração nas economias da bacia do Pacífico. O oceano Pacífico – rebatizado como o ‘mar do século XXI’, afirma-se como o espaço socioeconômico, e em menor escala cultural, do futuro” (ALMEIDA, 2006, p. 133-134).

O contexto de profundo assédio aos territórios das comunidades negras e indígenas

⁴⁷ A mobilização de grupos indígenas no mundo e na América Latina, e em especial na Colômbia tem início na década de 1970. Essas lutas foram fundamentais para garantir a própria existência, como também a exigência de direitos específicos com base na diferença étnica. Para Escobar (2005, p. 8), estas mobilizações tiveram ‘eco nos cenários multilaterais como a Unesco, a OIT e a ONU. A Convenção nº 169 da OIT fez um detalhado reconhecimento dos direitos dos povos indígenas do mundo e tornou-se lei em muitos dos países signatários, como aconteceu na Colômbia, com a aprovação da lei nº 21 de 1991.

tem possibilitado a emergência de processos organizativos e de mobilizações desde década de 1980⁴⁸. Segundo Escobar (2005, p. 9), apenas nos últimos anos a bandeira da diferença cultural tem sido o elemento mais importante da organização negra, especialmente em resultado de um novo movimento no Pacífico. Esse novo processo, segundo o autor, é facilitado por dois fatores:

[...] as investidas do desenvolvimento e do capitalismo sobre a região, animados pelo processo de abertura e de integração no país; e, segundo, o processo de reforma constitucional que culminou com a eleição da Assembleia Nacional Constituinte e com a mudança da Constituição Política que vinha desde 1886.

A nova constituição garante direito às minorias étnicas e religiosas e reconhece, explicitamente, os direitos específicos dos grupos indígenas, atribuindo-lhes territórios inalienáveis sob a forma de reservas e reconhecendo a sua autonomia política⁴⁹. Essa mudança constitucional serviu como conjuntura para uma série de processos sociais, entre os quais os mais visíveis foram as organizações negras e indígenas. Com a aprovação de um artigo transitório, a nova constituição expediu “uma lei para a salvaguarda dos territórios, da cultura e da sociedade das comunidades negras estabelecidas nas florestas superúmidas do Pacífico e em territórios similares” (ESCOBAR, 2005, p. 10).

A organização⁵⁰, em vista de consolidar suas reivindicações, ganhou forma de metas e objetivos a serem atingidos. Na III Assembleia Nacional de Comunidades Negras, em

⁴⁸ Em meados da década de 1980, foram os povoados negros do rio Atrato, organizados na Associação Camponesa Integral do Atrato (ACIA), que envolveram a organização, também através de acompanhamento missionário. Tais mobilizações visavam à defesa do seu território e recursos naturais contra as grandes empresas madeireiras às quais o Estado tinha feito grandes concessões. Como resultado dessas mobilizações, a ACIA conseguiu o reconhecimento das comunidades o direito de acesso e de proteção de grandes extensões territoriais vitais para a sua subsistência, que antes eram considerados como terrenos baldios.

⁴⁹ Para Escobar (2005, p. 10), “a Experiência da Acia na região do rio Atrato e as suas reivindicações pelo reconhecimento do caráter coletivo do território e da idiosincrasia cultural foram fundamentais para que os direitos da população negra acabassem por ser reconhecidos pela Constituição de 1991 e para que se gerassem a dinâmica que conduziu o processo organizativo às comunidades negras de toda a região do Pacífico. No Chocó, pouco depois da Acia, surgiram outras organizações da bacia fluvial no Baudó, no Alto e Baixo San Juan e no Baixo Atrato. Tempos depois, na sequência das discussões na Assembleia Constituinte, surgiram organizações de ativistas nos maiores centros urbanos com o objetivo de impulsionar a organização distrital das comunidades negras rurais”.

⁵⁰ O intenso processo de mobilização e discussão durante a Assembleia Constituinte, em 1990 e 1991, segundo Escobar (2005, p. 10), para a divulgação desta lei, obtiveram recursos governamentais e foram lideradas, em boa medida, pelas organizações da bacia fluvial no Chocó e pelas organizações distritais nos distritos de Valle, Cauca e Nariño. Entre 1993 e 1998, o denominado Processo de Comunidades Negras (PCN) adquiriu relevo - uma rede de mais de 140 organizações locais que assumiu um papel de protagonismo na luta pelos direitos constitucionais atribuídos às comunidades

setembro de 1993, foram traçados os principais pontos a serem perseguidos pelas comunidades como: a) a reafirmação da identidade (o direito a serem negros); b) o direito ao território; c) autonomia (o direito a exercerem a identidade) nomeadamente na esfera política; d) o direito a construir uma perspectiva autônoma de futuro baseada na cultura negra (GRUESO et. al., 1998; ESCOBAR, 2005, p. 11).

Um aspecto presente na mobilização, que chama a atenção, é o fato que, na agenda da mobilização, as organizações indígenas e negras passaram a pautar a biodiversidade e os direitos das populações locais sobre os recursos biológicos e genéticos da região, que ocupa um lugar proeminente. Tais mobilizações representam ação de grande importância no quadro das pressões anti-hegemônicas contemporâneas. Esse movimento, segundo Escobar (2005, p. 11), conseguiu “subtrair do regime de propriedade privada individual e mercantil da terra extensos territórios e submetê-los à abordagem do uso sustentável sob o controle das populações locais”.

Essas lutas passaram a ser realizadas em diferentes frentes contra as formas mais cruéis das indústrias extratoras — a mineração, com retroescavadeira ou abate florestal —, contra obras de infraestrutura estradas, portos ou barragens hidrelétricas — que ameaçam o bem estar das comunidades, contra formas capitalistas de exploração agroindustrial que põem em perigo a viabilidade ecológica ou acesso a terra — os viveiros de camarão, as plantações de tamareiras ou as explorações de palmito —, além de ser também contra as tentativas de exploração dos recursos genéticos por parte de multinacionais ou contra as regulamentações estatais, como é o caso do acesso e inclusão dos mangais nos territórios coletivos ou da viabilidade da mineração artesanal dentro do âmbito mineiro. Os movimentos das comunidades negras e indígenas do Pacífico conseguiram, com base em aspectos territoriais e étnicos, configurar uma rede⁵¹ capaz de ampliar o processo de luta no âmbito nacional e

negras na defesa dos seus territórios. Para Escobar (idem): O PCN coordenou as organizações distritais denominadas “trincheiras” (*palenques*) em Valle, Cauca e Nariño e na Costa Atlântica. À medida que o processo de concessão de títulos de propriedade dos territórios coletivos avança a influência e o alcance nacional do PCN e das “trincheiras” tem vindo a diminuir sensivelmente perante a consolidação dos Conselhos comunitários.

⁵¹ Escobar (2005, p. 12) ainda descreve as redes e organização da região do Pacífico. As organizações indígenas estão ligadas à Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC), que mantém contatos internacionais ativos e permanentes com outras organizações étnicas, de direitos humanos, ambientalistas e de apoio às organizações de base. Organizações negras do Pacífico estão, da mesma forma, relacionadas com comunidade internacional, comitês internacionais, principalmente europeus, que já visitaram as zonas mais afetadas pela guerra. Portanto, as organizações indígenas, como negras, têm projetos financiados por organizações internacionais de diferentes países. Uma instituição se destaca nesse campo, as organizações católicas europeias como instituições que apoiam permanentes as organizações indígenas e da ACIA. Essas redes favorecem a presença de líderes indígenas e negros

internacional, além de desenvolver práticas como os conselhos comunitários em organização sub-regionais, com ganho de independência e autonomia, isso é à medida que a concessão de títulos de propriedade avança, os ativistas urbanos vão perdendo a ascendência sobre as comunidades rurais⁵². Esse movimento das comunidades do Pacífico se configura, segundo Santos e Nunes (2003, p. 33), com:

A ideia de movimento, de articulação de diferenças, de emergência, de configurações culturais baseadas em contribuições de experiências e de histórias distintas tem levado a explorar as possibilidades emancipatórias do multiculturalismo⁵³, alimentando os debates e iniciativas sobre as novas definições de direitos, de identidades, de justiça e de cidadania (SANTOS; NUNES, p. 33).

A abordagem de Escobar (2005) permite uma compreensão das dinâmicas relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo e como uma área de ricos e diversificados recursos naturais e etnias passa a ser inserida. A leitura dos regimes, da organização do Pacífico e do processo de hibridização possibilita uma leitura coerente e capaz de visualizar os principais elementos presentes na realidade contemporânea, principalmente em relação aos atores e desafios a serem superados. Com as formulações do pós-desenvolvimento de Arturo Escobar, conseguimos situar os aspectos relacionados a Juruti Velho: é uma região onde os atores locais, mais precisamente as comunidades autóctones, valendo-se da afirmação do lugar, do conhecimento local, de suas articulações extraterritoriais, avançam e obtêm conquistas inéditas. Esse processo não pode ser compreendido a partir dos parâmetros comumente usados na lógica do desenvolvimento e sim dentro de um novo contexto marcado pelo surgimento do pós-desenvolvimento, pela valorização do lugar e do conhecimento local,

em encontros internacionais, para divulgar a sua posição, além disso, o ativista do PCN tem assistido a reuniões internacionais, não apenas como parte de redes antiglobalização, mas também como parte de redes de ativistas negros e de redes ambientalistas (Escobar, 2000). Tal articulação é fundamental para que os movimentos de negros e indígenas tenham apoio e solidariedade diante dos problemas e conflitos nos territórios.

⁵² Para Pardo (2000, p. 239), através de associações sub-regionais de localidades ribeirinhas contíguas as comunidades permanecem unidas em vista da consolidação da propriedade de territórios coletivos (PARDO, 2000, p. 239). É a isto que ativistas e analistas do movimento de comunidades negras designaram por organizações étnicas territoriais (ESCOBAR, 2005, p. 12).

⁵³ A expressão multiculturalismo expressa “a coexistência de formas culturais ou de grupos caracterizados por culturas diferentes no seio de sociedades “modernas” (SANTOS; NUNES, 2003, p. 26). O multiculturalismo se tornou rapidamente um modo de descrever as diferenças culturais em um contexto transnacional e global. O termo multiculturalismo, porém, pode continuar a ser associado a projetos e conteúdos emancipatórios e contra-hegemônicos, baseados em lutas pelo reconhecimento da diferença (SANTOS; NUNES, 2003).

e pela ampla habilidade de utilização dos instrumentos estratégicos, como as redes a favor de seus interesses.

Os fatos ocorridos nas comunidades do Pacífico colombiano e em tantas outras comunidades latino-americanas representam uma afirmação de que o projeto universalista da modernidade está em crise. Isso é explicável a partir de novos deslocamentos e da emergência de novos atores sociais, que passaram a questionar os modelos científicos, jurídicos, políticos, sociais e econômicos existentes. Tal afirmação é refletida por Semprini (1999, p. 160-161).

Construído a partir de um “universalismo” que era com frequência apenas um disfarce de uma monocultura sob os traços de um simulacro de humanidade incrivelmente branca e europeia; estruturado a partir de um espaço público “igualitário” que na verdade fechava as portas a numerosos grupos sociais; fundamentado sobre a noção de indivíduo abstrato e redutor; submisso à experiência real da diversidade; enfrentando reivindicações de reconhecimento radicais; sofrendo tensões pelas pressões exercidas nos limites do espaço público; fragilizado enfim pelas mudanças ocorridas no coração mesmo deste espaço, o projeto da modernidade dificilmente poderá dar uma resposta coerente ao impasse multicultural se não for profundamente reformulado.

As reflexões de Escobar expõem os elementos que se articulam com o processo de organização, mobilização e ações das comunidades de Juruti, o que evidencia a necessidade de pensar o processo a partir de outra matriz capaz de superar a busca pelo desenvolvimento, como tem sido feito em diversas literaturas relacionadas a territórios, empresas mineradoras e comunidades na Amazônia.

4 EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS: regimes, padrões e lógicas presentes na Amazônia

4.1 Considerações históricas sobre a mineração na Amazônia

Para Escobar (2005, p. 344), o capitalismo tem aplicado “diversos regimes de exploração sobre as florestas tropicais do planeta”. Na região do Baixo-Amazonas, oeste paraense, esse regime tem a face da exploração mineral, atividade em que “há grandes danos ecológicos sobre estes frágeis ecossistemas”.

Os processos de “laterização que agiram sobre cobertura arenoargilosa terciária – ou cretácea – deram origem à imensurável reserva de bauxita”, que em conjunto com Trombetas⁵⁴, Almeirim e Paragominas – Tiracambu (Plataforma Bragantina) constitui a terceira maior reserva potencial em bauxita do mundo, perdendo somente para a Austrália e Guiné (CPRM, 2013, p. 20). Tal potencial constitui alvo de grupos econômico com claro interesse de mercantilização dos recursos naturais. Esse interesse econômico tem sua expressão em Juruti, com a instalação da ALCOA em 2001. A ALCOA se instala como uma empresa extrativa em Juruti, dentro de uma perspectiva de valorização econômica dos recursos naturais como caminho para o desenvolvimento da Amazônia⁵⁵.

A presença da ALCOA em Juruti representa a configuração do discurso hegemônico, o capitalismo trabalhando, fazendo o “desenvolvimento acontecer”. Na argumentação de seus defensores, a presença de um grande empreendimento significa a geração de emprego para os moradores e qualidade de vidas para a população local, além da inclusão de um território

⁵⁴A região do baixo-amazonas entra no cenário de exploração de bauxita nos anos de 1970, década que segundo Monteiro (2005, p. 189) delinearão as condições que viabilizaram a extração e a “comercialização da bauxita metalúrgica na Amazônia brasileira, mais especificamente as jazidas que haviam sido descobertas, ainda na década de 1960, às proximidades do rio Trombetas, no município paraense de Oriximiná, pela empresa canadense *Aluminium Limited of Canada* (ALCAN)”. A ALCAN em 1972 argumentava existir condições desfavoráveis aos produtos no mercado mundial, interrompeu as atividades de exploração de bauxita. As empresas na verdade barganhavam o apoio do governo brasileiro, que desenvolvia políticas de atração de capitais para ocupar a Amazônia. Segundo Monteiro (2005, p. 189), nesse ano (1975), a CVRD passou a ser a maior acionista da Mineração Rio do Norte (MRN), que “passou a contar também com capital de outras empresas, além da ALCAN, todas grandes consumidoras de bauxita”. No ano de 1979, a MRN fez o primeiro embarque de bauxita para a ALCAN, no Canadá, daí em diante “a empresa vem ampliando a sua capacidade instalada, contando hoje com capacidade de lavra anual superior a dezesseis milhões de toneladas de bauxita”.

⁵⁵ A exploração de bauxita em Juruti, oeste paraense, constituiu uma mina *world-class*, na qual há exploração de minério de alumínio e tem sua valorização entendida como a incorporação de valor à bauxita; ela iniciou-se em 2000 e é realizada sobre a coordenação da ALCOA, multinacional do ramo, com origem nos Estados Unidos.

“inabitado” insalubre e selvagem no caminho da modernização. Nos últimos 50 anos, a presença de um grande empreendimento em territórios ricos em recursos naturais recebeu vultosos investimentos e incentivos dentro da estratégia estatal, já que representavam a modernidade e o desenvolvimento.

No Pará, uma das regiões com grande potencial mineral é o Baixo-Amazonas, detentora de um território rico em minérios como a bauxita. O primeiro grande empreendimento implantado na região foi o a MRN, no início da década de 1970. Em 2000, a ALCOA confirmou sua instalação em Juruti, no território de Juruti Velho.

Esse breve histórico da exploração mineral na Amazônia apresentou, de modo breve, a forma como o Estado e as empresas trataram a mercantilização dos recursos naturais na região. A análise de Monteiro (2005, p. 169) coloca claro que a exploração dos recursos naturais, em especial os minerais, foi realizada por empresas, empreendimentos econômicos, em momentos históricos distintos, o que faz os mesmos obterem “singularidade” e características comuns em relação ao papel desses empreendimentos e suas repercussões na região amazônica. Para o autor, a “análise das dinâmicas gerais derivadas das atividades voltadas para a valorização de minerais da região facilita, sobretudo, a compreensão da limitada capacidade que as empresas têm para impulsionar processos de desenvolvimento local”.

4.1.1 Mineração no Baixo-Amazonas

A empresa *Aluminum Company of America*, de origem Norte-Americana, datada em 1888, opera em mais de 200 localidades, em 31 países, e é a principal produtora de bauxita, refinamento de alumina, alumínio primário e industrial do mundo. Sua atuação passa pelos principais setores da indústria, mineração, refinamento e reciclagem de metal.

Em Juruti, a ALCOA está presente por intermédio de sua subsidiária a OMNIA Minério Ltda., e se instalou no município a partir da aquisição da *Reynold Metals*, em meados da década de 2000⁵⁶. O advento da mineradora em Juruti significou a entrada em operação de um empreendimento com alta capacidade de executar atividades capazes de alterar as características físicas, sociais, econômica e ambientais do município, e com mais ênfase no PAE Juruti Velho, local onde está situada a mineradora.

⁵⁶ O IBS (2013, p. 13) expõe que o início da década de 2000 foi “marcado pela conclusão de três novas aquisições estratégicas da Alcoa: a *Alumax*, *Reynolds e Howmet*. Em 2002, foi criada a *Alcoa Women Network* e, em 2003, a *Alcoa African Heritage Network*”.

O empreendimento ALCOA/OMINIA MINÉRIOS Ltda. recebeu dos órgãos competentes a concessão de lavra de uma área de 34.164 há, sendo que 54% (18.550) estão situadas na área que hoje se denomina PAE Juruti Velho. A área atualmente lavrada no PAE Juruti Velho tem 5.653,11 há e está justaposta ao “território de uso” de recursos extrativos, medicinais e culturas das comunidades autóctones de Juruti. O planejamento da ALCOA visa lavrar a área por um período de 28 anos, com uma taxa de exploração de 199,77 hectares por ano. O método adotado pela empresa consiste em decapeamento e lavra a céu aberto em tiras ou faixas (*strip mining*). Essa forma de exploração tem como etapas:

- a) Remoção da cobertura vegetal e limpeza da área;
- b) Salvamento do solo vegetal;
- c) Decapeamento;
- d) Desestruturação prévia do minério;
- e) Escavação e carregamento;
- f) Transporte Lavra – Britagem;
- g) Reabilitação das áreas lavradas;
- h) Britagem primária;
- i) Beneficiamento;
- j) Transporte da Planta de Beneficiamento para o Porto;
- k) Disposição de rejeito;
- l) Composição de produtos, estocagem e carregamento de navios.

Segundo a ALCOA, as características do depósito de bauxita⁵⁷ presente em Juruti possibilita que seja aplicado o método de retirada em tiras, que consiste em retirar a bauxita com corte paralelo, com larguras pequenas e grandes comprimentos, recebendo a denominação de tiras.

A atividade de exploração da ALCOA constantemente entra em conflito com o modo de vida das comunidades. Os recursos necessários para extração, produção e escoamento exigem, além de produção de ruídos, rejeitos, iluminação, tem como necessidade a construção

⁵⁷ Estima-se que as reservas mundiais de bauxita chegam a 27,4 bilhões de toneladas. O Brasil possui 9,5% deste total. No Brasil, as reservas mais expressivas estão localizadas na Amazônia (95%), sendo que o Estado do Pará tem se destacado na produção do minério. As reservas paraenses estão nos municípios de: Oriximiná, Paragominas, São Domingos do Capim, Irituia, Juruti, Almerim, Ulianópolis e Ourém. No entanto, existem ainda minas em Manzagão, no Pará e Bom Jardim e Carutapera, no Maranhão.

de estrada de ferro, estradas e porto que incidem diretamente no dia a dia das comunidades, já que cortam lotes, matas e terras agricultáveis, além de fragmentar propriedades.

Na lista dos impactos relacionados à produção de bauxita, está o grande consumo de água. Estimativa do CNEC (2005) aponta o consumo de 500 a 840 m³/h ao longo de sua vida útil. Além do consumo, o empreendimento produz alterações na qualidade da água, afetando o meio ambiente aquático com grande possibilidade de afetar diretamente a vida de 80% dos moradores de Juruti, que têm a pesca como uma das atividades principais para subsistência e obtenção de proteínas. Essas mudanças são nitidamente percebidas pela: mudança da cor da água, presença de sedimentos, assoreamento de igarapés entre outros. Esse impacto relatado ainda tem graves consequências em outras práticas econômicas, como o extrativismo e a caça, comumente realizada pelos moradores de Juruti.

O advento da ALCOA, em Juruti, no âmbito da reflexão vinculada ao pós-desenvolvimento, significa a materialização, na região, do regime de natureza capitalista, com origem no final do século XVIII. Esse regime tem “quatro rubricas” essenciais: “racionalidade, governamentalidade e a mercantilização da natureza associada à modernidade capitalista” (ESCOBAR, 2005, p. 30). Esses aspectos irão influenciar diretamente no desenvolvimento do empreendimento capitalista. Essa influência será comprovada pelas práticas e discursos junto às comunidades e à natureza.

A racionalidade ocidental apresenta-se como a separação sociedade e natureza; a governabilidade consiste na racionalização do gerenciamento de recursos e populações com base em conhecimentos específicos de planejamento, estatísticas, economia, demografia; a mercantilização da natureza está relacionada à mercantilização de bens e massificação cultural, onde o lugar pode contribuir com novo significado para o capitalismo e a modernidade.

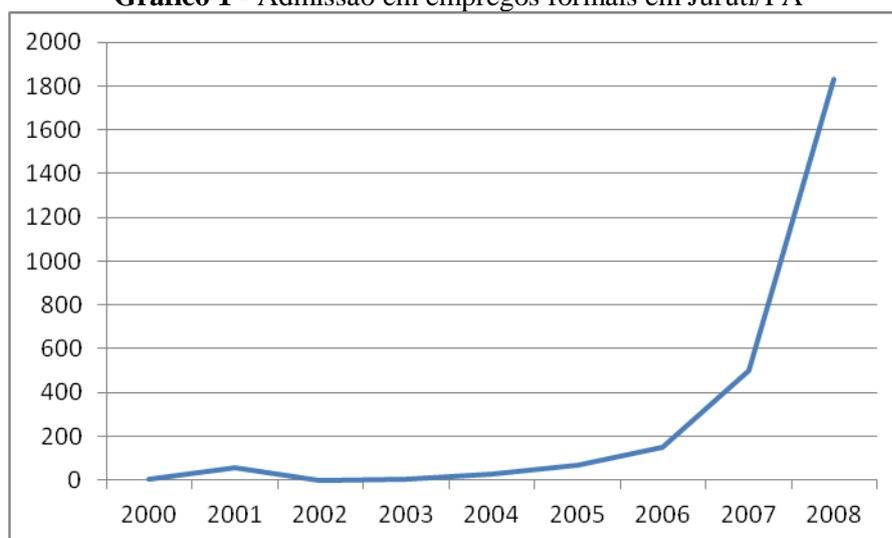
Um primeiro aspecto relacionado à implantação da mineração foram os impactos relacionados ao crescimento populacional, que entre as décadas de 1980 e 1990 subiu 3%; porém, de 1991 a 2000 passou a ser de 34%; somente entre 2000 e 2007 teve um crescimento de 8% e no período de 2007 a 2010 cresceu 40%. Esse aspecto evidencia que há uma ampla modificação na dinâmica populacional no território com a chegada da mineração.

Tabela 1 - Progressão da população de Juruti

1980	1991	Crescimento (%)
22.665	23.262	+ 3
1991	2000	
23.262	31.198	+ 34%
2000	2007	
31.198	33.775	+ 8%
2007	2010	
33.775	40.086	+ 40%

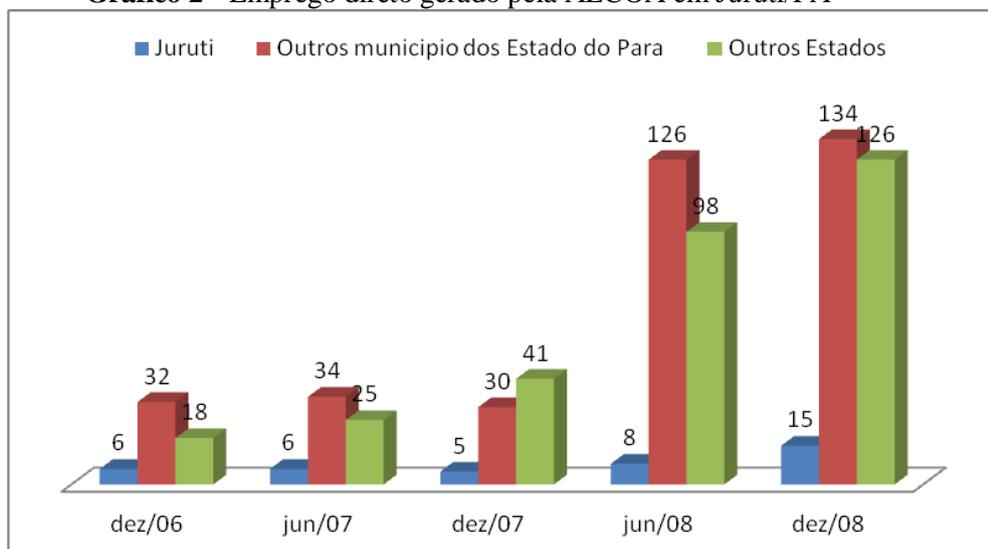
Fonte: Atlas do desenvolvimento (2013). Adaptado pelo autor.

Os impactos provenientes da instalação da mineradora em Juruti têm reflexo na geração de emprego, o que mostra que ocorreu uma migração de trabalhadores de regiões e municípios para Juruti, além de migração de atividades desenvolvidas por moradores antes da chegada da mineração.

Gráfico 1 - Admissão em empregos formais em Juruti/PA

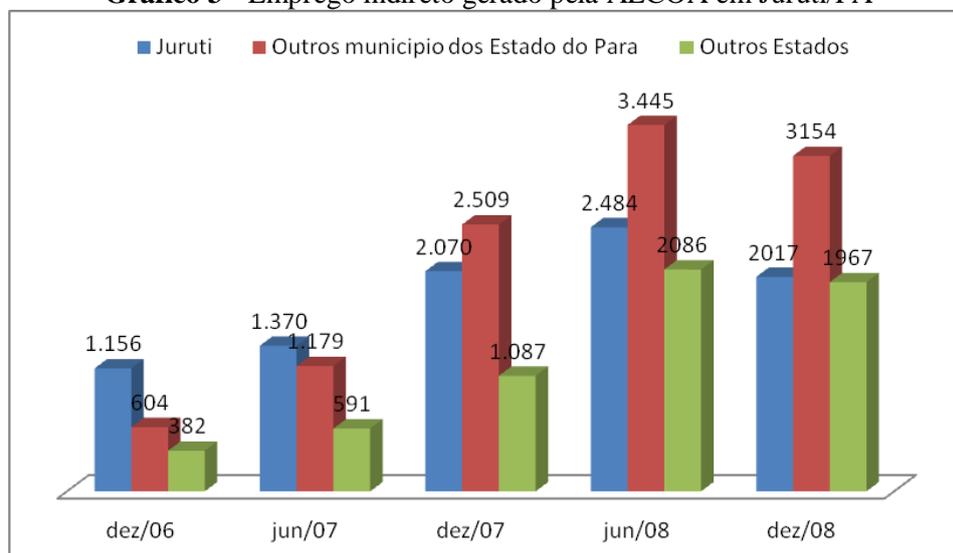
Fonte: INDICADORES JURUTI (2012). Adaptado pelo autor.

O número de contratação apresentado no gráfico acima, no ano de 2008, permite, inicialmente, a afirmação que ocorreu a geração de emprego no município, porém o gráfico abaixo mostra que a maioria dos funcionários da ALCOA é suprida não de Juruti, mas de outros locais. Os dados estatísticos para o período entre 2006 e 2008 indicam que o emprego direto para municípios de Juruti é menor que 10%; a maioria das vagas é ocupada por cidadãos de outros municípios brasileiros, incluído os paraenses.

Gráfico 2 - Emprego direto gerado pela ALCOA em Juruti/PA

Fonte: INDICADORESJURUTI (2012). Adaptado pelo autor.

Em relação aos empregos indiretos, os impactos da mineradora seguem o mesmo caminho. No decorrer dos anos, os empregos indiretos passaram a ser gerados mais em outros municípios do que em Juruti, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Emprego indireto gerado pela ALCOA em Juruti/PA

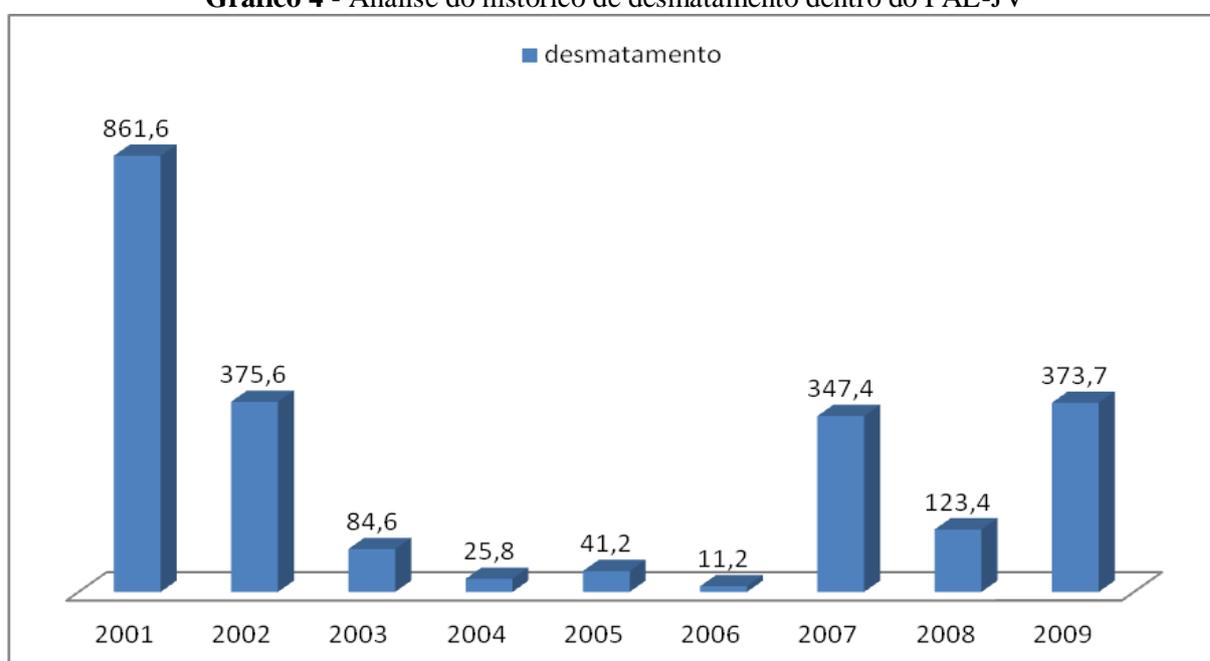
Fonte: INDICADORESJURUTI (2012). Adaptado pelo autor.

O impacto da mineradora sobre o meio ambiente, tendo como indicador o desmatamento, pode ser realizado a partir da comparação entre 2001 e 2002, antes do início da implantação da mineradora, e a partir de 2005, quando a mina recebe o licenciamento.

Segundo dados do INPE/PRODES (2011), de 2001 a 2009 foi suprimida uma área de 2.224,5 hectares no PAE – Juruti Velho. Na fase anterior a 2001 e 2002, essa supressão tinha sido de 1.200 hectares; isso pode estar relacionado à criação de pastagens, apropriação de terra e outros.

A partir 2005, já com os processos de instalação da mineradora, inicia-se um processo de crescimento do desmatamento. Em 2007, o desmatamento de 347,4 hectares pode estar relacionado à construção da infraestrutura da mineração. O segundo ponto alto de desmatamento ocorreu em 2009, com 373,7 hectares com a operação da primeira área de lavra.

Gráfico 4 - Análise do histórico de desmatamento dentro do PAE-JV



Fonte: INPE/PRODES (2011). Adaptado pelo autor.

Em 2000, as informações do INPE (Sistema PRODES) apresentaram uma área transformada de 23.267,4. A partir de 2001, os acompanhamentos do sistema observaram um crescimento da área desmatada de 861,6 hectares, reduzindo para: 375,6, em 2002; 84,6, em 2003; chegando a 11,2 hectares, em 2006. Em 2007, com o início da construção do empreendimento de extração mineral, o desmatamento volta a subir, atingindo um patamar de 347 hectares nesse ano, reduzindo para 123,4 em 2008 e voltando a subir novamente, com o início da exploração, em 2009, para 373,7 hectares.

A extração de recursos minerais produz grandes impactos, já que está diretamente ligado à remoção da vegetação, o que tem como consequência a alteração da paisagem. Isso

faz da mineração um setor que causa grande impacto ambiental, mesmo que não utilize grandes extensões territoriais, como a agricultura e pecuária.

O dano da mineração pode ser considerado irreversível, já que sua ação está relacionada à alteração do solo, dispersão de substâncias tóxicas, com reflexão direta nos cursos *d'águas* e bacias, produção de rejeito, alteração da flora e da fauna (CNEC, 2005). Os impactos diretamente relacionados à mineração da bauxita de degradação ambiental são: o desmatamento da vegetação presente no local da lavra; o decapeamento da camada estéril (remoção do solo e subsolo com baixa concentração de bauxita); e a lavagem da bauxita, que produz um rejeito com alta capacidade de contaminação do meio ambiente (GARRIDO-FILHA et al., 1990).

Em relação às comunidades, a mineração tem forte impacto, principalmente por que atinge diretamente a relação existente entre o mundo humano e natural. Os platôs minerados são considerados reservas comunitárias, onde se pratica a caça, o extrativismo e a roça.

O significado dado ao território constitui o elemento principal do conflito, pois Empresas e comunidades não visam o mesmo recurso: as empresas buscam a apropriação dos recursos naturais com o objetivo de atender a uma demanda do mercado, mas para isso suprimem tudo o que não seja passivo de valoração; no caso das comunidades, o território é um material simbólico, cujo objetivo central não inclui a relação com o mercado e sim a garantia do bem estar.

Portanto, o regime tem na sua essência a contraposição à lógica ancestral das comunidades de Juruti, já que o olhar racionalizado visa à utilização dos recursos naturais como objeto de mercantilização, e para isso produz modificação no território capaz de modelar o mesmo de forma que seus objetivos sejam alcançados. Essa modelação pressupõe a construção de padrões, homogeneização e procedimentos que produzem impactos na vida econômica, social, cultural e ambiental das comunidades historicamente enraizadas.

4.1.2 Origem e estratégias da ALCOA no decorrer da história

A origem da ALCOA remonta a século XIX, mais precisamente ao ano de 1888, creditada a Charles Martin Hall, um jovem químico que desenvolveu pesquisas relacionadas aos recursos minerais. Essas pesquisas possibilitaram a Hall a invenção de uma forma de reduzir o eletrolítico do alumínio, método moderno que diminui os custos da fabricação

tornando a exploração de sua matéria prima economicamente viável⁵⁸. Com a descoberta, o jovem Hall uniu-se com Alfred E. Hund, líder de um grupo de investidores. Dessa união, surgiu, em 1888, a primeira indústria de alumínio nos Estados Unidos, a *Pittsburgh Reduction Company*, que passou em 1907 a ser conhecida como *Aluminum Company of America*. Esse nome foi adotado devido a sua vertiginosa expansão nos Estados Unidos.

No fim do século XIX com o aumento da disponibilidade foi, gradualmente, utilizado em utensílios de cozinha. O crescimento da importância do alumínio foi consequência da combinação de propriedades úteis resultando numa adequação técnica para aplicações em engenharia, podendo ser transformado através de processos metalúrgicos normais, e, atividades de pesquisas e tecnologias fizeram do alumínio um material que não apresenta dificuldades nas suas aplicações (BRASIL, 2009, p. 15).

Em 1891 a companhia se transfere para *New Kensington* e amplia sua ramificação incorporando a fabricação, extração e produção de matérias-primas, passando também a atuar no ramo da geração de energia. No ano de 1895, a companhia passa a produzir alumínio em *Niagara Works*, em Nova Iorque. Nessa época, a companhia ainda buscava tornar o alumínio um produto capaz de concorrer com matérias primas como madeira e aço, e para isso perseguia constantemente diminuição dos custos de fabricação e aumento da produção.

O papel estratégico da ALCOA para a expansão do capitalismo norte-americano configura-se durante a Primeira Guerra Mundial, quando a companhia passa a destinar 90% de sua produção ao setor militar dos EUA.

No período pós-guerra, a ALCOA expandiu sua atuação para outra parte do mundo, como o Canadá e a Europa, áreas que nesse período passaram a sofrer forte influência norte-americana com o plano de reconstrução. Em 1930, a ALCOA controlava a produção mundial de alumínio primário.

A crise da relação com o governo norte-americano ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, quando a ALCOA não conseguiu suprir as necessidades militares do EUA, o que levou o governo a questionar o monopólio da empresa no ramo de alumínio no país. Nesse período, em um curto espaço de tempo, a companhia ampliou o número de suas instalações e em três anos construiu oito unidades de fundição, onze fábricas e quatro refinarias, operando-as para o governo.

⁵⁸ Tal processo influenciou a produção de alumínio que já existia antes de 1888, produzido de forma complexa e tido como dos metais mais preciosos do mundo com valor de US\$ 1.200 / kg, e tinha como principal função ser usado como adornos na realeza.

É importante chamar a atenção para o esforço industrial americano incluindo a ALCOA e outras companhias, pois a segunda grande guerra foi fundamental para a expansão das indústrias mundo afora e que de uma maneira ou de outra teve influência direta na exploração de bauxita e transferência das indústrias de beneficiamento para o Brasil. Desta forma, num intervalo de três anos, a ALCOA construiu mais de 20 fábricas, 8 fundidoras, 11 construtoras, 4 refinarias. Entre 1939 e 1944, a produção de alumínio foi incrementada de 146 000 t, para mais de 800 000 t. Para se ter ideia de quanto a ALCOA lucrou com a Segunda Guerra, de acordo com dados da própria companhia, do total de 672 milhões de dólares investidos na indústria de alumínio, 474 milhões provinham dos investimentos da ALCOA (ALCOA, 2010) (CASTRO, 2010, p. 67).

No período pós Segunda Guerra, a ALCOA deixa de ser uma empresa de participação familiar, passando a negociar suas ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Em 1952 a ALCOA apresenta uma nova faceta, criando *ALCOA Foundation*, com o propósito de prover benefícios sociais e qualidade de vida das populações atingidas pela atividade mineral da empresa.

Na década de 1950, cresce a demanda dos produtos da companhia. Nesse contexto, a ALCOA amplia seus negócios, participando de um consórcio franco-suíço-canadense para pesquisar minérios na Guiné. Em 1958, no Suriname, a ALCOA realizou seu primeiro empreendimento de transformação de minério em metal. Nos anos 1960, expande seus negócios para Austrália, com foco nas reservas de bauxita, e o Brasil. Na década de 1970, em pleno momento de crise do petróleo, a ALCOA está em pleno processo de expansão internacional, instalando fábricas na Colômbia, El Salvador, França, Holanda, Alemanha Ocidental, Marrocos, Tunísia e Líbia. É na década de 1970 que a ALCOA passa a investir com maior veemência em terras brasileira.

Ainda em 1970, a ALCOA aproveitou as condições favoráveis concedidas pelo governo brasileiro aos japoneses, na associação de seus capitais para a possível produção de alumínio primário na Amazônia. Com isso, ela buscou se inserir no processo de negociações para também produzir alumínio na região.

Para Switkses (2005, p. 2), as usinas de processamento de alumínio tenderam a migrar dos centros industriais tradicionais dos EUA, Europa e Japão para novos projetos *greenfield* no mundo em desenvolvimento, principalmente os países que são detentores de “acesso à eletricidade barata e mão de obra de baixo custo”; essas eram suas principais motivações. Para o ambientalista, um quarto da capacidade global de fundição do alumínio ainda concentra-se na América do Norte, mas o rendimento dos EUA caiu em 50% desde 1999. No Estudo do BNDS, conduzido por Cardoso et al. (2011, p. 49), a indústria do alumínio é uma grande

consumidora de energia. No Brasil, “mais de 6% da energia elétrica gerada é consumida somente por essa indústria. Assim, a energia é um fator decisivo na competição das empresas, representando cerca de 29% do custo de produção”. No Brasil, a média é 35%.

Deste de sua fundação, a ALCOA tem como marca buscar a sua ampliação no mercado capitalista. Sendo assim, a sua atuação não se resume ao mercado de extração mineral, e é por isso que a empresa atualmente é a segundo maior empreendedora imobiliária dos Estados Unidos. Na década de 2000, a empresa fez a aquisição estratégica da *Alumax*, *Reynolds e Howmet*. Em 2002, foi criada a *ALCOA Women Network* e, em 2003, a *ALCOA African Heritage Network*.

Em seus novos horizontes estão sempre em busca em continuar crescendo no mercado, com aquisições e diversificação de produtos e serviços, racionalização de custos, priorizando novos mercados como o aeroespacial, de transporte e de defesa.

4.1.3 A Política de excelência na produção de alumínio

Paul O’Neill, que assumiu a presidência da ALCOA em 1987, adotou uma política de excelência na produção de alumínio. Na década de 90, realizou uma arrojada estratégia de tecnologia e foco em parceiros internacionais e importantes aquisições na Europa e nos Estados Unidos. A ALCOA, atualmente, é uma das líderes mundiais na produção de alumínio, empregando mais de 107.000 pessoas, em 44 países, mais de 300, e localidades e cinco regiões do globo. O faturamento consolidado de 2001 atingiu US\$ 22,8 bilhões. Segundo dados da Community Research Unit (CRU), de outubro de 2010, a UC Rusal, a Rio Tinto Alcan e a ALCOA são, nessa ordem, as maiores produtoras. Seus volumes de produção foram, respectivamente, de 4,09 milhões, 3,80 milhões e 3,46 milhões de toneladas em 2010.

O movimento de ambientalistas internacionais e de diversos pesquisadores têm se voltado a aprofundar a relação da ALCOA Inc. com o meio ambiente nas diversas localidades onde a companhia se encontra. Entre os casos levantados, encontra-se a fábrica de Rockdale, no Estado do Texa, como uma grande transgressora das leis ambientais. Segundo o *Dallas Morning News*, a empresa descarrega, aproximadamente, 104 toneladas (aproximadamente 12 toneladas por hora) de emissões sujas, incluído 60.000 toneladas anuais de dióxido de enxofre, que causa chuva ácida, sulfúrica, resultado da queima de lignita, um tipo de carvão, combustível sujo, de acordo com as leis estaduais e federais do EUA, usado na produção de alumínio. Tal ação, além dos efeitos ambientais, tem levado ao aparecimento de doenças como câncer, principalmente nos trabalhadores que ficam expostos ao processo de produção.

Como consequência da violação ambiental, duas das seis linhas de produção foram interrompidas na fábrica de Rockdale, no Texas⁵⁹.

(ROCKDALE) ALCOA in Rockdale is under investigation by state officials for possible clean-air violations that could span two decades. ALCOA is the state's largest in regard to grandfathered emissions, and reportedly made millions of dollars worth of equipment changes in the 1980's without permits. According to company spokesman Jim Hodson, the Rockdale plant had not broken the law, claiming the 1980's work did not require a permit because it was routine maintenance. A story in the Dallas Morning News Wednesday said reports in state files show that the plant's emissions of smog and acid rain-causing pollution, which drift north into the Dallas-Fort Worth area, increased after most of the work was finished in 1985. The story in the Dallas Morning News was prompted by a study that has identified ALCOA's nitrogen oxides emissions as a component of smog in the Dallas Fort Worth area. The story said ALCOA's 54 tons of nitrogen oxides emissions per day were the equivalent of about 10 percent of all emissions from cars, power plants, factories and other man-made sources in the Dallas-Fort Worth area. State clean-air plans say the area must slash nitrogen oxides emissions by 261 tons per day, about 47 percent. ALCOA agreed last year to cut nitrogen oxides voluntarily by 30 percent by 2002. However, Tom Smith, Texas director of the environmental and consumer group Public Citizen, said if ALCOA had to install up-to-date controls, it could be enough to ensure that the Dallas-Fort Worth area gets into compliance (DALLASNEWS 2001, não paginado).

Durante o governo Estadual de Bush, foi criado o plano de redução voluntária de emissão de poluidores; com isso, eles não precisavam adequar-se por completo à legislação ambiental vigente. Mesmo prometendo aderir, a ALCOA não reduziu a emissão de poluidores, sobre a alegação que os custos são elevados e para se adequar à legislação precisaria demitir mais de mil operários. Mesmo diante das denúncias, a ALCOA anunciou a vontade de explorar mais 6.300 hectares de lignita existente junto à mina atualmente explorada. Essa exploração levaria ao consumo de água subterrânea, que pode ampliar os problemas de acesso aos recursos por parte dos pequenos *farmens*, que já reclamam a distância das reservas que com a empresa passou de 13 metros para mais de 150; hoje, grande parte da água está contaminada com a ação da ALCOA.

No rol de casos envolvendo comunidades tradicionais da poluição da ALCOA, encontra-se a história dos Mohawks, nas fronteiras do Canadá. Os indígenas reclamam, diante da poluição química das águas subterrâneas pela empresa e do Rio São Lourenço desde 1950. Essa poluição atingiu a jusante das terras indígenas, causando danos na fauna, além de

⁵⁹ JORNAL BRASIL ECONÔMICO, Rio de Janeiro, p. 3, 9 jan. 2012.

contaminar o rio, prejudicando a retirada de alimento do mesmo pelos indígenas. A contaminação é atribuída a Reynolds, adquirida pela ALCOA em 2000, por US\$ 5,8 bilhões.

Pesa também sobre a ALCOA, uma fábrica localizada em Massena, que também contamina os cursos do Rio Lourença, com PCB, um produto químico sintético banido pela legislação ambiental em 1978, mas que até 1990 era utilizado pela ALCOA e despejado no Rio Gross, afluente do São Lourença. Em 1992, foram encontrados altos níveis de PCB no leite materno das índias Mohawks, a mudança na dieta alimentar do Mohawk e elevados índices de casos de diabetes entre a população de Akwesasne. Com a dificuldade em acessar os recursos naturais, tais tribos passaram a ficar vulneráveis às redes de contrabando que existem na região.

O aspecto emblemático dessa história está no fato que o presidente da ALCOA na época do surgimento desses casos era Paul O'Neill, citado como exemplo de gestão e eficiência no comando da empresa, e principalmente por priorizar as questões sociais e ambientais. Tal personalidade foi secretário do tesouro do governo Bush, fato que fez a ALCOA, em reconhecimento às suas contribuições, lançar uma campanha de responsabilidade ambiental e social.

As últimas informações do caso dão conta que a ALCOA terá que repassar aproximadamente US\$ 20 milhões em restauração ambiental, cuidado com a saúde e cultura das tribos afetadas, além de US\$ 7.300,000 dólares para restaurar pradarias, zonas húmidas e da pesca; \$ 1 milhão para a compra de centenas de hectares para a proteção do Estado e 8,4 milhão dólares para tribal investimento em educação, Horticultura, remédio, cura, nutrição e programas de linguagem Dailygazette (2012).

New York, federal and tribal officials since 1990 worked jointly on the environmental assessment as trustees in a collective investigation they said showed that the discharges injured fish, birds, amphibians, mammals and their habitats in and along the St. Lawrence, Grasse and Raquette Rivers. "Although we can't turn back the clock, the trustees worked hard to ensure that this settlement improves environmental quality," said Joe Martens, commissioner of the state Department of Environmental Conservation. State Attorney General Eric Schneiderman said the settlement should help restore the health of the St. Lawrence and its tributaries and Mohawk cultural practices that suffered as a result of the companies' pollution. He promised to continue to hold accountable those who damage the state's environment (DAILYGAZETTE, 2012, não paginado).

No Suriname, a SURALCO, braço da ALCOA no País, negociou junto ao governo a construção da represa de Afobako, com objetivo de garantir o fornecimento de energia para as empresas na localidade de Paranam. Essa represa inundou uma área de 1.553 km² em plena floresta amazônica, expulsando seis mil morrons, descendentes de escravos africanos que

vivem sob o regime tribal na Amazônia surinamense. Os problemas sociais e ambientais decorrente das modificações realizadas pela ALCOA causou o crescimento de epidemias como a malária, além da violência, prostituição, tráfico de drogas e destruição ambiental. Como estratégia de compensação, a ALCOA repassou ao poder local a responsabilidade de encontrar soluções para os problemas sociais decorrentes de suas ações. Como em Juruti, quando surgiu a questão fundiária, com forte tensão e possibilidade de conflito, a ALCOA repassou os conflitos ao governo local.

Em Wagerup, cidade australiana, a ALCOA foi protagonista de um conjunto de problemas de saúde nos funcionários e em áreas residenciais vizinhas à fábrica. A atividade da ALCOA, segundo os cientistas da Universidade do Oeste Australiano, é responsável pelo surgimento de nuvens químicas na localidade. Os riscos são decorrentes da respiração e contato com do piche utilizado para o uso na produção da fábrica. Os estudos realizados na empresa mostram que há uma grande fragilidade dos equipamentos de proteção individual.

Hearings held in the Western Australian Parliament's Standing Committee on Environment and Public Affairs from 2001-2004 focused on emissions from ALCOA's Wagerup alumina refinery. ALCOA has called Wagerup "the most environmentally advanced alumina refinery in the world" and says it is considering expanding operations. But some 500 people living in proximity to the refinery told the parliament they had suffered irritation to their mucous membranes, skin, and eyes. Speculation pointed to the Wagerup liquor burner, used to burn off organic compounds contained in bauxite ore. Witnesses also accounted that, during dry periods, wastes from the alumina plant blew through the air into their homes and yards. Through prolonged exposure, the residents reported chronic headaches, digestive upsets, and pain, particularly in the joints, a burning in their stomachs and throats, throat ulceration, nose bleeds, and a general feeling of lethargy, possibly caused by cumulative exposure to various compounds, a condition the committee termed "multiple chemical sensitivity." Livestock were afflicted with chronic coughing and rashes, often leading to death.

In 2003, six workers at the plant were awarded compensation and ALCOA agreed to install pollution controls.²⁵ In December, 2004, ALCOA was fined \$47,000 for pollution caused by bauxite residue dust. A member of a local resident group, Tony Hall, said "We're not that impressed by it. There's been over 5,000 complaints against this operation [...] (that's) chump change to that sort of a company." Similar concerns have surfaced at ALCOA's Kwinana alumina refinery near Perth. At Kwinana, environmental authorities were outraged when evidence showed that ALCOA had doctored dust monitoring results from its red mud tailing ponds. Consequently, the company lost its best practice environmental license and with it, the right to self-monitor its operations. Eight waste spills were also reported by ALCOA between June and November 2004.²⁸ Public hearings force the issue into the public arena, and obligate politicians to take a position. The negative side is that very often, these drag on without coming to a decisive conclusion. Hearings should be seen as one form of broader public pressure directed at the company (AUSTRALIAN ALUMINUM COUNCIL (2012)).

Os casos citados acima mostram a extrema fragilidade e os motivos da busca de uma imagem de responsabilidade social e ambiental pela ALCOA em Juruti. A consequência dos procedimentos utilizados pela empresa no mundo com objetivo de reduzir custos na produção, como é o caso da queima de lignita, licor cáustico e outros, produziram verdadeiras máculas ambientais e sociais em diversas localidades, principalmente entre a população nativa. Na Austrália, principalmente nas cidades de Wagerup, Yarloop e Waroona, investigações mostram que a queima de licor cáustico produz uma névoa cáustica capaz de irritar os olhos, narizes, garganta e pulmões. Tais condições de trabalho fizeram, em 2001, os operários de Kwinana entrarem em greve, já que desde 1996 mais de 200 funcionários apresentaram problemas de saúde. A motivação da greve foi a descoberta de que a empresa tinha conhecimento dos riscos para saúde da queimar do licor, desde 1990, e que nenhuma providência foi tomada pela ALCOA (REFINERY EMISSIONS POSSIBLY CAUSED SENSITIVITY, 2004).

As violações ambientais e sociais são comprovadas pelas sentenças de tribunais, como a de 13 de março de 2000, quando a mesma foi multada e teve que pagar US\$ 8,8 milhões de compensação por desrespeito às leis ambientais envolvendo poluição do ar, geração de resíduos nocivos, não adequação de seus equipamentos, como a implantação de tecnologia de redução de poluição e tratamentos de rejeitos. Para o departamento de Justiça, a ALCOA violou múltiplos dispositivos de leis sobre a qualidade da água, despejando rejeitos inadequados no Rio Ohio desde 1994 até 1999. Em Warrick County, a fábrica da ALCOA foi obrigada a mudar o processo de tratamento de metal para reduzir o conteúdo de cromo nos despejos em 30% até junho de 2000, e 65% até junho de 2003.

Em decorrência da sua atuação na baía do Lavaca, a ALCOA assinou dois compromissos no dia 10 de dezembro de 2004, em gastar 11,4 milhões de dólares para completar a limpeza e mais 40 milhões para outras ações de responsabilidade. Tal anúncio foi realizado pelo departamento de justiça, e a Agência Nacional de Proteção Ambiental, Administração de Oceânica e Atmosférica, departamento de Interior, Procuradoria Geral do Texas e pela Comissão de Qualidade Ambiental, Departamento de Parques e Vida Selvagem do Texas. A ação movida contra a ALCOA se deu em decorrência dos danos aos recursos naturais nas áreas de influência da baía do Lavaco. Os sedimentos foram contaminados por atividade produtiva da empresa de 1948 até 1994. A ALCOA operava com unidade de álcalis clorados que eram descarregados na água da baía. A contaminação levou à proibição da pesca

de espécie como peixe de barbatana e caranguejo UNITED STATES ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY, 2001).

Portanto, a história da ALCOA em relação aos problemas ambientais é grande e grave, com profundas consequências para o meio ambiente e para as comunidades vizinhas aos seus projetos. Tal evidencia, fez Paul O'Neil, presidente da ALCOA e depois do Tesouro Norte-Americano no Governo Bush, preparar a construção de um discurso capaz de inserir a ALCOA no novo campo competitivo, o da responsabilidade ambiental e social. Somente a construção de uma imagem ambientalmente sustentável e socialmente justa poderia fazer a empresa ampliar seus horizontes em um contexto cada vez mais marcado pelas preocupações ambientais e sociais.

Creio que temos cometido um grande erro ao defender a ideia de melhoria contínua. Deixem-me explicar o que eu quero dizer com isto. Melhoria contínua é exatamente a ideia correta se você é o líder mundial em tudo o que você faz. É uma ideia errada se você é um retardatário na corrida. É provavelmente uma ideia fatal se você está bem longe dos padrões globais, precisamos de melhoria rápida, dar saltos quânticos. Não podemos nos satisfazer em estabelecer um plano que nos leve aos atuais padrões mundiais de competição em algum momento futuro, digamos 1995 ou o ano 2000 —, porque se aceitarmos tal plano nunca seremos o líder mundial.

A nova direção empreendida por Paul Ó'Neil constitui uma empresa com mais capacidade estratégica em imprimir um discurso ambiental e social. Nessa perspectiva, Juruti Sustentável compõe o campo discursivo onde a ALCOA irá busca sua legitimidade. Será o desenvolvimento sustentável uma expressão de uso regular em documentos e objetivos da ALCOA.

A sustentabilidade traçada pela ALCOA será dispersa no tempo, busca articular a unidade em torno de sentido dominante “ALCOA só vai bem se as nossas comunidades também estiverem bem. A nossa licença social para operar é conquistada diariamente, em todas as nossas ações e interações com os diversos públicos interessados”. No âmbito do desejo, o simbolismo será completo e nítido. Sua incoerência e lacunas somente serão visualizadas na relação do discurso, marcado por contradições. Sendo que para identificar tais aspectos precisa ter um olhar crítico sobre a realidade desse pensamento.

Nas publicações da ALCOA está sempre presente a ideia de conciliar desenvolvimento e sustentabilidade ou preservação. Nesses discursos, a ALCOA surge com uma função bem definida: é referência na mineração sustentável.

Acreditamos que, se puder fazer de Juruti uma referência, será bom não só para Juruti, como para a Região Norte, para o setor de mineração, para o Brasil, e também para a ALCOA [...]. Nós entendemos de produzir alumínio, mas não entendemos de abrir uma mina no meio da Amazônia. A conclusão era óbvia: vamos buscar os melhores parceiros, seja no Brasil, seja fora, para nos ajudar nessa empreitada. Fazer um projeto que vai além da licença pedida e que agrega valor ao negócio, pois na medida em que você garante, diariamente, a sua licença de operar. Existe a licença concedida pelos órgãos competentes e ela é muito importante. Mas tão importante quanto ela, é aquela licença que a comunidade local nos dá para operar (ALCOA 2009).

No mesmo documento, a ALCOA expõe os objetivos e os pilares de sua atuação em Juruti:

O maior desafio da ALCOA em Juruti é conquistar diariamente o direito de operar o empreendimento, garantindo o crescimento da região. Sustentabilidade é a marca da Mina de Juruti, apoiada nos três pilares da ALCOA: excelência ambiental, responsabilidade social e sucesso econômico (ALCOA, p. 3).

As ações apresentadas como parte do Projeto Juruti ajudam a compreender como são priorizadas as ações de sustentabilidade pela empresa. O que existe são pequenas ações isoladas e pontuais, sem continuidade. Isso é visível nos projetos Juruti sustentável. O “Projeto Juruti Sustentável: Uma proposta de modelo para o desenvolvimento local” foi idealizado em conjunto pela ALCOA, a partir da assessoria da FUNBIO e Fundação Getúlio Vargas. Seu objetivo seria o de conduzir um processo de desenvolvimento local do município de Juruti tendo como base um tripé de intervenção: o Conselho Juruti Sustentável (CONJUS), os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável e um Fundo Juruti Sustentável (FUNJUS).

Segundo Abdala (2010, p. 8), os mesmos deve ser um agente “promotor e catalisador, uma alavanca para o desenvolvimento local”. Em 2009, foi lançado o primeiro edital do FUNJUS, que apoiou 21 projetos comunitários, mobilizando R\$ 550 mil, de um total de R\$ 2 milhões (FUNBIO, 2010). Esse edital foi o único lançado em 13 anos de presença da ALCOA na região, e quatro anos do primeiro Embarque de bauxita para o porto de Itaqui em São Luis – MA. Tal descontinuidade contradiz a exposição do Presidente da ALCOA para América Latina, para que fosse “Juruti Sustentável: uma proposta para o desenvolvimento local” (FGV; ALCOA; FUNBIO, 2008, p. 33).

O exemplo de descontinuidade das ações propagandeadas pela ALCOA também é relatado na pesquisa de Lopes (2012), que diz ter encontrado comunidades sem sistemas de abastecimento de água ou com funcionamento precário. Essas comunidades são Jararaca, Mariá etc. É evidente que o autor lembra que há muitas iniciativas realizadas pelas empresas

contratadas (entre as quais o Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores e do Instituto Vitória Régia) pela ALCOA que desenvolveram projetos importantes de geração de renda (horta, criação de galinha caipira, caprino, mudas, peixe). Para o autor, houve uma maior atividade junto às comunidades no período anterior ao alcance da licença e agora estão paradas. “A maioria dos comunitários visitados pelo pesquisador alegou abandono por parte das empresas contratadas pela ALCOA e inviabilidade da continuidade dos projetos, tanto que a maioria das hortas visitadas entre dezembro de 2010 e julho de 2011 estava desativada por falta de recursos e viabilidade econômica do negócio” (LOPES, 2012, p. 132).

Em documento conjunto da FGV; ALCOA; FUMBIO (2009, p. 11), é apresentada uma “agenda de desenvolvimento comum, um processo de construção participativa – com atores locais e Regionais”, que são os indicadores de desenvolvimento, instrumento com a função de “monitorar as transformações sociais, ambientais e econômicas da região”. O documento diz:

Uma agenda de desenvolvimento depende de ferramentas que acompanhem o ritmo e a qualidade desse desenvolvimento ao longo do tempo, orientando as políticas públicas, os espaços de articulação, os investimentos públicos e privados e a própria empresa quanto às transformações – indesejadas ou esperadas – na região. Espera-se também que o processo de construção essencialmente participativo colabore com o empoderamento da sociedade civil e a capacitação de todos os atores envolvidos.

Para Lopes (2012, p. 126), “em meio aos conflitos estabelecidos em Juruti, principalmente a partir do processo de instalação da mineradora ALCOA em 20 de agosto de 2008, o Conselho Juruti Sustentável (CONJUS) foi instituído como possível canal de diálogo entre os atores sociais em disputa”. Mas para o autor, CONJUS “trata-se de um órgão sem poder deliberativo sobre qualquer ação positiva ou negativa que esteja sendo implementada no município, independentemente de ser pública ou privada”. Sendo assim, o CONJUS se constitui em um “mero instrumento de legitimação das ações definidas pela ALCOA e pelo poder público, quando é o caso”. É com essa avaliação que, segundo o autor, diversos atores, essenciais e com ampla capacidade de mobilização no território rejeitaram a participação no CONJUS, como é o caso da ACORJUVE, a Igreja Católica de Juruti e as Irmãs Franciscanas de Maristella.

A composição do primeiro colegiado do Conselho Juruti Sustentável, instituído pela primeira assembleia geral, realizada em 20 de agosto de 2008, foi formado por 15 representantes titulares, sendo nove da sociedade civil, três das empresas e três do poder público. A coordenação geral foi composta pelo Movimento 100% Juruti, na condição de Coordenação Geral; Prefeitura

Municipal, na Secretaria Geral; e ALCOA, na Tesouraria. Na sua estrutura, o CONJUS conta com oito câmaras técnicas, para atender às demandas sociais em áreas estratégicas, como meio ambiente, saúde, educação, economia e trabalho, infraestrutura, saneamento, cultura e turismo, criança e adolescente.

Em comparação ao primeiro e ao segundo biênio, o primeiro compreendendo os anos de 2008-2010, e o segundo compreendendo o de 2010-2012, o CONJUS sofre baixas importantes de entidades com ampla aceitação no território, como é o caso da Pastoral da Criança e o Movimento 100% Juruti; este, inclusive, ocupava a coordenação geral. Em entrevista com uma liderança da Vila Muirapinima, em 18 de junho, a mesma expõe os motivos que são reflexos da rejeição de organizações e lideranças ao CONJUS:

Liderança: A ALCOA, nesse processo de construção, de implantação [...], uma das regras era criar um fundo pra apoiar os projetos, que é aí que eles dizem que têm o projeto sustentável em Juruti. Criou-se o CONJUS [...] e tentaram pegar membros da sociedade, inclusive tem membros da Câmara lá. Só que é um conselho que, na nossa avaliação, não tem o poder de deliberar, ele só é de construir. Então, só é deliberado ali o que a ALCOA decidiu e o que ela acha que deve fazer, então pra nós não tem validade (Entrevista realizada na Vila Muirapinima, Juruti-PA, no dia 18 de junho de 2011) (LOPES, 2012, p. 130).

Mesmo com o agir descontínuo de sua proposta de desenvolvimento, a ALCOA, de 2008 para os dias atuais, já ganhou muitos prêmios e alusões em espaços de divulgação da indústria mineral⁶⁰.

Na verdade, o Projeto Juruti Sustentável utilizando como vitrine mundo afora visa apresentar a imagem de uma empresa modelo, o que pode ser diferente em relação às demais. Tal aspecto remete a Orlandi (2000, p.83), para quem o “não dizer significa”. Sendo assim, para o autor é necessário diferenciar os silêncios:

[...] o silêncio fundador (silêncio que indica que o sentido pode ser outro) e o silenciamento ou política do silêncio que, por sua vez, se divide em: silêncio constitutivo, pois uma palavra apaga outras palavras e o silêncio local, que é a censura, aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura.

⁶⁰ O “conjunto de ações de Comunicação da Mina de Bauxita de Juruti da Alcoa, no Oeste do Pará, colocado em prática diariamente para difundir o valor da sustentabilidade, foi vencedor nacional do Prêmio ABERJE 2009, na categoria Comunicação de Ações de Sustentabilidade e Balanço Social. Os prêmios, já em sua 35ª. edição, foram entregues pela ABERJE-Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, na tarde na última quinta-feira (8), em São Paulo-SP” (Comunicado da ALCOA, de 13 de outubro de 2009).

Segundo Orlandi (2000, p. 83), o discurso hegemônico acaba por instituir o silêncio local. Sendo assim, as ações da ALCOA, que podem ser vistas como discrepantes, no discurso, são censuradas.

4.1.4 Contexto atual de Juruti: analisando índices, indicadores e números

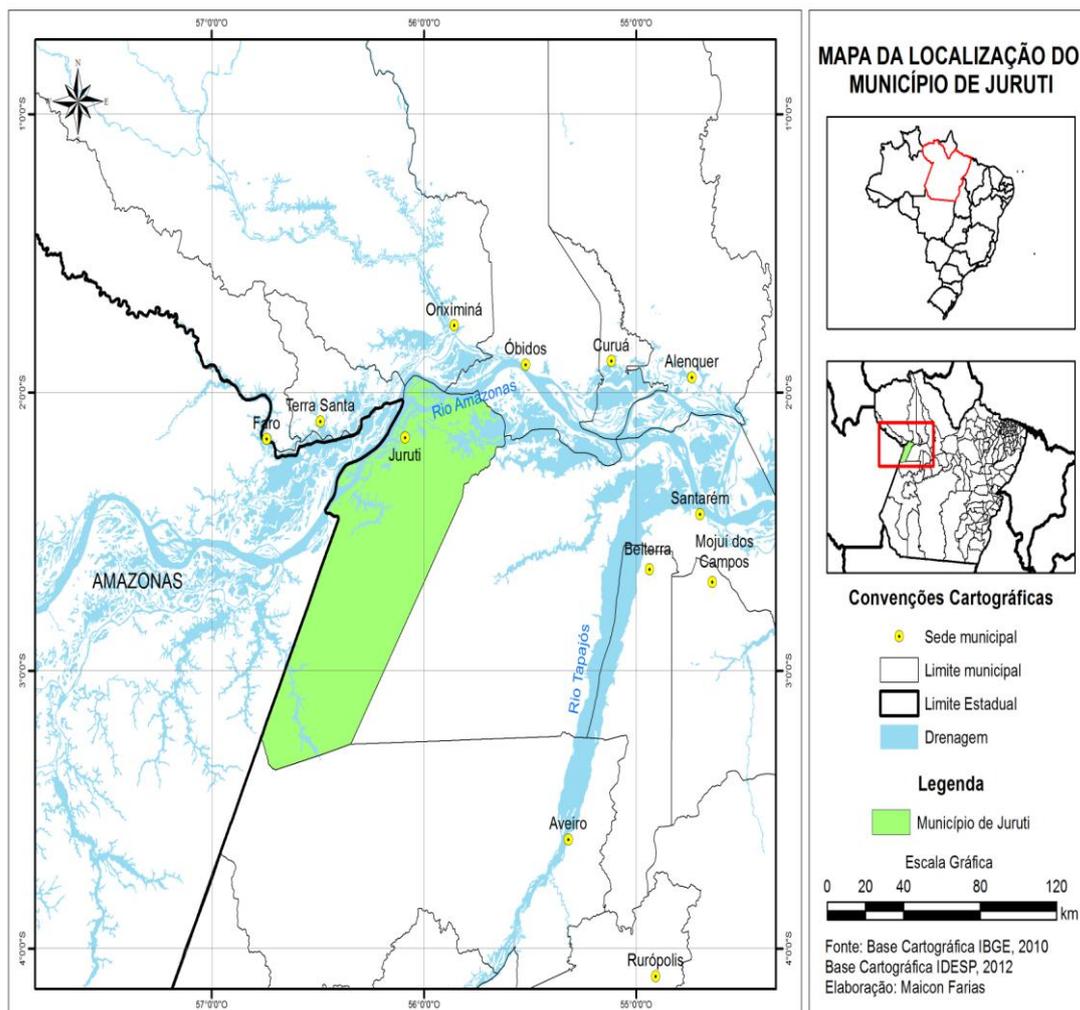
O município de Juruti⁶¹ está localizado na zona fisográfica do Baixo-Amazonas. Sua origem remete ao aldeamento dos índios Mundurucu, fundado em 1818, sob a direção dos padres missionários jesuítas. Com a divisão da província entre 1833 em termos e comarcas, a localidade de Nossa Senhora da Saúde Juruti adquiriu caráter de Freguesia, no cumprimento da lei geral do Império, em 25 de novembro de 1832, integrada ao termo de Faro. Camelli (2007, p. 17) situa o então a localidade de Juruti da seguinte forma:

Situada à margem direita do Paraná de mesmo nome, distante 36 milhas de Óbidos e 45 milhas de Parintins, na região do Baixo-Amazonas e na microrregião de Óbidos. O município de Juruti teve origem numa aldeia dos índios Mundurucu que, em 1818, ficou sob a direção de missionários, com poderes paroquiais. Com a construção da igreja pelos índios, foi logo transformada em freguesia sob a proteção de N. S. da Saúde.

Em 28 de maio de 1847, uma portaria provincial determinava que a freguesia de Nossa Senhora da Saúde de Juruti, juntamente com a de Faro, fizesse parte do círculo eleitoral da então vila de Óbidos.

No dia 3 de dezembro de 1859, por meio da lei nº 339, a sede do município de Juruti passou a situar-se à margem do rio Amazonas e em 1879, em determinação da lei nº 930, passou a ser ponto de escala da navegação a vapor subvencionada pelo governo. Esses acontecimentos, segundo Camelli (2007, p. 17), provocou um pequeno desenvolvimento, o que fez com que a mesma alcançasse o status de Vila. Segundo o autor: “Com isso a freguesia de Juruti apresentou acentuado progresso, o que determinou a sua elevação à categoria de Vila, de acordo com a Lei nº 1152, de 9 de abril de 1883, que foi instalada somente a 9 de março de 1885”.

⁶¹ Segundo Sampaio, o topônimo de origem tupi, por corrupção Yuru-ty, significa: “o colo firme, o peçoço teso”, em alusão ao aspecto da pomba deste nome no ato de cantar. Os habitantes do lugar recebem a denominação de “jurutienses”.

Mapa 1- Localização do Município de Juruti

Fonte: ALCOA (2010). Adaptado por Maicon Farias (2013).

Com a República, em 1900, durante o governo de Paes de Carvalho, e devido às dissidências políticas, em 03 de abril de 1990 foi decretada a lei nº 729 que extinguiu os municípios de Juruti, Oriximiná e Quatipurú. Juruti passou a fazer parte do território de Faro e Óbidos. Juruti somente voltou à condição de município 13 anos depois, no dia 09 de março de 1913, com a lei nº 1295, sendo instalado no dia 03 de maio de 1914. Em 1930, o município foi novamente extinto, ficando sob a administração direta do governo do Estado do Pará e somente constituído como município pela lei estadual nº 8, de 31/10/1935, desmembrando-o do Estado do Pará.

No município de Juruti, os indicadores apontam que em 1991 o total da população do município era de 23.263 e passou, em 2000, para 31.198 crescendo 4,20%, índice superior à estadual que foi de 1,02%. Em 2010, a população do município atingiu 47.086 mil habitantes. Um aspecto importante de ser ressaltado é que enquanto no período de 1991 a 2000 a taxa de

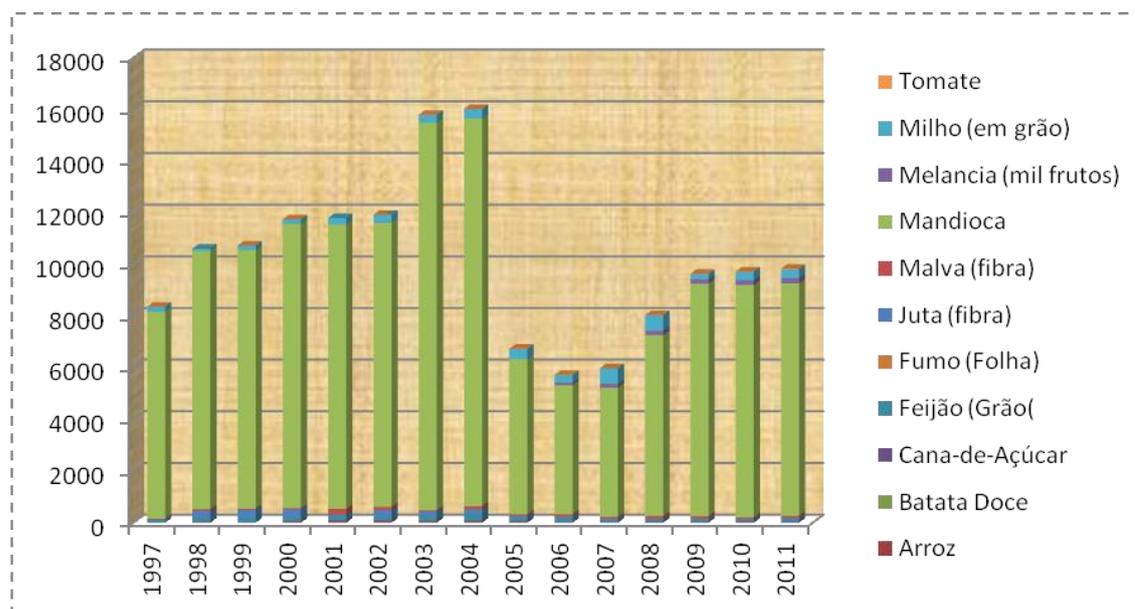
urbanização do município de Juruti foi de 34,55%, no período de 2000 a 2010 esse índice ficou em 1,78%. Esse aspecto, ao nosso vê, mostra que o enraizamento no meio rural pode estar relacionado aos avanços decorrentes do processo de mobilização social, econômica e política da comunidade, e à incidência e conquista de políticas públicas, como criação de assentamentos e programas sociais, entre eles o bolsa família e floresta.

Quadro 1 - População total, por gênero, urbana/rural, e taxa de urbanização

População Total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização - Juruti - PA						
População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	23.262	100,00	31.198	100,00	47.086	100,00
Homens	12.119	52,10	16.418	52,63	24.578	52,20
Mulheres	11.143	47,90	14.780	47,37	22.508	47,80
Urbana	7.973	34,27	10.780	34,55	15.852	33,67
Rural	15.289	65,73	20.418	65,45	31.234	66,33
Taxa de Urbanização	-	34,27	-	34,55	-	33,67

Fonte: Atlas do desenvolvimento (2013).

A pesquisa de Lopes (2012, p. 80) mostra que a agricultura de Juruti se constitui em um importante setor de reprodução da familiar, com uma grande diversificação de plantio de culturas permanentes e temporárias. Um importante aspecto observado por Lopes (2012) diz respeito à tecnologia, já que em Juruti o uso de mecanização é baixo, quase inexistente: “No território municipal, não foi encontrada agricultura mecanizada como a desenvolvida pelos sojicultores nos municípios de Santarém e Belterra, a partir da segunda metade dos anos 1990”.

Gráfico 5 - Evolução das principais lavouras temporárias do município de Juruti (2000-2009)

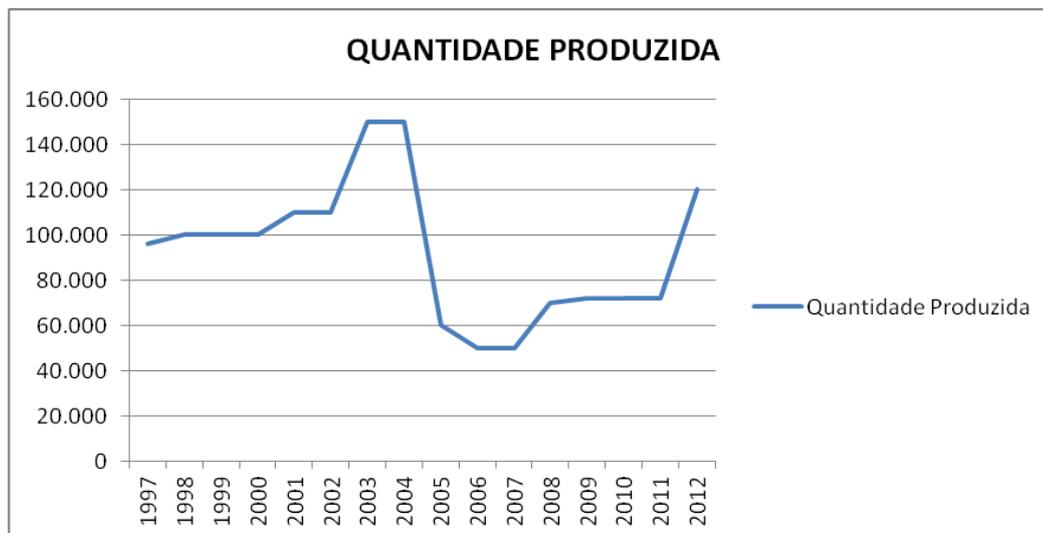
Fonte: IBGE/PAM (2013). Elaboração: IDESP/SEPOF

As culturas tradicionalmente cultivadas pelas comunidades, no período de implantação da ALCOA, mais precisamente entre 2005 a 2007, apresentam certo declínio, incluindo a mandioca, cultura que apresenta a maior produção no município. Nesse período, “muitos agricultores abandonaram suas roças por acreditarem que haveria oportunidade de trabalho na empresa em instalação; outros negociaram suas terras com a mineradora (quando era na área de interesse dela) e seguiram para as cidades de Juruti, Manaus, além de outros lugares” (LOPES, 2012, p. 81). Lopes cita um exemplo:

[...] um morador da Terra Preta vendeu um terreno de sua propriedade para a empresa e comprou uma casa na cidade de Juruti, mas seus familiares não se adaptaram à nova morada. Por isso, ele resolveu, junto com alguns parentes, retornar para o campo. Se realocaram em um antigo terreno da família, próximo da ferrovia, e lá construíram uma nova comunidade, denominada Cruzeiro, passando a viver em péssimas condições - barracos improvisados e sem nenhuma infraestrutura comunitária (2012, p. 81).

A retomada do plantio de mandioca, principalmente, tem sua retomada a partir de 2007, o que para Lopes (2012, p. 81) significou o momento que os agricultores perceberam que, de fato, “não havia emprego para eles na mineradora. Somente alguns foram absorvidos pelas empresas empreiteiras para desenvolverem trabalhos de baixa qualificação somente até a instalação do projeto”, e com isso “novas roças foram plantadas por muitos dos que conseguiram manter as suas terras e a estrutura mínima de trabalho”.

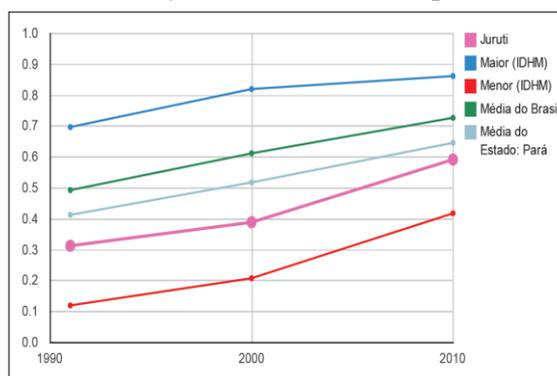
Gráfico 6 – Quantidade produzida de mandioca no município de Juruti /PA (1997-2012)



Fonte: IBGE/PAM. Elaboração: IDESP/SEPOF (2013).

O índice de desenvolvimento humano evidencia uma melhora. No período de 2000 e 2010, o IDHM passou de 0,389 para 0,592. Isso representa uma taxa de crescimento de 52,19%, e significa que o hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 33,22% entre 2000 e 2010. Em comparação, ao período entre 1991 a 2000, observasse que o crescimento foi de 24,28%, passando de 0,133, em 1991, para 0,389, em 2000. Portanto, na década anterior, o hiato do município, considerando que o limite máximo do índice é 1, foi reduzido em 11,06% entre 1991 e 2000. A conclusão do IDH – M foi que o município de Juruti teve um incremento de 89,14% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47,46%) e acima da média de crescimento estadual (56,42%).

Gráfico 7 - Evolução do IDH do Município de Juruti/PA



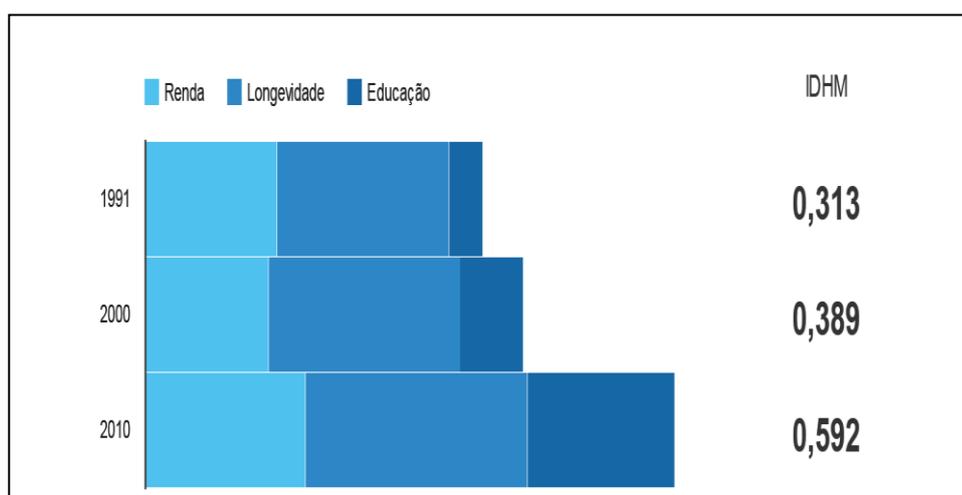
Fonte: Atlas do desenvolvimento. PNUD (2013).

O crescimento do IDH-M (0,592), em 2010, teve forte participação do fator educação e longevidade. No período de 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,286), seguida por Renda e por Longevidade. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,098), seguida por Longevidade e por Renda. Tal evolução pode estar relacionada ao aumento de políticas públicas no conjunto dos municípios. Essas políticas são a construção de escola, ampliação da matrícula, melhoria do transporte rural e os programas sociais, como o *Bolsa Escola*. Na dimensão da longevidade, o acesso à saúde e às políticas de prevenção tem, nas comunidades rurais, ampliado as informações capazes de dotar as comunidades de mecanismos de prevenção e cuidados com a saúde básica, contribuindo para a esperança de vida.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Juruti, a esperança de vida ao nascer aumentou 10,2 anos nas últimas duas décadas, passando de 60,1 anos em 1991 para 64,3 anos em 2000, e para 70,4 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 72,4 anos e, para o país, de 73,9 anos (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO, 2010, p. 2).

O gráfico abaixo mostra como foi a evolução dos índices e o papel da educação, renda e longevidade nos últimas décadas.

Gráfico 8 - Evolução do IDH de renda, longevidade e educação



Fonte: Atlas do desenvolvimento, PNUD (2013).

Uma síntese dos dados mostra que ocorreu uma melhora em todos os indicadores, principalmente na educação, e esperança de vida, além de um considerável acesso à renda, que na última década teve sua *per capita* dobrada, seguindo uma tendência nacional.

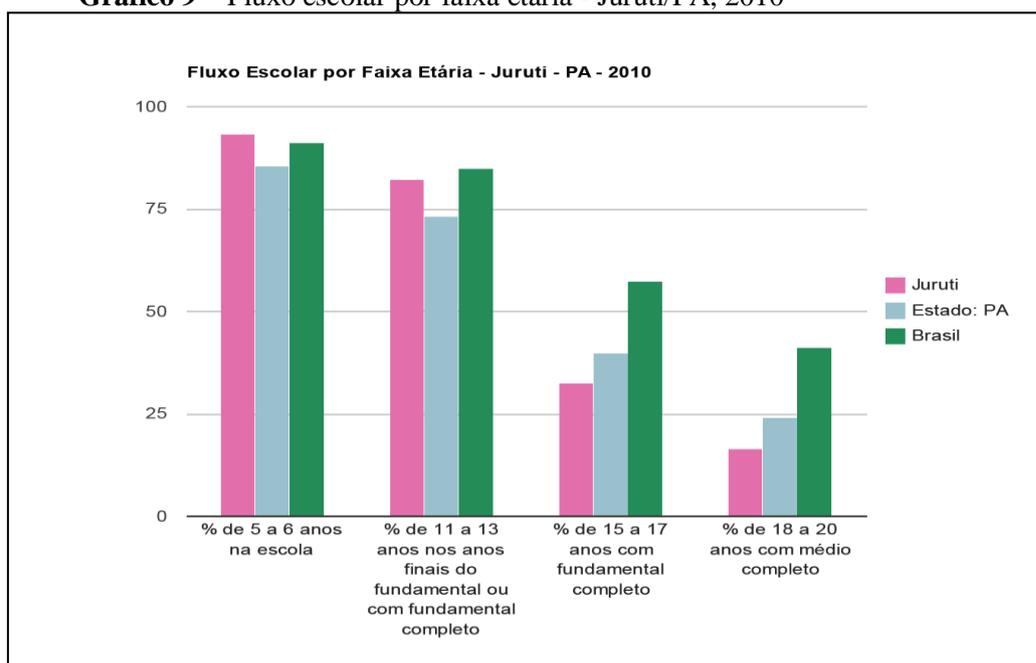
Quadro 2 - Índice de desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes, Juruti/PA

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Juruti - PA			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,117	0,215	0,501
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	5,62	14,14	39,88
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	50,10	80,97	93,19
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	14,85	13,74	82,17
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	1,66	9,25	32,44
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	1,47	2,04	16,62
IDHM Longevidade	0,586	0,655	0,756
Esperança de vida ao nascer (em anos)	60,13	64,28	70,35
IDHM Renda	0,448	0,419	0,547
Renda per capita (em R\$)	129,92	108,66	241,39

Fonte: Atlas do desenvolvimento, PNUD (2013).

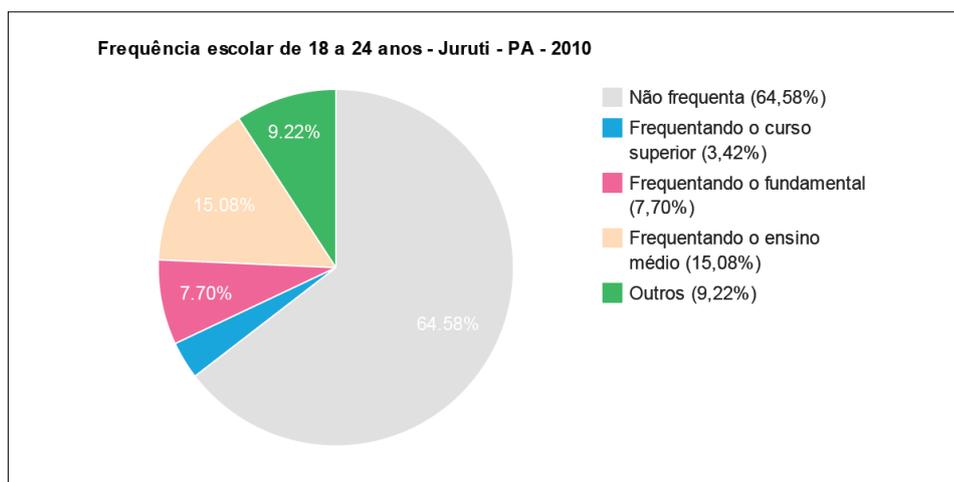
Mesmo com a evidente melhora no campo da educação, os índices de Juruti em comparação aos estaduais e nacionais são emblemáticos, principalmente em comparação à juventude. O fluxo escolar por faixa etária, abaixo, mostra que a maior porcentagem de Juruti encontra-se na faixa de 5 a 6 anos na escola, com uma média de 93,10%, superior a do Estado do Pará, com 85,52%, e a do Brasil, com 91,12%.

Na faixa etária de 11 a 13 anos, Juruti registra média de 82,17%, superior ao Estado do Pará, que é de 73,13%, e inferior a do Brasil, que é de 84,86%. Em 2010, 53,15% dos alunos entre 6 e 14 anos de Juruti estavam cursando o Ensino Fundamental regular, na série correta para a idade. No mesmo ano, 3,37% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos, atingia 16,74%. Na faixa que envolve a juventude, o município de Juruti despenca para 32,44%, ficando atrás do Estado do Pará, com 39,85%, e do Brasil, com 57,24%. Quando a referência é faixa etária de 18 a 20 anos, juruti possui uma porcentagem de 16,62%, muito abaixo do Pará, que tem 24,10%, e do Brasil, com 41,01.

Gráfico 9 – Fluxo escolar por faixa etária - Juruti/PA, 2010

Fonte: Atlas do desenvolvimento, PNUD (2013).

A porcentagem de jovens de 18 a 24 que não frequentam a escola chega a 64,58%, contra apenas 3,42% que frequentam um curso superior; 7,70% frequenta o fundamental, 15,08% o ensino médio e 9,22% outros. Isso significa uma grande quantidade de jovens fora do ambiente escolar, que pode comprometer a dinâmica social, econômica, política e cultural do município.

Gráfico 10 – Frequência escolar de 18 a 24 anos – Juruti/PA, 2010

Fonte: Atlas do desenvolvimento, PNUD (2013).

Nos aspectos renda, os dados mostram que ocorreu um crescimento de 85,80% nas duas últimas décadas, saltando de R\$129,92 em 1991 para R\$241,39 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi 122,15% no período de 1991 a 2010.

A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 45,51% em 1991 para 57,58% em 2000 e para 28,55% em 2010. Na concentração de renda, mensurada a partir do índice de Gini⁶², houve a diminuição em 0,2 pontos em relação a 2000, ficando com 0,59 em 2010, o que é uma situação de grande desigualdade.

Quadro 3 - Renda, pobreza e desigualdade - Juruti/PA

Renda, Pobreza e Desigualdade - Juruti - PA			
	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	129,92	108,66	241,39
% de extremamente pobres	45,51	57,58	28,55
% de pobres	75,44	81,45	49,58
Índice de Gini	0,52	0,61	0,59

Fonte: Atlas do desenvolvimento, PNUD (2013).

Em relação à concentração de renda, os dados mostram uma forte tendência à concentração. Em 1991, os 20% mais pobres ficavam com 3,97 da renda do município; 19 anos depois, essa percentual caiu para 1,12%, ou seja, os 20% mais pobres perderam nas últimas décadas mais da metade da renda de que apropriavam. Em comparação aos 20% mais ricos, que em 1991 se apropriavam de 57,83% da renda, 19 anos depois ampliaram ainda mais sua apropriação, passando, em 2010, a concentrar 61,42% da renda de Juruti. Essa apropriação chegou a 63,28% em 2000, regredido aos 61,42% em 2010.

⁶² O **Índice de Gini** é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

Quadro 4 - Porcentagem da renda apropriada por estratos da população - Juruti/PA

Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População - Juruti - PA			
	1991	2000	2010
20% mais pobres	3,97	1,58	1,12
40% mais pobres	12,07	7,73	7,16
60% mais pobres	23,79	18,66	18,87
80% mais pobres	42,17	36,72	38,58
20% mais ricos	57,83	63,28	61,42

Fonte: Atlas do desenvolvimento, PNUD (2013).

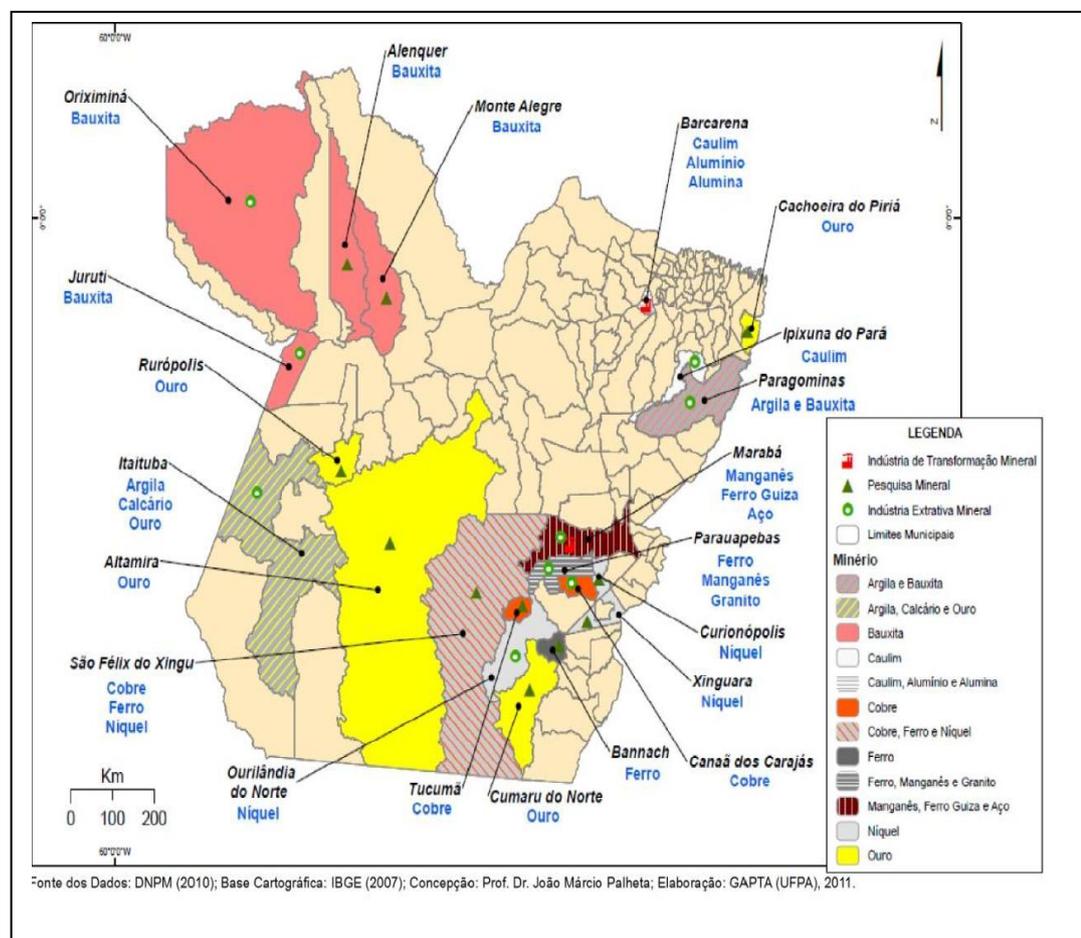
Os índices divulgados pela PNUD (2013), expressos no atlas do desenvolvimento, mostram que o município de Juruti, mesmo com os avanços sociais e econômicos das últimas décadas, ainda possui uma população economicamente ativa de 62,89%, com uma taxa de desocupação crescente passando de 7,25%, em 2000, para 8,45% em 2010. Isso mostra que o ritmo de crescimento da população tem sido superior ao da economia, sendo que 88,19% ganham até dois salários mínimos, número inferior ao ano 2000, que era de 96,58%. Das pessoas ocupadas, na faixa etária de 18 anos ou mais: 39,82% trabalhavam no setor agropecuário; 0,88% na indústria extrativa; 3,72% na indústria de transformação; 8,95% no setor de construção; 0,64% nos setores de utilidade pública; 9,65% no comércio; e 28,82% no setor de serviços.

Em relação aos indicadores de vulnerabilidade social no município de Juruti a mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) diminuiu de 47,7 por mil nascidos em 2000 para 25,8 em 2010; 17,66% das crianças de 4 a 5 anos estão fora da escola; 17,59% de jovens de 15 a 24 anos não estudam e nem trabalham; 11,36% das mulheres entre 15 a 17 anos tiveram filhos; 24,41% de mães são chefes de família sem o fundamental completo e com filhos menores de 15 anos; e 35% de crianças vivem em situação de extrema pobreza. No município, 74,17% das pessoas são vulneráveis à pobreza e 54,52% das pessoas com 18 anos, ou mais, não têm o fundamental e nem ocupação informal.

A partir de 2000, o município de Juruti passa a fazer parte da lista de municípios com produto minério do Estado Pará, ou seja, faz parte de um conjunto de municípios que contribui diretamente para balança comercial do Estado, que está altamente vinculada à

economia mundial. O levantamento de Palheta (2001, p. 5) mostra o mapa com os municípios e recursos explorado no Estado do Pará.

Mapa 2- Municípios e recursos explorados no Estado do Pará



Fonte: Palheta (2011, p. 5).

Os dados da FIPE (2009, p. 9) mostram que Juruti passou a compor a lista de municípios de bauxita, onde a produção é mais “verticalizada no estado, a participação nas reservas é ainda mais expressiva. Das reservas totais brasileiras de 3.6Bt, o Pará participa com 95%”.

No âmbito da economia de exploração de recursos naturais no Baixo Amazonas, a bauxita é o principal produto, com maior expressão econômica. Sua exploração tem forte impacto social, econômico e cultural no território.

Em relação à arrecadação de CFEM, o Estado do Pará é o segundo que mais arrecada. Segundo o DNPM (2011), o minério de ferro foi o primeiro colocado em arrecadação no ano de 2013, seguido do cobre e do alumínio, três substâncias minerais que o Estado do Pará possui e que o coloca como o segundo Estado que mais arrecada com a CFEM. Em relação ao

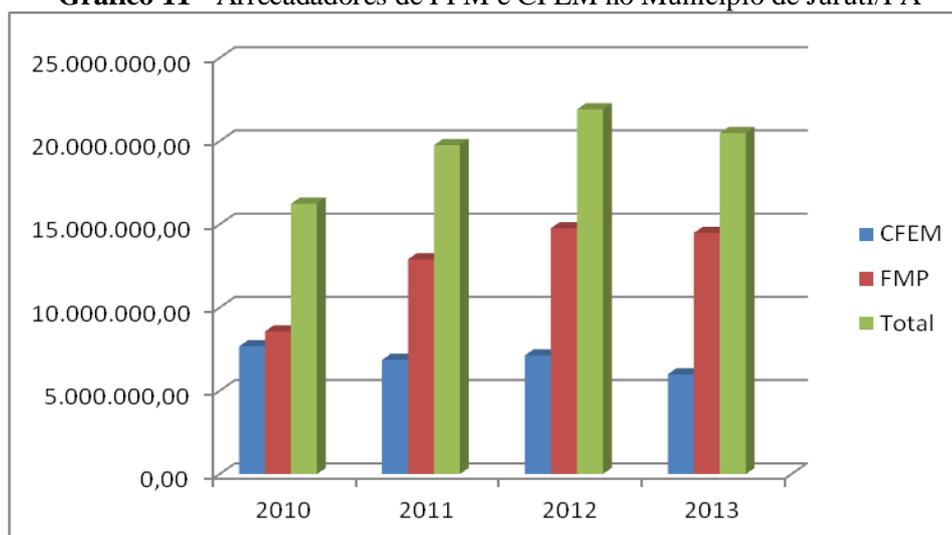
Estado, o município de Juruti está entre os principais arrecadadores do Estado do Pará, como mostra a (tabela 1), e também os quinto em arrecadação do FPM (Tabela 2).

Tabela 2 - Principais Municípios Arrecadadores da CFEM no Estado do Pará

Município	2012	Município	2013
Parauapebas	283.132.063,03	Parauapebas	450.805.592,51
Canaã dos Carajás	223.953.226,35	Canaã dos Carajás	25.818.309,96
Oriximiná	8.849.810,79	Oriximiná	5.053.552,23
Paragominas	11.991.299,95	Paragominas	10.057.707,99
Juruti	7.136.795,28	Juruti	6.002.096,66
Ipixuna do Pará	3.719,351,58	Ipixuna do Pará	4.442.267,72
Marabá	1.712.481,30	Marabá	12.763.712,63
Floresta do Araguaia	1.528.652,79	Floresta do Araguaia	951.030,37
Itaituba	462.764,61	Itaituba	699.987,56
Jacareacanga	27.914,84	Jacareacanga	42.108,50
Total dos dez Municípios	538.795.008,94		516.636.366,13

Fonte: Sistema do DNPM (2013).

Gráfico 11 - Arrecadadores de FPM e CFEM no Município de Juruti/PA



Fonte: SEFA/ STN/Observatório de Informações Municipais (2012). Adaptado pelo autor.

A partir de 2010, o município de Juruti passou a incluir nas suas receitas o CFEM, oriundo da exploração de bauxita. Para Palheta, a exploração dos recursos naturais tem acelerado os problemas sociais, como pode ser observados nos indicadores de desenvolvimento humano. Como em outros municípios, o FPM e a CFEM surgem não como mecanismo de diminuição dos problemas sociais e ambientais, mas sim com “variáveis fundamentais tanto política como economicamente em seus territórios, para serem usadas pelas elites locais, e nos discursos desenvolvimentistas com base na economia mineral” (PALHETA; CHAGAS; SILVA, 2011, p. 11).

O contexto socioeconômico do território de Juruti constitui um universo de pesquisa que amplia a sua complexidade com o advento da mineração de bauxita conduzida pela ALCOA. Esse fato intensifica processos e relações entre atores relacionados diretamente a um território que:

- 1) Possui uma abundância de recursos naturais;
- 2) Tem a presença de uma grande empresa multinacional de alumínio;
- 3) Apresenta uma resistência de comunidade a partir de uma afirmação territorial e identidade, além das relações locais, regionais e nacionais;
- 4) Possui diversos atores (empresas, entidades de classes, poder público etc.) e segmentos, compreendendo, praticamente, todo o território.

No âmbito do recorte do território, a pesquisa busca focalizar no principal ponto de interesse envolvendo os diversos atores, Juruti Velho, zona rural do município de Juruti, com destaque para o a área onde se localiza a mineração do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Juruti Velho. Essa área possui 8.305,1 km² (IBGE, 2010) e, para efeitos administrativos e de organização do serviço público, foi dividida pela Lei n. 996/2010, de 15 de setembro de 2010, em quatro distritos administrativos: Tabatinga; Castanhal; Muirapinima, principal referência política e econômica do PAE Juruti Velho; e Distrito-Sede.

4.1.5 Compreender o regime da natureza orgânica em Juruti Velho

Uma leitura capaz de compreender o regime da natureza orgânica exige diferentes focos de análises. Na perspectiva de Escobar (2005, p. 34), “o ecossistema e análises de produção não são mais suficientes”. O autor estabelece ainda que alguns aspectos são os “traços definido” do regime:

o fato que a natureza e a sociedade não são antologicamente separadas” como aponta “estudos antropológicos e sociológicos demonstram que muitas comunidades rurais no terceiro mundo “constroem” a natureza de modo radicalmente distinto das formas modernas; elas significam e usam seus meios naturais em modos muito particulares”.

Assim:

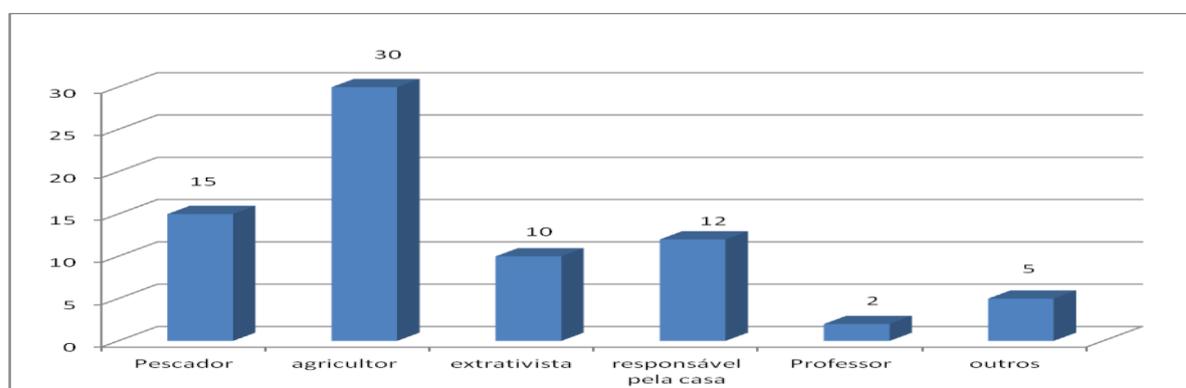
Embora a fórmula específica para organizar todos estes fatores varie enormemente de um grupo nativo ou camponês para o outro, eles tendem a ter certas características em comum: revelam uma imagem complexa da vida social que não é necessariamente oposta à natureza (em outras palavras, uma imagem na qual o mundo natural é integral ao mundo social) a qual pode ser pensada em termos de relações humanas tais como parentesco, famílias

estendidas e gênero vernacular ou analógico. Modelos locais também evidenciam o apego particular a um território concebido como entidade multidimensional resultante de muitos tipos de práticas e relações (ESCOBAR, 2005, p. 36-37).

No caso de Juruti, as evidências que permitem a comprovação de comunidades tradicionais precisa se compreender de um contexto marcado pelo que Arenz (2003, p. 98) chama de migrante cultura, que “desde os aldeamentos, os ribeirinhos não são aceitos nem pela sociedade regional envolvente, em função da qual foram culturalmente desenraizados, nem pelas sociedades indígenas de origem”. Na verdade, segundo o autor, “as transplantações culturais causadas pelos colonizadores, também, não conseguiram substituir por completo as estruturas básicas de origem indígenas da cultura ribeirinha”.

Os estudos do INCRA-Santarém (2007) expõem as bases da relação comunidade e natureza, que constitui o território onde os mesmos garantem aos seus membros, o acesso, controle e uso da totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes (GODELIER, 1981). Sendo assim, para Godelier (1981), a natureza fornece a essas comunidades: a) os meios de subsistência; b) os meios de trabalho e produção; c) os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, aquelas que compõem a estrutura determinada de uma sociedade (relações de parentesco etc.). Na pesquisa de campo, os moradores se identificam com múltiplas funções relacionadas às características do PAE Juruti Velho. Sendo assim, 20 % se consideram pescadores, 41% agricultores, 13% extrativistas, 16% donas de casa, numa lógica ampliada, já que não está restrito ao trabalho doméstico. Muitos comunitários se identificam com diferentes categorias de atividade produtiva, como pescador, agricultor e extrativista, entre outros.

Gráfico 12 - Identificação dos moradores com as atividades produtivas do PAE Juruti Velho



Fonte: Pesquisa de campo (2013). Adaptado pelo autor.

4.1.6 O Extrativismo

Segundo dados da ACORJUVE (informação verbal)⁶³, 58,30% do território de Juruti encontram-se preservados com a floresta original. As massas de águas correspondem a 6,97% PAE – Juruti Velho. O agroextrativismo constitui a principal vocação do PAE. Segundo o INCRA (2007), mais de 60% da renda familiar tem origem em atividades de roça e coleta de produto extrativista. Há uma forte economia não monetarizada, identificada nas trocas de produtos extrativos, caça e pesca com destinação para o autoconsumo. Essa prática é comum nos relatos dos moradores. Os moradores de Juruti Velho têm o mesmo como uma lugar comunitário e de uso coletivo muito expresso em seus depoimentos.

Há uma intensa troca de experiências e conhecimentos e, aparentemente, uma forte coesão social e laços comunitários, além de uma profunda relação com o meio ambiente. É comum nas conversas com os moradores a exposição de conhecimento decorrente da experiência concreta, práticas e observação construídas ao longo do tempo. Esses conhecimentos são, claramente, expostos nas observações sobre os ciclos naturais, regimes de água, reprodução da fauna, composição do sol, frutos, técnicas de plantio e variedade plantas de plantas medicinais.

Essas comunidades têm o “extrativismo florestal como essencial do sistema de adaptação ao meio ambiente para garantir sua subsistência” (ARENZ, 2003, p. 98). Tal aspecto é analisado no estudo realizado pela INCRA-Santarém (2007, p. 6). A equipe do instituto estuda o caráter de enclave e a divergência com a dinâmica local vivida pelas comunidades.

As supressões de vegetação associada ao enclave da empresa (limitação do acesso) constituem atualmente razão de diminuição da atividade extrativista e conseqüentemente da renda (consumo e monetária), segundo relato das comunidades. A argumentação dos comunitários vem no sentido de que o desmatamento representa o desmonte do extrativismo vegetal realizado a centenas de anos pelas comunidades locais e um perigo em termos de impacto socioambiental, o que pode comprometer definitivamente a qualidade de vida das comunidades, visto que a supressão da vegetação já vem refletindo também a piora da qualidade das águas dos igarapés, prejudicando o seu uso pelas famílias e afetando a disponibilidade de peixes e também afugentando o recurso da caça, fontes de renda, consumo e monetária, da totalidade das famílias dessa região do PAE.

⁶³ Entrevista com a assessora da ACORJUVE, Irmã Fátima Paiva,

Para o pesquisador Romero Ximenes, da Universidade Federal do Pará (UFPA), a região de Juruti possui uma grande quantidade de áreas florestais preservadas, e com grande abundância de espécies extrativista, além de uma das populações mais tradicionais do Estado do Pará.

Segundo o autor, a prática extrativa, a pesca e a caça constituem uma a reprodução familiar. Em estimativa do INCRA (2007), o extrativismo de produtos florestais, como a castanha-do-pará, açaí, uxi, bacaba, mucujá, tucumã, patauí, óleo de copaíba e cipó-ambé, correspondeu, em 2007, por 7% da renda anual familiar. Esse extrativismo é, em grande parte, coletado para o autoconsumo, com uma pequena parcela destina à comercialização no mercado local e regional. Segundo informação de moradores do PAE Juruti Velho, a castanha-do-pará, a copaíba e o leite-de-Amapá são os mais procurados para serem comercializados.

Essa população, durante décadas, agiu sobre a região de forma a construir uma paisagem adensada de recursos naturais e manejos que servem para manutenção e reprodução dos comunitários da região de Juruti.

No caso dos estudos realizados pela a Ecoideia (2009, p. 47), a compreensão da utilização da floresta busca identificar os conhecimentos e práticas relacionados com a sobrevivência das comunidades. Para isso, tal organização parte da pergunta: “Que tipo de árvores usam para madeira? (esteios, caibros, canoas, remos, cerca, cabo de ferramenta)”; “Que tipo de plantas do mato (nativas) usam como remédio?”; “Que tipo de plantas caseiras (de fundo de quintal) usam como remédio?”; “Que tipo de banhas (de animais silvestres) usam como remédio?”.

Na primeira pergunta, as comunidades identificaram 41 espécies de madeiras utilizadas com a finalidade de construção, cercas, ferramentas e canoas.

Quadro 5 - Principal ocorrência de espécies madeiras em Juruti/PA

Alguns exemplos citados:

<i>Itaúba*</i>	<i>Sucuuba</i>	<i>Guariúba</i>
<i>Cedro*</i>	<i>Preciosa</i>	<i>Tatajuba</i>
<i>Virola*</i>	<i>Castanheira</i>	<i>Caucho</i>
<i>Maracatiara*</i>	<i>Morrão</i>	<i>Marapá</i>
<i>Pau-rosa</i>	<i>Amapá</i>	<i>Jacarandá</i>
<i>Maçaranduba</i>	<i>Piquiá</i>	<i>Araraúba</i>
<i>Angelim</i>	<i>Jarana</i>	<i>Maramara</i>
<i>Piquiarana</i>	<i>Muirapinima</i>	<i>Freijó</i>
<i>Pau-D'Arco</i>	<i>Acaiúba</i>	<i>Caraipe</i>
<i>Cupiúba</i>	<i>Ucuúba</i>	<i>Cumatê</i>
<i>Jutaí</i>	<i>Morototó</i>	<i>Tachi-da-mata</i>
<i>Mandioqueira</i>	<i>Sorva</i>	<i>Guaruba</i>
<i>Louro</i>	<i>Breu</i>	<i>Lacre</i>
<i>Tauari</i>	<i>Mururé</i>	

*madeiras apontadas como de ocorrência rara ou muito rara atualmente no PAE.

Fonte: Ecoideia (2009).

Além do extrativismo, a pesca constitui uma das principais fontes de subsistência para as comunidades ribeirinhas locais. Segundo o *survey*, realizado com cinquenta comunitários ao longo de 2011, 2012 e 2013, a pesca tem como principal destino a alimentação, e somente o excedente é comercializado. Informação da ACORJUVE aponta que mais de 80% dos moradores pratica a pesca, o que faz a atividade ser uma das mais importantes para economia e subsistência e como moeda de troca para muitos moradores do PAE Juruti Velho.

4.1.7 A Pesca

A pesca, portanto, tem como característica no PAE Juruti Velho ser prioritariamente para subsistência, tendo o seu excedente destinado à comercialização e troca entre os moradores. O peixe que é comercializado é realizado de forma aleatória, sem ponto fixo, na Vila na Vila Muirapinima. Em relação à pesca, foram apontadas uma diversidade de espécies utilizadas pelas comunidades em sua dieta alimentar.

Quadro 6 - Principais peixes relacionados pelos moradores de Juruti/PA
Pesca:

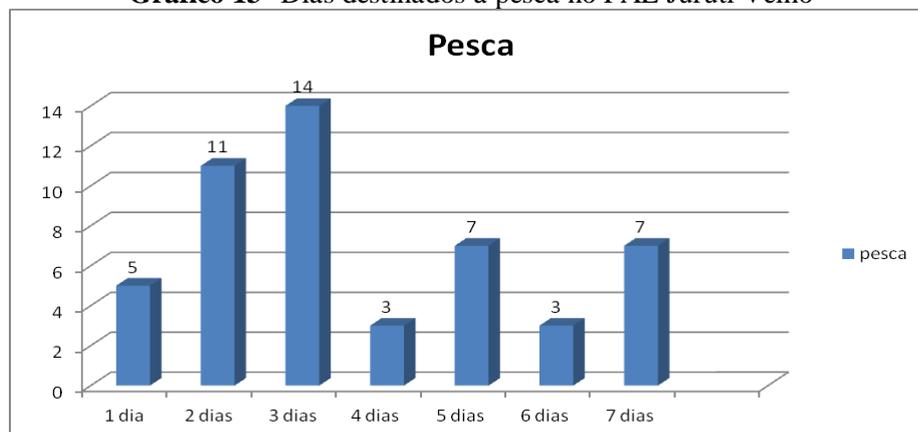
<i>Acari</i>	<i>Pescada</i>	<i>Peixe-cachorro</i>
<i>Curimatá</i>	<i>Tucunaré</i>	<i>Bereré</i>
<i>Jaraqui</i>	<i>Cuiú</i>	<i>Caratinga</i>
<i>Tambaqui</i>	<i>Bacu</i>	<i>Acará (várias espécies)</i>
<i>Tamatá</i>	<i>Pirarucu</i>	<i>Branquinha</i>
<i>Pirapitinga</i>	<i>Muçum</i>	<i>Charuto</i>
<i>Aruanã</i>	<i>Puraqué</i>	<i>Matrincham</i>
<i>Jacundá</i>	<i>Arraia</i>	<i>Bicho de casco</i>
<i>Pacu</i>	<i>Catrapola</i>	<i>Tracajá</i>
<i>Traíra</i>	<i>Sardinha</i>	<i>Carangueijo (várias espécies)</i>
<i>Veju</i>	<i>Matupiri</i>	<i>Peixe-boi</i>
<i>Carauaçú</i>	<i>Pirarara</i>	<i>Jacaré</i>
<i>Mapará</i>	<i>Baruca</i>	
<i>Surubim</i>	<i>Piranha</i>	

Fonte: Ecoideia (2009).

O meio utilizado pelos comunitários para a prática da pesca no PAE Juruti Velho é o remo; para entrevistas, são utilizados para pesca o motor de rabeta, barco com motor e rabeta. Esses meios evidenciam que a pesca tem como principal destino a subsistência, já que a comercialização requer uma estrutura, e um acondicionamento mais complexo da produção. A pesca para os comunitários de Juruti, constitui em um exercício de técnicas relacionado ao “saber acumulado, que permite a combinação de fatores importantes: horários adequados, destreza individual e utensílios apropriados” (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 184).

Na pesquisa de campo, a maioria dos entrevistados realiza a pesca três vezes por semana, porém há moradores que dedicam mais ou menos tempo, variado de 1 a 7 dias entre os comunitários.

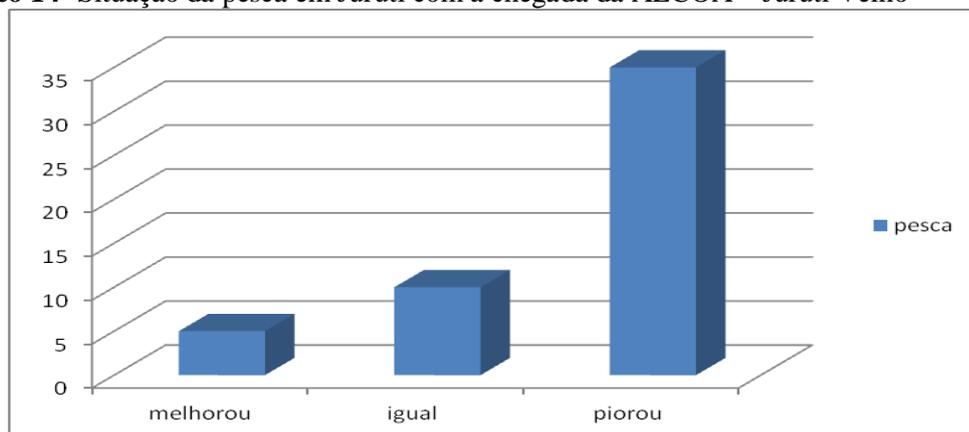
Gráfico 13 -Dias destinados à pesca no PAE Juruti Velho



Fonte: Dados de campo. (2013). Adaptado pelo autor).

Em relação à pesca, uma comparação entre o passado e os dias atuais realizada junto a 50 comunitários indica que: a situação piorou nos últimos anos (35); continua igual (10), e, para 5, ocorreu melhora.

Gráfico 14- Situação da pesca em Juruti com a chegada da ALCOA – Juruti Velho



Fonte: Dados de campo (2012). Adaptado pelo autor).

Para os pescadores, a regressão no estoque pesqueiro está relacionada aos tipos de instrumentos realizados, como embarcações, redes e outros, bem como o aumento do consumo diretamente relacionado ao crescimento da população do PAE, e no município de Juruti tem aumentado a pressão sobre os recursos naturais.

4.1.8 A Caça

A caça no PAE Juruti Velho constitui um das fontes de alimentação e obtenção de proteína, como ocorre em outras comunidades tradicionais na Amazônia (SILVA, 2007).

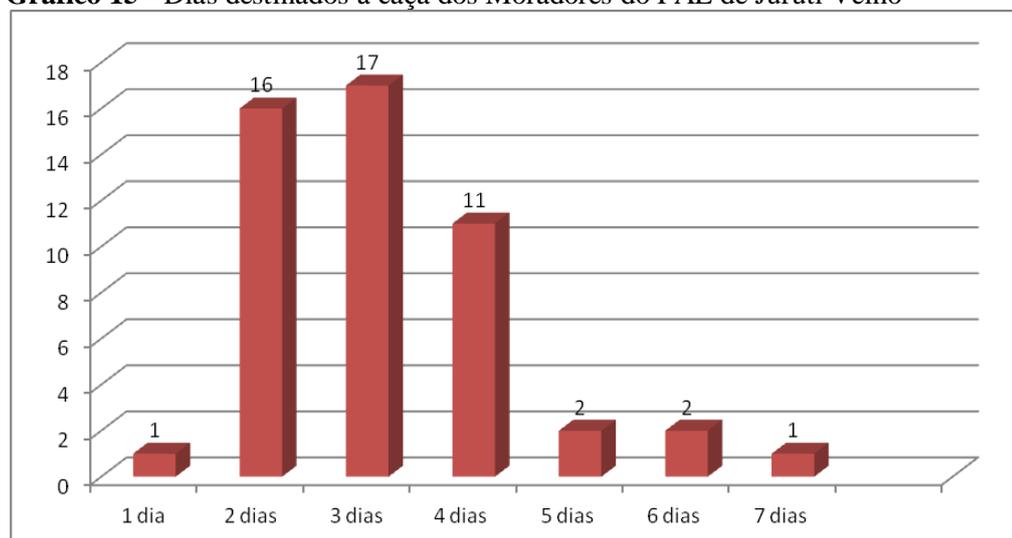
Segundo a ACORJUVE, a caça é prática comum para 45% da população do PAE, o que mostra a importância da atividade para comunidades de Juruti. No *survey*, a maioria apontou que a mineração produz efeitos sobre a caça, principalmente com supressão de áreas florestais. Aspectos com ruídos e claridade são responsáveis para dificuldade em caçar. Os dados da mineradora aponta que ao longo de sua atividade, a Alcoa deve produzir uma alteração ambiental direta sobre sete mil hectares, impactando diretamente a caça. Com relação à caça fornecida pela composição florestal, as comunidades apontaram como exemplos 23 espécies.

Quadro 7 - 23 Espécies de caças relacionadas pelos moradores de Juruti/PA**Caça:**

<i>Paca</i>	<i>Macacos (guariba, caiarara, cuxiú, prego, chaim, zozozogo, irara)</i>
<i>Veado Foboca</i>	<i>Quati</i>
<i>Veado Vermelho</i>	<i>Jacu</i>
<i>Veado Roxo</i>	<i>Mutum</i>
<i>Quexada</i>	<i>Jacamim</i>
<i>Catitu</i>	<i>Cutia</i>
<i>Cutua</i>	<i>Jacu</i>
<i>Tatu Peba</i>	<i>Mutum</i>
<i>Tatu Bola</i>	<i>Jacamim</i>
<i>Tatu Canastra</i>	<i>Nambu Açú</i>
<i>Jaboti</i>	<i>Nambu galinha</i>
<i>Anta</i>	

Fonte: Ecoideia (2009).

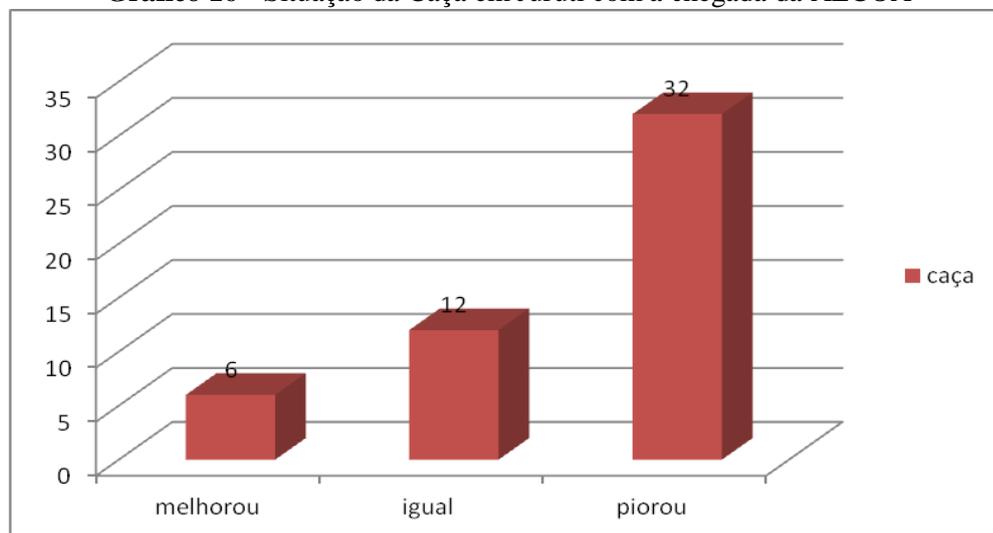
Na entrevista com 50 comunitários, realizada durante o *survey*, a maioria dos entrevistados realiza a pesca três vezes por semana, porém há moradores que dedicam mais ou menos tempo, variado de 1 a 7 dias entre os comunitários, sendo que a maioria concentra sua atividade de caça entre 2 e 3 dias.

Gráfico 15 - Dias destinados à caça dos Moradores do PAE de Juruti Velho**Fonte:** Dados de campo. (2013). Adaptado pelo autor).

A tabela abaixo revela a situação da caça com o advento da ALCOA. As respostas dos comunitários apontam que a caça piorou. De acordo com 32 (trinta e dois) entrevistados, a situação é, consideravelmente, pior; 12 consideram igual; e 6 dizem que melhorou a caça no

território. Os impactos que influenciam diretamente na caça são: barulho, iluminação e cerceamento de áreas, segundo os entrevistados.

Gráfico 16 - Situação da Caça em Juruti com a chegada da ALCOA



Fonte: Dados de campo (2013). Adaptado pelo autor.

A pesca, a caça e o extrativismo representam uma rica fonte de proteína, com alta capacidade de suprir as necessidades das comunidades de Juruti. Tal aspecto já está sendo comprovado por diversas pesquisas realizadas na Amazônia. Para Shanley e Medina (2005, p. 18), a floresta oferece importantes nutrientes às comunidades e podem ser muito útil ao conjunto da sociedade, pois:

Além de prevenir e curar doenças, as frutas da mata oferecem nutrientes importantes. Por exemplo, a castanha, chamada de “carne vegetal”, possui alto nível de proteína, semelhante ao do leite de vaca. O uxi oferece mais vitamina B que a maioria das frutas e, muitas vezes, essa vitamina falta na comida moderna. Você sabia que a polpa de buriti possui uma das maiores quantidades de vitamina A (caroteno) entre todas as plantas do mundo e por isso é boa para a vista? Por isso, algumas deficiências comuns na população brasileira - como a falta de vitamina A - podem ser supridas com as frutas amazônicas.

Os aspectos nutritivos atribuídos pela medicina oficial passam despercebidos pela comunidade local, pois fazem parte das práticas alimentares que estão ao alcance no cotidiano dos que convivem com a natureza abundante da localidade.

4.1.9 O Roçado

No campo da produção, o roçado também dispõe de uma variedade de produtos capazes de garantir a segurança e sustento, além de complementarem os sistemas extrativistas, lavouras perenes e temporárias. O relatório da Ecoideia (idem) mostra a diversidade produtiva encontrada nas roças das comunidades de Juruti.

Quadro 8 - Principais produtos encontrados nas roças dos moradores de Juruti/PA

Roças:		
<i>Mandioca (farinha, carimã, beiju, tapioca, curuera, tucupi, pajiroba, manicuera, taruba, tacacá)</i>	<i>Cará (preto, branco, espinha)</i>	<i>Feijão</i>
<i>Macaxeira</i>	<i>Mangarataia</i>	<i>Arroz</i>
<i>Abóbora</i>	<i>Jerimum</i>	<i>Banana</i>
<i>Batata-preta</i>	<i>Milho</i>	<i>Abacaxi</i>
<i>Pimenta</i>	<i>Cebolinha</i>	<i>Mamão</i>
<i>Cana</i>	<i>Tomate</i>	<i>Manga</i>
	<i>Curauá</i>	<i>Caju</i>
	<i>Batata-doce</i>	<i>Abiu</i>
	<i>Maxixe</i>	<i>Limão</i>
		<i>Melancia</i>

Fonte: Ecoideia (2009).

A roça, como relatado por Acevedo e Castro (1998, p. 173), em Trombetas, além de ser a atividade principal, como mostra o levantamento da Ecoideia (2009), é um espaço de fornecimento de “diversidade considerável de produtos como cereais, raízes, frutas e legumes”. O estudo de Hurtienne (2005, p. 29) concluiu que as “populações chamadas tradicionais, como grupos indígenas, ribeirinhos e extrativistas, deve-se levar em conta que não existe uma linha divisória clara entre essas formas de *produção familiar*: os extrativistas também têm roças de culturas temporárias, árvores frutíferas, aves”.

Como forma de obter rendimentos monetários diversos, comunitários comercializam produtos oriundos do roçado e do extrativismo florestal. Essas receitas permitem o acesso a produtos utilizados que somente podem ser adquiridos por intermédio do dinheiro. No exemplo citado pelo estudo da Ecoideia (2009, p. 51), dos seis produtos, cinco são oriundos da floresta, o que evidencia a importância ao mesmo para as comunidades.

Um calendário construído pela CNEC (2005), a partir das informações das comunidades locais, permite visualizar a organização anual da coleta de produtos oriundos da

floresta. Esse calendário mostra que em todos os meses de ano encontram-se produtos florestais disponíveis para consumo e comercialização das comunidades.

Quadro 9 - Calendário da produção extrativa das comunidades de Juruti/PA

MESES	CASTANHA CUPUAÇU PEQUIÁ	TUCUMÃ	BURITI CAJU BACABA PATAUÁ PUPUNHA	CAJU MACAJÁ PUPUNHA	AÇAÍ	MANGA
Janeiro						
Fevereiro						
Março						
Abril						
Mai						
Junho						
Julho						
Agosto						
Setembro						
Outubro						
Novembro						
Dezembro						

Fonte: CNEC (2005).

Tal condição possibilitada pela floresta comprova a expressão de um professor que recentemente fez pesquisa em Juruti, para quem nas inúmeras viagens às comunidades “nunca viu pessoas miseráveis, pobres e essas situações comumente observadas nas cidades, o que existe é de fato renda monetária” (informação verbal). Talvez, também, tal condição seja um elemento que leva as comunidades a se preocuparem muito mais com a floresta do que com políticas compensatórias. Esse aspecto está muito presente nas organizações comunitárias e na fala de comunitários e lideranças.

Quadro 10 - Preços dos produtos comercializados nas comunidades de Juruti/PA

<i>Farinha</i>	<i>R\$ 20,00 o saco</i>
<i>Castanha</i>	<i>de R\$7,00 a R\$15,00 a lata</i>
<i>Cipó (roda)</i>	<i>R\$6,00 o kg</i>
<i>Açaí</i>	<i>de R\$1,00 a R\$1,50 a lata de 2 litros</i>
<i>Uxi</i>	<i>R\$ 2,00 a dúzia (liso)</i>
<i>Bacaba</i>	<i>R\$1,00 a R\$1,500 a lata de 2litros</i>

Fonte: Ecoideia (2009).

No levantamento realizado junto às comunidades de Juruti Velho, com 93 estabelecimentos de agricultores, mais precisamente nas comunidades de Capiroanga, Jauari, Pau d'Arco, Galileia, Recordação, Da ordem, Fé em Deus e Santa Júlia, é possível mensurar a prioridade dos agricultores com a produção de farinha, como produto destinado à alimentação

familiar e a comercialização, como forma de acesso a outros bens alimentícios e materiais (roupa, sapato, pilha etc.).

Quadro 11- Informações Agropecuárias dos empreendimentos de Juruti Velho

Atividade desenvolvida	Nº de estabelecimentos	Participação
Só roça (mandioca)	62	66,7
Roça + pecuária	13	14,0
Só pecuária	5	5,4
Roça + cultura permanente	3	3,2
Pecuária + cultura permanente	2	2,2
Só cultura permanente	1	1,1
Pesca artesanal	7	7,4
Total	93	100

Fonte: CNEC (2005).

Em relação à utilização dos territórios para produção agropecuária, a mesma pesquisa conduzida pela CNEC (2005) mostra as dimensões que as comunidades utilizam para a produção com roça, cultura permanente e gado. As dimensões apresentadas na pesquisa mostram que a produção no roçado tem um caráter quase complementar da utilização florestal pelas comunidades.

Quadro12- Tamanho da área cultivada pelas comunidades de Juruti Velho

Tamanho da área cultivada (há)	Nº de estabelecimentos	Participação (%)
0,5	2	2,6
1,0	20	25,5
1,5	2	2,6
2,1	20	25,6
2,5	1	1,3
3,1	14	17,6
4,1	10	12,7
5,1	5	6,4
6,1	1	1,3
6,5	1	1,3
7,1	2	2,6
	78	100

Fonte: CNEC (2005).

Lopes (2012, p. 103), em pesquisa realizada em 2008, traçou o perfil socioeconômico de 11 unidades familiares na comunidade de Jararaca, no projeto de assentamento Socó I. Os resultados dessa pesquisa apontaram que 90,9% dos chefes de unidade familiar e 96% de membros familiares nasceram em Juruti, 2% em Oriximiná e 2% originários do Maranhão.

No PA Nova Esperança, Lopes (2012, p. 103) realizou o perfil socioeconômico das novas 90 unidades familiares, distribuídas numa área de 3.574 hectares, compreendendo as comunidades de Bom-que-dói, Paraense, Santo Antônio, Pratinha, Nova Esperança e São Paulo. O autor fez a pesquisa em 24 unidades. Nessa comunidade, encontrou-se 95% dos chefes de unidades familiares nascidos em Juruti e apenas 5% nascidos no município vizinho, Óbidos. A pesquisa também apontou que “quando a referência passou a serem os membros das unidades familiares, foram encontrados 99% nascidos em Juruti e 1% em Manaus. As origens dessas comunidades estão ligadas às ancestralidades locais, embora apareçam pessoas que nasceram em outros lugares”.

A conclusão de Lopes (2012, p. 103) afirma que diante do perfil socioeconômico traçado na pesquisa, os projetos de assentamento “atenderam fundamentalmente às demandas locais pela reforma agrária”, além de mostrar que Juruti, no Oeste do Estado do Pará, não “reproduziu a lógica da migração nordestina e, mais especificamente, de maranhenses para o sudeste do Pará, atraídos pelas dinâmicas locais”. A pesquisa, também, evidência a tradicionalidade das comunidades do território de Juruti.

4.1.10 Conhecimento medicinal das comunidades de Juruti

Entre as diversas utilidades para as comunidades dos recursos florestais estão a utilização de plantas como remédios, a partir de uma experiência ancestral, como objetivo de curar as enfermidades e malefícios atribuídos ao sobrenatural. O tratamento de doenças está entre as várias medicinas populares praticadas no Brasil. Essa é uma prática social muito comum, que está relacionada à crença popular que se opõe ao modo capitalista imposto pelos grandes projetos voltados para a Amazônia. Segundo o levantamento realizado pela Ecoideia (2009, p. 48), foram identificadas 39 espécies.

Quadro 13 - Principais ocorrências de plantas utilizadas como remédios

Alguns exemplos citados:

<i>Mangrataia</i>	<i>Carapanaúba</i>	<i>Crajiru</i>
<i>Batataão</i>	<i>Quina da mata</i>	<i>Saracuramira</i>
<i>Emenda-osso</i>	<i>Unha de gato</i>	<i>Cajuaçu</i>
<i>Girum</i>	<i>Abuta</i>	<i>Uxi liso</i>
<i>Mururé</i>	<i>Sucuúba</i>	<i>Castanha</i>
<i>Andiroba</i>	<i>Muiracatiara</i>	<i>Sorva</i>
<i>Copaiba</i>	<i>Preciosa</i>	<i>Cupuí</i>
<i>Amapá</i>	<i>Laranjinha</i>	<i>Maracujá de rato</i>
<i>Casca de jaboti</i>	<i>Tanjeina</i>	<i>Cipó titica</i>
<i>Casca de manguinho</i>	<i>Cravinho</i>	<i>Tauari</i>
<i>Cumarú</i>	<i>Jenipapo</i>	<i>Quina da Mata</i>
<i>Tucumã</i>	<i>Pequiá</i>	<i>Cumarú</i>

Fonte: Ecoideia (2009, p. 48).

No levantamento, foram identificadas 15 espécies de plantas que os comunitários utilizam para banhos medicinais como prática de cura de possíveis efeitos relacionados a infortúnios.

Quadro 14 - Principais ocorrências de plantas utilizadas em banhos

Alguns exemplos citados:

<i>Rabo de Tatu</i>	<i>Banha de Porco-espinho</i>
<i>Banha de Surubim</i>	<i>Cabeça de Jaboti</i>
<i>Banha de Arraia</i>	<i>Casca de Jaboti</i>
<i>Banha de Traira</i>	<i>Banha de Anta</i>
<i>Banha de Jibóia</i>	<i>Banha de Quati</i>
<i>Banha de Macaco-Prego</i>	<i>Banha de Surucucu</i>
<i>Pedra de Pescada</i>	<i>Banha de Guariba</i>
<i>Fel de Paca</i>	

Fonte: Ecoideia (2009, p. 49).

O Estudo da Ecoideia (2009, p. 49) evidencia como as comunidades, a partir de um vasto conhecimento em relação aos recursos naturais, no caso florestal, conseguem suprir a necessidade de medicamentos, sendo que esses conhecimentos em relação aos recursos disponíveis com poder de cura têm uma clara relação com os membros mais antigos da comunidade, os “mestres de cura, tanto, física ou espiritual”, pessoas reconhecidas por toda a comunidade com “habilidades e sabedorias na lida e entendimento dos meios natural e social,

que vão bastante além de um simples provedor de receitas”. Esses são os erveiros, parteiras, benzedeiros e curandeiros que podem ser encontrados em vários locais do PAE, e são tidos como os guardiões do saber tradicional.

Quadro 15 - Erveiros, parteiros e benzedeiros

<i>Da comunidade de <u>Surval</u>: D. Raimunda (erveira) e S. Firmino(erveira)</i>
<i>Da comunidade de <u>Prudente</u>: D. Raimunda (parteira) e S. Vicente</i>
<i>Da comunidade de <u>Maravilha</u>: Tia Nazaré (erveira) e Tio Luiz (benzedeira)</i>
<i>Da comunidade de <u>Diamantino</u>: Da. Almerinda(erveira) e Sr. Raimundo Batista</i>
<i>Da comunidade de <u>Alemanha</u>: Maria Vieira (parteira) e Leocádia(erveira)</i>
<i>Da comunidade de <u>Pom-Pom</u>: Da. Alcileia(benzedeira) e Olgarina(parteira)</i>
<i>Da comunidade de <u>Jardão</u>: Da. Francisca (erveira) Sra Delice (parteira)</i>
<i>Da comunidade de <u>Mocambo</u>: Sebastiana Gomes (parteira)</i>
<i>Da comunidade de <u>Capitão</u>: João Garcia (benxedor, erveira) e Claudete (parteira)</i>
<i>Da comunidade de <u>Sto. Antônio</u>: Nazaré Garcia (parteira) e Plínio Pereira (erveira)</i>
<i>Da comunidade de <u>Muirapinima</u>:Da. Dica (benzedeira, puxadeira) e Da. Luzia (erveira, costura rasgadura)</i>

Fonte: Ecoideia (2009, p.49).

Para as comunidades, a floresta não significa apenas recursos econômicos, e sim a manutenção de sua própria sobrevivência. Os estudos da Ecoideia (2009, p. 49) mostram que ocorre uma relação de dependência mútua entre comunidade e recursos naturais. Os relatos dos comunitários mostram que há uma infinidade de recursos fundamentais para a composição da vida material e imaterial dessas comunidades.

4.1.11 Relação de confiança em Juruti Velho

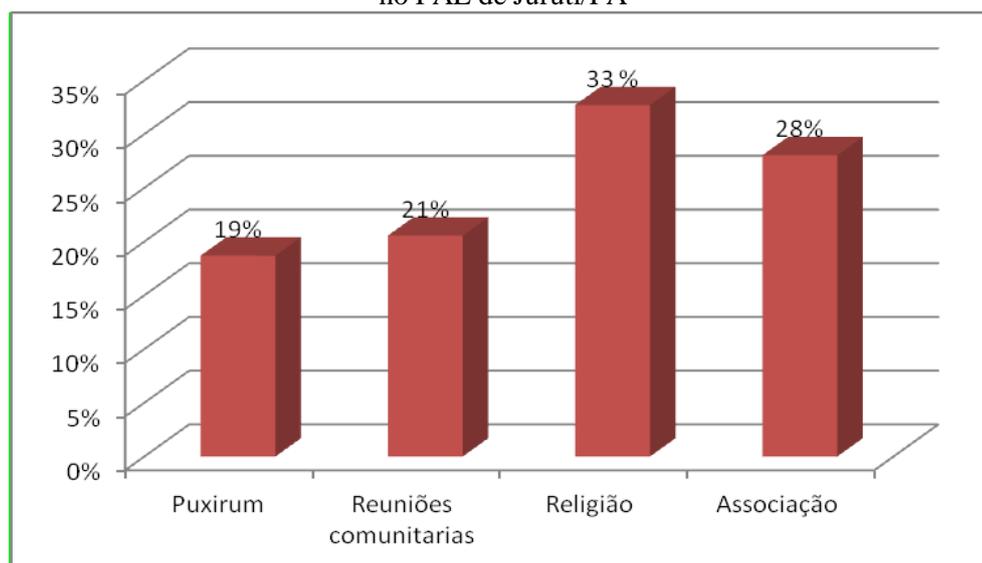
Uma característica presente em Juruti Velho é a economia familiar, com a presença do trabalho comunitário, com um claro sistema de troca materializado em mutirões (*puxirum*), troca de dias, trocas de produtos etc.

A marca presente em Juruti, nas comunidades tradicionais, é o fato do responsável familiar ter múltiplas práticas econômicas, já que é responsável pela subsistência, relações comerciais e o acesso a recursos financeiros. Sendo assim, os entrevistados durante o *survey* se dizem agricultores familiares, pescadores, donas de casa e outros. Existem também os assalariados, servidores públicos, principalmente os professores.

Durante o *survey*, buscamos identificar juntos às lideranças e moradores, as relações de confiança e o tecido social. Nossa pesquisa buscou identificar os graus de proximidade entre os indivíduos. Há relatos de agentes eclesiais com laços coesos, principalmente no

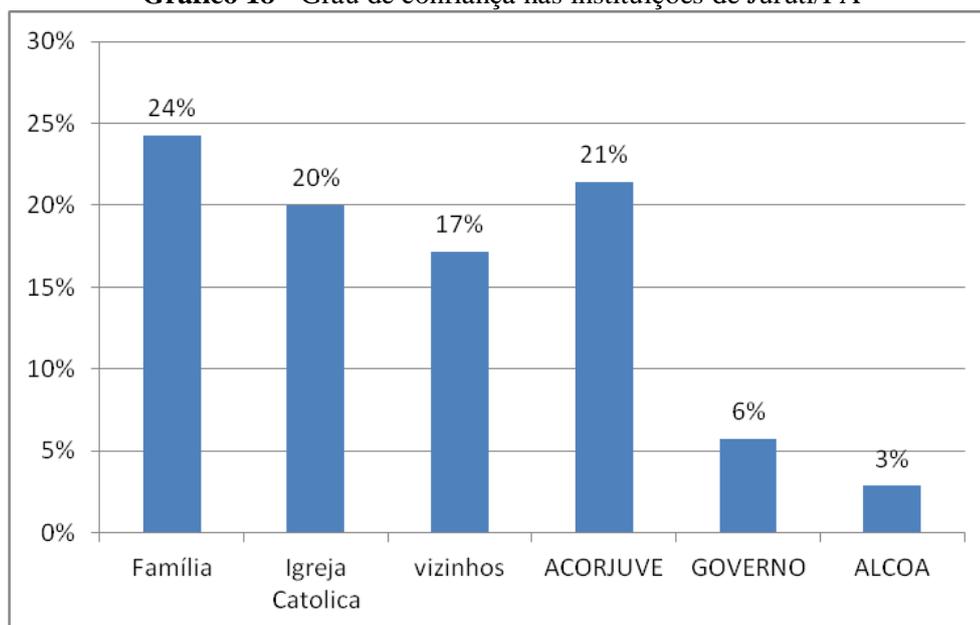
período anterior ao advento da mineradora. A forma que buscamos mensurar tal aspecto foi a participação em atividades comunitárias, e assim identificamos uma tendência dos entrevistados (e também comunitários) em contribuir um com o outro em vista de uma melhoria coletiva ou comunitária. Nesse questionamento, os fatores que mais ampliam a coesão social entre os comunitários são: *puxirum* (19%); reuniões comunitárias (21%); religião (33%); e associação (28%).

Gráfico 17 - Percentuais por atividade segundo a opinião dos comunitários à contribuição para a união no PAE de Juruti/PA



Fonte: Pesquisa de campo (2013). Adaptado pelo autor.

Um último aspecto está relacionado à confiança que os atores alcançam junto aos moradores de Juruti. Nesse aspecto, 24% confiança na família, 20% na Igreja Católica, 17% nos vizinhos, 21% na ACORJUVE, apenas 6 % confiança no Governo, seja ele municipal, estadual ou federal, e 3% dizem acreditar na mineradora.

Gráfico 18 - Grau de confiança nas instituições de Juruti/PA

Fonte: Pesquisa de campo (2013). Adaptado pelo autor.

O gráfico construído a partir da resposta da pesquisa junto aos comunitários de Juruti Velho visa apresentar como está configurada a confiança nas instituições que estão presentes no território. Segundo as respostas dos comunitários: a família (24%) é a instituição em que se há maior confiança; a ACORJUVE (21%), instituição forjada durante o processo de mobilização e incidência junto a ALCOA, o Estado está em segundo; a Igreja Católica (20%), historicamente enraizada no território, em terceiro. Instituição como o Governo (municipal, estadual e federal) está em penúltimo lugar, com 6%; e a ALCOA em último, com apenas 3%.

As instituições que apresentam maior confiança são aquelas em que os comunitários possuem relação de proximidade, e contribuição para o bem-estar individuais e comunitários dos entrevistados.

Com as informações fornecidas pelos estudos da Ecoideia (2009), é possível compreender que o “território é o espaço sobre o qual certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo” (CASTRO, 1998, p. 5). Sendo assim, o território reivindicado, como base em Godelier (1984), são os recursos disponíveis e possíveis de serem utilizados sob condições tecnológicas determinadas.

A relação com as forças superiores e da natureza é tão presente nas comunidades que o sucesso em atividade de pesca é caso que requer os respeitos, a permissão e os pedidos por meio de orações e oferendas. O pescador e o caçador precisam conhecer os sinais da mata e dos rios revelados no decorrer do desenvolvimento de sua atividade. A floresta e os rios são

mais que simples espaços para caçar e pescar, de exploração, eles são, na verdade, espaços de vida própria, detentores de experiências de vida, histórias, memórias. Isso permite que os comunitários compreendam e expliquem os fenômenos naturais e sociais, decorrentes da violação das normas estabelecidas pela floresta e rios. Diz um narrativo presente no território de Juruti que “o boto bate o peixe lá no fundo do rio para ele vir. Se é época de desova e pescador não respeita, o boto judia da gente também, assusta a pessoa, dá dor-de-cabeça, dá febre[...]”. Para Noda (2001), Batista; Silva; et al. (2007), a pesca tem grande significado para as populações locais, principalmente, porque é a principal fonte de proteína das famílias ribeirinhas.

No ambiente das comunidades tradicionais, onde o tempo de caçar, pescar e plantar é marcado por mitos ancestrais, pelos avisos da mata, pela expressão da “mãe da natureza”, identifica-se o forte componente cultural herdado da memória histórica, a partir da qual os homem/mulheres constroem suas representações simbólicas, seus mapas cognitivos que servem como roteiros ordenadores de suas ações. Para Geertz (1989), tais representações instituem-se enquanto meios e mecanismos pelos quais os homens, no estabelecimento de suas relações, reinventam seu mundo, reforçam ou transformam os mundos de seus antepassados.

Para Masulo (1998, p. 4 apud CHAVES et al., 2009, p. 116), os cursos d’água, como os rios, lagos, igarapés e igapós, possuem significado e relevância para vida ribeirinha. Histórias, lendas e mitos ordenam a relação dessas populações com as fontes de vida, que se configuram como complemento de suas vidas, ou até mesmo suas próprias vidas.

Rio e ribeirão são parte de um todo. Se o rio oferece os seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas, o ribeirão lhe oferece sua proteção, através de suas representações (seus mitos) como a mãe-d’água, a cobra-grande que come os desavisados (que não respeitam a natureza) e tantas outras, que nascem desta humanização da natureza e naturalização do homem.

As narrativas faladas nas comunidades de Juruti estão enraizadas no lugar. É o território constituído de comunidades, pessoas, naturezas, rios e lagos que constitui a referência, o lugar para se tecer as histórias e as experiências narradas, formando um cotidiano compartilhado de cooperação de pessoas com uma relação de cooperação e conflito numa base da vida em comum (SANTOS, 1988).

No conjunto das histórias, encontramos histórias de vida e da vida das pessoas, registradas pela memória do lugar. Um relato, uma experiência, um *causo* traduzem

experiências de vida, aproximando o presente a um passado vivo e guardado na memória. Assim o ato de contar consiste também em um ato de interação vivido numa relação de interação com a memória que se soma com o presente. Segundo Thompson (1992, p. 44):

a relação entre a história e a comunidade não deve ter mão única em qualquer dos dois sentidos: antes, porém, ser uma série de trocas, uma dialética entre informação e interpretação. [...] Haverá espaço para muitas espécies de história oral e isso terá muitas consequências sociais diferentes. No fundo, porém, todas elas se relacionam.

As narrativas das comunidades possibilitaram a mobilização coletiva, na medida em que permitiram construir o caminho do lugar, das vivências e das experiências que rejeitam serem suprimidas pela mineradora. Com a ajuda das irmãs franciscanas, com base na memória, foram construídos mapas, roteiros e um mosaico, articulando o passado e o presente. As lembranças recolhidas e traçadas entre a memória e o lugar relatam as histórias contadas, ouvidas e vividas e acabam por revelar um item comum entre contador e ouvinte com relação à imagem e ao sentimento que se tem do lugar. Na perspectiva de Bosi (2003, p. 31), “a memória opera com grande liberdade, escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns”.

As comunidades de Juruti, no decorrer das décadas, num sistema de transmissão oral, adquiriram um conjunto de experiências nas muitas idas e voltas das roças, da pesca e da caça. Em muitos casos, tais experiências soam como conselho na relação com a natureza. Segundo Benjamin (1994, p. 200), as histórias narradas são carregadas de conhecimento e sabedoria, e isso quer dizer que “O narrador é um homem que sabe dar conselho. [...] O conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria”. Na formulação de Benjamin (1994, p. 200), tal sabedoria é épica da verdade, uma verdade eterna, a verdade da tradição, a verdade que liga uma comunidade sobre a Terra, que liga a vida dos vivos à vida dos mortos.

Os aspectos que compõem a tradicionalidade das comunidades formam uma “trama” capaz de se “prender invisivelmente ao passado” (SCHWARZ, 1986, p. 155). Segundo Fraxe e França (2011, p. 51), a experiência tradicional na região vem “sendo inculcada por antepassados nativos há tantos anos que seria quase impossível precisar quando e onde se formou este hábito”; “as experiências tradicionais, portanto são um elemento regressivo à cultura original, natural e não inventada, merecendo, por tal razão, proteção jurídica, na medida em que, espontaneamente, restaura a identidade do povo”.

A formação histórica dos grupos sociais rurais da região são frutos do encontro de culturas, seja de populações locais, ameríndias, seja do

colonialismo europeu, em dado momento, seja da recente presença nordestina no período econômico de comercialização da borracha. Estes últimos caracterizaram, veementemente, o modo de vida da várzea, sobretudo, nos aspectos condizentes às atividades do trabalho (na implementação de técnicas de cultivo, pesca), nas crenças, no forte sentimento de religiosidade, nos costumes alimentares e, com afirma Diegues (2002), em ‘uma grande dependência dos recursos naturais, acabando por se obter um profundo conhecimento dos ciclos biológicos e uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem ameríndia, constituindo-se com populações de determinados conhecimentos específicos e por assim dizer, tradicionais’, o que constrói o próprio processo de sociabilidade das relações no desenvolvimento e constituição das comunidades (RAPOSA et al., 2011, p. 159).

Para Posey (1997, p. 149-150), o modo de vida das comunidades tradicionais guarda certa intimidade com a proposta de conservação dos recursos naturais, principalmente por sua perspectiva social e cultural. Sendo assim:

Os povos tradicionais (índios, caboclos, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas) possuem vasta experiência na utilização e conservação da diversidade biológica e ecológica, que está atualmente sendo destruída, [...] os povos tradicionais, em geral, afirmam que, para eles, a natureza não somente é um inventário de recursos naturais, mais representa as forças espirituais e cósmicas que fazem a vida o que ela é.

Para Leff (2000), as práticas autóctones de manejo dos recursos realizadas pelos povos tradicionais reproduzem-se em diferentes espaços sob o ordenamento étnico e geográfico, como verdadeiras estratégias de sobrevivência e sustentabilidade. Nessas comunidades prevalece uma relação de respeito entre homem-natureza, tanto no campo das práticas, “das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico” (DIEGUES, 2002, p. 61).

Diegues (1997), ao abordar a relação com a natureza, diz que para as populações ribeirinhas, a vida, de certa maneira obedece e até certo ponto corresponde à dinâmica do ciclo natural, seja nas práticas agrícolas, nas quais trilha-se o tempo de fazer coivara, de preparar a terra, de semear, de capinar e esperar o tempo certo de colher. Nas comunidades tradicionais, em especial a de Juruti, na pesca, como nas demais atividades de coleta/extrativismo vegetal ou animal, também o tempo certo é aguardado, pois há a temporalidade das espécies de peixes migratórios ou residentes considerados, como também o tempo de procriação e de reprodução. Tais aspectos fortalecem a relação mútua entre natureza e comunidades humanas no território.

Os relatos e narrativas das comunidades tradicionais de Juruti evidenciam as diferenças da relação mundo humano e biológico, linguagem, onde estão incluídos os mitos, rituais e formas orais. A grande questão que fica é como as construções específicas, diversas e

simbólicas, presentes em comunidades tradicionais estão relacionadas com as preocupações contemporâneas, como a sustentabilidade. Na perspectiva de Escobar (2005, p. 35) já existem algumas respostas a tal questionamento, com base em estudos de casos de sociedade não industrializada. Essas respostas não constituem uma visão unificada capaz de construir um arquétipo único capaz de representar todas as visões. Para o autor, “talvez a característica melhor estabelecida hoje é de que os modelos culturais de natureza de muitas sociedades não repousam sobre uma dicotomia naturezas sociedade (ou cultura)”.

Para Escobar (2005, p. 35), “diferentemente de construções modernas, com sua separação estrita entre os mundos biofísico, humano e supranatural, é comumente apreciado hoje que os modelos locais em contextos não ocidentais são frequentemente predicados de ligações entre estes três domínios”. Na abordagem do autor, esta “continuidade – que poderá, contudo ser experienciada como problemática ou incerta – é culturalmente estabelecida por meio de rituais e práticas, e embutidas em relações sociais diferentes das relações sociais modernas ou capitalistas”. Isso significa que “seres vivos e não vivos e frequentemente seres sobrenaturais não constituem domínios distintos e separados – certamente não constituem duas esferas de natureza e cultura”. Tal abordagem é tal corroborada por Descola (1996, p. 14): “em tais ‘sociedades de natureza’, plantas, animais e outras entidades pertencem a uma comunidade socioeconômica, sujeita às mesmas regras que os humanos”.

Os modelos locais naturais podem exibir, com grande significado, traços capazes de corresponder aos padrões e classificações capitalistas, mostrando certas correspondências da “natureza capitalista”, como diz Escobar (2005, p. 36):

categorias específicas de entidades humanas, sociais e biológicas (por exemplo, o que é humano e o que não é, o que é plantado e o que não é, o doméstico e o selvagem, o que é inato e o que surge da ação humana etc.), estabelecimento de limites e classificação sistemática de animais, espíritos e plantas.

Na verdade, essas comunidades revelam aspectos específicos que permitem organizar os fatores relacionados à sua própria dinâmica de relação com a natureza. Tais fatores mostram que nessas comunidades existem

uma imagem complexa da vida social que não é necessariamente oposta à natureza (em outras palavras, uma imagem na qual o mundo natural é integral ao mundo social) a qual pode ser pensada em termos de relações humanas tais como parentesco, famílias estendidas e gênero vernacular ou analógico. Modelos locais também evidenciam o apego particular a um território concebido como entidade multidimensional resultante de muitos tipos de práticas e relações (ESCOBAR, 2005, p. 37).

Na busca por compreender os aspectos específicos das comunidades tradicionais, com a relação entre o biológico, o humano e o espiritual, assim como a relação relacionada a respeitos e contemplação às questões ambientais, tais como sistemas simbólicos e relações produtivas, capazes de regular água, pescar e caça, é fundamental ter as ferramentas de leituras ocidentais, incluindo o marxismo.

Portanto, a abordagem das múltiplas constituições presentes no território de Juruti exige uma leitura capaz de superar os limites presente nas formulações comumente relacionadas acerca das comunidades tradicionais. É preciso olhar tais comunidades sob um prisma além-conservacionista, e da necessidade de tutela. Essas comunidades precisam ser compreendidas numa ótica que articula condições e fatores tradicionais com utilização de instrumentos e modelos modernos numa perspectiva estratégica de afirmação e resistências frente ao avanço de um grande projeto.

4.1.12 Impactos da mineração nas comunidades de Juruti

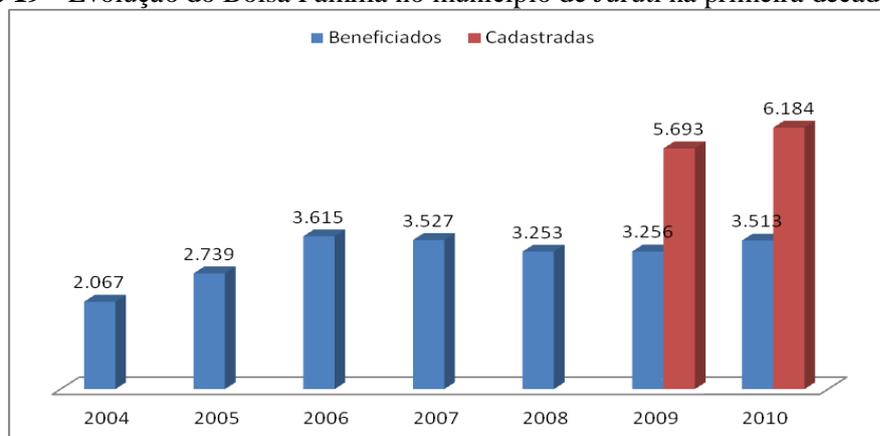
As informações obtidas com a pesquisa de campo junto aos comunitários, pesquisadores e agente de pastorais apontam que a presença da mineradora em Juruti Velho teve como consequência a geração de um conjunto de danos, que estão relacionados ao estoque de recursos florestais não madeireiros, principalmente com a ampliação das áreas degradadas decorrentes da presença da mineradora.

Em relação à pesca, os entrevistados apontam que a mineração afetou diretamente a atividade com a contribuição para redução no estoque pesqueiro. Isso, segundo os entrevistados, está diretamente relacionado ao aumento da população, dos recursos utilizados na atividade, como a iluminação noturna e os fatores que não estão diretamente relacionados com a mineração, como a evolução das tecnologias de pesca. Esses motivos justificam a resposta dos comunitários, que dizem que a pesca piorou com a chegada da ALCOA.

Para a caça, os moradores apontam que a operação da mina produz fortes impactos no meio ambiente, com supressão de áreas, mudança de habitat, entre outros. Os ruídos e claridade decorrentes do empreendimento são apontados como aspectos que impactam negativamente na caça para os comunitários. Os comunitários citam o aumento da população com um aspecto diretamente relacionado à mineração — fator este responsável pela piora da caça.

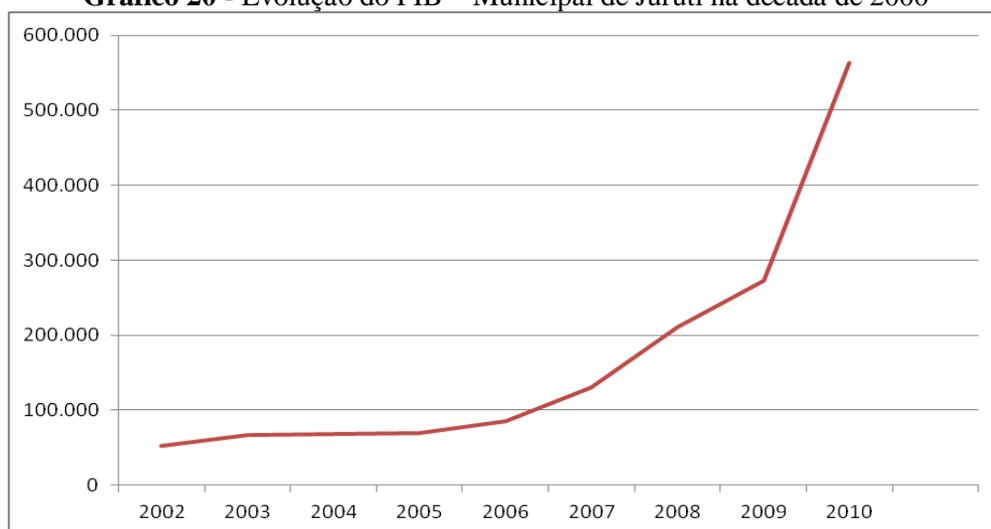
Com o advento da mineração, as relações que anteriormente eram alicerçadas em laços comunitários passam a ser influenciadas pela monetarização. Essa monetarização é relatada, principalmente, pelos agentes religiosos. Além da mineradora, que atrai um número maior de pessoas para o território, ter repassados os *royalties* à associação, que divide 50% do total com os associados, há uma forte presença de recursos oriundos de benefícios sociais, como bolsa família, bolsa verde e seguro defeso. Esse acesso a recursos tem transformado a relação nas comunidades de Juruti. Em uma reunião com lideranças, uma antiga moradora fez a seguinte exposição: “agora não existe mais *puxirum*, já que só há trabalho coletivo se a associação pagar”.

Gráfico 19 - Evolução do Bolsa Família no município de Juruti na primeira década de 2000



Fonte: MDS (2011). Adaptado pelo autor.

Uma consequência que pode ser mensurada a partir dos dados econômicos é a monetarização ocorrida com a mineração e com o acesso a programas sociais. Os dados mostram que houve um crescimento do PIB – Municipal durante a década de 2000, como mostra o gráfico abaixo, o que significa uma maior quantidade de dinheiro circulando em Juruti, e em especial no PAE de Juruti Velho. Há também um acesso dos moradores do assentamento em 50% dos recursos repassados pela ALCOA em Juruti.

Gráfico 20 - Evolução do PIB – Municipal de Juruti na década de 2000

Fonte: SEPOF/IDESP (2013). Adaptado pelo autor.

Segundo os agentes religiosos, essa monetarização é perceptível com a intensificação nos últimos anos da interação com o mercado regional, com uma rotina cada vez maior de ida dos moradores de Juruti Velho à cidade para aquisição de bens industrializados.

Portanto, os aspectos apresentados acima evidenciam que a lógica decorrente do empreendimento mineral em Juruti, alicerçada em padrões de desenvolvimento e concebida pela sociedade capitalista ocidental, impacta diretamente no regime das comunidades de Juruti, que têm seus padrões relacionados com uma lógica divergente da sociedade capitalista. Esses impactos influenciam em fatores econômicos, sociais e organizativas da comunidade, que passam a conviver com lógicas até então pouco conhecidas, como a monetarização, a escassez de seus recursos naturais e a violência.

5 JURUTI: UM ENCONTRO DE POTENCIALIDADE E OPORTUNIDADE

5.1 O Aarcabouço institucional favorável às comunidades de Juruti Velho

A organização das comunidades de Juruti precisa ser analisada em seu contexto, bem como o impacto que gera a partir de suas ações. Com a localização das comunidades em seu ambiente é possível observar a sua posição em relação aos atores e às instituições. Essa organização, como ato político em consequência uma ação coletiva, é capaz de gerar impactos nas instituições e políticas públicas.

Partimos do pressuposto de que a organização das comunidades de Juruti está condicionada ou sofre influência das oportunidades presentes nos contextos institucionais e políticos. Esses contextos interagem e possibilitam o avanço do processo de mobilização e conquistas comunitárias.

A organização das comunidades de Juruti precisa ser analisada a partir de uma perspectiva de oportunidades, que tem fatores externos, que possibilitam os alcances dos objetivos, e internos, relacionados a potencialidades construídas historicamente pelas comunidades, capazes de legitimar a consistência e a mobilização.

A oportunidade para a presente análise significa sinais consistentes, formais ou não, que induzem e fortalecem a organização dos atores sociais, no caso as comunidades de Juruti. Sendo assim, estamos pensando em mudanças, em estruturas políticas, instituições do Estado, padrões de conflitos e alianças entre atores que permitem a utilização de recursos e estabelecem resistência.

Ao tratarmos de potencialidades, estamos nos referindo a fatores internos nas comunidades, construídos historicamente, que dão maior capacidade de coesão e assim diminuem a possibilidade de divisão e cooptação, comum em muitos processos organizativos envolvendo o confronto entre movimentos sociais, Estado e empresas.

Um dos autores que tratou a questão da oportunidade foi Charles Tilly, para quem a geração de oportunidades oferece incentivos para ação coletiva que propõe os movimentos sociais. Tilly (1978) chegou a essa conclusão ao observar que o pico de mobilização francesa na década de 1830 estava diretamente relacionado à questão eleitoral e às mudanças no regime e menos com as privações e dificuldades presentes naquela sociedade. Tal abordagem permite concluir que ação coletiva cresce quando há acesso a espaços necessários para a ação e, ao mesmo tempo, existem oportunidade para usá-los. Para os estudiosos McAdam,

McCarthy e Zald (1996, p. 6), a ação coletiva está diretamente relacionada a um determinado tipo de política pública e como o movimento faz o uso da mesma.

Portanto, tratar oportunidade está relacionado a compreender que o sucesso das mobilizações está diretamente relacionado à abertura do sistema político das instituições aos atores sociais envolvidos e, também, à potencialidade interna das organizações, que é capaz de abrir caminhos, agregar aliados e manter a coesão para manter a estratégia de ação que vise alcançar seus interesses. Quando falamos em oportunidades, acreditamos existir um arcabouço institucional favorável às organizações e demandas das comunidades de Juruti.

Com a notícia da implantação da ALCOA, as comunidades iniciam um novo processo organizativo, diferente da época anterior cujo foco era a cidadania e política pública. O novo processo tem como pauta principal a garantia dos direitos territoriais historicamente construídos.

A organização das comunidades é favorecida por um ambiente institucional e jurídico de normas, decretos e leis reconhecendo os direitos de comunidades tradicionais. Esse arcabouço jurídico foi consequência da luta dessas comunidades no plano nacional e internacional, e passou a ser um “grande obstáculo” às práticas autoritárias de empreendimentos econômicos ao Estado na Amazônia.

Segundo Rouland (2004, p. 20), as soluções Jurídicas “permitem a grupos caluniados, e colocados pela história em situação de inferioridade, que se redefinem em função das necessidades do presente, e que encontrem meios de uma coexistência pacífica construída por diversos mecanismos de aliança”.

Para Almeida (2004, p. 13), com a Constituição de 1988, as vitórias dos movimentos sociais têm se ampliado e as “identidades coletivas tornaram-se um preceito jurídico marcante para a legitimação de territorialidades específicas e etnicamente construídas” Almeida (2004, p. 13). Para o autor, fica evidente que há uma ampliação do significado de “terras tradicionalmente ocupadas”, e ele reafirma o que os movimentos sociais, desde 1988, têm perpetrado. O Brasil ratificou, por meio do Decreto Legislativo n.143, assinado pelo presidente do Senado Federal, a Convenção 169 da OIT, de junho de 1989. Tal convenção reconhece como critério fundamental “os elementos de autoidentificação, reforçando, em certa medida, a lógica dos movimentos sociais” (ALMEIDA, 2004, p. 14). O Art. 2 diz que a “consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser tida como critério fundamental para determinar os grupos aos quais se aplicam as disposições desta Convenção”, e no Art. 14 encontram-se os termos da dominialidade, em que “dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente

ocupam”, e no Art. 16 traduz que “sempre que for possível, esses povos deverão ter o direito de voltar a suas terras tradicionais assim que deixarem de existir as causas que motivaram seu traslado e reassentamento”. Para Almeida (2004, p. 14):

Este direito de retorno se estende sobre um sem-número de situações distribuídas por todo País, que resultaram em deslocamentos compulsórios de populações inteiras de suas terras por projetos agropecuários, de plantio de florestas homogêneas (pínus, eucalipto), de mineração, de construção de hidrelétricas, com grandes barragens, e de bases militares.

Em harmonia com história e os novos parâmetros jurídicos, as comunidades de Juruti iniciaram um processo de organização reafirmando sua tradicionalidade e direito coletivo sobre o território. Almeida (2004) acredita que a incorporação dos aspectos coletivos, identitários, autodenominações constitui mais de uma estratégia de discursos, mais a politização da vida cotidiana, práticas rotineiras no uso dos recursos naturais capazes de buscar uma forma organizativa própria mais condizente com a própria realidade vivida. Tal aspecto significa uma ruptura com as práticas colonizadoras homogêneas, que durante décadas subordinaram culturas, povos e pessoas a uma forma de pensar e agir. Para Almeida Almeida (2004) p. 23):

Nesta ordem elas não representam apenas simples respostas a problemas localizados. Suas práticas alteram padrões tradicionais de relação política com os centros de poder e com as instâncias de legitimação, possibilitando a emergência de lideranças que prescindem dos que detêm o poder local. Destaque-se, neste particular, que, mesmo distantes da pretensão de serem movimentos para a tomada do poder político, logram generalizar o localismo das reivindicações e que, mediante estas práticas de mobilização, aumentam seu poder de barganha com o governo e Estado, deslocando os “mediadores tradicionais” (grandes proprietários de terras, comerciantes de produtos extrativos-seringalistas, donos de castanhais e babaçuais). Deriva daí a ampliação das pautas reivindicatórias e a multiplicação das instâncias de interlocução dos movimentos sociais com os aparatos político-administrativos, sobretudo com os responsáveis pelas políticas agrárias e ambientais (já que não se pode dizer que exista uma política étnica bem delineada).

A Convenção da Diversidade Biológica (CDB) reforça o modo de vida das comunidades tradicionais e reconhece a estreita relação entre populações humanas e a biodiversidade; como diz Diegues (2002, p. 8), “a paisagem é fruto de uma história comum e interligada: a história humana e natural, de tal forma que a biodiversidade é uma construção cultural e social”.

Tal compreensão nos permite entender que os processos territoriais permitem a construção de uma nova face étnica, marcada pela autodefinição e de um redesenho da sociedade civil. Isso significa a formação de um novo campo de significados, capaz de impulsionar a resistência em torno da afirmação de comunidades tradicionais. O tradicional assume, nesse caso, um papel histórico, porém com ampla potencialidade contemporânea de mobilizar comunidade e pessoas.

No caso de Juruti, assim que as organizações e comunidades souberam da intenção da empresa em fixar uma base exploradora das reservas de bauxita presente no território, se iniciou um intenso trabalho de organização das comunidades para resistir. Esse intenso processo de reflexões fez com que as comunidades realizassem um processo de resgate da sua história, sua formação e sua condição de comunidades tradicionais, um processo em completa sintonia com o novo contexto e ambiente jurídico favorável às comunidades tradicionais e ao “cuidado” com o meio ambiente.

Em vista de garantir a resistência à ALCOA, o depoimento de uma liderança das comunidades de Juruti Velho lembra que no início foram feitas centenas de reuniões comunitárias realizadas com objetivo de encontrar na história pessoal e comunitária os elementos de unidade necessários para mobilizar as comunidades pela manutenção de suas práticas tradicionais enraizadas no território. Com essas reuniões, as comunidades passaram a expressar em suas mobilizações:

- 1) A reafirmação de comunidade tradicional (descendentes dos Mundurucu);
- 2) Direitos a território historicamente habitado;
- 3) Garantia da coletividade;
- 4) Autonomia para defender e decidir sobre o futuro.

A condição de comunidade tradicional é reafirmada no Abaixo Assinado de 20 de novembro de 2007, no qual a Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho – ACORJUVE, inicia o cabeçalho do documento com a seguinte afirmação, endereçado às autoridades:

Nós assentados agroextrativistas – PAE/ JURUTI VELHO, e ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES DA REGIÃO DE JURUTI VELHO – ACORJUVE, no uso das prerrogativas de seu estatuto social e em defesa dos direitos Agroextrativista – PAE JURUTI VELHO, que estão afetados diretamente pelo empreendimento da ALCOA mineradora, vem com devido respeito diante de V.S.as Apresentar nosso REPUDIO e INDIGNAÇÃO e solicitar providências urgentes.

A estreita relação com o território produziu nos moradores de Juruti uma aversão à instalação de uma empresa multinacional, já que, historicamente, as ações de grandes projetos na Amazônia estão vinculadas ao empobrecimento das comunidades e degradação do meio ambiente. O conjunto de entrevistas realizadas por Monteiro (2009, p. 102) mostra que 100% dos entrevistados ficaram preocupados com a ocupação de áreas do PAE, 96% com o desequilíbrio ambiental, 98% com a possibilidade de perda de identidade e 94% com a dificuldade de acesso, que faziam parte do roteiro da comunidade. Além dessas ocupações, os moradores também ficaram preocupados com a possibilidade da mineradora produzir impactos como: implantação de infraestrutura e desestruturação do território; contaminação; doenças; ocupação de terras; despejos e limitação do território; mudanças na rotina comunitária.

A preocupação dos moradores do território de Juruti tem por base a dinâmica de grandes projetos em outros territórios. A preocupação aumenta quando em um breve histórico das empresas e do Estado, como no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), “a ideia de território e dos povos e comunidades correspondentes acha-se ausente do PAC. Não há qualquer menção explícita a territórios, a povos, a comunidades ribeirinhas” (ALMEIDA 2009, p. 20).

A compreensão de que um grande empreendimento econômico tem forte impacto de desagregar no lugar de vivência coletiva e manutenção do modo de vida social, econômico, cultural e ambiental, leva à construção da organização e mobilização das comunidades. Esse processo lançou mão do contexto marcado pela presença de um arcabouço institucional e Jurídico favorável à organização e defesa dos direitos territoriais.

5.1.1 Um Contexto de preocupação social com questão ambiental

A sociedade contemporânea, a cada dia que passa, aumenta sua preocupação com meio ambiente. Essa preocupação tem forçado as empresas a buscarem apresentar um novo perfil, com a finalidade de agradar cada vez mais consumidores. Na Amazônia, cada vez mais as empresas assumem o discursos ambiental com estratégias de marketing.

Com o aumento da preocupação ambiental, ampliou também a pressão sobre as empresas, principalmente as que produzem com intensiva e extensa utilização dos recursos naturais. No caso da Amazônia, há uma história marcada por uma série de políticas e projetos com elevado saldo de degradação ambiental, o que tem preocupado o mundo, que passou a olhar mais atentamente a região.

Nas análises de Mello (2002), as políticas públicas introduzidas na Amazônia impactaram diretamente no meio ambiente, causando profundas modificações na relação da exploração dos recursos e na relação humana com a natureza. Os aspectos ambientais somente passam a ser inseridos como parâmetro de mensuração dos impactos dos grandes projetos com a Eco-92. Esse contexto tem influenciado diretamente as ações dos grandes projetos que não podem mais se furtar em seguir parâmetros, mesmo que muitas vezes utilizados de modo superficial, para agregar valores em seus produtos.

Nygren (2000, p. 27), a partir de sua pesquisa na Costa Rica, esclarece que o *greening* empreendido no discurso do desenvolvimento tem servido para esconder procedimentos voltados a degradar a natureza e não elucidar a relação do conhecimento e as questões ambientais. Para a autora, a defesa do meio ambiente tem muitas vezes separado os direitos sociais da questão ambiental. Na maioria das vezes, torna-se um pretexto para intervenção política nas comunidades. A definição de áreas protegidas, empresas de ecoturismo e acordos para biodiversidade do comércio são contraditório muitas vezes à defesa do meio ambiente.

No Estudo de Impacto Ambiental, o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) realizado pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores (CNEC, 2005, p. 17), em 2005, evidenciou os aspectos relacionados aos impactos ambientais da exploração das reservas de Juruti. Segundo o relatório, “a área de implantação deste empreendimento minerário compreende formações vegetais em diferentes níveis de conservação e complexidade”. Sendo que tal composição:

[...] em parte dos platôs onde ocorrerá a exploração, a vegetação já sofreu muitas modificações devido a outras atividades antrópicas como o fogo e a exploração seletiva de madeiras para comercialização florestal, apresentando características de formações secundárias com diversidade mais baixa. Entretanto, parte destes platôs ainda apresenta formações vegetais em diferentes estágios de regeneração, com diversidade de espécies e interações específicas. (Informação verbal).

Sendo assim, a exploração vai provocar desmatamento, produzir pressões sobre os ecossistemas, afetando inclusive espécies protegidas pela legislação ambiental.

O desmatamento destas áreas provocará pressão sobre os ecossistemas e, conseqüentemente, a biodiversidade local, além de desequilíbrios nas populações vegetais e conseqüentemente na sua fauna associada, principalmente no que se refere à regeneração da espécie clímax, que terão dificuldades de se instalar novamente nas áreas desmatadas por um longo tempo, até que os processos de sucessão vegetal, realizados sem a intervenção humana ou com a implantação dos programas de recuperação de áreas exploradas, detalhado neste estudo, tornem o ambiente adequado ao

crescimento de espécies mais exigentes quanto às condições ambientais. Outro fator a ser considerado neste impacto é a presença nas áreas de exploração mineral de espécies protegidas pela legislação ambiental devido suas condições peculiares de conservação. Dentre as espécies presentes nas áreas dos platôs, destaca-se a castanheira (*Bertholletia excelsa*) e o pau-cravo (*Dicypellium caryophyllatum*), com ocorrência confirmada na área de estudo e o pau-rosa (*Aniba rosaeodora*), que apesar de não ter sido identificado nas amostragens fitossociológicas e nem nos levantamentos florísticos é uma espécie com ocorrência potencial na região, pois foi muito explorada no passado. (informação verbal).

Os aspectos ambientais motivaram o Ministério Público Estadual ao *Pedido de Vista dos Autos do Processo* de licenciamento ambiental denominado do Projeto Juruti, requerido pela empresa Omnia Minérios/ALCOA, no dia 21 de Julho de 2005. Para o MPE, dez pontos fundamentais com amplos interesses social e ambiental não foram tratados no decorrer do processo.

Necessidade de manifestação expressa sobre os questionamentos relativos a atribuições para o licenciamento ambiental; 2. Posicionamento sobre a proibição legal do corte de castanheira, em face de sua grande ocorrência na área projetada para ser desmatada; 3. Manifestação expressa sobre o local de realização dos estudos ambientais; 4. Identificação exata das responsabilidades financeiras para atendimento das demandas resultantes de impactos ambientais; 5. Manifestação prévia e re-planejamento dos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de demandas a serem geradas; 6. Caracterização dos impactos sobre a paisagem e suas consequências; 7. Considerar a sinergia nos impactos relativos ao meio socio-ambiental decorrentes do asfaltamento da BR 163; 8. Necessidade de definir o acompanhamento pelas comunidades das atividades de regularização da questão fundiária – glebas Vila Amazônia e Curumucuri; 9. Constituir da Comissão de Acompanhamento e Controle Ambiental com participação da sociedade diretamente impactada pelo projeto; 10. Por fim, requeremos a reorganização dos autos e integração a eles de todas as peças “extraviadas”. (informação verbal).

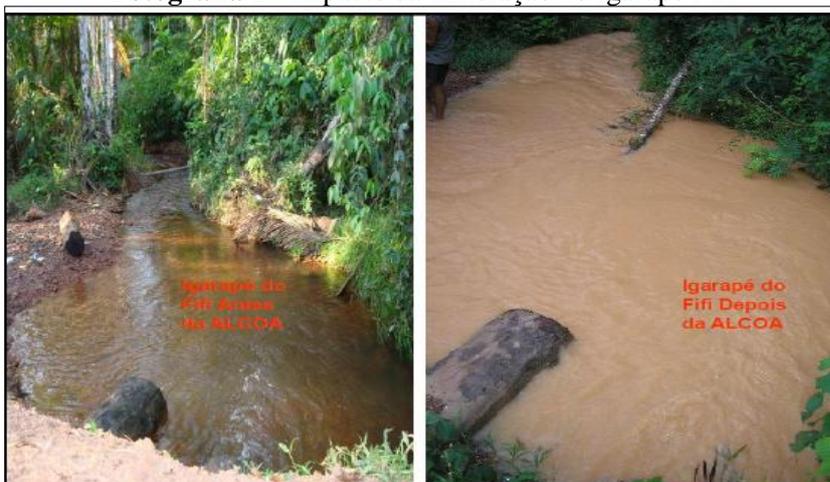
Em matéria divulgada no Jornal *Diário do Pará*, em 22 de maio de 2007, o MPE e MPF travam debate com relação aos danos ambientais da implantação e exploração da mina de Juruti. Para o MPE e MPF, os Estudos de impactos ambientais não incluíram compensações e soluções para todos os prejuízos ambientais, sociais e econômicos decorrentes da exploração da mina. A reportagem diz que “A ALCOA é acusada de omitir e falsear informações no Eia-Rima que subsidiou a licença de descumprir as condições do licenciamento”; ainda segundo a notícia, “De acordo com as determinações do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), essas são irregularidades que determinam a

paralisação do projeto”. No entender do MPE, existem falhas que poderiam levar o governo a retirar da empresa o direito de extrair bauxita em Juruti. Ainda segundo a reportagem:

Desde 2005, antes da concessão da licença, MPE e MPF acompanham o processo de instalação da ALCOA e, diante das falhas e omissões do Estudo de Impactos Ambientais, chegou-se a estabelecer uma mesa de negociações com a empresa, na tentativa de obter uma solução não judicial para as questões. (MPE, 2007).

A questão ambiental foi tratada junto à formação das comunidades de Juruti. O material de informações, utilizado nos debates e reuniões comunitárias, mostram casos de supressão florestal, e a poluição do Igarapé do Fifi, ambiente utilizado como ponto de lazer da população de Juruti. O material de estudo de base ainda apresenta fotos de árvores centenárias cortadas e expostas, decorrentes da chegada da mineração.

Fotografia 1 - Impacto da mineração no Igarapé Fifi



Fonte: Irmãs Franciscanas de Maristella, material usado na formação comunitária.

Fotografia 2 - Impacto da mineração no Igarapé Fifi



Fonte: Irmãs Franciscanas de Maristella, material usado na formação comunitária.

A questão ambiental em Juruti surge como um ponto de resistência, e é o principal assunto tratado por instituições como o MPE e MPF. Lopes (2012, p. 117) esclarece que o relatório de impactos ambientais “apontou a engenharia com seus múltiplos suportes, a metodologia que seria capaz de fazer a exploração do minério e recuperar a área degradada, o aparato técnico que um projeto dessa ordem exige e definiu os limites do que chamou de Área de Impacto Direto e Área de Impacto Indireto”. Sendo assim, por existirem diversas lacunas no EIA/RIMA, o mesmo tornou-se:

Objeto de discordâncias, ampliando ainda mais as disputas no município de Juruti, envolvendo os proponentes do estudo e os diferentes grupos sociais envolvidos. Primeiro, pelo fato da área de impacto definida pelo EIA/RIMA ter sido subestimada, correspondendo somente a uma parte do município, condição que, embora aceita pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), hoje Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), responsável pelo licenciamento, se tornou objeto de questionamento por parte da sociedade civil organizada, uma vez que o megainvestimento da ALCOA, de aproximadamente R\$ 3 bilhões de reais, segundo informações contidas no site da mineradora, passou a promover mudanças territoriais no município de Juruti e adjacências, alterando os arranjos produtivos e modos de vida locais. Esse processo induziu o município a uma (re) organização territorial compulsória sem precedentes na sua história para atender, fundamentalmente, aos interesses da mineradora em questão.

Na ação civil pública, de 21 de setembro de 2005, o MPE e MPF partem do objetivo central do estudo de impacto ambiental que é, “evitar que um projeto (obra ou atividade), justificável sob o prisma econômico ou em relação aos interesses imediatos de seu

proponente, se revele posteriormente nefasto ou catastrófico para o meio ambiente. Valoriza-se, na plenitude, a vocação essencialmente preventiva do Direito Ambiental, expressa no conhecido apotegma: é melhor prevenir que remediar (*mieux vaut prévenir que guérir*)” (ACP, 2005, p. 1). A ação do MPF e MPE se constitui em uma ação que considera

[...] os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos oriundos de conquistas sociais e são considerados instrumentos processuais eficientes no atendimento da demanda reprimida, permitindo, desse modo, a solução dos conflitos coletivos de ordem econômica, social ou cultural. Podem significar o alcance de um determinado direito em relação a um indivíduo ou em relação a um grupo de indivíduos. A defesa desses direitos é atribuição do Ministério Público (BERMANN, 2013, p. 103).

Para o MPE e MPF, os danos sociais, ambientais e estruturais de grandes empreendimentos são “com a criação de enclaves de pretenso desenvolvimento, cercado de bolsões de miséria e exploração” (BERMANN, 2013, p. 3). Sendo assim, a ACP (BERMANN, 2013, p. 3-4) se motiva, segundo MPE e MPF, no caso dos autos:

[...] buscam os autores exatamente prevenir a repetição de tais fatos, pretendendo: 1 - alcançar a concreção do princípio constitucional da precaução; 2 - a observância da regra, também constitucional, que impõe à Administração a exigência de Estudo Prévio de Impacto Ambiental capaz de subsidiar a correta decisão e, ainda, 3 - a preservação do modelo federativo de partição das competências administrativas no campo do licenciamento ambiental.

E principalmente discutidos, os motivos que permitem tornar a licença ambiental prévia e de instalação, já concedida pelo Estado do Pará, por meio da SECTAM (Secretaria Executiva Ciência Tecnologia Meio Ambiente)⁶⁴. Para o Ministério, essas licenças podem ser anuladas, por conta de:

a) incompetência da SECTAM para conduzir todo o licenciamento ambiental, que seria de nítida competência federal, atraindo o interesse do IBAMA na liderança; b) omissão da União, detentora do monopólio da riqueza mineral e, no caso específico, também titular do próprio domínio da área a ser objeto de exploração e que, a despeito disto, nenhuma medida adotou para ver implementada a proteção ambiental e a correta exploração

⁶⁴ Em 2007, “a Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), que passou a ser denominada de Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), tendo por finalidade planejar, coordenar, supervisionar, executar e controlar as atividades setoriais, que visem à proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, através da execução das políticas estaduais do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Lei nº 7.026/07, publicada no DOE nº 30.970, de 01/08/07). Na composição organizacional da SEMA foram criadas as Diretorias de Controle e Qualidade Ambiental, Áreas Protegidas, Recursos Hídricos, Planejamento Ambiental e Mudanças Climáticas e de Gestão Administrativa e Financeira.” (SOCIOAMBIENTAL, 2014, p. 1).

mineraria; c) além de sua incompetência formal, os erros cometidos pelo ESTADO DO PARÁ, que levaram à concessão de licença ambiental baseada em estudos ambientais que não se prestavam a viabilizar o exercício pleno da atividade administrativa de proteção ao meio ambiente; d) o absoluto desprezo à proteção ao patrimônio histórico, com a exclusão do IPHAN do licenciamento ambiental. Alerta-se, apenas por rigor técnico, que a análise das incompletudes, falhas e omissões na concessão da licença prévia (e da posterior licença de instalação) não significam, em qualquer momento, a aceitação da competência estadual para licenciar o empreendimento, configurando, apenas, a necessidade de descrição do desprezo às normas de proteção ambiental, que ao Administrador é vedado olvidar.

As ações movidas pelo Ministério Público evidenciam o teor do debate relacionado à questão ambiental no âmbito do projeto de exploração de bauxita em Juruti. As entrevistas e material produzido junto às comunidades mostraram uma grande preocupação com a questão ambiental dos moradores, principalmente pela estreita relação das comunidades com o ecossistema. Em uma entrevista realizada por Monteiro, (2009, p. 104), o presidente da ACORJUVE expõe as razões das manifestações contra o projeto: “somos contra o projeto por várias razões, contaminação de igarapé, derrubada de castanheiras, retirada da água do lago, não respeitar as comunidades [...] vivemos e nascemos com floresta, água, e terra [...] nossas terras foram invadidas pela ALCOA”. Na fala do presidente, fica evidente a relação das comunidades com a questão ambiental. A exposição do presidente da ACORJUVE busca garantir, diante da resistência e mobilização, as resoluções dos problemas que são capazes de gerar tensões e conflitos no território.

Os relatos acima evidenciam que a questão ambiental, no caso de Juruti, funciona como um tema capaz de articular forças, com instituições como MPE e MPF, dialogar com a sociedade local, regional e internacional e unir forças e fazer pressão sobre a ALCOA. A exposição dos problemas e impactos gerados sobre o território com fez que a ALCOA construísse um discurso pautado na sustentabilidade e no respeito ao meio ambiente, algo que já é comum entre as empresas multinacionais. No caso da ALCOA, a mesma constrói a agenda positiva e os projetos Juruti sustentável. Segundo Costa e Richetti (2010, p. 264):

[...] o período atual, provavelmente mais que qualquer outro, oferece essa forma de exercício do poder, pois sob a égide da globalização neoliberal e, principalmente nas duas últimas duas décadas, amparados pela crise ambiental, o capitalismo encontra novas bases de acumulação, em que tenta ocultar não apenas os conflitos ambientais, mas também os sociais.

Para as comunidades, a questão ambiental serve para encurralar a ALCOA, ampliar a coesão social e agregar simpatizantes para sua causa nos diversos níveis da sociedade. É por

esse motivo que a questão ambiental constitui uma oportunidade, pois ela impõe um olhar auditivo da sociedade sobre a empresa, fazendo com que a mesma adote padrões eficientes e busque o diálogo, mesmo que mascarado, diferente do tempo outrora, em que tinham aval do Estado e de grande parte da sociedade para promover o “desenvolvimento”.

5.1.2 O Contexto político favorável

A vocalização de reivindicação por políticas públicas das comunidades de Juruti tem seus relatos a partir do final da década de 1970 do século passado, com a formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juruti. Os relatos desses períodos estão restritos a depoimentos de lideranças sociais, já que durante muito tempo a Amazônia foi “um dos lugares no mundo onde as práticas modernistas de desenvolvimento e de uso incontrolado da natureza aplicaram-se com a maior força. Já foi discutida a pouca preocupação dos grandes projetos com as populações locais, com o espaço e com as populações que servem a sua política” (SARTRE; BERDOULAY, 2005, p. 115)⁶⁵.

A fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juruti teve um considerável incentivo das Irmãs Franciscanas de Maristella, que apoiaram com estruturas e recursos as ações iniciais de organização sindical. O sindicato constitui para seus fundadores um instrumento estratégico para “luta contra a exploração da madeira e a posse da terra em Juruti”. É importante ressaltar que nesse período vivia-se a efervescência do “novo momento sindical” que tinha como objetivo a retomada dos sindicatos pelos trabalhadores. A força a ação sindical nesse período pode ser avaliada tanto pelas intensas greves que ocorreram no Brasil entre 1978 e 1981, tendo como epicentro o ABC paulista, quanto pela realização da Primeira Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), em agosto de 1981. Essas ações, por meio da formação realizada pela Igreja Católica, chegavam às lideranças das comunidades em Juruti.

⁶⁵Grandes empreendimentos econômicos sob a justificativa do desenvolvimento econômico sempre prevaleciam sobre as comunidades e grupos humanos na Amazônia. As comunidades atingidas, nesse caso, sempre recebe sobre tais projetos informações “insuficientes e tardias” (KOHLHPP, 2002, p. 45), o que para Silva (2010, p. 17) resultava “em processos de ações isoladas em desarticuladas dificultando a construção da resistência e reduzindo os espaços de negociação”. Na grande maioria dos casos ocorridos na Amazônia, a empresa se transforma em “ator hegemônico na região”, como é o caso da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD em Carajás (PALHETA DA SILVA, 2004). O resultado é a “desestruturação da vida econômica e social” das comunidades, como ocorreu com os moradores das comunidades de “Boa Vista, onde experimentaram uma situação de integração configurando rapidamente como segregação”, atingidos pela MRN em Trombetas (CASTRO; ACEVEDO, 1998, p. 206).

A organização sindical será o caminho para a aproximação das comunidades com o Partido dos Trabalhadores (PT), que vai exprimir a reivindicação das comunidades, principalmente a luta pela terra e política pública. A participação no sindicato e o fortalecimento do PT nos municípios, para as lideranças, significava a busca de reconhecimento com atores sociais e políticos.

O sindicato se manteve como única estratégia organizativa durante a década de 1980 passando a ser questionado a partir dos anos de 1990, quando para algumas lideranças se tornou ausente e “menos confiável”, já que fez “alianças com pessoas não comprometidas com a pauta das comunidades”:

[...] alguns líderes sindicais decepcionaram trabalhadores, Irmãos, Padres e parte da sociedade jurutiense. O sindicato deixou de ser a entidade que defendia a todo custo o direito dos trabalhadores e fez alianças com pessoas que não tinham compromisso com a luta da classe. Na década de 90 a luta contra madeireiros foi uma luta quase que solitária da região de Juruti Velho (Entrevista com liderança de Juruti Velho).

O questionamento da postura do sindicato fez que surgisse novas formas organizativas como as associações comunitárias que passaram a agregar moradores para continuar a luta políticas em busca de reconhecimento e políticas públicas. Essa falta de legitimidade vai fazer surgir em 1994 a Associação comunitária dos pequenos produtores rurais de Muipapinima (ACOMPRUM) com objetivo central de organizar a comunidade contra a presença de madeireiros nas comunidades, atribuição antes do sindicato. Cabe ressaltar que mesmo questionado em sua legitimidade, o sindicato constituiu-se em um momento conjuntural em um aliado importante para as comunidades de Juruti.

A organização e resistência das comunidades vai marcar o surgimento da ACORJUVE, organização jurídica das comunidades do PAE Juruti Velho, responsável em negociar e gestão os interesses comunitários junto a ALCOA e Instituições públicas. Essa nova organização, pautada na tradicionalidade, relacionada ao modo de vida, incluída nas organizações sociais, econômicas, relação com a natureza e práticas culturais, a nosso ver, será favorecida por fatores como: o arcabouço institucional e favorável às comunidade tradicionais de Juruti; um contexto de preocupação com a questão ambiental; a existência de uma conjuntura política, marcada pelo governo do Partido dos Trabalhadores; a presença da Igreja Católica, que desde 1970 contribui na organização e formação de liderança, tendo com base a teologia da libertação e a pedagogia do oprimido de Paulo Freire. Além dessas oportunidades, Juruti apresenta potencialidades, como a vivência comunitária e a prática coletiva como o *puxirum*.

Os primeiros processos de embate com a ALCOA em Juruti iniciaram-se no ano de 2000, ano em que o comando político do País estava nas mãos do PSDB: no Governo Federal, Fernando Henrique Cardoso, em seu segundo mandato; no Governo do Estado, Almir José de Oliveira Gabriel, em seu segundo mandato; e o município era governado por Isaías Batista Filho, do PMDB, e apoiado pelo PSDB, PFL, PPS. Esse contexto criou um quadro institucional favorável à ALCOA, com a emissão de autorizações passíveis de questionamentos.

O início da década de 2000 foi de grande ganho para a ALCOA em Juruti, principalmente com o aval do governo estadual, na época comandada por Simão Robson Jatene. Em 2001, foram iniciadas as suas pesquisas, com os levantamentos junto às comunidades da região; em 21 de junho de 2005 obteve a licença junto à SECTAM. Segundo informações de liderança locais, as licenças foram fornecidas mesmo sem a ALCOA cumprir os 38 condicionantes necessários. O Ministério Público Estadual, em 21 de maio de 2007, recomendou à Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM) o cancelamento das licenças da Omnia Minérios, subsidiária da ALCOA, para exploração de bauxita no município de Juruti, Oeste do Pará. Sete autoridades, entre promotores de Justiça e procuradores da República, assinaram o documento, que apontou o risco de um conflito iminente na região, fato esse ignorado.

Um documento, de maio de 2007, do Ministério do Desenvolvimento Agrária (MDA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Superintendência Regional de Santarém – SR – 30/STA e Divisão de obtenção de Terras – SR – 30/T, foi intitulado de “Relatório Simplificado Situacional do PAE Juruti Velho”, com objetivo de realizar “levantamento socioeconômico e Ambiental no Projeto Agroextrativista Juruti Velho”; no mesmo, constata-se “a fragilidade e ausência da SECTAM na área de influência de exploração mineral de bauxita e também a possibilidade iminente de emissão da Licença de Operação (LO)”.

Em 2002 com a vitória do PT, com a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002 para a presidência da República, muitos movimentos, entidades e pessoas alimentaram a esperança de uma nova alternativa à atual ordem social capitalista, que, no entanto, não demorou ser frustrada. Nas palavras de Fernandes (1995, p. 148), com a chegada de Lula ao governo, ocorreram as chamadas “mudanças conservadoras”. Tal afirmação parece iluminar tal situação, uma vez que a mudança ocorre, mas sem alterar a cultura política autoritária e as estruturas de poder, que muito possibilitam a relação de dependência com a burguesia internacional e o seu fortalecimento.

O raio de mudança é circunscrito e suas manifestações são canalizadas para um contexto psicossociológico, cultural e político especificamente autoritário e imobilista. Abortam, assim, os principais efeitos criadores e potenciais da mudança e se multiplicam as interferências de controle intolerante, indireto ou direto, que a limitam à reprodução da ordem vigente, dissociando-se a mudança de rupturas com a tradição cultural e com as estruturas de poder existentes (FERNANDES, 1995, p. 148),

A “mudança social conservadora” pressupõe “exterminação parcial ou global dos componentes reformista-radicais e revolucionários da inovação e da mudança” (FERNANDES, 1995, p. 147). Por isso, os termos continuidade e continuísmo mostram-se condizentes com a existência de determinadas mudanças conservadoras nesse processo.

Em nosso quadro de análise é importante compreender que o Partido dos Trabalhadores surge da própria sociedade civil, da crescente insatisfação de vários grupos populares com a situação vivenciada no país de extrema pauperização, exploração e exclusão política e social. César (2002, p. 372) diz que o PT foi o “primeiro partido institucional e de massas no país a se constituir à margem do Estado e em contestação aberta às elites que tradicionalmente o dominam”. Sua construção significa uma ruptura na história política brasileira caracterizada como excludente elitista e autocrática. Com o PT, grandes massas populares, de diversos grupos, categorias e movimentos passaram a participar politicamente, tornando-se fazedores de sua própria história.

Segundo Meneguello (1989), o PT constituiu uma *novidade político-institucional* na história política do Brasil. Em meio à conjuntura de “abertura política” ou redemocratização do país, o Partido dos Trabalhadores se formou em oposição ao sistema político proveniente da ditadura militar e propôs um sistema político efetivamente democrático com a participação direta da massa popular historicamente excluída. Essa novidade político-institucional é observada na origem do Partido, em sua organização e em sua proposta política.

Diferente de outros partidos, o PT, surge do movimento popular, o movimento grevista dos metalúrgicos do ABC paulista em 1979 e das Comunidades Eclesiais de Base e da Igreja Progressista. Ansiava-se por um partido que representasse todas as massas trabalhadoras, empregadas ou não, e todos os excluídos socialmente, como índios, negros e mulheres, e que tivesse como eixo norteador o socialismo. Segundo Gadotti e Pereira (1989, p. 29), o PT, após ampla discussão, se definiu como “um partido classista, com caráter amplo e massivo, de organização autônoma e independente dos próprios trabalhadores”.

A organização do PT desencadeou, em diversos níveis, estadual, municipal e comunitário, núcleos, organizações das comunidades CEBs onde se valorizam: o saber dos

leigos; a contribuição da educação popular que, com um conjunto de práticas político-pedagógicas, promove a constituição de espaços de equivalência entre educando e educador; e a autonomia dos novos movimentos sociais para o rompimento de subordinações seculares, coronelistas ou populistas. Com isso, um conjunto de novos militantes sociais passou as vivências nos mais diversos locais, como Juruti; esses militantes transmitiram a prática política de organizar organizações e concorrer a cargos públicos.

Com a chegada do PT ao governo, para muitas lideranças das comunidades de Juruti, o diálogo com as instituições federal, que era quase inexistente, passou a ser maior. Nas atas de reuniões com instituições governamentais existem um conjunto de falas e exposições que mostram o papel assumido pela INCRA e outros órgãos. No caso da instalação da ferrovia, o INCRA fez a seguinte solicitação à direção a ALCOA:

O INCRA deve ter acesso às informações dos cadastros socioambiental das famílias diretamente afetadas, que até o momento não foram repassadas ao Órgão. Lembrou, também, que até o momento nada foi feito sobre o estudo específico de impactos trazidos pela ferrovia, já há muito solicitado, e conforme consta do diagnóstico apresentado pela equipe técnica do INCRA. Dilton pediu um relato sobre o que ALCOA vem fazendo dentro do assentamento, e que a comunicação social deve ser feita a comunidade, não só sobre a obra, mas sobre todo o projeto. (Informação verbal).

O INCRA constitui um importante órgão no processo de acompanhamentos do desenrolar dos fatos em Juruti, mesmo território não tendo a “tradição em registrar assassinatos motivados pela posse da terra”. “O primeiro registro com o assassinato foi do trabalhador rural Jurandir Soares Nunes, da comunidade de São Francisco do Aruã, em Janeiro de 2011” (LOPES, 2012, p. 101). Acerca de tal fatalidade:

[...] a intensificação dos problemas vinculados à estrutura fundiária influiu recentemente com o processo de expansão da fronteira capitaneada pela atividade madeireira, cujo objetivo é incorporar terra para futura expansão do cultivo de grãos, bastante difundido nos municípios vizinhos de Santarém e Belterra, e o interesse minerário, presente desde os anos 1970, mas que somente em 2006, com o projeto da ALCOA, passou de fato a ser instalado.

No âmbito da estrutura fundiária, o território de Juruti possui dois projetos de assentamentos (PA) e seis projetos agroextrativistas, que representa uma área de 29,35% do município, sob a responsabilidade do INCRA. Isso equivale a uma área de 243.725 hectares, capaz de beneficiar 3.578 unidades da agricultura familiar (INCRA, 2011). Segundo Lopes (2012, p. 101), tal porcentagem de área federalizada pode beneficiar “17.890 pessoas

(multiplicado pela média de cinco membros por família), compreendendo a 37,96% da população total do município”.

Existem ainda em Juruti, duas unidades de Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX), criadas pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), com área de 128.977 hectares, correspondendo a 15,53% da área total do município, “com capacidade para 1.813 unidades agrícolas familiares (ITERPA, 2010) ou 9.065 pessoas (multiplicado pela média de cinco membros por família), representando 19,23% da população total do município (LOPES, 2012, p.101)”. Sendo assim, federais e estaduais juntos correspondem a 44,88% da área total do município de Juruti e 57,19% de sua população total.

Durante a gestão do Partido dos Trabalhadores, houve uma maior presença das instituições federais, depois a dos Estados com a ascensão do mesmo partido ao governo Estadual. Um indicador para mensurar o impacto dessa presença pode ser o número de assentamentos e terras tituladas. Os números superam proporcionalmente a criação de assentamentos em diversos territórios federais e estaduais, incluindo os de intensos conflitos pela posse da terra, como o sul do Pará, onde os conflitos por terras são evidentes e com fortes repercussões na mídia nacional.

Quadro 16 - Linha do tempo – PA e PAE nos municípios de Juruti/PA

Nome	Ano	Área (há)	U.F	Governo
PA Socó I	1997	23.700	250	Governo do PSDB
PA Nova Esperança	1998	3.574	90	
PAE Valha-me Deus	2006	5.100	200	Governo do PT
PAE Santa Rita	2006	12.700	150	
PAE Balaio	2006	21.000	210	
PAE Parana dona Rosa	2006	23.800	330	
PAE Salé	2006	44.300	350	
PAE Juruti velho	2005	109.551	1.998	

Fonte: Portarias do INCRA (1997, 1998, 2005 e 2006).

A construção de uma linha do tempo mostra que durante o governo do PSDB foram assentadas 340 famílias em uma área de 27.274 hectares. Cabe lembrar que esse primeiro governo federal estava sobre forte pressão dos movimentos sociais, por crimes que marcaram a sociedade, como a massacre de Eldorado⁶⁶. No governo do PT, foram criado seis Projetos Agroextrativistas em 2005 e 2006, numa área de 216.451 hectares para 3.238 familiares.

⁶⁶ No primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), devido os altos índices de ocupações de terras, dos Massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, da Marcha Nacional pela Reforma Agrária, da diminuição do preço da terra, entre outros elementos, o número de assentamentos rurais criados aumentou significativamente quando comparados ao governo Fernando

O governo estadual administrado pelo Partido dos Trabalhadores no Estado do Pará criou dois projetos estaduais agroextrativistas, com portaria assinada no último ano de seu governo.

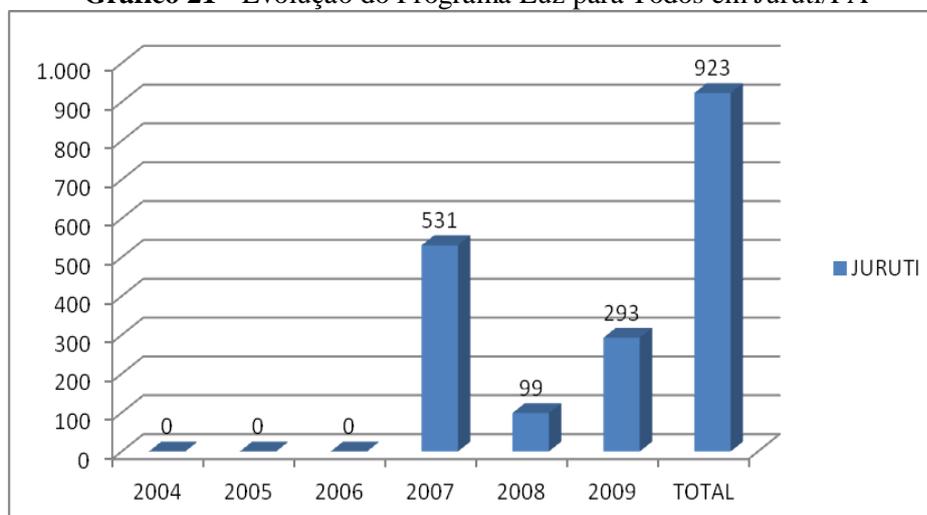
Quadro 17 - Linha do tempo – Projetos estaduais agroextrativistas municípios de Juruti/PA

Nome	Ano	Portaria	Área (há)	U.F
Curumucuri	2010	Portaria nº 913/2010	123.331	1.762
Prudente-Monte Sinai	2010	Decreto nº 2.295	5.646	51
Total				1.813

Fonte: ITERPA (2010). Adaptado por Lopes (2012, p.106).

Outro programa implementado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi o Programa Bolsa Verde, inicialmente para 69 assentados como parte do Plano Brasil sem Miséria. Esse programa repassou R\$ 300 trimestralmente, por meio do mesmo cartão da Bolsa Família durante dois anos, com possibilidade de prorrogação. Além desse programa, o PAE Juruti, com prioridade, foi atendido com o programa Luz para Todos a partir de 2007, como mostra o gráfico, abaixo.

Gráfico 21 - Evolução do Programa Luz para Todos em Juruti/PA



Fonte: MME (2010). Programa Luz para todos. Adaptado pelo autor.

Em 2007, a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária entregou bens de primeira necessidade para famílias do Projeto Agroextrativista (PAE) Juruti Velha. Tal ação foi possível através da aquisição feita por meio

Collor de Melo/Itamar Franco. No segundo mandato (1999-2002), além da criminalização das ações dos movimentos socioterritoriais, FHC criou a medida que impedia a vistoria de áreas passíveis de desapropriação por dois anos quando ocupadas por famílias sem-terra e, ainda, executou por meio do Banco Mundial (BIRD) a reforma agrária de mercado, mercantilizando o acesso a terra.

do Crédito Instalação, na modalidade Apoio Inicial, para 1.314 famílias — um investimento correspondente a R\$ 3,15 milhões⁶⁷.

O repasse de crédito ao PAE Juruti Velho foi feito numa modalidade que as famílias não precisam pagar. Desde forma, os recursos deveriam servir para aquisição de equipamentos voltados a incentivar as atividades produtivas no assentamento, como a produção de mandioca. Segundo informações, a demanda total do PAE Juruti Velho é de 1.993 famílias, para as quais os recursos, que totalizam R\$ 4,78 milhões, já estão depositados na conta da associação representativa do assentamento.

O INCRA apoiou a aquisição de 749 motores rabetas, o que acelerava a comunicação e o deslocamento das comunidades. Para um dos moradores, a rabeta significou a redução da distância entre as comunidades e sede, pois “antes para fazer uma viagem, era uma dificuldade. Ir em Juruti, remando, é um dia inteiro, ida e volta. Com o motor e a rabeta, serão oito horas, ida e volta” (Depoimento de João Maria, membro da comunidade, em 2012).

Para o superintendente do INCRA⁶⁸, na época, garantir o acesso de serviços e políticas aos assentados do PAE Juruti Velho significava fortalecer “a luta do povo de Juruti, garantindo a eles o direito legítimo de ter a propriedade da terra”.

Nos programas desenvolvidos pelo INCRA, junto ao PAE Juruti Velho, evidenciam-se a intensa participação das instituições governamentais durante o processo, e resposta à pressão organizativa das comunidades. O Deputado Federal Claudio Puty (PT/PA), em relato realizado na Câmara Federal, em 2011, disse que as ações do INCRA possibilitaram um novo patamar para as comunidades negociarem junto à ALCOA:

Em novembro de 2005, o INCRA, por meio de sua Superintendência Regional do Oeste do Pará, resolveu criar o Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE Juruti Velho, após constantes pressões da ACORJUVE. E, com a interveniência dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, reconheceu que o território do PAE Juruti Velho sempre foi habitado, há séculos, por moradores tradicionais de descendência do povo mundurucu. Essa nova situação fundiária possibilitou aos moradores tradicionais do PAE Juruti Velho exigir da ALCOA, do INCRA e do Estado do Pará o cumprimento da legislação minerária, agrária e ambiental em consonância com os fundamentos da Constituição brasileira e de acordo com os princípios e diretrizes do Decreto 6.040/2009 (Política Nacional dos

⁶⁷ Essa solenidade contou com participação do superintendente regional do INCRA, na época, em Santarém, Pedro Aquino de Santana; os secretários do governo do estado do Pará André Farias, da Integração Regional, e Carlos Guedes, do Planejamento Participativo, Orçamento e Gestão (ex-delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário no estado); o prefeito de Juruti, Henrique Gomes; o presidente da associação do assentamento, Geordonor Santos, dentre outras lideranças locais.

⁶⁸ Nesse período, o Superintendente do INCRA era o Sr. Pedro Aquino de Santana.

Povos e Comunidades Tradicionais) e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Observe-se que neste momento a ALCOA já detinha a LP e a LI e começava concretamente, e numa velocidade desenfreada, as construções das estruturas necessárias à exploração da bauxita na mina de Juruti Velho: porto, rodovia, ferrovia, adutora e base de lavra no Platô Capiiranga, entre outros. (informação verbal).

Em seu relato, o deputado evidencia a predisposição do INCRA em atender a solicitação das comunidades, servindo como um órgão que recebe as denúncias e encaminha soluções:

Em 2007, vários moradores tradicionais das comunidades Capiiranga e Pau D'Arco informaram a ACORJUVE que trabalhadores da ALCOA estavam invadindo parte das áreas destas comunidades, fazendo acessos e outras obras. A ACORJUVE então denunciou ao INCRA, que determinou uma equipe de técnicos e peritos para o local, solicitando a ALCOA informações sobre a denúncia formulada. A ALCOA negou estar fazendo qualquer obra, serviço ou atividade na área das comunidades inseridas no PAE Juruti Velho. Por sua vez, os técnicos e peritos do INCRA produziram um relatório técnico de campo onde constataram efetivamente que todas as supressões de vegetação para construção das instalações da base Capiiranga estavam inseridas no território do PAE Juruti Velho, apresentando, inclusive, um estudo de perdas e danos relativos à vegetação suprimida. (informação verbal).

A maior contribuição do INCRA aos comunitários de Juruti foi, no segundo semestre de 2009, a titulação do PAE Juruti Velho, criado em 2005, firmando com a ACORJUVE um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) de caráter perpétuo. A Cláusula Vigésima Quarta, mostra a importância de tal ato, quando afirma que:

A presente concessão de direito real de uso é instrumento jurídico de titulação que garante às unidades familiares tradicionais e aos beneficiários do PAE Juruti Velho a regularização fundiária e o ordenamento territorial das comunidades tradicionais da região de Juruti Velho, conferindo-lhes direitos estáveis, como os decorrentes da implantação de projetos de mineração no território destinado ao PAE, tais como: indenização por danos e prejuízos causados e a causar, renda pela ocupação do território e participação nos resultados da lavra'. (informação verbal).

A criação do PAE, uma luta histórica das comunidades, garante definitivamente que a ALCOA pague a participação nos resultados da lavra, reconhecendo o legítimo direito de propriedade agrária das comunidades tradicionais da região representadas pela ACORJUVE.

Para as lideranças de Juruti, a presença do Governo do PT possibilitou um diálogo mais aberto com as instituições federais e estaduais da comunidade, e a garantir de muitas de suas reivindicações, como a titulação de terra, acesso à política pública e outros. Para as

comunidades, tais conquistas representavam a garantia do território, enquanto espaço vital para sua reprodução, e também a possibilidade de contrapor os interesses e pressão de grupos econômicos como madeireiros, mineradores e outros.

Entre as comprovações de uma forte relação do INCRA com a luta e a resistência das comunidades de Juruti, foi produzida uma película que mostra a forma como as comunidades se organizaram e resistiram à ALCOA. Na opinião de um comunitário, “ao INCRA coube a mediação entre a comunidade e a empresa, fazendo com que” a multinacional pagasse “aos moradores royalties sobre o direito de lavra e a indenização sobre danos causados”.

Para as lideranças de Juruti, a presença do Governo do PT possibilitou um diálogo mais aberto com as instituições federais e estaduais da comunidade, e a garantia de muitas de suas reivindicações, com a titulação da terra, acesso a políticas públicas e outros. Para as comunidades, tais conquistas representavam a garantia do território, enquanto espaço vital para sua reprodução, e também a possibilidade de contraposição aos interesses e pressão de grupos econômicos, como madeireiros, mineradores e outros.

Figura 1 - Lançamento do Filme Juruti Velho



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e INCRA (2012).

Nas conversas com lideranças, muitas vezes, foram feitas referências aos órgãos governamentais, como parceiros, assessores, pessoas que poderiam contribuir para as comunidades alcançarem suas reivindicações. Tais aspectos fortaleceram a perspectiva e a presença do Partido dos Trabalhadores, com forte enraizamento, devido a toda a sua história de relação com organizações sindicais, pastorais e sociais, o que possibilitou uma acessibilidade capaz de contribuir com as demandas comunitárias.

5.1.3 A Contribuição da Igreja Católica para formação da resistência em Juruti

A relação histórica da Igreja Católica no território de Juruti remete aos anos de 1818, ainda com a existência dos índios Mundurucu, no lago Juruti (hoje Lago de Juruti Velho), batizada com o nome de Muirapinima. A igreja estava sob a direção de um missionário com todos os poderes paroquiais e foi erguida pelos índios em 1832 e sucessivamente ganhou o *status* de paróquia, com a primeira festa da padroeira Nossa Senhora da Saúde, realizada em 1833. Em nosso levantamento histórico, há um relato de Dom José Afonso de Moraes Torres⁶⁹, de sua visita pastoral pelo Baixo-Amazonas:

23 de novembro de 1846. Partimos de Santarém. Chegamos pelas onze horas da noite chegando a uma capela chamada a Maracá-Açu. 25 de novembro fomos dentro do Lago Juruti, onde existe uma freguesia nova. Fomos recebidos no dia 26 conduzidos a uma casa que se preparou durante a noite. A igreja Matriz dedicada a Senhora da Saúde é pequena e não estava acabada. Foi filial da matriz da vila de Faro. A povoação está colocada em uma das margens do Lago Juruti, que fica pouco distante do Amazonas. Os habitantes quase todos são índios que se empregam em colher e fabricar o guaraná. Preguei aqui em frase acomodada ao auditório composto de índios ainda mal civilizados e que pouco entendem da nossa língua, depois que subiu ao púlpito o vigário geral, e lhes pregou na língua geral indígena. Crismei trezentos e tantas pessoas, tive ocasião de conversar com vários índios Mundurucu e significar-lhes o desejo que tinha de ver aldeados todos os seus companheiros, que ainda existiam nas brenhas. Eles se mostraram dispostos ao irem ao mato dar notícias da nossa viagem pelo Amazonas e das nossas intenções a seu respeito. Dia 30 partimos acompanhados de 46 canoas em que vinham os índios cantando os versos que costumamos ensinar ao povo em todas as freguesias e que se cantam no fim do sermão. Seguiram-nos desde as quatro horas da tarde até alta hora da noite, quando se despediram de nós, voltando todos recompensados com rosários, verônicas e outros objetos de devoção que muito apreciam, e nós seguimos a nossa viagem, com a canoa cheia de frutas, ovos, galinhas etc.

No decorrer da história, o povoado indígena sofreu extinção, com os diversos processos de guerras e ações do Estado português e brasileiro, como também da própria igreja. O sistema indígena enraizou nas comunidades hábitos alimentares, convivências comunitárias e formas de se relacionar com a natureza.

⁶⁹ Bispo da Diocese de Santarém.

paroquial, as ações litúrgicas, a catequese renovada, a formação do clero em Institutos Pastorais em conjunto com o laicato.

Na Amazônia, a Igreja se volta para os problemas regionais, resultado de uma política governamental de exploração de recursos naturais, objetivos da ditadura militar, que pensa o “uso do território” para o desenvolvimento, o progresso a partir de empreendimentos econômicos, que começaram a causar novos problemas sociais. É um tempo de Igreja que acompanha os processos de organização da vida cotidiana dos trabalhadores rurais, “que são subordinados nos processos de expropriação, fragmentação e apropriação do território pelo capital” (SCHREINER, 2002, p. 12-13). A comunidade e os trabalhadores, motivados pelos referenciais político-religiosos da Teologia da Libertação, mediados em particular pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), são levados a traduzir seus próprios valores em movimentos que se caracterizam como resistência transformadora, com repercussões para além do espaço local.

A contribuição das Franciscanas, com a formação e organização das comunidades, teve como matriz teórica alguns documentos produzidos a refletir a realidade amazônica. No âmbito histórico, a realização dos encontros dos Bispos da Amazônia, em Santarém (1972) e em Manaus (1974), sinalizou a mudança eclesial na Amazônia. Segundo Arenz (2000, p. 73), esses encontros marcaram a unificação das ações em todas as regiões, com forte foco em ações sociais, em que os prelados fizeram uma análise sociológica da realidade regional:

[...] articularam a partir dela uma ação pastoral renovada, tendo como eixos a ‘encarnação na realidade’ e a ‘evangelização libertadora’. As linhas prioritárias urgentes foram estabelecidas: a formação de agentes de pastorais, comunidade eclesiais de base, pastoral indígenas, realidade das estradas e ‘outras frentes pioneiras’ e, finalmente, a pastoral de juventude.

através de seus movimentos de base, teria possibilitado locais de reflexão e produção de consciência política. A teologia da libertação seria, dessa forma, “*uma tentativa de leitura desses sinais dos tempos, reflexão crítica à Luz da Palavra de Deus*”. Boff, citado por Lowy (2000, p. 56) define a teologia da libertação dizendo que “*é ao mesmo tempo, reflexo de uma práxis anterior e uma reflexão sobre essa práxis*”. A definição para TL mais utilizada pelos teólogos parte da obra clássica de Gutierrez, em resumo, *é uma reflexão crítica sobre a práxis*. Essa reflexão começa com uma crítica ao conceito de *pobre* e de *pobreza*, pregado pela Igreja aos seus fiéis. O pobre deixa de ser visto individualmente (como infeliz, sofredor, pobre de espírito) e passa a pertencer a uma coletividade social (os oprimidos, empobrecidos pelo sistema), superando assim, a filosofia personalista. Para o teólogo, o “*complexo mundo do pobre não inclui só o socioeconômico, mas uma forma (modo) de viver*”. Para Gutierrez (1983, p. 217), a pobreza significa “a morte física, cultural e mental da maior parte do povo de Deus e, os que se apropriam da riqueza o fizeram à custa da pobreza de muitos. Assim, a atitude cristã é compreender, denunciar, criticar e transformar essa situação presente na vida de todos os despossuídos do continente”.

Em Juruti, as Irmãs Franciscanas adotaram a pedagogia popular e a teologia da libertação, e desenvolveram o trabalho junto à comunidade com a realização de vários cursos, seminários, fóruns e intercâmbio com outras comunidades que tinha como perspectiva a formação de uma consciência política, assim como, estabelecer cooperação voltada a desenvolver e transformar a realidade social, econômica e política, e também, criar consciência política dos líderes. Em entrevista, o Padre José Paulo (em 18/09/2010) fez questão de afirmar o seu papel de conectar a questão religiosa e a organização das comunidades a uma nova visão capaz de superar a cultura do silêncio e da dominação:

a minha participação foi principalmente na questão da formação, nós trabalhamos os processos formativos ligados à questão da liturgia. Na questão da bíblia, mas também na própria organização do povo, como o povo deve se organizar [...]. A sua consciência crítica [...] Sua consciência cidadã[...] Então nesse sentido nós trabalhamos muito na formação e no acompanhamento das comunidades [...] E a associação tivemos [...] Lá tivemos participação nas reuniões das associações [...] Onde também eram ouvidas as nossas opiniões; Escutávamos as opiniões e colaborávamos com as decisões da entidade [...].

Entre os depoimentos de lideranças, agentes públicos e pesquisadores que atuam em Juruti a contribuição da Igreja Católica, por meio, da Congregação das Irmãs Franciscanas de Maristella⁷¹, foi fundamental para o avanço organizativo das comunidades. Para Lopes (2012), as Irmãs Franciscanas prestaram serviram como apoio “intelectual”, com ampla contribuição na formação e organização das comunidades.

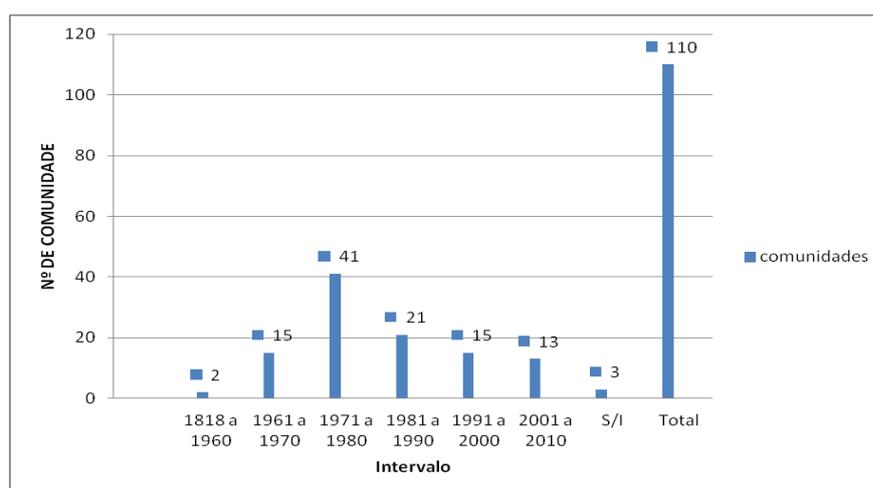
Para Mata (2004, p. 9-12), as consequências de uma leitura a partir das comunidades produz um contato dos agentes de pastorais, como padres, freiras e leigos com o empobrecimento, violência, expulsos de terras, inchaço urbano e, principalmente, os problemas sociais e econômicos, que as dioceses e as prelazias buscaram construir, intervenção voltada a solucionar tais problemas. É nesse contexto que a Igreja busca se relacionar e fortalecer os sindicatos, os movimentos sociais, os partidos de esquerda que

⁷¹ As missionárias das Irmãs Franciscanas de Maristella são fruto de conjuntura da Igreja Católica que iniciou na América Latina na década de 1950, fortemente influenciada pelas teorias desenvolvimentistas, principalmente a ação católica, com a concepção que os problemas socioeconômicos como passíveis de serem resolvidos mediante o “desenvolvimento” e o progresso econômico dos países. Tem-se a I Conferência Geral Episcopal Latino-americano no Rio de Janeiro em 1955; a criação da CNBB (1952); a criação da Confederação de Religiosos da América Latina em 1958 e, a convocação do Concílio Vaticano II (1962-1965). Tudo isso haveria criado uma infraestrutura que auxiliaria no desenvolvimento da futura renovação da Igreja no continente, por meio de uma nova abordagem dos problemas sociais e da própria teologia.

resultam em “um Tempo de Igreja denominado de libertador e, que em alguns locais têm resquícios até hoje”.

As mudanças em decorrência da concepção pastoral implementada a partir da década de 1970 têm por objetivo, a festa dos padroeiros e a realização de batizados e demais sacramentos. Por ocasião da visita do padre, elas transformaram-se em comunidades eclesiais de base em paróquias, com atividade própria com caráter religioso e social. Em Juruti, atualmente, são cento e doze (112) comunidades com dinâmicas organizativas descentralizadas em uma estrutura de 16 áreas, o que facilita a comunicação e mobilização no território. É a partir deste período que as comunidades religiosas em Juruti crescem em ritmo acelerado, período que coincide com a chegada das Irmãs Franciscanas de Maristella no território, o que mostra a disposição em visitar e acompanhar a formação e organização das comunidades rurais pelas missionárias.

Gráfico 22 - Evolução da organização da comunidade em Juruti (1818 a 2010)



Fonte: Paróquia São João Batista de Juruti. (2013). Adaptado pelo autor.

Cabe ressaltar que a fundação de comunidade exigia aos leigos o papel de animar e organizar a comunidade, já que os padres e as próprias irmãs tinham que assumir diversas ações em muitas comunidades, além do trabalho social desenvolvido no posto de saúde e na escola. Os relatos mostram a contribuições das Irmãs Franciscanas de Maristella nas mais diferentes dimensões. Um dos primeiros relatos apresenta as religiosas na assistência social, atuando no Ambulatório, diante da dificuldade de médico permanente em Juruti. Uma ação lembrada no campo da assistência foi o incentivo, pela Irmã Germana, na formação de parteiras.

Outro aspecto lembrado é a construção de casas populares. Em sua memória, o ex-prefeito de Juruti, Henrique Costa, do PT, diz que foi por meio da Irmã Brunhilde que teve

acesso à sua primeira casa. A Irmã Brunhilde tinha um trabalho com a associação “União e Progresso” (informação verbal) e assumiu esta missão. Todas as casas eram construídas em regime de mutirão, com objetivo de fomentar a solidariedade no município; segundo relatos, isto sem receber verbas de qualquer entidade, adquirindo os recursos necessários pela plantação de roças e por outras atividades.

A presença das franciscanas junto às comunidades, principalmente diante das dificuldades, é lembrada pelo Padre José Paulo, pároco da Paróquia de Juruti:

[...] eu vejo que as comunidade sempre lutaram, por exemplo, ainda me lembro que a estrada do São Benedito como foi chamada, ela foi feita com a presença das irmãs. A Irmã Brunildes que fiz a estrada, a enxada e enxadeco quando destroncava os troncos de pau pra poder eles abrirem a estrada [...] porque o prefeito naquela época em Juruti não apoiava o movimentos dos trabalhadores [...] então [...] o que foi que aconteceu, o povo lutou muito, abriu estradas.

O trabalho das Irmãs Franciscanas de Maristella tinha com foco resgatar um patamar de dignidade dos moradores de Juruti. Um projeto muito mencionado entre as lideranças como é o projeto Casulo, voltado ao Jardim de Infância, coordenado pela Irmã Brunhilde com pedagogia própria. Tal projeto continua hoje sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Juruti.

Junto ao trabalho de assistência social, as freiras devolveram um conjunto de ações políticas com o incentivo à sindicalização. O sindicato significava o início da luta contra a exploração Madeireira, assim como trabalhar a questão da terra, principalmente a busca da titulação definitiva. Para construção do sindicato, as Franciscanas contribuíram com recursos e apoio para a participação de lideranças comunitárias em reuniões em Santarém e Belém, com a formação nas comunidades local. O trabalho em Juruti das Franciscanas fazia parte de um contexto no qual o papel de agentes eclesiais foi fundamental para a construção de instrumentos políticos como o sindicato, o partido, as associações entre outros. Petit (1996, p. 222), ao reconstruir a trajetória dos Partidos do Trabalho no Estado do Pará, faz referência à figura do Padre Giulio, de Gurupá⁷², primeiro município onde venceu um candidato do PT à prefeitura em toda a Amazônia⁷³:

⁷² O município de Gurupá está situado no estuário do Rio Amazonas, na chamada “Região das Ilhas”, no estado do Pará. Conta com uma população de 25.338 habitantes dos quais 71,5% ainda residem no meio rural, dedicando-se principalmente a atividades como pesca artesanal, extrativismo e agricultura de subsistência.

⁷³ Manoel Moacir Gonçalves Alho, primeiro prefeito eleito de Gurupá pelo PT, em 1992. Gurupá foi a primeira prefeitura na região Amazônica a ser governado pelo Partido dos Trabalhadores.

Partidário da Teologia da libertação, o padre Giulio orientou a sua prática pastoral a favor das classes populares e começou a fundar as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS's) na cidade e em quase todas as comunidades rurais. [...] As sessenta CEB's que existiam em 1981 converteram-se nas sementes da organização dos trabalhadores rurais contra a direção "pelega" do STR e da criação do partido do padre, ou Partido da Igreja, como muitos gurupaenses denominavam inicialmente o PT.

Em relação ao período em que as comunidades se organizaram com objetivo de incidir sobre a ALCOA, a Igreja é retratada como um espaço onde se formula propostas de ação voltadas à ação coletiva:

Liderança: [...] a gente não era respeitado pela ALCOA. Quando eles chegaram aqui em 2000, corriam de alto a baixo [...]. Em reunião da Igreja (Católica) foi decidido verificar o que o pessoal queria aí [...]. Se não me engano, em 18 de fevereiro de 2001 ou 2002 mandamos ofício em nome da Omnia Minérios. Veio um cidadão que representava a Omnia Minérios, um da ALCOA na pessoa do Charles [Charles Ferreira – então Superintendente de Meio Ambiente da ALCOA em Juruti] e a Senior [Senior Engenharia], que prestava serviço para eles. O assunto foi o que eles estavam fazendo aqui? Quem eram eles? Aí eles foram se identificar [...], explicar que o interesse deles era minerar, exploração de bauxita, que eles não queriam nada do que estava em cima da terra [...] Aí eu disse, mas me diga uma coisa, pra vocês chegarem lá onde vocês querem [...] vocês têm que esculhambar tudinho aqui o solo [...], então vocês vão fazer um dano perigoso aí pra nós [...]. O temor que eu tenho aqui é de vocês expulsarem todos esses ribeirinhos daí⁷⁴.

A atitude da Irmã Bruhilde marca o início de uma forma de se relacionar com as comunidades na busca de despertar nas mesmas o espírito participativo e a atitude de protagonistas. O papel de congregação foi o de ajudar a compreender o momento e ajudar a organizar, como relata Lopes (2012, p. 205):

Muito antes da chegada da mineradora ALCOA, disputas já ocorriam entre as comunidades do lago Juruti Velho e madeireiros provenientes de fora da região, aliados a alguns indivíduos da cidade de Juruti e das próprias comunidades do lago Juruti Velho. Alguns comunitários viam a oportunidade de ganhar algum dinheiro produzindo prejuízos aos demais, mas a maioria, indignada, passou a se organizar com a ajuda das irmãs franciscanas de Maristella, residentes na Vila de Muirapinima.

⁷⁴ Entrevista realizada pelo pesquisador na Vila Muirapinima, Juruti-PA, no dia 17 de junho de 2011.

Na constituição da luta, a comunidade lembra a participação das irmãs junto aos momentos de mutirão, de organização e mobilização, sempre como aquelas que apoiam as comunidades.

Liderança: A madeira saía pelo lago, de balsa ou jangada. A nossa luta, através da Igreja Católica, mostrou que nós não somos bobos assim [...]. Em 1999 pra 2000, estavam fazendo uma limpeza (puxirum), e vinha passando uma balsa e um barco cheios de pau-rosa. Aí eles partiram para cima, tomaram a jangada e detiveram o barco que vinha com não sei quantas toneladas de pau-rosa levando pra Parintins, no Estado do Amazonas. Aí foi começando a briga [...].

Pesquisador: E depois que prenderam essa balsa?

Liderança: [...] Aí que foi o negócio [...]. Quando ia saindo uma balsa a gente corria lá com a irmã (Bruhilde). A gente já tinha negociado um barco [...]. A gente corria pra lá, batia foto, mas nada dava [...]. Então aquilo morria ali. Esse era o negócio. Quando foi um dia, eu já estava indignado e disse pro fiscal do IBAMA de Oriximiná que eu ia tomar todas as providências e não sabia como ia ficar. Aí eu comecei a mexer com o IBAMA de Santarém [...]. Então o cara chegou a me diz: “Não adianta vocês brigarem aqui por causa de madeira” [...]. Foi muito difícil [...]. (informação verbal).

Agente se mobilizava em barcos e canoas, dormimos nas praias dos rios, junto com as irmãs, esperando as balsas cheias de madeiras passarem. Não sei nem como fazíamos isso, mas fazíamos, saltávamos pra dentro das Balsas e dos rebocadores com terçados e enxadas nas mãos, a gente ameaçava os peões e os pilotos, e eles não tinham outra alternativa a não ser desatracar a carga de madeira, e os homens só vinham nos ajudar depois que viam que a gente tava lá correndo perigo [...]. (CASTRO, 2010, p. 104).

Na verdade, a presença da Igreja Católica é bem mais antiga e influente na história do território de Juruti e tem a ver com o processo de colonização da Amazônia. A Igreja Católica abrigou os trabalhadores em luta, como uma Igreja de caráter humanitário que se mostrou há muito tempo envolvida nas questões sociais. O engajamento microscópico dos militantes das organizações de base da chamada igreja progressista, que, nas suas lutas pela transformação total da sociedade, desenvolve um grande trabalho de mobilização e organização social em todo o território de Juruti.

A escola eu não consegui acabar. Parei porque optei. Para poder ajudar em casa. Todo dia eu tinha que sair para o mato para derrubar um pau para fazer banco para a gente vender. Então colocar numa canoa e sair vendendo nas comunidades, trocando por farinha. Essa farinha a gente pegava no fim de semana e vendia no comércio, trocava por mercadoria. Assim eu cresci, quando um belo dia a irmã Brunildes me chamou para dar curso de Liturgia. Eu achei que a gente deveria organizar o povo aqui dentro. Começamos a fazer com as irmãs as reuniões nas comunidades. Ela já veio pregando uma mensagem de que a gente tinha que lutar para que essas terras fossem legalizadas. O primeiro enfrentamento que nós fizemos foi segurar uma

jangada com 124 toras de madeira. E a gente segurou. Foi nessa primeira luta que a gente descobriu o que tinha por trás dessa região aqui com a **questão das terras**⁷⁵ (PROJETO MEMÓRIA, 2011, p. 38).

Portanto, a compreensão do processo de mobilização requer a investigação sobre o ‘sujeito’ que atua nas dimensões política e religiosa, sendo que ao mesmo tempo se constitui nesta combinação e a reproduz. Isso significa que é imprescindível estudar estes militantes que estão entre o profano e o sagrado. Este estudo deve buscar na história recente os sinais da sua constituição e observar no presente os mecanismos que ainda operam na sua formação.

O ideário que moveu a vinculação das Irmãs Franciscanas de Maristella pode ser caracterizado como comunitário; é evidente que tal ideário, segundo Polleto (2010, p. 15), não buscava “a comunidade de outros tempos, é claro, mesmo se contará com a riqueza das experiências dos povos indígenas e outras comunidades tradicionais, que preservaram por milênios e séculos valores assentados na vida comunitária”. A busca desse ideário comunitário orientou ações, organizações e articulações políticas, sociais e mesmo religiosas. É nesse sentido, que a comunidade como utopia presente na ação das Irmãs Franciscanas de Maristella está relacionada à sensação de algo bom (BAUMAN, 2003, p. 7).

É esse sentimento que vai orientar a luta e o incentivo das comunidades frente ao advento da ALCOA no território. Tal sentimento vai impulsionar uma ação de reflexão dotada da necessidade das relações ancestrais com a terra e a natureza, numa perspectiva que “os humanos são parte dela e que só podem Bem Viver se ela estiver viva e for fonte permanente de vida; e sobre a necessidade de recriar a prática econômica e de intercâmbio de bens e serviços, reduzindo ao máximo o consumo de tudo que provoca aquecimento pela contaminação da atmosfera” (POLLETO, 2010, p. 15).

É nessa perspectiva que as comunidades tradicionais vêm sendo assumidas como prioridade em diversos segmentos da Igreja Católica, principalmente a partir de seus valores que questionam os “direitos estatal, centrado na defesa da propriedade privada e do livre mercado. A luta pela terra também não se esgota na conquista pura e simples da redistribuição da terra; ela deverá ser caminho para repensar o cultivo da terra, o tipo de produção e de comercialização, que será tanto mais possível quanto mais cooperativo for o trabalho e mais comunitária a convivência” (IDEM).

⁷⁵ Extratos da entrevista de Gerdeonor Pereira dos Santos, nascido em Vila Muirapinima, Juruti Velho - (PA), em 1973. Material constante no Projeto Memória (2011).

Fotografia 3 - Comunidade Maravilha



Fonte: Mauro Castro (2010, p. 26).

O ideário comunitário entre os seres humanos transcende as explicações da teoria econômica, dos jogos, onde o ser humano é visto apenas como um ser puramente racional, o que limita a busca pela solução dos chamados dilemas da ação coletiva. A capacidade de comunidade, de cooperar, é:

[...] constituída, fundamentalmente, pela capacidade que tem o ser humano de colaborar ou de cooperar com os outros seres humanos. Este último termo é melhor por ser mais abrangente: co-laborar evoca a noção de trabalho conjunto, enquanto co-operar se refere a quaisquer (oper)ações conjuntas, algumas delas fundamentais porquanto constitutivas do humano (FRANCO, 2001, p. 67).

Portanto, no campo histórico de constituição da resistência das comunidades de Juruti Velho, a congregação das Irmãs Franciscanas de Maristella foi capaz de fortalecer aspectos enraizados no território, como a relação de partilha, força coletiva e ampliação da rede social entre as comunidades.

O Povo vivia na coletividade aqui, era um povo solidário. O meu vizinho, se ele fosse pescar hoje e se eu não fosse amanhã, ele pegava o peixe e me dava, ele ia dando para os vizinhos também. Eram assim os mesmos costumes dos nossos antepassados, dos índios, no trabalho puxirum. Ninguém conhecia aqui o negócio de mutirão, isso é coisa lá do sul. No nosso linguajar aqui é puxirum. Meu objetivo sempre foi fazer uma massa, aglomerar o povo na educação, naquilo que nos interessava. Então, quando a Igreja começou a trabalhar na conscientização do povo, eu abracei essa luta. Nós saímos pras comunidades pra dizer: “Olha, vocês têm direito a isso, nós temos que trabalhar organizados”. Depois eu disse: “Agora eu vou conhecer as comunidades, o interior do meu Pará. E eu descobri um bocado. Descobri

muita sabedoria. Conhecimentos que eu herdei”⁷⁶ (PROJETO MEMÓRIA, 2011, p. 47).

Na trajetória da constituição de desenvolvimento das comunidades de Juruti Velho e a construção da resistência das comunidades seguiu um caminho que envolve diversos fatores, somando a assessoria intelectual da congregação das Irmãs Franciscanas de Maristella, numa lógica de reflexão planejada e pautada no método ver, julgar e agir muito presente nas reflexões da Igreja Católica⁷⁷.

A metodologia usada pelas Irmãs se baseia no método ver, julgar e agir através de reuniões comunitárias, de áreas e de polo; estudo, treinamentos e acompanhamento aos grupos, associações e comunidades na Região de Juruti Velho e na área do planalto de Juruti. Conscientização da população da Região de Juruti Velho, principalmente a respeito da preservação das Florestas Tropicais, dos lagos e nascentes, contra a exploração e desmatamento desordenado e predatório pelas Empresas de Mineração (ALCOA), Sojeiros e Madeireiros, queimadas, pesca predatória (Entrevista Irmã Fátima, em 12/09 2010).

Os relatos das missionárias mostram os intensos trabalhos de formação e diálogo com as comunidades. Nos relatos fica evidente a presença, a capacitação e o incentivo da comunidade e, também, a realização de encontro de lideranças no território. A igreja Católica apoiou a realização de seminário e articulação junto a outras comunidades, que vivenciaram ou vivenciam a presença de grandes projetos, como é o caso das comunidades de Barcarena, município ao sudoeste de Belém, capital do Estado do Pará. Uma das irmãs franciscanas relatou a contribuição para enviar uma delegação de lideranças para conhecer e conversar com as comunidades de Barcarena, atingidas pela Albrás. Segundo a missionária, a visita serviu

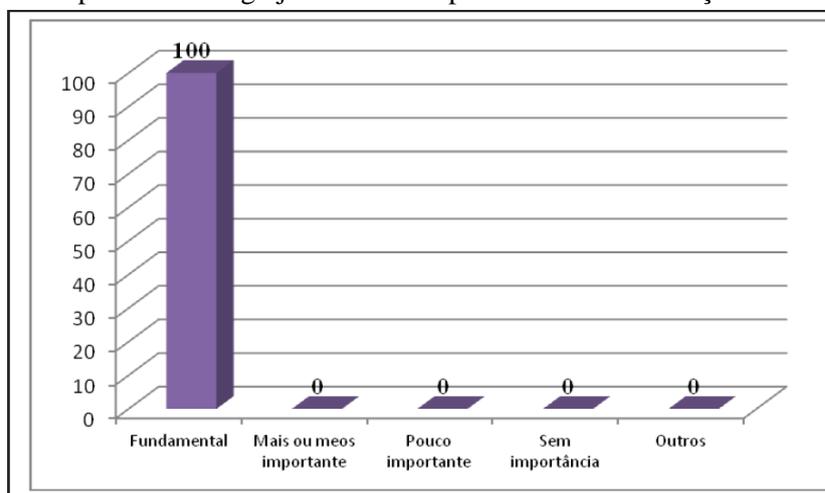
⁷⁶ Extratos da entrevista de Sebastião Soares (“Serique”), nascido na comunidade Boim, Juruti (PA), em 1943. Material constante no Projeto Memória (2011).

⁷⁷ O método ver, julgar e agir foi sistematizado pela cardeal Joseph Cardijn, fundador do movimento da Juventude Operária Cristã – JOC ao sugerir ao Papa João XXIII a publicação de uma Encíclica comemorativa ao 70º aniversário da *Rerum Novarum* do **Papa Leão XIII**. Proposta acatada pelo Papa, que solicitou a Cardijn que providenciasse um esboço das questões a serem abordadas na encíclica. Ele fez isso em um memorando de 20 páginas apresentado ao pontífice. A Encíclica *Mater et Magistra* apareceu pouco mais de um ano depois, a encíclica observava que, “para levar a realizações concretas os princípios e as diretrizes sociais, passa-se ordinariamente por três fases” (n. 235). Primeiro, o “estudo da situação” concreta, escreveu **João XXIII**. Em segundo lugar, a “apreciação da mesma à luz desses princípios e diretrizes”. Em terceiro, o “exame e determinação do que se pode e deve fazer para aplicar os princípios e as diretrizes à prática”. Esses “são os três momentos que habitualmente se exprimem com as palavras seguintes: ‘ver, julgar e agir’”, continuava a encíclica. O método ganhou o mundo e serviu como instrumento para milhares de reflexões e milhares de comunidade em todo o mundo, para surpresa de Cardijn, segundo **Comunidade Internacional Cardijn, M. J. Ruben**. (CARDIJN MOVEMENT NEWS, 2014).

para que as lideranças tivessem uma compreensão a partir de uma leitura de quem vivencia dia a dia as consequências de um grande projeto em território amazônico.

Em nossa opinião, a grande importância atribuída a Igreja Católica no decorrer do processo envolvendo a ALCOA e as comunidades de Juruti decorrem de sua capacidade de articular o local e global. Em entrevista com uma das Irmãs Franciscanas de Maristella, a mesma relatou que durante o processo, diversas vezes a Congregação acessou interlocutores na Europa por meio de carta de denúncia e abaixo assinado. Os encontros de pastorais realizados no âmbito regionais e nacional constantemente foram palcos de denúncias da situação das comunidades de Juruti, fomentando cartas e apoio externo.

Gráfico 23 - Importância da Igreja Católica no processo de Mobilização das Comunidades



Fonte: Pesquisa de campo (2013) Adaptado pelo autor.

Ao indagar as lideranças em como poderiam classificar a importância da Igreja Católica no processo de organização e incidência junto a ALCOA, a resposta de todos é: Fundamental. Acreditamos que a resposta é decorrente da história, do incentivo e da participação das Franciscanas nas lutas coletivas travadas pelas comunidades, principalmente pela facilidade de acesso às lideranças eclesiais, como é apresentado na pesquisa de campo, em que 73% das lideranças apresentam a Igreja Católica como uma instituição acessível às comunidades.

Já em relação às Igrejas Evangélicas, a percepção das lideranças é que as mesmas não foram atuantes no processo de mobilização, ou tiveram uma participação fraca. Entre as lideranças: 55% acham que as instituições evangélicas foram sem importância; 32%, pouco importante; 9%, mais ou menos importante; e 5%, fundamental. Esse aspecto pode estar relacionado à forma como a Igreja Evangélica se organiza no território e seus objetivos; isso faz com que 48% dos entrevistados considerem esse contato com outras organizações

inexistente; 29%, baixo; 24%, alto; e 0%, elevado. Os dados fazem uma avaliação de como a organização se comportou durante o processo de mobilização. Essa participação pode ser medida a partir da fala das lideranças nas audiências públicas para implantação do projeto, ocorridas no dia 20 de abril de 2005, em que houve a posição de um Pastor evangélico:

Sr. Nilton Vicente Bruce, da Assembleia de Deus de Juruti Velho, diz que como pastor em Juruti Velho, tem observado interesse desse empreendimento para a região que é carente e necessita de um projeto desta natureza e que se houver trabalho em parceria haverá desenvolvimento para o povo sofrido desta região. Diz ser conhecedor das manifestações para que esse projeto se instale em outros municípios, mas pede ao Ministério Público que pense no Povo.

É importante consideramos que a fala no pastor não significa que há uma posição hegemônica em suas instituições, porém representa a posição oficial da instituição. Numa aceitação a partir apenas de falas das autoridades e das empresas, os pastores criticam a posição do Ministério Público, uma das únicas vozes destoante nas audiências realizadas. Para as lideranças do território, a falta de envolvimento das Igrejas Evangélicas nas mobilizações está relacionada à “ausência de interesse social”, pois seu “trabalho está voltado apenas à salvação da alma, e não se envolvem com social”, “são muitos fechados”.

No âmbito da contribuição da Igreja Católica, por meio das Irmãs Franciscanas de Maristella, encontram-se inicialmente as ações de assistência, como garantia básica para as comunidades, como saúde, educação e moradia, além da assistência, presença e a formação, incluindo o incentivo à prática de mutirão e organização comunitária.

O incentivo à organização sindical e de associação fazem parte da ação desenvolvida pelas franciscanas. Esse incentivo inclui ajuda material e a ajuda intelectual a partir da reflexão conjunta com as comunidades. Sendo assim, a Igreja Católica foi fundamental para a institucionalização jurídica da identidade das comunidades de Juruti, pois contribuiu e as incentivou a fazerem parte de um contexto onde há pescadores artesanais, agricultores, ribeirinhos, quilombolas, moradores em unidades de conservação, extrativistas, sem falar nas comunidades indígenas, que cada vez mais “exibem variadas formas de cooperação, tradicionais e novas”. Para Maneschy; Maia e Conceição (2008, p. 86), estas comunidades fazem parte de um contexto marcado pela “difusão acelerada de uma forma específica, oficialmente privilegiada, de cooperação: a forma jurídica de ‘associação’”.

Um aspecto importante na ação das franciscanas é a inclusão das reivindicações das comunidades em suas redes, ou seja, a Igreja Católica possibilita que o mundo fique sabendo do que está ocorrendo em Juruti, por meio de carta enviada para a embaixada da Alemanha,

nos encontros regionais, nacionais e internacional das redes em grupos, em que há a atuação das Irmãs Franciscanas.

5.1.4 A Formação de um ator coletivo: Associação das Comunidades de Juruti Velho (ACORJUVE)

A posição e a contradição envolvendo as instituições maiores no território, principalmente o Sindicato e a Colônia dos Pescadores, entidades comunitárias com objetivo de representar os interesses relacionados à luta pelos direitos territoriais, levaram à formação de uma nova organização que realizasse o processo de luta, organização e negociação em nome das comunidades. É nesse contexto que surge a Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACORJUVE), uma associação com caráter supracomunitário, com a missão de representar, organizar e negociar em nome das comunidades tradicionais da PAE Juruti Velho. Uma “resistência pautada na afirmação da identidade e no uso coletivo dos recursos naturais” (SILVA, 2011, p. 2) As conquistas alcançadas pelo conjunto das organizações fez que a ACORJUVE, desde sua fundação em 2004, se constituísse como um das instituições com maior influência social, política e econômica do município de Juruti.

Diferente de outras regiões e comunidades da Amazônia, em Juruti a associação não está vinculada ao objetivo monetário, como expõe Maneschky; Maia e Conceição (2008, p. 86):

Um poderoso indutor da criação de associações formais nessa região tem sido o acesso ao crédito bancário. Dois terços das pesquisadas haviam-se constituído em função de um requisito das agências financiadoras, especialmente governamentais, como o Banco da Amazônia (BASA) e o Banco do Brasil, tendo em vista a obtenção de financiamento por meio de programas, como o Fundo Constitucional do Norte (FNO) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para agricultura, pecuária, extrativismo vegetal e animal (TURA, 2002). Em um dos municípios, esse requisito de estar em associação condicionou recentemente a cessão, mediante o fornecimento de combustível pela associação, de um trator repassado à prefeitura pelo PRONAF para uso por pequenos agricultores (MANESCHY; MAIA; CONCEIÇÃO, 2008, p. 89).

Assim se define a Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho, em documento protocolado em 22 de março de 2005, endereçado ao Secretário Executivo de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, dirigente dos trabalhos de Audiência Pública realizada em Juruti/PA, no dia 11 de março de 2005: “A ACORJUVE congrega mais de 1.500 associados, representando 45 comunidades, todas situadas na área de influência direta do

projeto ALCOA, ocupadas e habitadas imemorialmente por moradores nativos descendentes dos Muirapinimas e Munduruku”⁷⁸.

O objetivo do documento era solicitar uma audiência pública na “Vila Muirapinima, Centro Tabor, que comporta 1.500 pessoas, com total segurança e sem vaias”. Esse documento reforça a identidade de nativos, dizendo que “eles querem compreender os benefícios reais e os malefícios que virão” com os projetos conduzidos pela ALCOA. Na condição de “Nativos”, a ACORJUVE afirma que a “população nativa, que sempre viveu e vive da agricultura familiar, com base quase que exclusiva na pesca, plantação de mandioca e extração de produtos florestais. Assim, transformou o lugar habitado por meio do trabalho e apoiados por suas capacidades inventivas, adaptam espécies vegetais utilizando-se do saber tradicional” (PEREIRA; WITKOSKI, 2012, p. 227).

A condição de nativos ou tradição se expressa nos documentos da ACORJUVE e está alicerçada em uma concepção:

[...] tempo social e do tempo individual encontra explicações no cruzamento com o tempo da natureza: tempo de caçar, de pescar, de coletar, de *botar* roça. Encontramos, entre negros remanescentes de quilombos no rio Trombetas e camponeses de comunidades negras da região Bragantina, uma integração entre a vida econômica e social do grupo, em que o mundo do trabalho faz parte da cadeia de sociabilidade e a ela é indissociavelmente ligado. Facilitam encontros interfamiliares, realização de festas, perpetuação de rituais e outras modalidades de trocas não econômicas (CASTRO, 1999, p. 36).

Segundo o documento, para os “nativos” compreenderem o que vai acontecer com o território seria necessário “um grupo de estudiosos explicar com linguajar simples o conteúdo do RIMA para o nosso povo”.

Uma definição presente entre as lideranças das comunidades é que a ACORJUVE é uma associação de comunidades e não de indivíduos.

[...] porque é, porque é uma associação que não é uma associação comunitária, ela é associação de comunidades, então como ela tem são quarenta e três comunidades, a representatividade ficou diferente. Por isso que a sua estrutura de diretoria é uma estrutura diferenciada, que ao invés de ser o presidente, o secretário e o tesoureiro, nesse modelo de associação tem o diretor administrativo, o diretor financeiro, tem diretor de secretaria, tem diretor de assuntos jurídicos e meio ambiente, tem diretor de pesca, tem diretor da mulher, tem diretor da juventude. Então, assim, tem uma, uma *funcionabilidade* diferente da associação comunitária, não só pela

⁷⁸ O processo de constituição da ACORJUVE foi gestado durante todos os processos de mobilização, que iniciou a partir do ano de 2000 culminando com a sua fundação em 2004 em assembleia que reunia mais de 2 mil pessoas das 45 comunidades que compõe a associação.

quantidade, por ser uma associação de comunidade, mas pela dimensão do território que é e também pela quantidade de sócios que uma associação dessas acaba, eh!, Chamando pra si [...] (Sr. João Maria, representante de comunidade na Associação, 10/09 /2010). (informação verbal)

O ambiente organizativo constituído nas comunidades eclesiais serviu de base para a formação das Associações nas comunidades de Juruti Velho, que possui uma estrutura voltada a estimular a participação em conjunto das comunidades. Diante das distâncias, da fragilidade de comunicação, circulação das informações e locomoção de pessoas, a melhor forma de organização foi a constituição de polos englobando comunidades próximas. Esses polos realizam as discussões e apresentam propostas que depois vão ser submetidas às assembleias com representantes das comunidades.

A ACORJUVE se estrutura com reuniões nas comunidades, por áreas: Miri, Uxituba, Vila Muirapinima, Maravilha, Pompom, Galileia, Rio Mamuru; reuniões de diretores e conselheiros, assembleias de polos e assembleia geral e ou assembleias informativas quando há necessidade de repasses de informações e/ou consultar os moradores a respeito de determinadas questões (Assessoria da ACORJUVE. Entrevista em 11/01/2010).

A ACORJUVE teve forte influência da Igreja Católica, por meio das Irmãs Franciscanas de Maristella; essas influências contribuem muito para forma organizativa, a agregação de parceiros externos e a divulgação das lutas das comunidades fora do território.

Outra grande influência foi a via campesina, principalmente o movimento dos atingidos por barragens, no qual a ACORJUVE chegou a participar das reuniões e definições de estratégias coletivas. A busca de uma articulação maior com a via campesina está orientada pela conjuntura de resistência e embate com a institucionalidade, aspecto muito forte no sindicato e no Partido dos Trabalhadores.

O surgimento da ACORJUVE, com base na valorização da tradicionalidade, conjugada com a aprendizagem relacionada às organizações sociais, apoio de instituições como a igreja, faz com que as comunidades superem a invisibilidade, pois a “necessidade de reconhecimento formal de territórios como um problema a ser superado requer uma certa visibilidade” (SOUSA FILHO, 2013, p. 74). Com a visibilidade, essas comunidades assumem as condições para propor soluções aceitáveis para conjunto dos comunitários de Juruti. Sendo assim, para Sousa Filho, “a visibilidade do problema, para que seja reconhecido socialmente como tal, requer a ação e mobilização dos agentes sociais para que suas demandas despertem interesses, a ponto de torná-las dignas de atenção” (IDEM). Isso, as comunidades de Juruti

conseguiram fazer com grande propriedade, por meio de suas organizações e do conjunto de atores que estavam apoiando suas práticas.

5.1.5 Conquista das comunidades de Juruti

O fator inédito das conquistas alcançadas pelas comunidades de Juruti Velho está extremamente relacionado com a sua capacidade organizativa. Numa trajetória do processo envolvendo as comunidades e sua incidência sobre a ALCOA permite identificar esses aspectos.

O reconhecimento como comunidades repletas de tradicionalidade e de direitos ancestrais constitui a primeira grande conquista alcançada. A leitura dos documentos que estão relacionados às audiências públicas, voltadas para o debate sobre a instalação do empreendimento em Juruti mostra a invisibilidade dessas comunidades para as instituições estatais, pois nas três audiências, em Belém, Santarém e a última na cidade de Juruti, notamos que em nenhum momento foi chamado à mesa um representante das comunidades tradicionais.

Acerca das citadas audiências, as mesas foram compostas, restritamente, pelas empresas, representantes do governo estadual e alguns representantes da sociedade civil. Em um dado momento, o promotor Raimundo Moraes, representante do Ministério Público do Estado, resolveu dividir sua exposição com uma liderança da comunidade, no entanto a coordenação da mesa não aceitou, alegando que a estrutura da audiência previa a participação por meio de perguntas por escrito. Como consta na ata, o promotor Raimundo Moraes se manifestou da seguinte forma: “solicito ao presidente da mesa o direito de ceder parte de seu tempo para um representante da comunidade o que foi negado pelo Dr. Paulo Koury que diz não ser possível, pois cada um tem seu espaço de tempo assegurado pelas inscrições”. O promotor Raimundo Moraes diz que “não será isso que irá impedir que aquelas comunidades falem por que a quarta audiência pública em Juruti Velho foi a comunidade que requereu” (ATA AUDIENCIA PÚBLICA, 2005).

A perspectiva do Promotor era atingir as comunidades diretamente afetadas que estão a 45 km de cidade de Juruti. Essa audiência, esperada pelas comunidades de Juruti Velho e também pelo promotor Raimundo Moraes, não ocorreu, segundo o Secretário da SECTAM, na época, o Dr. Gabriel Guerreiro, por motivos legais, como transcrito na ata da Audiência realizada em Belém, no dia 20 de abril de 2005:

Em primeiro lugar, quero esclarecer a questão das audiências públicas, que a SECTAM tem sido fiel cumpridora da legislação em vigor, e que existe um prazo legal para o pedido de audiência pública. Que as duas audiências que foram solicitadas para o mesmo local em Juruti Velho foram feitas após o término do prazo legal para os pedidos de audiência e que a SECTAM não pode descumprir a legislação (ATA AUDIENCIA PÚBLICA, 2005).

Na visão do titular da SECTAM (o Dr. Gabriel Guerreiro), em 2005, acerca do projeto de Juruti:

Nunca um projeto foi alvo de tamanha demanda como este, falou, referindo-se às reuniões e audiências públicas já realizadas. Nos últimos meses, foram organizadas três audiências públicas para elucidar os projetos. A primeira aconteceu em Juruti, sede do projeto, e contou com mais de seis mil pessoas. A segunda audiência pública foi realizada em Santarém e foi acompanhada por cerca de mil pessoas. Em abril, cerca de duas mil pessoas estiveram em Belém para a terceira sessão (ATA AUDIENCIA PÚBLICA, 2005).

Na verdade, o amplo debate mencionado pela SECTAM não inclui as comunidades, principais afetadas pela instalação do projeto. Esses aspectos reforçam a ideia de Castro (2007, p. 110), que diz que os projetos na Amazônia eram considerados modernizadores e autoritários, voltados para a “expansão da fronteira”, impulsionada pelo aumento da demanda de produtos agrícolas para mercados internos e para atender a pauta de exportação de recursos primários”.

Compartilha dessa mesma ideia, Porto-Gonçalves (2005), o qual fala que esses projetos foram todos “alienígenas”, já que visavam apenas os interesses externo. Como as audiências da hidrelétrica de Belo Monte relatadas por Hernández e Magalhães (2011, p. 88), as realizadas para debater a instalação da mina de extração de bauxita em Juruti foram “extremamente longas, nas quais a exposição dos benefícios da obra, a exposição dos processos de licenciamento e os pronunciamentos de autoridades tomavam meia dúzia de horas, levando à exaustão”.

Esse contexto foi marcado por audiências restritas e sem contemplar as comunidades afetadas, pois os representantes mais afetados que conseguiram falar nas audiências tiveram o tempo mínimo, e o material usado para subsidiar o debate foi considerado pelas lideranças de Juruti Velho de “difícil compreensão para as comunidades”.

A questão do reconhecimento dos Estados e da Empresa das comunidades como tradicionais tornou-se o objetivo central das mobilizações no território de Juruti. Em muitos relatos de lideranças, há evidências que a empresa buscou, a todo momento, menosprezar os aspectos da tradicionalidade das comunidades, o modo de vida das comunidades amazônicas.

Sendo que essas comunidades sempre tiveram uma “íntima relação com o ambiente e que, apesar de disporem de uma tecnologia simples, conseguem não apenas sobreviver dos recursos naturais disponíveis, mas desenvolver toda uma cultura, uma complexidade ímpar e que inclui estratégia de conservação” (SIMONIAN, 2005, p. 61).

Para Gerdeonor Pereira, o reconhecimento coletivo e da tradicionalidade, e de um instrumento organizativo e político capaz de representar as comunidades de Juruti era uma aspectos essencial para a resistência e o avanço das negociações junto a empresas e os órgão estaduais e federais, como o mesmo afirma em entrevista para Almeida (2012, p. 200).

O reconhecimento da tradicionalidade das comunidades e da ACORJUVE como entidade coletiva e instrumento social e política capaz de ser o instrumento capaz de negociar os interesses das comunidades somente ocorreu em 2009. Esse reconhecimento foi decorrente de um intenso processo de mobilização ocorrido pela realização do Fórum Social Mundial (FSM) em Belém, no ano de 2009. Segundo Gerdeonor Pereira, a realização da mobilização durante o FSM ocorreu motivada pela oportunidade de chamar a atenção do mundo para os problemas sociais e ambientais que estavam sofrendo por conta da mineração da ALCOA. Segundo ele, era a época do Fórum Social Mundial (FSM) e o mundo estava de olho em nós e queriam aproveitar isso e chamar atenção da sociedade brasileira (ALMEIDA, p. 199). Além de chamar a atenção à mobilização, também tinha como propósito pressionar a empresa a assinar um termo de compromisso, que tentavam negociar desde 2005. A empresa não levou a sério. Ela saiu da mesa de negociação após conseguir a licença prévia (LP).

A mobilização buscava, fundamentalmente, atingir as ações da empresa com o bloqueio da Estrada de Juruti que dá acesso à base de Capiranga da mineradora no município, como forma de pressionar para que a empresa abrisse o diálogo com as comunidades.

Dessa mobilização, resultou uma Ação de Interdito Proibitório (CPC, art. 932) contra: Gerdeonor Pereira dos Santos, diretor administrativo da Associação das comunidades da Região de Juruti Velho ARCOJUVE); Regiane Furtado Lisboa, advogada; Antonio Marcos e a Irmã Brunildes e outros. Tal interdito diz que os citados, no “dia 28 de janeiro de 2009, conforme fotos anexas, os réus efetivamente tentaram invadir o imóvel e incitaram confronto físico com o policiamento e funcionários da ALCOA. Os comunitários montaram um acampamento em frente ao imóvel da autora”; consta ainda no documento que “durante todo o dia os réus ameaçaram derrubar a cerca que delimita a propriedade e com diversos gritos de ordem ameaçaram os prepostos da Autora”.

Documentos foram endereçados ao “Exmo. Sr. Juiz de direito do Termo Judiciário de Juruti, Comarca de Óbidos – Estado do Pará, a quem esta couber por regular distribuição”; em seu preâmbulo, constava que:

Através da ferrovia que transportará o minério até o porto. Ambos as estruturas estão em fase final de implantação; o Projeto Juruti possui todas as licenças necessárias para a sua implantação, tendo a Licença de instalação sido renovada durante todos esses anos pela SEMA-PA; atualmente o projeto encontra-se em fase final de implantação, prevendo-se a sua conclusão para o primeiro semestre de 2009; ressalta-se que além do “Projeto de Juruti” a Autora desenvolve no Município de Juruti ações complementares de benefícios diretos à comunidade de Jurutinense, chamada de agenda positiva; a agenda positiva visa atuar em parcerias com a comunidade promovendo a melhoria da qualidade de vida da população local; a partir do apoio e incentivo à execução de obras de infraestrutura, projetos sociais e construção, ampliação e adequação de equipamentos nas áreas de saúde, educação, cultura, meio ambiente, infraestrutura urbana e rural, segurança pública e políticas sociais; ainda diz o documento, “ressalta-se que as atitudes da autora com a sociedade durante todos esses anos de atuação no Município de Juruti sempre foi pautada no respeito e na transparência”, procurando atender os anseios da comunidade sempre que possível. Tanto é assim que a maioria da população local tem manifestado total apoio ao Projeto Juruti.

O mesmo documento tenta desqualificar os movimentos sociais em Juruti, dizendo que foram motivados por interesses pessoais, desrespeito à maioria das comunidades. Assim diz o documento:

Apesar disso é como sempre estes projetos despertam diversos tipos de especulações, como também é notório, é natural que algumas pessoas, por diversos razões, queiram ter benefícios diretos; a respeito do apoio da grande maioria da comunidade local, algumas pessoas tentam de toda forma denegrir o “Projeto Juruti” e impedir que a sua implantação aconteça, para isso fazem ameaças aos empregados da Autora, tentam invadir os imóveis adquiridos para construção da infraestrutura do projeto de mineração, promover manifestações nem sempre pacíficas etc.

O documento da ALCOA, por meio da sua subsidiária OMINIA MINERIOS S.A., argumenta que irá construir um “hospital que irá atender a toda a comunidade” e que as pessoas que estão organizando as mobilizações buscam de “toda forma impedir o crescimento do município”. Tal discurso invoca o crescimento, um anseio presente há décadas no discurso dos grandes projetos e que ainda serve como palavra-chave para justificar a prática de muitos empreendimentos econômicos na Amazônia.

Na verdade, do dia 3 de Fevereiro de 2009, a ALCOA fez um *Comunicado de Esclarecimento*, no qual deixa claro que o seu fórum de diálogos são o Conselho Juruti

Sustentável, agregação criado a partir de sua própria ação, e Associação Comercial de Juruti (ACEJ); a empresa diz que “tem buscado diálogos com organizações governamentais civis e empresariais que resultam em diversas ações coletivas nas mais diversas áreas da produção, da proteção de direitos, da infraestrutura, entre outros mecanismos de fortalecimento da cidadania”.

Como resultado do processo de mobilização das comunidades, o Comunicado de Esclarecimento do dia 3 de fevereiro de 2009, apesar das duras críticas ao processo, faz o reconhecimento da comunidade de Juruti Velho como tradicionais e da ACORJUVE como entidade representativa dessas comunidades. Assim diz o comunicado:

A ALCOA já reconheceu as comunidades de Juruti Velho como tradicionais, bem como, reconhece que elas detêm direitos e os eventuais danos e prejuízos causados com a instalação da mina serão compensados. Como bem sabe a ACORJUVE, já estamos em fase de acordar a metodologia para calcular as compensações e as questões de reconhecimento já foram amplamente superadas (COMUNICADO DE ESCLARECIMENTO, 2009).

Tais condições estão expressas no documento intitulado de “Diretrizes que nortearão discussões e entendimentos, entre a ALCOA/INCRA/ACORJUVE, em torno do contrato de concessão de direitos real de uso como instrumento jurídico hábil a garantir o pagamento relativo ao direito de participação no resultado da lavra aos beneficiários do PAE JURUTI VELHO, reconhecido pela INCRA como beneficiários da reforma agrária”.

Nessas diretrizes, a “contextualização socioeconômica, política e territorial real a ser considerada para aplicação efetiva da expressão ‘proprietário do solo’”, constam:

Comunidades tradicionais da Região de Juruti Velho, Município de Juruti/PA, Oeste do Pará, Região Amazônica, Bacia Hidrografia do Lago Grande de Juruti Velho, que ocupam e usam o território e os recursos naturais ali existentes de forma permanente e racional, para quem posse e propriedade têm o mesmo valor Jurídico;
 O território ocupado há mais de século pelos antepassados das comunidades tradicionais que hoje moram e produzem na área;
 Destinação inevitável daquelas áreas efetivar-se-ia em tão só reconhecer a posse e o usufruto pleno da terra e das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes naquele território;
 Nos termos do decreto nº 6.040/2007, é população com formas próprias de organização social; utilizam o território para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimento, inovação e práticas gerados e transmitidos, também, pela tradição. , de 27 de outubro de 1966;
 Não pode haver nenhuma restrição ao pleno exercício da posse direta das comunidades tradicionais que ali existem, o que encontra amparo nos termos do Arts. 10 e parágrafos e 97, inciso I, do Estatuto da Terra, bem como no art. 1º, inciso II, do Decreto nº 59.428;

Há de ser conhecido o pleno exercício de seus direitos individuais e coletivos;

Não pode haver restrição ao pleno exercício da posse direta, uso e gozo da terra e das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes no território do PAE Juruti Velho;

Há impactos ambientais, sociais e econômicos causados pelo empreendimento minerário, além da desterritorialização do PAE Juruti Velho. (informação verbal).

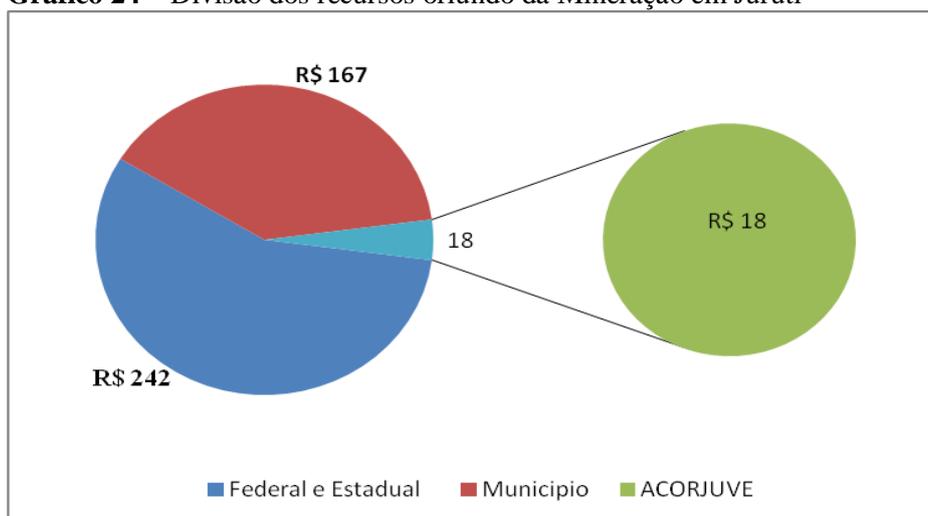
Portanto, o processo de mobilização atingiu seu objetivo: o reconhecimento público da empresa da existência de comunidades tradicionais, a afirmação da ACORJUVE como entidade de representação coletiva das comunidades e a participação nos resultados da lavra pelas comunidades. No comunicado, a ALCOA diz que “a participação no resultado da lavra (1,5%) é uma determinação legal e cabe à União determinar a quem deve ser feito o pagamento. A empresa cumprirá sua obrigação imediatamente após a determinação do beneficiário”.

Tabela 3 - Repasses da mineradora para a comunidade e governo na licença de operação

Contribuição	Beneficiário	Representante ou denominação legal	%
Participação no resultado da lavra	Comunidade	ACORJUVE	1,5
CFEM- Compensação Financeira pela Exploração Mineral	Federal	DNPM, IBAMA, MCT	12
	Estadual	Secretaria do Estado da Fazenda do Pará	23
	Municipal	Prefeitura Municipal	65
Arrecadação tributária	Federal	ISS- Imposto sobre serviço	
	Estadual	ICMS- Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	
	Municipal	INSS Imposto nacional do seguro social	
(I)-DNPM, IBAMA, MCT		ISS- Imposto sobre serviço	
(II)-Estado do Pará		ICMS- Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	
(III)-Ministério da Previdência Social		INSS - Imposto nacional do seguro social	
(IV)-Secretaria do Estado da Fazenda do Pará			

Fonte: Ministério Público (2012)

Por meio da ACORJUVE, como mostra o gráfico, conseguiram obter a participação na exploração mineraria, acumulando — desde a licença de instalação — 18 milhões de reais, referente o repasse de 1,5% dos *royalties*, gestado a partir de diretrizes e estratégias definidas coletivamente pelos as próprias comunidades.

Gráfico 24 – Divisão dos recursos oriundo da Mineração em Juruti

Fonte: ALCOA (2013).

Esse processo de mobilização comunitária alcançou o reconhecimento da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACORJUVE) como organização Jurídica responsável em negociar em nome das comunidades. Durante muito tempo, a ALCOA tentou impor outras organizações, como o sindicato, a colônia e Organizações governamentais como mediadores dos diálogos com as comunidades. Para as Comunidades, é preciso um instrumento próprio, capaz de representar com mais propriedade os interesses comunitários. Nesse sentido, o sindicato e a colônia participavam do processo de mobilização, mas, para as comunidades, eles precisam se dedicar às lutas relacionadas às pautas sindicais e da categoria que envolvem todo o município.

O reconhecimento da ACORJUVE representou uma segunda vitória decorrente de processo de mobilização. Com isso, a comunidade passar a ter um mecanismo próprio, Juruti é legitimado por um processo de organização frente ao empreendimento e ao Estado.

Figura 3 - Logomarca da ACORJUVE



Fonte: Blog da ACORJUVE (2013).

A participação nos *royalties* consiste em uma das conquistas mais expressivas das comunidades de Juruti. Essa participação significa o repasse de 1,5% dos *royalties* da mineração para ser administrado e gestado pelas próprias comunidades, por meio da ACORJUVE, ou seja, as comunidades têm total autonomia em definir o método e a forma de utilizar tais recursos. No comunicado, a ALCOA diz que “a participação no resultado da lavra (1,5%) é uma determinação legal e cabe à União determinar a quem deve ser feito o pagamento. A empresa cumprirá sua obrigação imediatamente após a determinação do beneficiário”. Atualmente, como aprovado em assembleia, 50% dos recursos são repassados aos associados da ACORJUVE, por meio do Cartão ACORJUVE, e 50% destinados a concretizar projetos coletivos, como o sistema de abastecimentos das comunidades, criação de animais, investimento em formação e na organização.

5.1.6 Titulação Coletiva do PAE Juruti Velho

Nas entrevistas e diálogos com lideranças e comunitários, a questão da terra é algo sempre presente; acerca do reconhecimento do território, um diretor da ARCOJUVE esclarece que "a principal reivindicação era o reconhecimento pelo estado e pela empresa do território

da comunidade, que tradicionalmente vive no lugar". Contrapondo os interesses das empresas, as lideranças comunitárias reivindicavam a titulação coletiva de seu território, enquanto a empresa defendia que a titulação do território fosse individual oficializada pelo INCRA, o que para as lideranças comunitárias tinha como intuito a cooptação futura.

A titulação coletiva ocorre em 2009; essa é uma conquista marcante não somente para Juruti, já que foi “a primeira vez que o INCRA concede o documento coletivo a populações tradicionais da Amazônia. A entrega ocorreu no próprio assentamento, localizado no município de Juruti, no Oeste do estado Pará”⁷⁹.

Com a criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE Juruti Velho, em uma área de 109.551ha, por meio da Portaria INCRA/SR-30E/Nº18/05, de 10/11/2005, publicada no DOU em 17/11/2005, beneficiando 1.998 unidades familiares tradicionais, a Superintendência Regional do INCRA, em Santarém, (SR-30) dá um passo importante em atender uma demanda histórica das comunidades de Juruti⁸⁰. Em entrevista, o ex-superintendente do INCRA, na época, disse já existir um acordo entre o seu antecessor e a ALCOA para que os assentamentos fossem criados sem as áreas onde se encontra a mina de bauxita. Na entrevista, o ex-superintendente disse que a criação dos assentamentos possibilitou maior consistência para luta das comunidades. Um parecer do INCRA reforça que a mineração encontra-se em território do PAE Juruti Velho, o fez a ALCOA intensificar a negociação com as comunidades em vista a garantir a extração de bauxita da mina.

A OMNIA Minérios não é proprietária do solo onde serão implantadas as áreas de mineração, possuindo apenas autorizações de pesquisa e outorga de concessão de lavra. Conforme dados extraídos do Diário Oficial da União-DOU, publicado em 18/10/2006, já foram outorgadas à OMNIA MINÉRIOS LTDA. três concessões para lavrar minério de alumínio no Município de Juruti/PA, segundo portarias do Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia: Portaria nº 370, de 11/10/2006, referente ao Processo DNPM nº 808954/1975; Portaria nº 371, de 11/10/2006, referente ao Processo DNPM nº 850010/1991 e Portaria nº 372, de 11/10/2006, referente ao Processo DNPM nº 850011/1991. Em decorrência dessas portarias, depois de realizados procedimentos de demarcação da área exata concedida para lavra, a OMNIA foi imitada na posse minerária, segundo Termos de Imissão de Posse, lavrado em 16/05/2007. Com base nessas informações, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da Superintendência Regional do INCRA/Santarém

⁷⁹ Cf. portal do INCRA, disponível em <http://www.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/10455-incra-concede-primeiro-titulo-coletivo-a-populacoes-tradicionais-na-amazonia>. Acesso em: 20 mai 2014.

⁸⁰ A titulação do PAE Juruti Velho - assentamento criado em 2005 - foi concedida por meio de um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), assinado pelo superintendente regional do INCRA no Oeste do Pará, Luciano Brunet, e pelo presidente da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACORJUVE), Gerdeonor Pereira (INCRA, 2009).

levantou que a área total concedida para lavra é de 21.640ha, sendo que, desse quantitativo, 17.656ha pertencem à Gleba Juruti Velho e estão inseridos no PAE Juruti Velho. (TAPAJÓS, 2004).

No caso da titulação do PAE Juruti Velho, segundo Gerdeonor Pereira, presidente da ACORJUVE, “a empresa queria que a titulação do INCRA fosse individual”, o que para o mesmo significa que a empresa tinha como objetivo “manipular” os moradores do assentamento (ALMEIDA, 2012, p. 200).

Para Araújo (2010, p. 2), um aspecto importante da criação dos assentamentos é o reconhecimento das comunidades como tradicionais, o que reforça a luta histórica dos mesmos e conseqüentemente sua posição política:

Neste passo, a situação social de conflito a ser enfocada aqui se refere às postulações administrativas das Comunidades Tradicionais de Juruti Velho residentes no município de Juruti, Oeste do Pará. Estas comunidades, cuja origem data do início do século passado (1908) (INCRA, 2007), aproximadamente, têm a mais remota origem da população atual, basicamente, proveniente da fusão entre índios munduruku e os colonos portugueses que lá chegaram por volta de 1818, com as missões religiosas (PENNA, 1869; BAENA, 2004). Revelam fazer cultura específica, modos próprios de entendimento e coerção social. Tais modos próprios de conformar-se com a natureza e com os homens certamente advêm de sua ancestralidade indígena, o que fica bem marcado em 13 Comunidades de Juruti Velho, conforme já analisado.

Segundo Lopes (2001, p. 103), “estes projetos de assentamento atenderam fundamentalmente às demandas locais pela reforma agrária”. E provocaram uma ação da ALCOA, a ponto do Sr. Franklin Feder, presidente da ALCOA na América Latina, afirmar que os assentados são “um problema a ser resolvido entre o DNPM e INCRA” (SUZUKI, 2007). Tal expressão foi dita em decorrência do fato do assentamento ter sido criado em novembro de 2005, data posterior à licença concedida à empresa.

No site do INCRA (2009), o então superintendente, Luciano Brunet, afirma: "Chegamos a um ponto culminante após uma longa luta dos tradicionais que vivem e trabalham na região de Juruti Velho, reconhecendo que eles são os donos desta terra". A titulação coletiva beneficia 45 comunidades na região, onde estão cerca de duas mil famílias cadastradas como clientes de reforma agrária. No mesmo site, o presidente da ACORJUVE afirma: "Há muitos anos, lutamos pela titulação. Agora, podemos dizer para qualquer um que estas terras são nossas, de fato e de direito. A titulação significa segurança não só para nós, hoje, mas para as futuras gerações, que já estarão dentro de um processo legal". O documento

de contrato versa sobre 93.831 hectares, e reconhece o território coletivo e a organização histórica das famílias.

[...] considerando-se a área do projeto como território coletivo e a modalidade de exploração coletiva e individual, observando-se o limite de respeito tradicionalmente e historicamente vivenciado e aceito entre as famílias tradicionais que habitam o território (INCRA, 2009).

A criação do assentamento coletivo representa o poder organizativo das comunidades de Juruti e a afirmação e legitimação enquanto comunidades tradicionais. Esta é uma vitória que não está circunscrita aos limites dos territórios de Juruti e sim que se soma a uma luta histórica de todas as comunidades tradicionais na Amazônia capazes de superar os interesses corporativos de grandes empresas e segmentos estatais. É evidente que essa conquista precisa ser analisada em um contexto favorável, em que os ocupantes do INCRA apresentam certa afinidade com as causas comunitárias. É evidente que tais aspectos não tiram o brilho da luta e resistência das comunidades, porém não podem ser esquecidos.

Segundo o superintendente substituto do INCRA no Oeste do Pará, Dilton Tapajós⁸¹: "Para as comunidades tradicionais da Amazônia, representa a concretização de um documento especial que garante território, riquezas naturais e fortalecimento das entidades que as representam". O substituto ainda acrescenta que a titulação também "assegura os direitos decorrentes da implantação de projetos de mineração em áreas de assentamento, como a indenização por danos e prejuízos, a renda pela ocupação do território e a participação nos resultados da lavra", e no caso específico de Juruti Velho, "o CCDRU entra como fator determinante no processo de negociação entre a comunidade e uma empresa mineradora que está se instalando no PAE⁸²".

Para Lopes (2012, p. 33), a criação do PAE Juruti Velho por meio do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), assinado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 30 de agosto de 2009, faltando 15 dias para da inauguração do projeto de mineração da ALCOA, tinha como perspectiva tornar mesmo um "forte instrumento de controle e regulação da empresa ALCOA e pelo Estado". O PAE Juruti Velho constitui uma área protegida, destinada a uso das populações tradicionais que nela residem. A nomenclatura diz que o PAE é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

⁸¹ Dilton Tapajós foi assessor Jurídico do INCRA no período da criação do assentamento. Atualmente é assessor jurídico da ACORJUVE.

⁸²Cf. dado do INCRA, disponíveis em: <http://www.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/10455-incra-concede-primeiro-titulo-coletivo-a-populacoes-tradicionais-na-amazonia>. Acesso em: 20 mai 2014.

Está aqui contida (no plano) a relação das condutas não predatórias incorporadas à cultura dos moradores, bem como os demais procedimentos que devem ser seguidos para cumprir a legislação brasileira referente ao meio ambiente. Assim como este PAE deve ter tratamento semelhante às Unidades de Conservação de Uso Sustentável (COMUNIDADE DO PAE JURUTI VELHO, 2007, p. 1).

Nessa concepção, o plano de manejo, com consonância com a prática das comunidades tem como premissa orientar as ações dentro do prisma da sustentabilidade ambiental e econômica. Um destaque importante, segundo Castro (2010, p. 18), consiste que “as diretrizes definidas pelo Plano de Uso se constituem instrumentos de garantia de direitos das comunidades. O plano respalda legalmente a concepção do PAE Juruti Velho junto ao SNUC”.

O presente Plano tem o objetivo de servir de guia para que os moradores realizem suas atividades dentro de critérios de sustentabilidade econômica ecológica e social. O conceito de sustentabilidade é definido aqui como a implantação e a consolidação de atividades produtivas que permitam a reprodução das espécies animais, regeneração completa das espécies vegetais e o reflorestamento das áreas desmatadas e que possibilitem que a população local viva em condições de crescente qualidade e dignidade (CASTRO, 2010, p. 18).

O PAE Juruti Velho, para Castro (2010, p. 20), constitui uma conquista das comunidades tradicionais. Segundo o autor, “o INCRA busca pacificar conflitos e garantir o acesso às políticas públicas para o manejo sustentável dos recursos naturais”:

A área protegida que compreende o PAE Juruti Velho é reconhecida juridicamente. Esta delimitação territorial é utilizada como instrumento legal que legitima e reconhece os direitos dessa comunidade sobre esse território. Estes aspectos legais respaldam as comunidades em seus desejos de permanecerem no lugar e enfrentarem as situações vividas com a chegada do empreendimento minerário da ALCOA.

Portanto, a titulação coletiva da PAE Juruti Velho às vésperas da entrada em funcionamento da mina de bauxita coroa um processo de mobilização capaz de modificar a relação das comunidades com os grandes projetos e o Estado, além de evidenciar a grande capacidade das comunidades em aproveitar os fatores favoráveis e alcançar suas reivindicações.

6 AS BASES DA RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE DE JURUTI

6.1 Organização e mobilização em juruti velho: aspectos da ação coletiva

Com organização e mobilização, as comunidades de Juruti Velho alcançaram suas reivindicações, como: reconhecimento da condição de comunidade tradicional, a ACORJUVE como entidade representativa das comunidades, participação nos *royalties* e titulação coletiva do território de Juruti Velho como Projeto de Assentamento Extrativista. Essas conquistas constituem fato inédito na história das comunidades de Juruti.

Acreditamos que as conquistas obtidas pelas comunidades de Juruti podem ser entendidas a partir da compreensão de que há fatores externos ou conjunturas que favorecem os avanços das reivindicações. Esses aspectos têm conjuntura política, marcada pelo governo do Partido dos Trabalhadores, com relação histórica com organizações sociais, sindicais, religiosas e comunitárias. Outro fator é a existência, desde década de 1970, de uma congregação de Irmãs Franciscanas, ligada à Igreja Católica e de vinculada à Teologia da Libertação e à Pedagogia dos Oprimidos, que durante anos contribuiu com formação e organização das comunidades, possibilitando, assim, o surgimento de lideranças políticas, sindicais e sociais em Juruti. Além dos fatores, já relacionados e trabalhados em capítulo anterior, temos com hipótese, que existem elementos internos, ligados à composição orgânica dessas comunidades, que servem de potencialidade, possibilitando a coesão capaz de impulsionar as ações coletivas, dificultado a cooptação e a divisão no interior das comunidades.

Entendemos que todo o processo de mobilização capaz de mover as comunidades em vista de um interesse comum, possui raízes mais profundas que simples objetivos econômicos. Essas raízes são historicamente construídas a partir de uma relação associativa, materializada na comunidade de indivíduos que construíram as relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais coletivas como estratégia para superar as dificuldades materiais e imateriais. Portanto, a comunidade constitui uma primeira potencialidade interna presente em Juruti. Tal aspecto permite uma habilidade associativa capaz de mobilizar os indivíduos para a defesa dos interesses comuns.

Um segundo aspecto que constitui uma potencialidade presente nas comunidades é a prática coletiva construída historicamente como alternativa à limitação tecnológica, econômica e como prática de convivência social e colaboração mútua: o *puxirum*, como é conhecido o desenvolvimento de mutirão em Juruti.

Esses dois aspectos somados à identificação do lugar, como espaço de práticas sociais, econômicas, ambientais e simbólicas, formam uma conjunção capaz de construir junto às oportunidades, um instrumento político com força de fazer frente a estratégias e ações do Estado e de uma multinacional como a ALCOA.

6.1.1 A Comunidade

É comum nas conversas, nos diálogos e nas entrevistas a referência à comunidade em Juruti. A comunidade surge como o lugar da agregação, espaço de partilha, troca e crescimento coletivo. Com base em Bauman (2003, p. 10), podemos dizer que em Juruti “não ter comunidade significa não ter proteção”. Nas entrevistas referentes a Juruti, os moradores sempre se referem à comunidade como o ponto de encontro para iniciar um processo coletivo de organização, mobilização e atividade econômica. É como a expressão “fizemos reunião na comunidade”, a “comunidade passou a se organizar”, “a comunidade organiza o *puxirum*”, “definimos juntos na comunidade”. A ACORJUVE significa “Associação da Comunidade da Região de Juruti Velho”.

A comunidade em Juruti expressa em suas falas a afirmação relacionada ao *puxirum* como um compromisso de compartilhamento fraterno, reafirmando o direito de todos a um seguro comunitário contra os erros e desventuras que são os riscos inseparáveis da vida individual (BAUMAN, p. 57).

Cohen (1985, p. 20), ao abordar o conceito de comunidade, diz que o mesmo é um mecanismo simbólico comum, uma vontade de proteção e defesa recíproca. É, portanto, a comunidade “uma forma de pensar, sentir e acreditar”. É um fenômeno cultural que é construído e possui forte significado para as pessoas, por meio de recursos simbólicos. A comunidade é um símbolo que expressa as suas próprias fronteiras, símbolo que é apropriado coletivamente pelos seus membros, no entanto, os seus significados variam conforme as perspectivas pessoais. Isso significa que os moradores das comunidades de Juruti, estão integrados “numa malha intrincada de relações socioculturais que são construções provenientes da sua história e do profundo estoque simbólico integrador da memória” (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 149).

A compreensão da complexidade envolvendo o conceito de comunidade pode ser observada a partir da abordagem de Bauman (2003, p. 36), para quem a pré-concepção à crítica do conceito está sempre relacionado a uma “coisa boa”, como compreende Rosenberg,

que diz que a comunidade constitui um “círculo aconchegante” e como agrupamento “distinto, pequeno e autossuficiente”.

As entrevistas e relatos dos comunitários mostram que essas características na comunidade é um espaço de identidade e de partilha de interesses comuns dos moradores das comunidades de Juruti. Em resposta aos aspectos identitários da comunidade, um integrante faz o seguinte comentário: “é uma organização que busca a vida em comum; um lugar onde me sinto bem e onde tenho referência; um conjunto de pessoas que vivem juntas; uma vida em conjunto em que as pessoas convivem no mesmo lugar, pessoas ligadas pela região, interesses comuns”. Outro aspecto refletido nas entrevistas evidencia que as pessoas definem as comunidades a partir de uma fronteira simbólica, marcada pela interação entre os moradores.

As fronteiras não são fixas, e estão relacionadas à fluidez e subjetividade individual. Outro conjunto de respostas atribui à comunidade o sentido de “pessoas que lutam por seus direitos; luta pelos seus direitos e a busca do bem; parceria e troca; direitos e deveres comuns, conjunto de serviço, gerando a riqueza de experiência; união de pessoas que compartilham um mesmo ideal; lembra pessoas vivendo em conjunto, compartilhando da mesma cultura”. O relato a seguir reflete um dos aspectos relacionados acima:

Olha, a mobilização das comunidades é muito boa. E o povo do interior sente a necessidade de tudo mesmo. As comunidades se organizam através dessas necessidades que o povo tem. Por isso que a organização comunitária é muito boa.

* * *

Se não fosse pelas comunidades, muitos governos faziam o que bem entendiam. Hoje as comunidades abriram os olhos e estão dizendo assim: ‘olha, governo, não é assim que nós queremos, nós queremos desse jeito. Nós sentimos a necessidade de que nossa estrada tem que melhorar, tem que ser assim. Nossa agricultura também’ [...] tem comunidades que nunca tiveram uma escola. São Benedito era uma. Mas com tanto a gente bateu nessa tecla, que hoje o governo atendeu a gente. Porque isso é o que eu digo, a questão das comunidades não é se organizar só para rezar, só religiosamente. Não. É para reivindicar por nossos direitos⁸³.

Em Juruti, não podemos analisar as comunidades somente na perspectiva do desenvolvimento econômico ou da subsistência, mesmo considerando que há relação de comercialização de produtos agrícolas, extrativistas e de caça como forma de

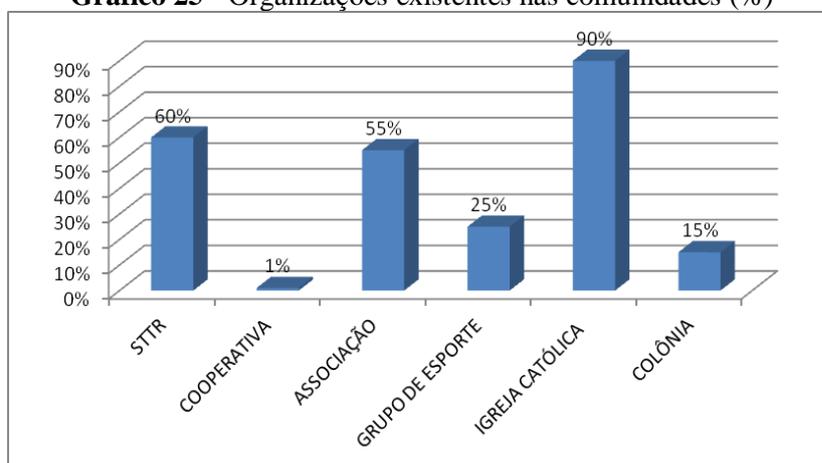
⁸³ Os dois extratos são resultantes de entrevistas do autor desta pesquisa com lideranças comunitárias de Juruti, em junho de 2013.

complementação de renda. Uma leitura tendo como foco a comunidade de Juruti precisa considerar que a vida comunitária desta comunidade é carregada de conteúdos simbólicos, mágicos e religiosos, que implicam em necessidades a serem satisfeitas. É na comunidade que se constrói o controle do mundo natural, sobretudo expresso em questões específicas como os fenômenos naturais, ciclos de vida e hábitos de animais, conhecimento de plantas, localização de propriedades e ciclos do tempo, que estão fortemente vinculados às atividades sociais.

O caráter simbólico, social e político das comunidades em Juruti têm profunda influência nas organizações sociais e políticas do território. A consolidação de uma organização pressupõe um forte enraizamento nas comunidades. As visitas e entrevistas mostraram a importância da Igreja Católica, principalmente em virtude do seu enraizamento no decorrer da história. O trabalho da Igreja Católica, por meio das Irmãs Franciscanas, desde década de 1970, imbuíu nas lideranças a necessidade de garantir uma base organizativa visando à garantia de direitos e cidadania⁸⁴.

Essa perspectiva, mais a base tradicional e vivência coletiva, criaram um ambiente propício à frutificação organizativa das comunidades, com forte presença de entidades sociais, políticas e culturais, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 25 - Organizações existentes nas comunidades (%)



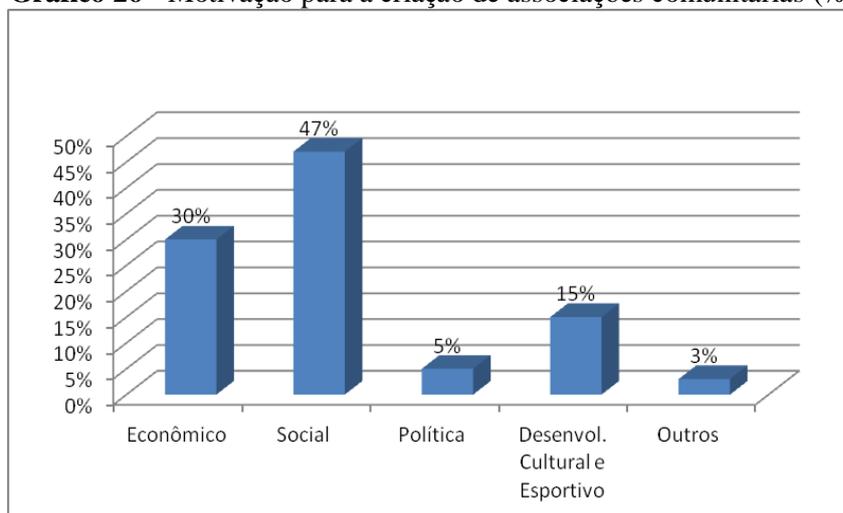
Fonte: pesquisa de campo (2013). Adaptado pelo autor.

O sindicato, a Igreja católica, as associações e as organizações esportivas são as representações mais mencionadas pelos comunitários. Essa configuração mostra que as comunidades têm uma disposição à organização como forma de alcançar seus objetivos. Um aspecto importante que aparece nas entrevistas é o fato que as comunidades constituem

⁸⁴ Na entrevista com a Irmã Brunirides, fica claro que a perspectiva organizativa tinha como objetivo a inserção das comunidades na lógica do direito e da cidadania, a participação, portanto na sociedade enquanto cidadãos. A afirmação calcada nos direitos territoriais e entidade coletiva inicia-se a partir de 2000, com a luta contra a ALCOA.

associações como uma forma de ter uma relação jurídica voltada ao seu bem estar social. Diferente de outras regiões do Estado do Pará, onde se buscou a formação de cooperativas e associações motivadas por fatores econômicos, em Juruti a principal motivação é social.

Gráfico 26 - Motivação para a criação de associações comunitárias (%)



Fonte: Pesquisa de campo (2013). Adaptado pelo autor).

O ambiente organizativo constituído nas comunidades serve de base para a formação das Associações das Comunidades de Juruti Velho, que possuem uma estrutura voltada a estimular a participação do conjunto das comunidades. Diante das distâncias e da fragilidade de comunicação, circulação das informações e locomoção de pessoas, a melhor forma de organização foi a constituição de polos englobando comunidades próximas. Esses polos realizam as discussões e apresentam propostas que depois vão ser submetidas às assembleias com representantes das comunidades.

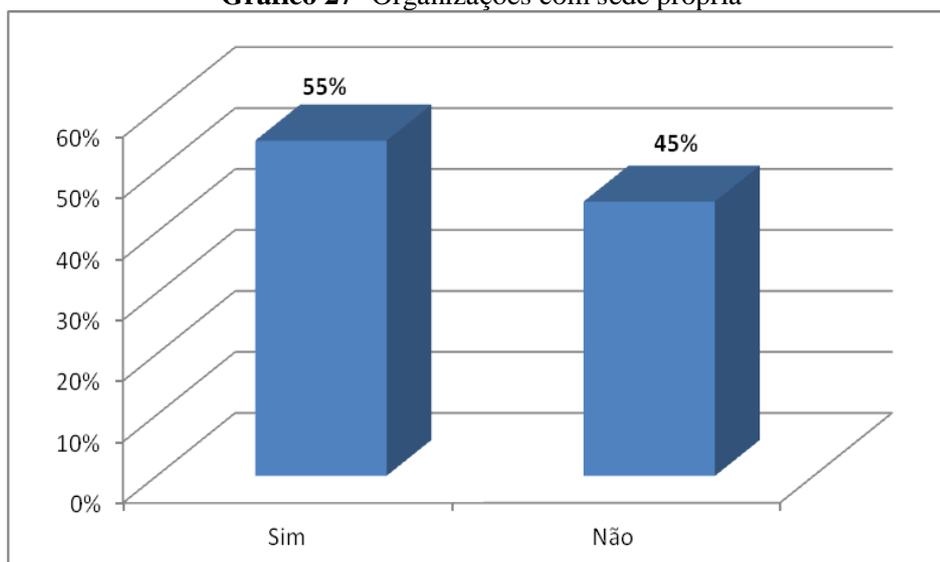
A ACORJUVE se estrutura com reuniões nas comunidades, por áreas: Miri, Uxituba, Vila Muirapinima, Maravilha, Pompom, Galileia, Rio Mamuru; reuniões de diretores e conselheiros, assembleias de polos e assembleia geral e ou assembleias informativas quando há necessidade de repasses de informações e ou consultar os moradores a respeito de determinadas questões⁸⁵.

⁸⁵ Entrevista com assessora da ACORJUVE, em agosto de 2012.

Fotografia 4 - Assembléia da ACORJUVE Juruti Velho

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

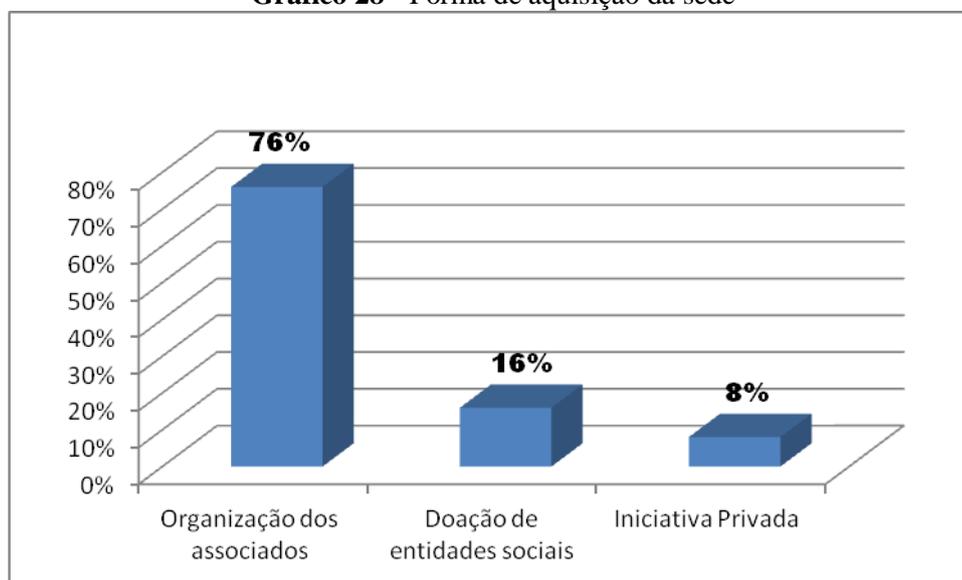
Como mostra a fotografia, as assembleias e reuniões da ACORJUVE são momentos de intensas reflexões dos desafios organizativos das comunidades. A presença das lideranças comunitárias traduz a atenção reservada a esses momentos e evidencia a predisposição em participar e organizar das reivindicações das comunidades de Juruti.

Gráfico 27- Organizações com sede própria

Fonte: pesquisa de campo (2013). Adaptado pelo autor.

Segundo os entrevistados, 55% das organizações possuem sede própria ou espaço para desenvolver suas atividades sociais, políticas e culturais. Quando não há sede própria, espaços como escolas e barracos são utilizados para a realização de reuniões e encontros comunitários.

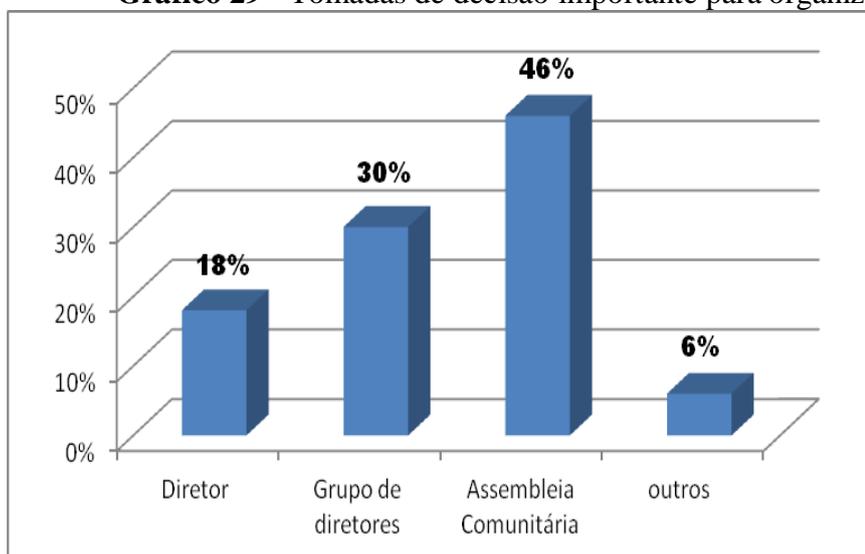
Gráfico 28 - Forma de aquisição da sede



Fonte: pesquisa de campo (2013). Adaptado pelo autor.

Para 76% dos entrevistados, as sedes das organizações foram adquiridas a partir da mobilização dos associados, 16% de doações de entidade sociais e 8% com apoio de iniciativa privada. O esforço comunitário para garantir o espaço necessário para o desenvolvimento da organização representa a busca coletiva de garantir a sua autonomia perante as outras instituições da sociedade, como estado, empresas e agregação prosélita.

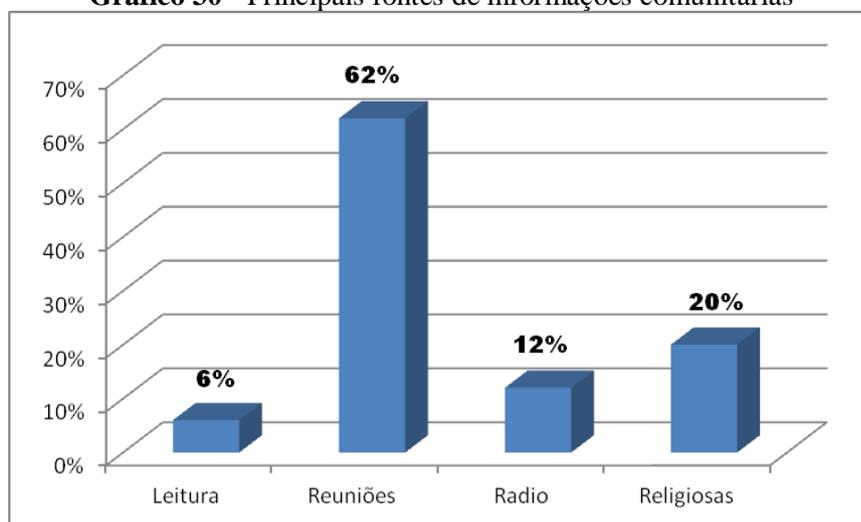
Gráfico 29 - Tomadas de decisão importante para organização



Fonte: Pesquisa de campo (2013). Adaptado pelo autor.

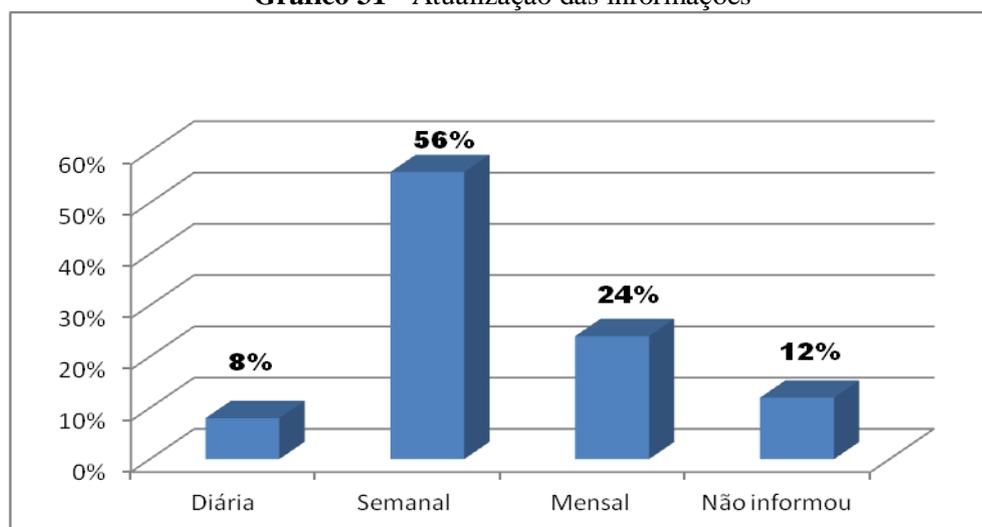
Se nas comunidades há uma predisposição de organização e de participação de mobilização voltada a garantir conquista coletiva, há também uma carência em processo de gestão coletiva. Para 46% dos entrevistados, as decisões são tomadas em assembleias comunitárias, porém, para 18% são pelo diretor e 30% por um grupo de diretores, o que evidencia que há um grande percentual, somando os 18% mais os 30%, ou seja, 48% que identificam uma tendência à centralização das decisões estratégicas para comunidade. Somando o percentual “outros”, de 6%, esse índice chega a 54%, reforçando, ainda mais, a afirmação anterior.

Gráfico 30 - Principais fontes de informações comunitárias



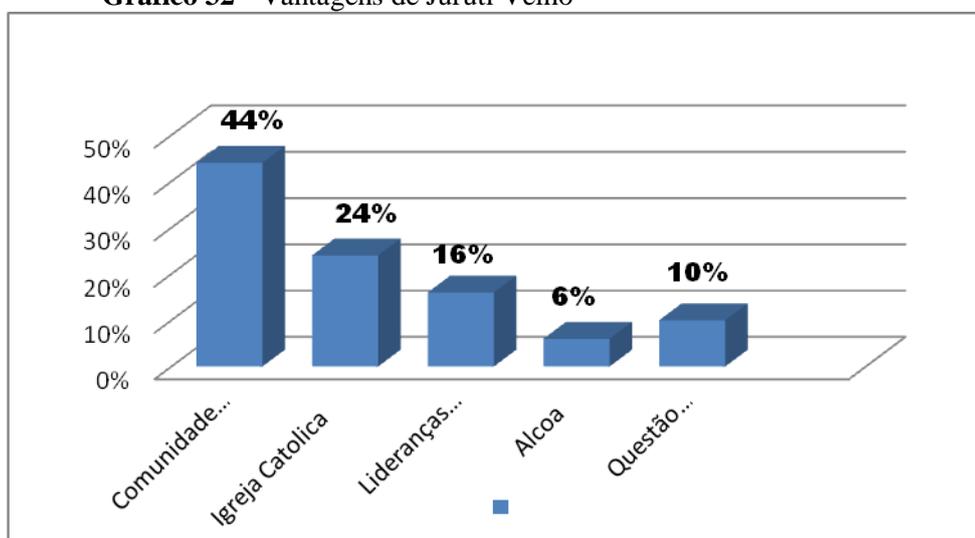
Fonte: pesquisa de campo (2013). Adaptado pelo autor.

Um aspecto que chama atenção são os meios pelos quais os comunitários obtêm informação. Segundo os entrevistados, o principal espaço onde adquirir informações são as reuniões comunitárias, com 62%, 20% são os momentos religiosos (Franciscanas de Maristella), 12% rádio e 6% leitura. Esse aspecto mostra que o espaço coletivo constitui um importante aspecto de constituição do conhecimento e transmissão de informação para as comunidades.

Gráfico 31 - Atualização das informações

Fonte: pesquisa de campo (2013). Adaptado pelo autor.

Considerando as reuniões o principal meio de informações, sua atualização, segundo as lideranças entrevistadas, ocorre, para 56%, semanalmente, ou seja, no momento de reuniões e encontro das comunidades; para 24%, mensal; para 8%, diariamente; e 12% não informaram. Isso mostra que a participação em momentos comunitários tem como objetivo a troca e obtenção de informações importantes para o indivíduo e para a comunidade.

Gráfico 32 - Vantagens de Juruti Velho

Fonte: pesquisa de campo (2013). Adaptado pelo autor.

Para 44% dos entrevistados, a existência de comunidade constitui uma vantagem de Juruti, já que são as comunidades a base para todo o processo organizativo e de mobilização; 24% acredita que a existência da Igreja Católica em Juruti constitui vantagem, 16% as lideranças políticas, 10% questão culturais e somente 6% presença da ALCOA em Juruti.

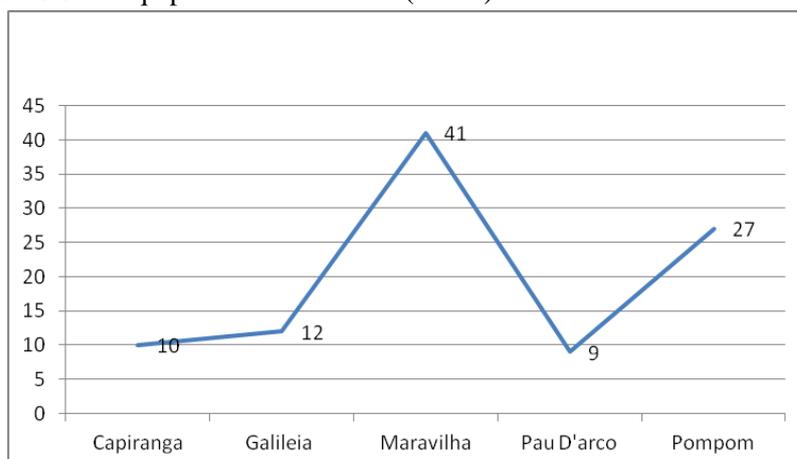
O aspecto exposto acima possibilita a compreensão que a vivência comunitária constitui um repertório que possibilita a busca compartilhada. Esses repertórios comunitários constituem um potencial capaz de alavancar as oportunidades que surgem em momentos conjunturais.

6.1.2 O *Puxirum*: a base da ação coletiva no território

O exercício e vivência de prática coletiva constitui uma das potencialidades presentes no território de Juruti. Essa prática tem por base o *puxirum*, forma organizativa comunitária e de ajuda mútua que precede as formas associativas, sindicais presente em Juruti Velho. O *puxirum* constitui uma forma de cooperação entre os comunitários voltados a superar os limites físicos, sociais, econômicos e políticos presentes nas comunidades do interior da Amazônia. Para os entrevistados, “o povo vivia na coletividade”, com a solidariedade expressa em trocas de produtos como peixe, produtos da roça, caça e extrativos.

A palavra *Puxirum* remete à língua nheengatu, praticada no Brasil colônia e que dizer “reunião de esforços em prol de um objetivo comum” (RUSSO, 2007, p. 199). Nas comunidades, o *puxirum* é expresso como uma ação coletiva, a ligação com as comunidades, a diferenciação e a busca de superação da necessidade e do individualismo. Os comunitários, constantemente, destacam o *puxirum* como uma estratégia coletiva de superação das limitações. Para Lopes (2012, p. 112), “uma das mais importantes formas de organização para o trabalho nas comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho é o *puxirum* ou puxirão”. O autor cita a expressão de um comunitário de Juruti acerca do *puxirum*: “quando a gente se ajunta pra fazer algum serviço aqui na vila, a gente forma grupos de trabalho, *puxirum* é como os índios faziam, é como a gente chama, quando vai todo mundo trabalhar em um local na comunidade”.

O levantamento em 46 comunidades pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em 2011, aponta que 80% dos entrevistados indicou o *puxirum* como modo de produção (GVCES, 2011), e somente 10% indicaram realização e contratação de mão de obra. Um dos aspectos presente nos estudos de impactos é a utilização comunitária de barcos, como mostra o quadro abaixo. Essa prática coletiva constitui uma busca pela superação dos limites presentes nas comunidades.

Gráfico 33 - Equipamentos coletivos (Barco) nas comunidades de Juruti Velho

Fonte: CNEC (2005).

Silva e Fraxe (2012, p. 167) lembram que o trabalho desenvolvido e batizado como *puxirum* constitui um trabalho de ajuda mútua, organizador do processo produtivo. Segundo os autores, não existe “uma formalização ou regulamentação desse processo, esta forma de ajuda é denominada regionalmente como *ajuri* ou *puxirum*, tem o formato de um mutirão”. Observa-se que essa regulação está relacionada aos parâmetros da sociedade capitalista ocidental, já que as comunidades possuem mecanismos e formas próprios, pautados na prática social, cultural e simbólica de regulação.

Além da produção, o *puxirum* serve como forma de conseguir finanças para grupos coletivos, como os de mulheres: “depois nós mesmos é que íamos plantar, as mulheres mesmo. A gente plantava, capinava, até a colheita nós fazíamos. E depois essa produção virava receita para o grupo de mulheres”. Além de ser uma prática comum entre as famílias e os grupos organizados, o *puxirum*, enquanto união de esforços, constitui uma importante estratégia de aquisição de infraestrutura comunitária, como é o caso dos geradores de energia.

Em Juruti Velha, 54% das comunidades utilizam gerador de energia, que é mantido em regime coletivo, ou seja, a manutenção fica a cargo da própria comunidade. Assim a comunidade consegue suprir as demandas pessoais e coletivas por energia.

Nas comunidades, muitas vezes o *puxirum* serve como contrapartida para apoio, ações do governo municipal em comunidades, o que é relatado como parceria. Nesse caso, a prefeitura entra com o material e a comunidade com o trabalho, principalmente para reforma de aparelhos comunitários como escolas, posto e outros. Mesmo com todas as implicações simbólicas que pode ser observado com uma análise mais apurada, as comunidades visualizam nessas práticas uma forma de ter acesso mais rápido a suas demandas.

O *puxirum* também constitui uma estratégia coletiva de defesa das comunidades e de seus recursos, como diz Lopes (2012, p. 182). Ele é usado como estratégia econômica e política de defesa da comunidade, para garantir a não violação do território e manutenção do coletivo. O *puxirum* é uma prática tão enraizada, que está expresso em todas as falas de lideranças políticas e social de Juruti.

Por volta de 1975, já era notada a presença de madeireiros clandestinos em Juruti Velho, evidenciando o perigo da transformação de seu território abrigo em território recurso dos exploradores clandestinos de madeira. Essa condição, entretanto, cada vez mais se materializava causando preocupação e estabelecendo acirramento das disputas. Nessa época, um grupo de comunitários sindicalizados passou a trabalhar em “*puxirum*” para demarcar os lotes dos grupos familiares, tudo de modo muito precário, com uso de terçado e machado, fazendo picos e demarcações na tentativa de defender seus territórios frente a uma ameaça que se anunciava cada vez mais intensa e tensa (LOPES, 2012, p. 182).

Mas do que um trabalho, o *puxirum* significa festa, confraternização, harmonização comunitária, onde se cultiva a comensalidade, regada com a marca da cultura da ancestralidade presente nas bebidas servidas durante o *puxirum*, bebidas essas que guardam histórias, tradições, tecnologias, procedimentos e ingredientes submersos em sistemas socioeconômicos, ecológicos e culturais complexos, cujas marcas territoriais conferem-lhes especificidade, além de alimentarem a identidade.

Manicuera: É uma bebida feita de um tipo de mandioca ou maniva doce, podendo ser tomada fria ou quente, misturada ou não com banana, batata, cará ou arroz. **Tarubá:** é uma bebida forte que, dependendo quantidade ingerida, pode embriagar. É feita de mandioca. A massa, antes de ser extraído o tucupi, é embalada durante três dias na folha de bananeira ou sororoca, quando a massa fermentada é prensada no tipiti. Depois disso, a massa, seca, é misturada com água, sal, açúcar e espera-se por dois ou mais dias de fermentação (quanto mais tempo, mais forte ele fica). Essa bebida é muito utilizada durante os trabalhos de *puxirum* nas roças. **Caiçuma ou Pajiroba:** bebida forte feita preferencialmente da mandioca coaraci ou rosarinha. Uma vez ralada, a mandioca é levada ao tipiti. Depois, passa a ser chamada de taperatí, quando é peneirada. Em seguida vai ao forno para fazer o beiju. Na sequência, é colocada na água e preparada com batata preta, depois levada a outra vasilha com água, sal e açúcar. Isso tudo resulta na rabuçada, da qual é extraída a massa, que pode ser aproveitada para alimentar porcos e galinhas. O suco é misturado a gosto com água. Após algumas horas pode ser consumida. Quanto mais tempo passar na forma rabuçada, mais forte a caiçuma fica (LOPES, 2012, p. 112).

Monteiro (2009, p. 93) diz que as “famílias se reúnem para fazer o roçado umas das outras, o que chamam de *puxirum*, evento que reúne várias pessoas, e constitui momento de

vivência entre estas, onde, inclusive, dividem a ‘pajiroba’ — uma bebida compartilhada entre todos”.

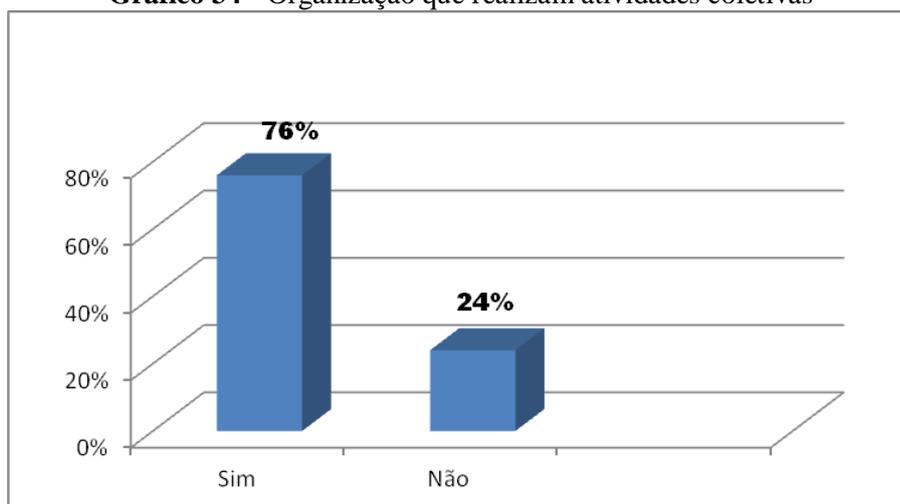
O *puxirum* é “uma técnica social de maximização das energias individuais, o exercício do trabalho coletivo sob forma de ajuda mútua. Na medida em que os trabalhadores assumem com intensidade tarefas idênticas, há uma outra força que se coloca em marcha, não redutível à somatória das forças individuais” (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 173).

O *puxirum* como estratégia coletiva pode ser compreendido a partir de Polanyi (2000), quando toma como base os três fatores da repartição, que são os princípios de reciprocidade, redistribuição e troca, determinados pela relação do econômico e do não econômico (GODELIER, 1981). Nessa perspectiva, a produção não tem como objetivo primordial o máximo possível, e sim a necessidade e a utilidade social numa perspectiva de ser socialmente necessário, seguindo os parâmetros das relações sociais presentes no território.

Com as informações colhidas no território de Juruti podemos compreender que *puxirum* constitui uma prática marcante nas comunidades, além de ser uma base essencial na dinâmica organizativa das comunidades. Isso tem uma forte reflexão nas organizações de associações juridicamente constituídas, principalmente por que essa prática vai ser constitutiva na coesão e na busca de seus objetivos. O levantamento realizado para a elaboração da presente tese mostra que 77% das organizações presentes no território de Juruti realizam atividades coletivas. Para Castro (2010, p. 104), o mutirão foi a base da constituição da luta e da resistência aos ditames da ALCOA.

Quando a gente tava num puxirum em frente à comunidade de Maravilha trabalhando junto com os padres, soubemos que estava tendo confusão na vila, alguns homens tinham ido à frente e logo todos nós que estava no puxirum ajudando na casa paroquial, fomos lá e ajudamos também, ajuntando com o resto do povo que tava na vila. A gente mulher e os homens, uns foram direto pela estrada, outros cortaram pelo mato, pra derrubar madeira pros caminhões da empresa não passar, outros foram direto pra entrada da mina.

Nesse sentido, segundo Castro (2010, p. 103) “o *puxirum* é um exercício de cidadania ao modo local”. Esta modalidade de trabalho e apoio coletivo é um elo cultural com seus antepassados, pois aqueles também realizavam trabalhos na forma de *puxirum*.

Gráfico 34 - Organização que realizam atividades coletivas

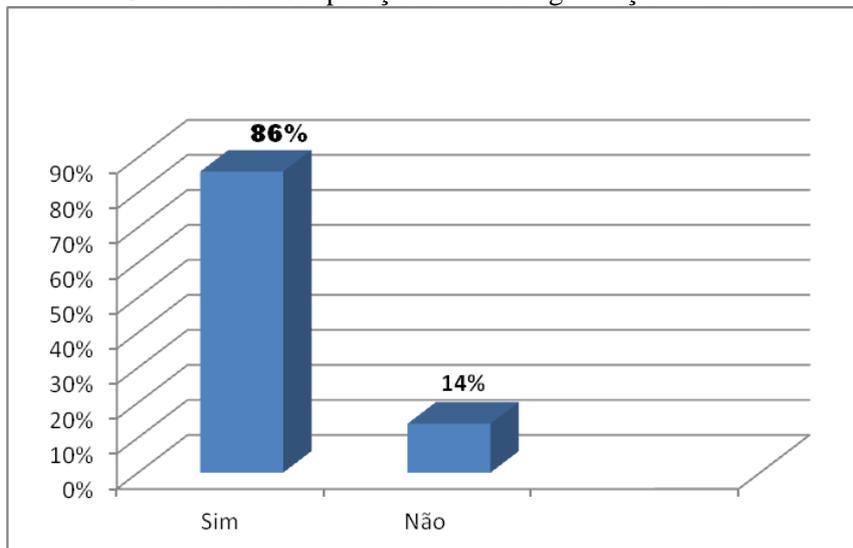
Fonte: pesquisa de campo (2013). Adaptado pelo autor.

A prática coletiva como o *puxirum* está presente em 76% das organizações presentes em Juruti Velho. Nas organizações, as atividades coletivas são mutirão (49%), formação (34%), fundo de ajuda mútua (14%) e outras (3%). Esses fundos têm como propósito, contribuir para atividades produtivas, viagens e necessidades emergenciais dos associados. Eles não necessariamente significam recursos financeiros, e se configuram, muitas vezes, como produtos, como sementes e serviços.

Entre as 24% organizações que não realizam atividades coletivas, os principais motivos apresentados são: 50% por falta de incentivo da coordenação; 40% por falta de interesse dos associados; 10% não responderam.

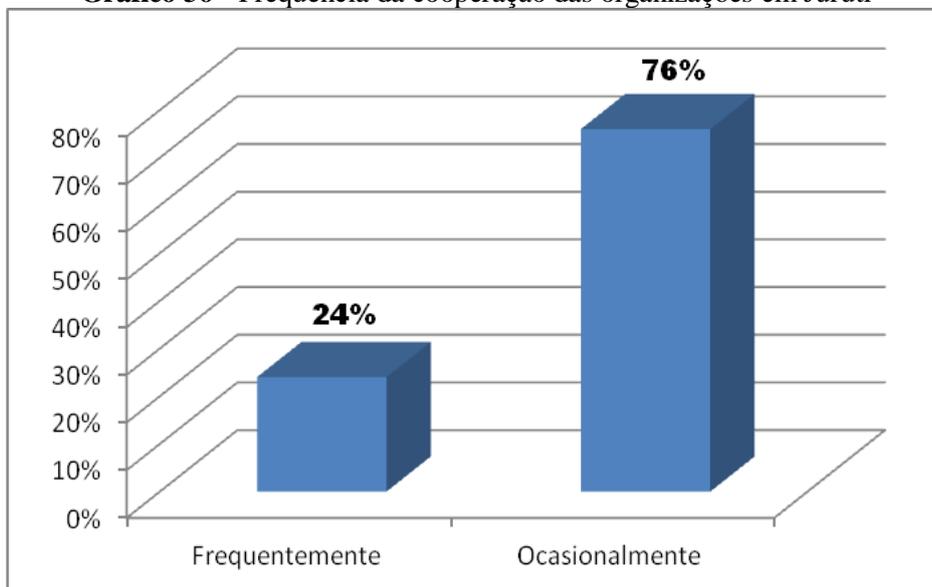
6.1.3 Dinâmica das organizações em Juruti

No campo da compreensão das reivindicações conquistadas pelas comunidades de Juruti, é importante compreender as estratégias das organizações que estão presentes nas comunidades e que constituem as bases institucionais do PAE Juruti Velho. Para isso, incluímos nas entrevistas aspectos relacionados à cooperação, rivalidade e articulação entre as organizações dentro de Juruti, no âmbito regional e nacional.

Gráfico 35 - Cooperação entre as organizações locais

Fonte: pesquisa de campo (2013). Adaptado pelo autor.

Para os entrevistados durante a pesquisa, 86% das organizações, como sindicato, Igreja, associações e entidade que atuam em Juruti Velho, cooperam entre si, principalmente em atividade de interesse comum e que visam incidir junto ao poder público e à empresa.

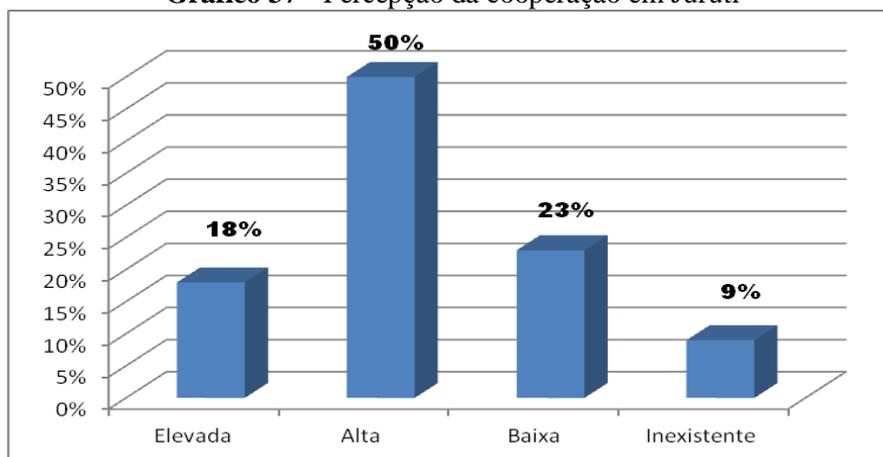
Gráfico 36 - Frequência da cooperação das organizações em Juruti

Fonte: Pesquisa de campo (2013). Adaptado pelo autor.

Na presente pesquisa, junto aos comunitários, observa-se que a cooperação tem um sentido de trunfo das comunidades, ela ocorre em momentos cruciais em que o território e as condições básicas de existências das comunidades estão ameaçados. É a defesa do território e

das condições essenciais para a manutenção da vida. Para os comunitários entrevistados, a percepção da cooperação em Juruti Velho é alta, para 50%; baixa, para 23%; elevadas, para 18 %; e apenas 9% disse ser inexistente. Isso comprova o ambiente propício à cooperação presente no território de Juruti

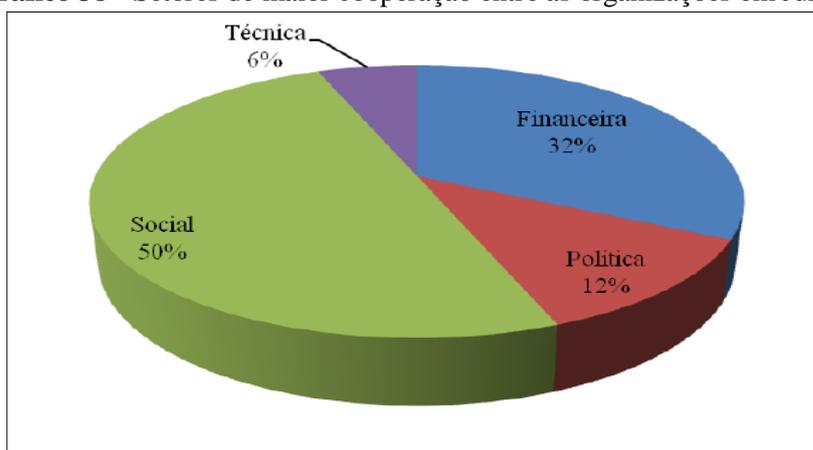
Gráfico 37 - Percepção da cooperação em Juruti



Fonte: pesquisa de campo (2013). Adaptado pelo autor.

O foco na defesa do território e na manutenção do modo de vida das comunidades contribui para que as organizações de Juruti sejam pouco assediadas e propícias à divisão em embates que coloquem em risco os interesses coletivos.

Gráfico 38 - Setores de maior cooperação entre as organizações em Juruti.



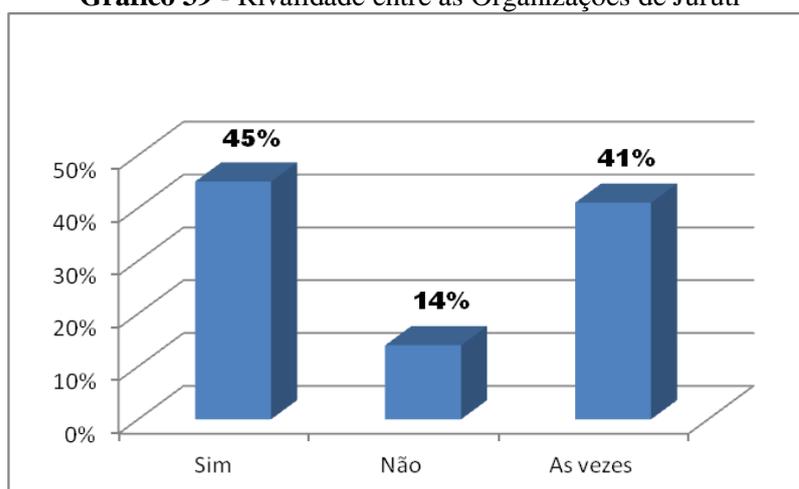
Fonte: pesquisa de campo (2013). Adaptado pelo autor.

Quando o questionamento está relacionado à dimensão em que há maior cooperação entre as organizações, a dimensão social obtém 50%, o financeiro 32%, o político 12% e técnico 6%. Tais respostas cruzam com a necessidade que levaram à constituição das

organizações no território de Juruti, que é o cuidado com as questões sociais envolvendo a luta pela terra, pelo direito e pela vida.

Mesmo tendo pontos capazes de produzir cooperação, segundo as entrevistas, há em Juruti Velho a rivalidade, que muitas vezes acontece por acessos aos recursos oriundos da mineração ou instituição de apoio, que acabam diferenciando as condições entre as organizações; assédio da empresa, surgimento de novos agrupamentos e divisão partidária também são fatores que sustentam essa rivalidade.

Gráfico 39 - Rivalidade entre as Organizações de Juruti



Fonte: pesquisa de campo (2013). Adaptado pelo autor.

Diante do exposto, segundo os entrevistados, a rivalidade existe para 45%, não existe para 14% e às vezes ocorre para 41%. Segundo algumas lideranças religiosas e políticas, a rivalidade tem crescido entre as organizações em Juruti Velho nos últimos anos, principalmente devido ao acesso a recursos, que tem criado certa hierarquia entre elas, e pode dificultar ações conjuntas futuramente.

Um aspecto que a pesquisa buscou observar está relacionado à articulação das comunidades dentro e fora de Juruti Velho. Compreender esses aspectos torna-se essencial, num contexto contemporâneo cada vez mais marcado pelas incidências e organização em rede. O fato de ter relação com organizações fora do território pode possibilitar a ampliação do grau de incidência e pressão sobre a empresa e o Estado. Sendo assim, ao longo desse estudo buscaremos compreender como e com quem ocorrem as articulações internas e externas das organizações de Juruti Velho.

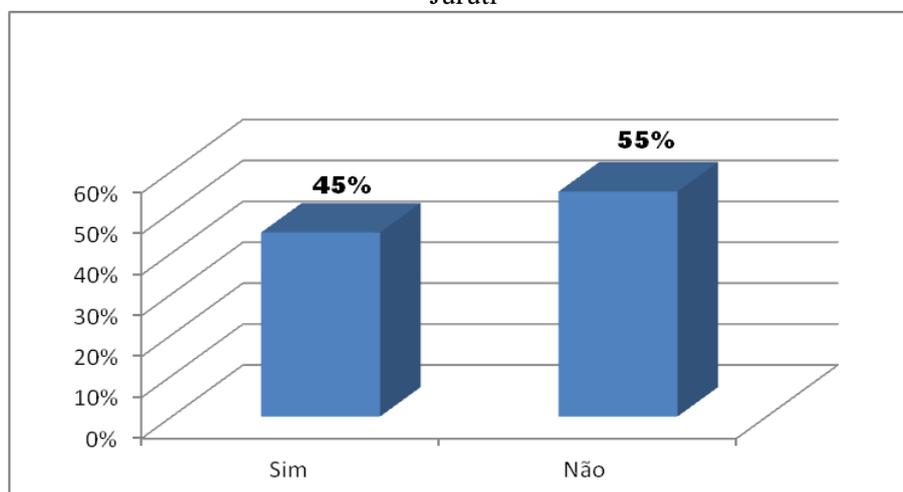
É fato comprovado que Juruti Velho constitui um território extremamente organizado, com organizações dos mais diversos tipos: social, cultural, política e econômica. Essa estrutura organizativa tem uma história enraizada na tradicionalidade alicerçando a formação de agrupamento coletivo e a presença da Igreja Católica, por meio das Irmãs Franciscanas de

Maristella, que serviu (e ainda serve) de apoio intelectual capaz de possibilitar às comunidades o acesso a uma leitura social e a uma perspectiva de projeto de sociedade, além de conectar essas comunidades ao mundo, com a formação e transmissão de informações para outras redes da sociedade, seja no âmbito regional, nacional ou internacional. Isso significa que durante muito tempo a vocalização das demandas das comunidades de Juruti teve a Igreja como principal amplificadora. Fato que ocorreu em diversos processos na Amazônia e outras localidades no Brasil e no mundo.

Nos dias atuais, muitas organizações comunitárias se organizam e criam suas próprias redes e articulações, como os povos indígenas, extrativista e comunidades quilombolas. Fica então a pergunta: as comunidades de Juruti conseguiram participar de uma rede capaz de potencializar suas dimensões sociais, culturais e política? Em nossa opinião, esses aspectos constituem algo emblemático para a organização das comunidades de Juruti, já que no desenvolvimento do processo ocorreu espontaneamente uma divisão da tarefa, em que os agentes eclesiais, até pelos recursos disponíveis, ficavam responsáveis em fazer a ponte entre a comunidade e o mundo, e as lideranças comunitárias em organizar e garantir a mobilização. Notadamente, essa divisão não pode ser algo rígido, relação com uma hierarquia e sim como uma forma de garantir o processo. Nesse sentido, as comunidades de Juruti ainda são carentes de uma rede capaz de retroalimentar, de maneira autônoma, sem tutela, os seus aspectos específicos.

Nas respostas que obtivemos durante a pesquisa, observamos que 55% das organizações mantêm contato prioritariamente com as organizações do próprio território e que somente 45% mantêm contato com entidades fora de Juruti.

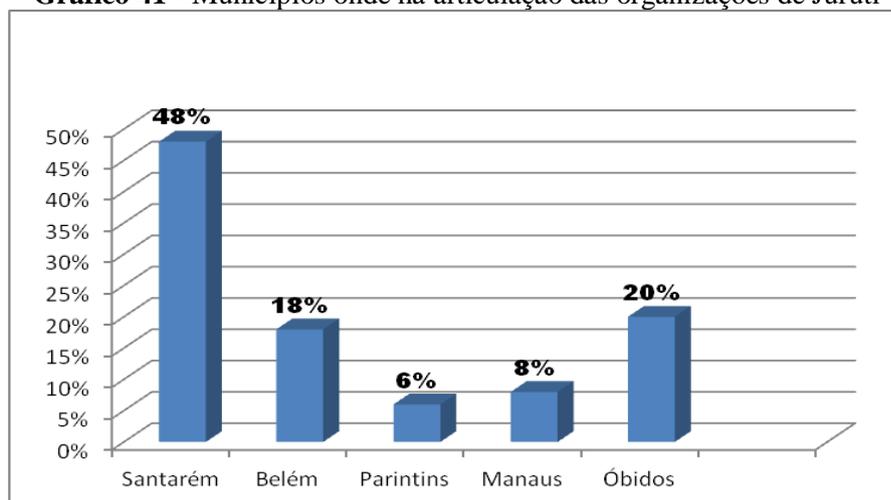
Gráfico 40 - Articulações das entidades locais com entidades e organizações fora do território de Juruti



Fonte: pesquisa de campo (2013). Adaptado pelo autor.

Entre os municípios com maior articulação das organizações locais estão Santarém (48%), Belém (23%), Óbidos (19%), Manaus (6%) e Parintins (3%). Nesse sentido, as organizações de Juruti têm forte articulação internamente no âmbito da região, criando uma entidade com as organizações do Baixo-Amazonas.

Gráfico 41 - Municípios onde há articulação das organizações de Juruti



Fonte: pesquisa de campo (2013). Adaptado pelo autor.

A valorização das relações locais como principal forte de articulação, ao nosso ver, tem profunda relação com a distância, as dificuldades de acesso e comunicação das comunidades de Juruti. Um aspecto importante é que com essa dinâmica as organizações passam a focar em referências concretas e cotidianas e se distanciam do universalismo abstrato presente em diversas perspectivas organizativas.

Uma análise dos documentos relacionados a Juruti, incluídos os indicadores sociais, mostram existir no território mais ou menos 94 organizações, num universo de aproximadamente 92 comunidades, incluído a área urbana e rural. Esses grupos são associações, grupos de mulheres, grupos religiosos, times de futebol, dentre outros.

Na pesquisa bibliográfica e de campo, além de entrevista com lideranças de associações, grupos e entidades, identificamos os grupos e associações mais mencionados num universo dos documentos presentes no Ministério Público - atas de reuniões, relatórios de grupos e projetos desenvolvidos, conversas e entrevistas com lideranças.

Quadro 18- Das Organizações e frequências de citações entre as lideranças nas entrevistas

Nome	Frequências
Igreja Católica – Irmãs Franciscanas e comunidades religiosas	69
ACORJUVE - Associação Comunitária da Região de Juruti Velho	63
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	56
ACOCLEC - Associação Comunitária da Gleba do Curumucuri	35
APRAS - Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Socó I	23
AMTJ - Associação das Mulheres Trabalhadoras de Juruti	18
ACRPM - Associação Comunitária da Região do Planalto Mamuru	13
Z – 42	10
APRAPANE – Associação dos Produtores Rurais do Assentamento de Nova Esperança	8
APRIM – Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Rio Mamuru	7

Fonte: MPE e ALCOA (organizado pelo autor).

A densidade organizativa representada por dezenas de associações comunitárias, sindicatos e Igreja intencionava fazer de Juruti um território singular. O enraizamento das organizações em comunidades cria uma dinâmica própria onde o envolvimento em processo coletivo é quase inevitável. Mesmo com forte densidade organizativa, a participação em uma rede nacional passa a ser um anseio da ACORJUVE; uma rede própria, mais aproximada do perfil social, político e econômico das comunidades, aspectos que não cabem na rede constituída pela Igreja Católica. A participação em uma rede de movimentos sociais significava a maturidade do processo organizativo iniciado em 2000, pois, além de participar de dinâmicas de troca de informações, se poderia ampliar a formação, enunciar demandas locais e buscar apoio que pudesse somar as lutas cotidianas.

As redes da Igreja tornaram-se limitadas devido à sua inconstância e as redes do sindicato se fragmentaram, principalmente no plano externo, que era marcado por disputas e cisões de diferente correntes ideológicas. Neste contexto, a ACORJUVE, instituição com grande representatividade e com maior poder de articulação das comunidades, buscou estreitar vínculo com a Via Campesina, mais precisamente com os Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Fotografia 5 - Presidente da ACORJUVE expõe a bandeira da Via Campesina durante a chegada para manifestação do movimento Juruti em Ação



Fonte: Blog da ACORJUVE

Na visão de uma assessora das comunidades de Juruti, o Sindicato não se mostrava confiável devido ao fato de ter estabelecido alianças com pessoas não comprometidas com as pautas das comunidades, que durante a luta contra os madeireiros, na década de 1990:

Alguns líderes sindicais decepcionaram trabalhadores, Irmãs, Padres e parte da sociedade jurutiense. O sindicato deixou de ser a entidade que defendia a todo custo o direito dos trabalhadores e fez alianças com pessoas que não tinham compromisso com a luta da classe. Na década de 90, a luta contra madeireiros foi uma luta quase que solitária da região de Juruti Velho⁸⁶. (informação verbal).

A busca pela inserção nas redes da Via Campesina⁸⁷ significava fazer da luta das comunidades de Juruti parte integrante da construção coletiva de uma sociedade desejada e possível. Essa conexão numa rede, como a Via Campesina, visava fortalecer as mobilizações e resistências como uma solução viável e desejável aos cidadãos ativos e conscientes das necessidades de transformações do mundo, além de possibilitar a articulação dos movimentos culturais e informacionais capazes de propor alternativas para a humanidade, fundamentadas

⁸⁶ Entrevista de campo realizada em 23 de maio de 2012.

⁸⁷ A Via Campesina é uma organização internacional dos movimentos camponeses. Atualmente o secretariado internacional da Via Campesina (que é rotativo) está situado na Indonésia. Fazem parte da Via campesina no Brasil, os seguintes movimentos: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB); Comissão Pastoral da Terra, (CPT); Pastoral da Juventude Rural (PJR); Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF); Conselho Indigenista Missionário (CIMI); e Pescadores e Pescadoras Artesanais.

em valores democráticos, como bem demonstra o Fórum Social Mundial em suas três históricas edições.

Em 28 de janeiro 2009, durante a realização do Fórum Social Mundial em Belém, 60 comunidades com cerca de duas mil pessoas decidiram ocupar a estrada e parar o funcionamento da mina de bauxita. Essas ações tiveram como motivação, chamar a atenção do mundo e também fazer parte das grandes redes de movimentos sociais presentes no Fórum Social Mundial. Segundo Gerdeonor Pereira, em entrevista a blog Furo:

a primeira motivação foi aproveitar a oportunidade de chamar atenção do mundo para os problemas sociais e ambientais que estamos sofrendo por conta da mineração da ALCOA. Era época do Fórum Social Mundial (FSM). O Mundo estava de olho em nós. A gente queria aproveitar isso e chamar a atenção da sociedade brasileira. O segundo momento foi pressionar a empresa a assinar um termo de compromisso que tentamos negociar desde 2005. A empresa não levou a sério. Ela saiu da mesa de negociação após conseguir a licença prévia (LP). (informação verbal).

Os problemas relacionados a não existência de uma rede ou da não integração com uma rede das comunidades tradicionais consiste no fato que a Via Campesina, hegemônica pelo MST, tem como base de ação o marxismo, que do ponto de vista histórico exclui as comunidades tradicionais por “não apresentarem os identificadores de antagonismo de classe centrados no conflito capital e trabalho”. É importante observar que:

[...] a partir da década de 70, a teoria dos movimentos sociais desaloja a teoria marxista da posição de principal quadro de referência para o estudo dos conflitos sociais, mas, por sua vez, também deixa de fora os movimentos populares tradicionais (CUNHA DIAS, 2003, p. 92).

A participação na Via Campesina para a ACORJUVE significa a possibilidade de articular as comunidades com uma luta de estratégias. A teoria de classe e a perspectiva de construção de um projeto popular para o Brasil, porém, deixam de lado questões específicas relacionadas ao dia-a-dia das mobilizações relacionada à tradicionalidade, etnias e os aspectos específicos comunitários relacionados com a ancestralidade. A ausência da vinculação à rede, com características próximas às das comunidades de Juruti, pode constituir-se em uma fragilidade na medida em que elementos, que são potencialidades, podem ser suprimidos sem uma alimentação de um processo mais sistemático de troca e articulação de lutas específicas travadas em territórios diferentes, em regiões, Estados e países, que muitas vezes não estão presentes nas estratégias e táticas da Via Campesina.

6. 2 A Especificidade e o preço da conquista das comunidades de Juruti Velho

As conquistas consideradas inéditas das comunidades de Juruti Velho constituem um fato *sui generis* no contexto histórico e contemporâneo na Amazônia. Essa afirmativa é cada vez mais verdadeira quanto se relaciona o caso de Juruti Velho a outros embates que vêm ocorrendo na Amazônia no mesmo período, como o de Belo Monte, na região do Xingu, para usarmos como exemplo comparativo.

No caso da hidrelétrica de Belo Monte⁸⁸, a sua construção está prevista para ser construída na região onde está situado o primeiro parque indígena do Brasil, o Parque Indígena do Xingu; situa-se na região da cabeceira do rio Xingu, e numa bacia hidrográfica, do rio Xingu, onde há uma grande diversidade cultural e biológica, e abrange um mosaico de Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs). Mesmo com essa composição social e um contexto político, institucional e ambiental que favoreceu as comunidades de Juruti, no que diz respeito a Belo Monte com as condições favoráveis, o grande empreendimento foi praticamente imposto “*goela abaixo*”⁸⁹, reforçando ainda mais o aspecto específico das vitórias das comunidades de Juruti e sua limitação em ser generalizado.

Segundo o ministério público e o painel de especialistas formados por pesquisadores e estudiosos das questões relacionadas à obra e seus impactos, há uma subestimação dos impactos, pois o “EIA-RIMA considera apenas o metano emitido na superfície do próprio lago, e nem menciona as emissões das turbinas e vertedouros”. Este é apenas um dos exemplos que visa minimizar os impactos da usina (Painel de especialistas, 2009, p.110).

De acordo com o Painel de Especialistas (2009, p. 100), as contradições sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Belo sugere um processo de legitimação neoliberal de prioridade da Política energética adotada para o Brasil, que compromete a garantia de direitos dos povos indígenas, assegurada tanto na Constituição Federal Brasileira e na Convenção 169

⁸⁸ UHE de Belo Monte é a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal e terceira maior usina hidrelétrica do mundo em construção. O projeto original prevê a construção de cinco hidrelétricas a serem construídas no Rio Xingu. O projeto demanda a necessidade da construção do conjunto de tais hidrelétricas, uma vez que o Complexo Hidrelétrico Belo Monte sozinho não satisfaz suas expectativas técnicas em vista da sazonalidade da vazão do Rio Xingu.

⁸⁹ Expressão utilizada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em reunião com autoridades do setor energéticas brasileiras e lideranças comunitárias de Altamira, entre elas o bispo do Xingu Dom Erwin Kräutler. Nessa reunião realizada em 22 de julho de 2009, após ouvir os dois lados, Lula afirmou que nada será empurrado “*goela abaixo de ninguém*” e que a questão deverá ser pactuada. A reunião deu início a uma nova rodada de conversas que vai avaliar se a defesa do projeto feita pela Eletrobrás responde às questões levantadas pelos movimentos sociais.

da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Para o Ministério Público Federal, no processo de envolvimento da UHE Belo Monte estão presentes alguns fatores: “para implementar o projeto, o governo federal vem ignorando a legislação e pesquisas sobre a viabilidade econômica, sobre os impactos socioambientais e sobre alternativas de geração de energia”; “a Eletronorte tentou fazer licenciamento por meio da Secretaria de Meio Ambiente do Pará (SEMA/PA). O MPF conseguiu na Justiça que o licenciamento fosse atribuído ao IBAMA, conforme prevê a lei”; “a justiça também determinou que, ao contrário do que a Eletronorte fez, a empresa responsável pelos estudos de impactos ambientais não poderia ter sido contratada sem licitação”; “Diferente do que determina a Constituição, oitiva prévia a indígenas não foi realizada”; “Estudos de impactos ambientais começaram a ser feitos sem o termo de referência, e conjunto de diretrizes que o IBAMA estabelece sobre o que deve ser abordado nesse tipo de estudo”; “sem licitação, foram contratadas três das maiores empreiteiras do país para fazerem estudos ambientais”; “os estudos ambientais foram entregues incompletos ao IBAMA que os aceitou assim mesmo”; “as audiências públicas para discussão dos estudos ambientais foram realizadas em apenas três dos 11 municípios atingidos”; “a seca pode atingir populações indígenas e ribeirinhas, que dependem diretamente do Xingu para sobreviver”. Outros aspectos também são questionados pelos especialistas, MPF e lideranças sociais.

a) “O governo de esquerda”

Esses aspectos levantados por especialistas e o MPF mostram que não há similaridades entre os dois processos: Belo Monte e Juruti. Em Belo Monte, o contexto político não favoreceu as comunidades, ao contrário seguiu os caminhos comumente utilizados na imposição de grandes projetos, como o favorecimento das empresas em detrimento das comunidades do Xingu. E mesmo as leis constitucionais, acordos internacionais e outros arcabouços que beneficiam as comunidades de Juruti, no caso de Belo Monte foram amplamente ignorados pelo Estado. Para o antropólogo Antonio Carlos Magalhães, no Painel de Especialistas “causa surpresa e preocupação também a omissão da análise de impactos sobre índios isolados na região, que sabidamente existem e caminham pelas matas das terras indígenas e unidades de conservação, reservas extrativistas e estação ecológica existentes na região. A única menção a estes índios, apenas corrobora a sua existência” (2009, p. 62). Os índios isolados também são citados no EIA,

Outra questão relevante e intimamente relacionada à questão territorial refere-se à presença de grupos isolados na área. Nesse sentido, no dia 26/08/2008, na aldeia Koatinemo, Fábio Ribeiro gravou um relato no qual Apebú Asuriní descreve em detalhes a ocasião em que ele e outros indivíduos confirmaram a existência de índios isolados não identificados pelos Asuriní nas cabeceiras do igarapé Ipiaçava, limite norte da TI Koatinemo. Inclusive, essa informação foi confirmada pelo sertanista Afonso Alves da Cruz (atual Chefe de Posto da TI Cachoeira Seca), no dia 19/03/2009. Afonso participou na década de 1990 de uma expedição para essa região em companhia de alguns Asuriní. Embora não tenham tido contato visual direto com o grupo isolado, foram encontrados diversos vestígios de presença humana na área (EIA, 2013, não paginado).

A presença da Igreja Católica, com ação coletiva voltada a incentivar a organização de comunidades rurais, tradicionais e indígenas, assume dimensões intensas nos territórios do Xingu⁹⁰. Foi a igreja que iniciou a organização dos trabalhadores rurais da Transamazônica com a ação pastoral da ala progressista da Igreja Católica, a partir dos trabalhos desenvolvidos na prelazia do Xingu e Dioceses de Santarém e Itaituba. Além da Igreja Católica, calcada na teologia da libertação, o território tinha a Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educação (FASE) com um importante papel junto às comunidades e lideranças religiosas no final dos anos 1970, com o objetivo de fortalecer o sindicalismo rural.

Em 1978, ocorreram as primeiras manifestações organizadas pelos embriões dos órgãos sindicais, motivadas pelas decepções com o preço dos produtos agrícolas da região, principalmente o arroz. Em Altamira, precisamente no, até então, distrito de Brasil Novo⁹¹, surge a organização sindical dos colonos da Transamazônica que, em 1988, assumiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Altamira, criado durante a ditadura militar com a finalidade assistencial e paternalista (LEROY, 1991).

O incentivo a organizações da Igreja, fase outras instituições, possibilitou o surgimento de STRs, que passaram a ser mediadores políticos das comunidades. Essa

⁹⁰ Para Nascimento (2010, p. 183), a Prelazia do Xingu é marcada por uma “resistência eclesiológica” em conjunto com a “Igreja local de São Félix do Araguaia, em Goiás” e “cujo bispo, Dom Erwin Klauter, está ameaçado de morte após o assassinato da religiosa Irmã Dorothy Stang”. Para o autor: “Fieis ao anúncio de um Evangelho libertador, que vê na pessoa do prisioneiro político Jesus que foi morto em prol de uma nova sociedade, essas igrejas continuaram desafiando o retrocesso dos muros conservadores do Vaticano que, de certa forma, renega o Concílio Vaticano II e implanta uma postura do silêncio diante dos desafios da humanidade vitimada pela lógica indolente do capital”.

⁹¹ O então distrito de Altamira, Brasil Novo foi, Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Brasil Novo, pela lei estadual nº 5672, de 13-12-1991, desmembrado de Medicilândia, Altamira e Porto Moz.

histórica organizativa possibilitou que na região fossem criados movimentos de cunho amplo voltados a enfrentar o isolamento e a crise da produção dos agricultores nessa região. Nesse contexto, surgiu a partir dos agricultores o Movimento pela sobrevivência da Transamazônica (MPST), com o objetivo de buscar novos rumos para o projeto de Colonização da Transamazônica. O relatório do MPST afirma: “descobrimos que era preciso sobreviver na Transamazônica, unificar a luta e partir para uma mobilização geral para forçar as autoridades a retomar o projeto de colonização” (MPST, 1994, p.29).

No decorrer da sua história, a região do Xingu passou por um intenso processo de organização constituído pelos STRs, Associações, Cooperativas e outras instituições com ampla habilidade de pensar e intervir junto à sociedade e apresentar proposta de desenvolvimento enraizadas na vida de agricultores, migrantes, ribeirinhos e indígenas. Na atualidade, a região possui umas das maiores articulações voltada a resistir ao projeto de Belo Monte, o **Movimento Xingu Vivo para Sempre** (MXVPS), que segundo o site é:

Um coletivo de organizações e movimentos sociais e ambientalistas da região de Altamira e das áreas de influência do projeto da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que historicamente se opuseram à sua instalação no rio Xingu. Além de contar com o apoio de organizações locais, estaduais, nacionais e internacionais, o **MXVPS** agrega entidades representativas de ribeirinhos, pescadores, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas, moradores de Altamira, atingidos por barragens, movimentos de mulheres e organizações religiosas e ecumênicas⁹².

Uma breve análise do caso de Belo Monte contradiz o de Juruti Velho, principalmente por apresentar condições e objetivos semelhantes ao do território do baixo-amazonas. Esse aspecto limita qualquer tentativa de generalização da abordagem utilizada em Juruti e reforça a sua especificidade que pode estar diretamente relacionada às dimensões e a hierarquização das prioridades estratégicas do Estado Brasileiro. É importante lembrar que UHE de Belo Monte é a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal e terceira maior usina hidrelétrica do mundo. Em termos de investimento, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS), como foi noticiado pelo Jornal Folha de São Paulo do dia 17 de abril de 2010, “financiará até 80% de Belo Monte”. Esses aspectos, inicialmente, constituem-se em fatores que possibilitam a diferenciação de tratamento do Estado em relação a Juruti e a

⁹² XINGU VIVO (2014).

Belo Monte. É evidente que tal comparação precisa ser aprofundada a partir de técnicas de estudos científicos capazes de enumerar as diferenças relacionadas a essa temática.

No âmbito interno, as conquistas alcançadas pelas comunidades de Juruti Velho apresentam impactos que podem ser classificados como favoráveis e outros considerados desfavoráveis. Considera-se favorável a capacidade que essas comunidades exerceram no reconhecimento da tradicionalidade, da territorialidade e a estrutura organizativa enraizados em um processo histórico e relacional. Em relação aos aspectos desfavoráveis, considerando este aspecto muito recente, relacionam-se ao custo ou o preço da conquista, já que as comunidades passam a conviver com aspectos outrora ausentes, como a presença monetária mais intensa, principalmente a partir do gerenciamento e acesso dos 1,5% *royalties* provenientes da extração da bauxita no PAE de Juruti Velho.

Historicamente, a relação entre empresas e comunidades na Amazônia é de imposição de uma determinada lógica de desenvolvimento contrária ao modo de vida das comunidades autóctones da região. O trauma está relacionado à ação de dependência estabelecida pelas empresas juntos às comunidades. As comunidades indígenas do Xingu, em entrevista, “expressaram o temor de serem obrigadas a estabelecer uma relação de dependência com as empresas responsáveis pela construção e operação da usina” (MELLO, 2013, p.134). O autor enfatiza que “a partir da experiência pessoal e histórica de outros povos indígenas em Tucuruí, esses indígenas repudiam a situação de submissão que observaram vigorar entre empresas e povos indígenas (MELO, 2013, p.134)..

Percebe-se que quando se trata de comunidades e grandes empreendimentos a, história mostra uma versão de perdas para as comunidades, mesmo que as mesmas tenham recebido algum tipo de indenização. Um dos exemplos pode ser a indenização paga pela passagem da linha de transmissão da Eletronorte⁹³ nas aldeias e terras indígenas de Mãe Maria dos Kyikatêjê⁹⁴. Segundo Ricardo (1985), como indenização essas comunidades receberam o equivalente a 40 milhões de cruzeiros, que atualizados representam 7.923.584,60, o que significa menos da metade dos 87 milhões estimados decorrentes dos impactos pela FUNAI.

O mesmo ocorreu no território dos Gavião, onde a Estrada de Ferro de Carajás⁹⁵ produziu impactos imensuráveis para o modo de vida dos indígenas. Como recompensa, essas

⁹³ A construção da linha de Transmissão da Eletronorte foi autorizada pelo Decreto n°. 80.100, de 08 de agosto de 1977.

⁹⁴ A Terra indígena Mãe Maria encontra-se atualmente diretamente afetada por três grandes empreendimentos: uma estrada de ferro da Vale, a rodovia BR-222 e uma linha de transmissão.

⁹⁵ Autorizado pelo Decreto n°. 91.078, de 12 de março de 1985.

comunidades receberam, em 1982, uma indenização da então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) de 56 milhões de cruzeiros, valor atualizado para os dias atuais de 2.618.778,62, um valor mínimo comparado aos impactos produzidos. Para Ricardo (1985, p. 96), tal indenização teve um caráter “meramente simbólico diante do ruído, da poluição das águas e da cobertura vegetais”, além de todos os impactos sociais ocasionados pelo fluxo migratório e a presença do trem durante centenas de ano.

Como meio de compensação pelos danos causados à comunidade, a Vale repassa um valor mensal à comunidade para a manutenção das atividades de educação, saúde, transporte e alimentação e financia projetos agrícolas visando a “autossustentabilidade”, numa concepção de desenvolvimento ocidental capitalista. Segundo informações de lideranças comunitárias e sociais, a empresa Vale ameaça cancelar o repasse caso essas comunidades provoquem algum tipo de obstrução na estrada de ferro.

Há muitas evidências nas estratégias dos empreendimentos econômicos em buscarem repasses de recursos financeiros como recursos para incentivar a divisão interna das comunidades. Segundo Mello (2013, p.135), para comprovar tal aspecto, o autor cita uma entrevista com um indígena da etnia Juruna, acerca dos impactos com a construção de Belo Monte.

O maior impacto que eu acho também é que às vezes, por exemplo, eu e ele, nós somos parentes, mas devido à empresa colocar tanta coisa na cabeça dele, ele vai e fica contra eu. Isso já acontece lá dentro da nossa aldeia, porque eles ficam indo lá e dando presentinho, só pra eles. Quando a gente vai falar contra, eles acham ruim. Ficam colocando os parentes uns contra os outros, até os parentes se confrontar (Indígena da etnia Juruna).

A monetarização da vida comunitária na Amazônia tem profunda realização com ampliação do estilo de vida ocidental transposto para essa região com os grandes projetos, exploração colonial e a migração de colonos para terras de comunidades tradicionais e indígenas. Silva e Ferreira Neto (2014) relatam as modificações ocorridas com os Índios Suruí, povo que tem seu território localizado entre os estados de Rondônia e Mato Grosso, no Brasil.

Esse processo de monetarização do cotidiano dos povos indígenas está relacionado à exploração de madeira em território Suruí, causado impactos perversos na vida social dessas comunidades.

[...] Se, por um lado, a invasão dos colonos despertou certa mobilidade populacional para além da Terra Indígena Sete de Setembro, por

outro, a fim de assegurar a sua posse, o aliciamento madeireiro passou a estabelecer uma nova lógica econômica, que se desdobrou na ocupação dos espaços da Terra Indígena, causando a dispersão dos indígenas pelo território e a criação de novas aldeias. Esse processo ocorreu em razão de os indígenas perceberem que, ocupando os espaços ainda não explorados, tornavam maiores os benefícios monetários individuais recebidos em decorrência da extração de madeira, por meio de acordos assimétricos entre suruí e madeireiros. (SILVA; FERREIRA NETO, 2014 p. 168).

Envolvidos pela lógica impostas monetária, os indígenas passaram a precificar a natureza: “Além do valor espiritual, a natureza passou a ter, no universo de significados dos Suruí, valor econômico, dando início às trocas monetárias, sobretudo pela venda de madeira” (SILVA; FERREIRA NETO, 2014 p.168). É nesse período que as “as malocas são substituídas por casas de madeira, perdendo os indígenas a organização espacial tradicional e a técnica de confecção das malocas, que os protegiam da entrada de animais, como morcegos, de modo que eles ficaram mais vulneráveis a novas doenças” (SILVA; FERREIRA NETO, 2014 p.168).

Ribeiro (2009), ao estudar a comunidade indígena dos Asuriní, em Altamira, constatou que a monetarização introduz o consumo de produtos industrializados, que passaram a fazer parte da dieta alimentar dos dessas comunidades e, com isso das relações entre os índios na aldeia. Segundo o autor, isso não aconteceu na forma de troca e reciprocidade, de acordo com padrões da economia indígena, e sim com base nas relações monetárias.

Como consequência desse processo de estreita relação com os não índios e suas práticas, ocorreu supressão de território, reservas naturais, matéria-prima, para que essas comunidades indígenas garantissem o atendimento de suas necessidades.

Müller (1997), ao estudar os Asuriní, diz que os recursos adquiridos por essa comunidade serviam para satisfazer as necessidades adquiridas, como arma de fogo, munição, motores e combustíveis em uma determinada época. Os Asuriní, segundo Müller (1993), passaram a praticar escambo dos artefatos, como a cerâmica, visando à obtenção e o consumo de produtos industriais via posto indígena.

Silva e Ferreira Neto (2014), ao estudarem os Suruí, acerca da monetarização, ponderam dizendo que a racionalidade do mercado não é unidirecional. Gordan (2006, p. 37), acerca da relação das comunidades Xikrim do Cateté com a sociedade industrial diz que:

Há uma questão de fundo em todo o caso, que reside em nossa incapacidade de enxergar as relações dos índios com os objetos oriundos da sociedade industrial capitalista como um fenômeno

autêntico. Apesar de sabermos que nosso mundo é movido pela produção em massa de objetos, pela produção do desejo voltado a eles e por seu consumo igualmente massivo, quando se trata dos índios é como se houvesse um imperativo de separação. Os índios não podem querer tais coisas que lhes são estranhas e, se as querem, algo estranho lhes acomete.

A exposição de Gordan (2006) mostra que é possível as sociedades indígenas relacionarem-se com a sociedade de consumo capitalista sem, necessariamente, se descaracterizarem em sua plenitude.

Em Juruti Velho, o processo organizativo e de mobilização fez com que essas comunidades passassem a receber recursos de naturezas diferentes, apesar de serem da mesma matriz a produção mineral. Inicialmente, elas começaram a receber os recursos de 1,5 dos *royalties*, que são referente ao direito superficiário e depois de um estudo realizado pela ECOIDEIA passaram a serem beneficiados pelos chamados recursos indenizatórios, oriundos da mensuração relacionadas à “destruição” dos recursos naturais, florestais, paisagísticos, culturais, materiais e imateriais. Esses recursos, segundo alguns estudiosos, podem chegar a uma quantia de 200 mil reais. É importante ressaltar que os recursos de caráter indenizatórios são decorrentes da incidência dos órgãos governamentais, como INCRA, MPF, MPE e a ALCOA, com a realização de um estudo de perdas e danos que mensura os danos materiais e imateriais, visando calcular o montante indenizatório que a ALCOA irá repassar às comunidades nos próximos anos.

No caso de Juruti, a densidade da organização comunitária possibilitou uma ação articulada capaz de limitar a cooptação e a divisão comunitária, fortalecendo a ação coletiva voltada à aquisição de beneficiamento comum a todas as 46 comunidades do PAE Juruti Velho. Com a organização e mobilização, foram reconhecidos pela empresa e o Estado a tradicionalidade e o direito sobre o território, além disso, a ação das comunidades possibilitou o recebimento de 1,5% dos *royalties*, gestados a partir de diretrizes e estratégias definidas coletivamente pelas próprias comunidades, por meio de sua organização, a ACORJUVE.

Os impactos do recebimento de uma quantia de recursos que já ultrapassam os 20 milhões de reais junto à organização, a relação e a dinâmica social dessas comunidades constituem objeto a ser pesquisado e aprofundado, principalmente por se tratar de uma novidade na história das comunidades tradicionais na Amazônia. Os quatro anos de vivência dessa novidade, a partir de 2009 a 2013, permite que sejam apontados alguns elementos que podem ser classificados como o “preço da conquista”. É evidente que tais pontos podem ser

refutados no decorrer da história por ser tratar de ser um processo novo vivenciado pelas comunidades.

Inicialmente, é preciso deixar claro que os recursos recebidos pelas comunidades de Juruti Velho são da mesma fonte, porém de origem diferenciadas. Sendo da mesma fonte, significa que são provenientes da atividade de mineração que ocorre no território desde 2009. Em relação às duas fontes, a primeira é proveniente do direito superficiário, que tem gerado uma participação de 1,5% dos recursos da comercialização da bauxita para as comunidades. Inicialmente, é essa fonte que vem sendo repassada às comunidades desde 2009, com a entrada em operação da mina. A segunda fonte de recursos está em vias de ser repassadas; é a indenização pelos danos aos ecossistemas, à vida social, à economia e à cultura das comunidades. Esse pagamento será mensurado em decorrência dos estudos dos impactos materiais e imateriais realizados pelo ECOIDEIA junto às comunidades. Estima-se que tal indenização chegue a um patamar de mais de 200 milhões de reais.

Esses recursos somam-se ao recebimento pelos moradores de programas sociais, como o bolsa família e o bolsa floresta. Essa possibilidade de acesso à espécie monetária pelas comunidades, como outrora não ocorria, tem, segundo alguns assessores e lideranças, impactado diretamente na vida de comunidade, construída devido à “escassez” de recursos e do isolamento profundamente enraizados na confiança, cooperação e solidariedade. Para as lideranças religiosas do território de Juruti Velho, para as Irmãs Franciscanas de Maristella, a “ausência” de habilidade coletiva pode fragmentar e comprometer as bases da organização e mobilização que levaram ao alcanças das reivindicações coletivas.

O repasse de 1,5% a partir de 2009 já somou uma quantia que ultrapassa os 18 milhões de reais, com total gerenciamento das comunidades por meio de sua organização, a ACORJUVE. Os destinos dos recursos seguiram a definição da assembleia dos associados. A assembleia dos comunitários definiu que os recursos seriam divididos trimestralmente em duas partes. Uma parte seria repassada às famílias, em espécie, e a outra seria destinada a um fundo voltado a apoiar projetos e ações coletivas, como a construção de 10 microssistemas de abastecimento de água, transporte escolar e iluminação comunitária, além de apoio a atividades coletivas de esporte e lazer.

É fato que os recursos oriundos da extração mineral e de programas governamentais impactaram diretamente na vida comunitária em Juruti Velho. Esse impacto está relacionado à “monetização” do cotidiano. Essa monetização estaria, segundo lideranças, assessores, pesquisadores, evidente no abandono de práticas coletivas constituídas em um período de escassez monetária e técnicas vivenciadas historicamente em Juruti Velho, como o *puxirum*.

São comuns relatos que apontam para uma vivência inserida numa organização econômica e social, de reduzida acumulação de capital, e a inexistência da utilização de mão-obra assalariado. É desse quadro que surge o *puxirum*, uma “técnica social de maximização das energias individuais, o exercício do trabalho coletivo sob a forma de ajuda mútua” (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 173). Na atualidade, com o advento dos recursos oriundos da mineração, existem depoimentos que muitos “*puxiruns*” passaram a ser pagos e regados a alimento e bebidas industrializadas, o que deixa de lado as práticas de confraternização e partilha de técnicas e saberes, presentes na pajiroba e outras bebidas de origens ancestrais que outrora lubrificavam a convivência comunitária.

O possível impacto da monetarização tem sido uma constante preocupação de lideranças e assessores que contribuíram no processo de organização, mobilização e resistência das comunidades. Esse assunto foi amplamente debatido em uma assembleia comunitária realizada no dia 10 de fevereiro de 2011, com a participação do procurador do Ministério Público Estadual (MPE), Dr. Raimundo Moraes, pesquisadores e lideranças religiosas e sociais de Juruti, prelazia de Óbidos e Belém.

Na assembleia comunitária de fevereiro de 2011, as lideranças e assessores levantaram alguns aspectos que podem apontar para a direção dos impactos da monetarização da vida comunitária em Juruti, decorrentes dos recursos da mineração e dos programas sociais. É evidente que qualquer afirmação constitui um ato involuntário, já que o processo é recente. Sendo assim, apontamos alguns aspectos que podem ser consequência da monetarização da vida comunitária, sem a pretensão de encerramentos o debate.

b) A ameaça ao sentido de comunidade

A preocupação em fortalecer o sentido da comunidade, nesse novo momento vivenciado pelas comunidades, esteve presente na fala do procurador Raimundo Moraes, durante a assembleia realizada em fevereiro de 2011. Para Moraes, as conquistas colocam a necessidade de ser trabalhado pelos moradores de Juruti Velho o “sentido de comunidade”, que está relacionado à identidade, que agora mais do que nunca, precisa ser pensado culturalmente, economicamente e politicamente.

Segundo o Dr. Raimundo Moraes, o que está sendo suprimido pela mineração é “um patrimônio coletivo”, ou seja, o que não pertence individualmente aos membros das comunidades. Isso significa que esse patrimônio não pode ser fragmentado, dividido ou apropriado de forma individual. Tal aspecto coloca, segundo o procurador, a questão de como

esse bem que está sendo suprimido, e por isso remunerado, “continuar sendo coletivo” no processo de indenização e como ele pode ser acessado individualmente pelos comunitários. Sendo assim, para o procurador, o desafio central é como gerenciar “esse patrimônio”, traduzido em recursos dos *royalties* e remunerações indenizatórias, de forma que eles não sejam fontes de “destruição” e sim de “fortalecimento” da comunidade.

Na perspectiva do procurador, ser comunidade significa fortalecer relações solidárias, coesas de forma “espontâneas, cotidianas e permanentes, em que se configurariam certas identidades comuns – com a consciência ou sentimento do “nós”, em oposição aos “outros” – propícias à prática da “vida em comum” e do associativismo (FRÚGALI JR. 2003, p.108).

Sendo assim, uma opção errônea relacionada à gestão e partilha pode abalar as relações comunitárias definidas pelos interesses e propósito comuns ou marcas culturais, com base na partilha de interesses e valores (ORNELAS, 2008). Utilizando a história da galinha dos ovos de ouro⁹⁶, o procurador Raimundo Moraes expõe o desafio das comunidades com o recebimento do recurso. Na história contada por ele, “o dono da galinha, cego de ambição, matou a galinha visando arrancar todos os ovos de sua barriga. Sendo que para sua decepção dentro dela só havia o que há dentro de todas as galinhas: tripas, coração, moela, rins e sangue”⁹⁷.

Para o procurador, esquecer-se da dimensão coletiva do que está sendo suprimido pode levar à decepção, à divisão, ao empobrecimento e à perda da “galinha dos ovos de ouro”. É importante lembrar que em seu aspecto moral a história contada pelo procurador guarda a mensagem “quem tudo quer tudo perde”. A intenção de Raimundo Moraes é alertar a comunidade em adotarem a perspectiva de gerenciamento do recurso na forma de um fundo de poupança comunitária, em que o rendimento possibilita o aperfeiçoamento da agricultura, do extrativismo e das práticas coletivas de convivência em Juriti.

⁹⁶ Fábulas de **Esopo**. O autor tem sua origem marcada por muito mistério e cercado de muitas lendas. Mas, pode ter ocorrido por volta do ano 620 a.C.

⁹⁷ **Um camponês e sua esposa** possuíam uma galinha, que todo dia, sem falta, botava um **ovo de ouro**. No entanto, motivados pela ganância, e supondo que dentro dela deveria haver uma grande quantidade de ouro, eles então resolveram sacrificar o pobre animal, para, enfim, pegar tudo de uma só vez. Então, para surpresa dos dois, viram que a ave em nada era diferente das outras galinhas de sua espécie. Assim, o casal de tolos, desejando enriquecer de uma só vez, acaba por perder o ganho diário que já tinham, de boa sorte, assegurado.

Na abordagem do Dr. Moraes, insistir na divisão individual pode, em longo prazo, representar um grande golpe nas bases que alicerçaram a organização e mobilização das comunidades.

Entre as metáforas utilizadas pelas lideranças presente na assembleia o Padre Anchieta, pároco da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, preocupado com a divisão, e diante da exuberância dos recursos oriundo da mineração, lembra o “Bezerro de Ouro” símbolo da divisão, desvio, mudança de rumo e objetivo do povo guiado por Moisés. A preocupação do sacerdote é com a “gestão e uso dos recursos”, já o mesmo pode abalar a essência comunitária. “O padre ainda citou um trecho do evangelho que diz que as raízes de todos os males é o dinheiro.” As metáforas utilizadas pelo procurador e pelo padre representam a tentativa de alerta aos comunitários para os perigos decorrentes da nova fase que está sendo vivenciada. Essa nova fase poderia ser marcada por uma infinidade de riscos.

Os depoimentos na assembleia tiveram relatos de moradores que outrora migraram para a cidade, e devido à nova fase vivenciada em Juruti Velho estão retornando. Tal aspecto coloca o desafio de como lidar com os fluxos de pessoas que buscam os benefícios oriundos da mineração. Além do retorno de antigos moradores, existe o caso de comerciantes que buscam se instalar na Vila. O reflexo desta situação está no início do ano de 2011, no qual, foram sete (07) lojistas em busca de instalação em Juruti Velho, o que mostra o atrativo para comerciantes e pessoas do momento vivenciado pelo território (ACORJUVE).

Raimundo Moraes ainda reflete que o recurso coloca o desafio de ser comunidade, manter a autonomia e a unidade sem excluir, dividir ou usurpar os direitos de ir ou vir. Na verdade, a nova situação vivenciada pelas comunidades a partir de suas conquistas cria questionamentos, encruzilhadas e opções a serem tomadas e para serem mais consistentes precisa estar enraizados na busca de sempre priorizar o que é coletivo e melhor para todos.

O advento do dinheiro participando de forma mais efetiva na vida dos comunitários introduz na sociedade capitalista e seus “novos desejos” no PAE. A vida de privação, base para o desenvolvimento da ação coletiva e partilha, com os o recebimento de 50% dos *royalties*, em forma de partilha individuais, acabando passando a sensação de uma nova fase de cada um dos associados à ACORJUVE, ficando a busca de uma plenitude comunitária restrita às vontades utópicas de alguns dirigentes e assessores, principalmente vinculados à Igreja Católica progressista. Com base em Morin (1986, p.312), podemos dizer que “o jogo do devir é de uma prodigiosa complexidade”. Essas comunidades passam a fazer parte de uma história que “inova, deriva, titubeia. Muda de trilho, perde o rumo: a contracorrente provocada por uma corrente mistura-se com a corrente e, tirando-a do rumo, torna-se a corrente. A

evolução é deriva, desvio, criação, e também rupturas, perturbações, crises” Morin (1986, p. 312). Os recursos, na verdade, colocam novos elementos que precisam ser amadurecimento, e reflexão interna e externa capaz de superar padrões e preconceitos típicos do encontro com o novo.

c) O Individualismo

Com a conquista monetária, a acesso a apetrechos da sociedade ocidental, via a moeda, é introduzido em Juruti um abismo: a possibilidade de separação entre o indivíduo e a natureza. Segundo Shalins (1979, p.68), ao abordar o individualismo, “o individualismo e a separação concomitante entre o homem e a natureza desajuntaram assim o bem, o verdadeiro e o belo, e introduziram um profundo abismo entre *ser* e *dever ser*”. Essa situação é “o quinhão que nos toca no sentido de que ela está no âmago da cultura ou civilização moderna”. Para Weber (1987, p.167), "a expressão individualismo inclui as coisas mais heterogêneas que se possa imaginar".

Esse individualismo precisa ser mais bem refletido no âmbito de Juruti, porém os primeiros relatos mostram que a “conquista monetária” tem possibilitado a libertação das limitações pessoais, econômicas e tecnológicas e introduzido o individualismo, como acredita Simmel (1971, p.220), ou seja, a consciência da unicidade do indivíduo. O individualismo remonta ao Renascimento, com o surgimento do humanista e substituição do modelo teocêntrico de explicação da realidade pelo modelo antropocêntrico. Nesse período, a história passa a ser vista como consequência das ações humanas, e não mais divinas. Porém, é somente no século XVIII que o individualismo passa a estar presente em toda a sociedade europeia. O individualismo estará relacionado à ideia de liberdade, ao princípio de igualdade natural, interessando ao homem universal, e não o homem particular. Historicamente, é nesse período da humanidade que a natureza passa a sofrer com a individualização.

No século XIX, o individualismo ganha nova conotação, e a busca da liberdade evoca a desigualdade, é não mais a igualdade, como no século passado. Segundo Simmel (1971, p. 222):

[...] o indivíduo ter se libertado, em princípio, das enferrujadas cadeias da corporação, do *status* hereditário e da igreja, a procura da independência continuou até o ponto em que indivíduos que haviam se tornado independentes quiseram também se distinguir uns dos outros. O que importava então não era mais que o indivíduo fosse livre por ser um indivíduo [um exemplar da espécie humana], mas que fosse um indivíduo particular e insubstituível.

É nesse período que o individualismo se desloca da constituição do homem moderno como sujeito político e civil para a esfera da subjetividade pessoal. Sendo assim, a busca de autodeterminação e um novo tipo de relação com os outros passam a “meras estações ao longo da estrada através da qual o ego chega até o seu *self*” (SIMMEL, 1971, p. 223).

Simmel (1971), em sua análise acerca do individualismo situado nos séculos XVIII e XIX, classifica o mesmo como: *individualismo quantitativo* e *individualismo qualitativo*. Sendo que a passagem de uma forma à outra produz uma mudança de valores contribuindo diretamente para a formação da sociedade moderna. É nesse período que passamos a ter mais claro a irrevogável dicotomia indivíduo *versus* sociedade, em que alguns indivíduos presos a certas determinações sociais passam a questionar a ordem social. Simmel (1971, p.224) conclui que “através de toda a idade moderna, o indivíduo busca o seu *self*, um ponto de referência fixo, sem ambiguidades”.

A afirmação relacionada à monetarização das relações em Juruti, com o acesso à indenização decorrente da mineração, pode ter sido precipitada. Porém, é evidente que o acesso a recursos de formas sistemáticas introduz uma nova lógica social, econômica, cultural e política em Juruti Velho. Ou seja, a monetarização do dia-a-dia dos comunitários introduz o “o valor infinito do indivíduo é, ao mesmo tempo, o aviltamento, a desvalorização do mundo tal como existe” (DUMONT, 1985, p. 43).

Everaldo Portela (ACORJUVE-ACORJUVE, 2014)⁹⁸ durante uma análise de conjuntura no Encontro que apresentou os resultados de estudos de perdas e danos, realizado na Vila de Muirapinima, disse que:

o povo tem perdido sua tradicionalidade, o estilo de vida que tínhamos. Há uma tendência muito forte que em vez de repartir o pouco que tínhamos a gente separa hoje pra vender. O mercantilismo e o capitalismo estão penetrando em nossas vidas e estão agindo contra o nosso patrimônio cultural tradicional. (PORTELA, 2014, p.1).

Os depoimentos de lideranças sociais e assessores, irmãos, padres e outros agentes que atuam em Juruti Velho mostram que há, com a entrada dos recursos provenientes da mineração, um indício do individualismo, que é evidente não ser visto apenas como introdução da lógica do mercado, ou como o fim do espaço público e da solidariedade. É

⁹⁸ Depoimento postando no blog da ACORJUVE, em 16 de junho de 2014.

importante ter claro que o mercado também concentra características que estão além do interesse, do egoísmo e do puro cálculo racional. Segundo Mauss (1974, p. 176), “foram nossas sociedades ocidentais que, muito recentemente, fizeram do homem um ‘animal econômico’. Mas não somos ainda todos os seres desse gênero. Tanto em nossas massas, como em nossas elites, a despesa pura e irracional é prática corrente e contínua. Para o autor, “o *homo economicus* não está atrás de nós, mas à nossa frente, como o homem da moral e do dever, como o homem da ciência e da razão”.

Portanto, é fato que a nova situação, possibilitada pelo acesso aos recursos, tem modificando a relação comunitária, e para muitos isso pode ser sintetizado no individualismo, como mostram alguns relatos de lideranças e assessores comunitários. É evidente que uma conclusão mais eficaz necessita de estudos científicos pautados em métodos de análises que podem ter como base essas reflexões colhidas no decorrer da construção da presente tese.

d) Os riscos da substituição do Estado

Juruti Velho é como grande parte dos territórios no Brasil, carente de políticas públicas, principalmente em suas demandas básicas como saúde, educação. É evidente que a omissão do Estado é histórica em Juruti. Somente nos últimos anos, essa região passou a vivenciar a chegada de algumas políticas públicas como casa, energia, crédito e programas de transferência de renda, porém áreas com saúde e educação ainda enfrentam grandes dificuldades.

Na assembleia que discutiu o uso dos recursos, o presidente da ACORJUVE relatou que os filhos dos comunitários estavam “seis meses sem estudar”, devido à demissão da diretoria e à ausência de transporte escolar. “A solução encontrada foi que a ACORJUVE pagasse ‘trinta dias de transporte escolar’, além disso, existem 20 comunidades sem água potável”. Sendo assim, a Associação das comunidades da região de Juruti Velho (ACORJUVE) resolveu construir 10 microssistemas de água, como forma de utilizar os recursos oriundos do repasse de royalties.

É importante ressaltar que as decisões assumidas, como construção, pagamentos e outras tarefas que são, por essência, do Estado são legítimas, porém coloca o risco de criarem a ideia de substituição do Estado, fortalecendo sua omissão junto ao território. A expressão dita pelo presidente da ACORJUVE aponta essa disposição: “tem que ser nós pra fazer por nós”.

Os *royalties* oriundos da mineração fazem com que o diálogo com a comunidade, por meio de sua organização, ocorra em um novo patamar, principalmente com instituições como INCRA, Prefeitura e outras instituições públicas, privadas e comunitárias.

Em relação às instituições, como a prefeitura, é preciso que as comunidades estabeleçam com bastante clareza, o que é “gestão pública e administrativa”, o que é tarefa da prefeitura e da ACORJUVE, como também o que não pode ser transferido da comunidade para a prefeitura, ou vice-versa. Para o procurador Raimundo Moraes, há um estado de direito que precisa ser compreendido pelas comunidades e sua organização, a ACORJUVE, que segundo alguns, muitas vezes exercem um papel de político no território. A incidência junto ao poder público constitui um desafio capaz de possibilitar o avanço e a manutenção da estrutura e da lógica comunitárias, alicerces das conquistas junto ao Estado e ALCOA.

Nas comunidades amazônicas, há um risco relacionado aos pontos analisados. Esse risco é o da lógica de substituição, ou mesmo de estabelecimento de postura paternalista como de intervenção do dirigente da organização de Juruti em assuntos que, muitas vezes, são privados, ou de incumbência do poder público. Numa das falas, o presidente da ACORJUVE diz: “a gente virou até promotor, já que a gente faz juntar e descasa”; e continua dizendo: “nós resolvermos os problemas aqui mesmo”.

Na sua exposição, o presidente da ACORJUVE, avaliando o momento atual, disse que “a fase da briga, de radicalizar está passando, estamos na segunda fase, a do recurso” e aponta uma tendência de resistência a qualquer iniciativa de questionamento externo, mesma que seja dos principais aliados, como a Igreja e o Ministério Público. Segundo ele, “sem dinheiro, ninguém se incomodava com nós. Nós estamos pra cá e ninguém se preocupava. Agora que temos dinheiro, tudo que é órgão vem atrás de nós”.

e) O risco da burocracia

A novidade de ter uma quantia de recursos a ser gerenciada fez com que, paulatinamente, fosse sendo agregado à dinâmica organizativa da ACORJUVE um conjunto de novas pessoas com habilidades técnicas que passaram a ser responsáveis pela governabilidade e atualização dos parâmetros modernos de gestão e controle. Nesse caso, a substituição de lideranças comunitárias por um quadro de técnicos qualificados faz com que muitas decisões estratégicas, ou mesmo a gestão de muitos processos, fiquem reféns de formulações técnicas, o que contraria, em alguns casos, o político e as práticas coletivas das

comunidades. Esses quadros são, na maioria das muitas vezes, recrutados fora do território e acabam exercendo uma forte influência junto à direção e às decisões a serem tomadas.

A busca de uma gestão qualificada, como resposta à fiscalização dos órgãos de controle, produz uma excessiva preocupação com a burocracia, que é, segundo Weber (1999), uma organização que se caracteriza por uma sistemática divisão do trabalho. Essa divisão do trabalho atende a uma racionalidade, isto é, ela é adequada aos objetivos a serem atingidos: a eficiência da organização. Daí o aspecto racional da burocracia.

É evidente que, como dito no início do capítulo, esse processo é novo, o que inviabiliza qualquer conclusão; porém, é importante buscar uma consistente reflexão a respeito do mesmo, visando que a organização não cometa os mesmos erros históricos de muitas organizações de resistências que galgaram sucesso. Esses erros podem ser o excesso de normas e regulamentos que, ao invés de servirem de freios, transformam-se em objetivos que passam a ser absolutos e prioritários: o funcionário adquire "viseiras" e esquece que a flexibilidade é uma das principais características de qualquer atividade racional. Com isto, o funcionário burocrata torna-se um especialista, não por possuir conhecimento de suas tarefas, mas por conhecer perfeitamente as normas e os regulamentos que dizem respeito ao seu cargo ou função.

Outro aspecto é o excesso de formalismo e de papelório, ou seja, a necessidade de documentar e de formalizar todas as comunicações dentro da burocracia, a fim de que tudo possa ser devidamente testemunhado por escrito, e pode conduzir a tendência ao excesso de formalismo, de documentação e, conseqüentemente, de papelório.

Além dos pontos acima mencionados, há também a resistência a mudanças. Como tudo dentro da burocracia é rotinizado, padronizado, previsto com antecipação, o funcionário geralmente se acostuma a uma completa estabilidade e repetição daquilo que faz, o que passa a lhe proporcionar uma completa segurança a respeito de seu futuro na burocracia. Há também o risco da despersonalização dos relacionamentos, marcado pela impessoalidade. Esse risco consiste em enfatizar o cargo e não as pessoas que os ocupam.

Por fim, a categorização como base do processo decisório, em que quem toma decisões em qualquer situação será aquele que possui a mais elevada categoria hierárquica, independentemente do seu conhecimento sobre o assunto, suprimindo o espírito comunitário e a busca de decisões que sejam melhores para todos. Quanto mais se lançar mão da categorização no processo decisório, menor será a procura de alternativas coletivas e diferentes de solução.

A burocracia constitui um aspecto essencial a ser analisado a partir das conquistas, já que há uma pressão externa, de ambos os lados. Há muito que torcem para que tudo dê certo, mas há alguns que esperam que dê errado. Esses que torcem para que dê errado são, principalmente, as empresas que esperam que Juruti Velho não sirva de exemplos para outras comunidades e território onde a mesma atua ou tem interesse, e outros que não apoiam o processo. Sendo assim, lançar mão de aspectos do burocrático é legítimo, porém há de se cuidar para que os mesmos não sobreponham os interesses comunitários, desfigurando o processo e as bases da organização existente em Juruti.

f) O risco do isolamento

É perceptível em Juruti Velho que o trabalho aumentou, pois novas demandas surgem a cada dia. Cada vez mais a organização é chamada a resolver problemas do dia-a-dia, exigindo uma atenção e estrutura maior. A “fase do recurso” também traz certa instabilidade, uma “acomodação” e muitas vezes o risco do isolamento. Esse isolamento pode ocorrer devido ao afastamento de redes e articulações locais, regionais e internacionais, devido, também, à sensação que a organização não precisa mais estar nesses espaços, já que obteve vitória, e a própria diferenciação em relação às outras organizações, principalmente em termos financeiros; ou mesmo devido à perda de um objetivo maior a ser perseguido.

Naturalmente, as manutenções de conquistas passam a ser questionadas no campo de articulação dos movimentos sociais, assessores e comunitários. O risco do isolamento está na incapacidade de ouvir críticas, o que é um dos maiores erros da esquerda. Sendo assim, é preciso que haja, em Juruti, um cultivo da instância de críticas e autocríticas capaz de evitar o isolamento, a divisão e a mácula de lideranças que, muitas vezes, estão preocupadas com os rumos, os objetivos e a continuidade do processo que foi eficiente para vencer várias batalhas, porém ainda não ganhou a guerra.

O risco da sensação de que já ganhamos pode produzir um isolamento capaz de fragilizar as comunidades diante de seu maior inimigo, a ALCOA. É evidente que importância política, didática e financeira da ACORJUVE faz que a mesma seja “paparicada” e assediada por entidades e instituições, o que coloca a necessidade de estabelecer parâmetros claros de articulação, apoio a ações e organizações sociais. Esses parâmetros são necessários para que se possa manter o conjunto no âmbito interno do território e no externo, com instituições, organizações e redes de movimentos sociais.

g) O risco da diferenciação

Uma característica das comunidades era a “homogeneização” expressa muitas vezes na limitação de bens e recursos. Esse contexto levou, no decorrer do tempo, ao desenvolvimento de estratégias coletivas.

A existência de uma quantia de recursos nunca antes acessada pode levar ao processo de diferenciação e, conseqüentemente, à divisão. Essa diferenciação pode estar relacionada aos acessos a bens industrializados, materiais ou mesmo à possibilidade de pagar serviços. Em alguns relatos, os comunitários informam que antes participava do *puxirum* de forma voluntária, agora somente se forem pagas diárias.

Durante uma assembleia, o presidente da ACORJUVE relata o questionamento de muitos comunitários ao fato do mesmo comprar um notebook, o que representa um aspecto simbólico e uma tendência ao monitoramento à diferenciação dos comunitários com o acesso dos recursos. Isso tem alimentado questionamentos, acusações e boatos que podem levar ao aumento do conflito e à divisão comunitária. Portanto, a diferenciação típica de comunidades urbanas, com forte influência das contraditoriedades da sociedade capitalista, passam a fazer parte da vida em Juruti Velho e se constituem um grande desafio que precisa ser refletido e superado pelas comunidades.

h) O risco do abandono da formação, do trabalho de base junto às comunidades

Uma das bases para a conquista das comunidades está em seu amplo trabalho de formação, organização e acompanhamento comunitários, com forte influência da teologia da libertação e da pedagogia de Paulo Freire devido à presença das Irmãs Franciscanas de Maristella. Com o excesso de demandas administrativas e políticas das lideranças a partir do novo momento vivido em Juruti e a sensação do jogo ganho, surge o risco do abandono do trabalho de base, como ocorreu em diversos movimentos e processos sociais. Tal processo é, muitas vezes, motivado pela ideia que os comunitários precisam saber que a luta é justa, e se não perceber é porque é “besta, imbecil e alienado” (BETTO, 2008). Essa afirmação desconsidera os ritmos e as artimanhas da sociedade capitalista, e que num processo de transformação há uma forte necessidade de haver um contínuo processo de reflexão e diálogo junto às bases, de forma a evitar a queda e a recorrência em erros. Na perspectiva formativa das comunidades eclesiais, o trabalho de base reeduca e pode possibilitar o avanço coletivo das comunidades, incluindo aprofundar o projeto coletivo pós-conquista.

Os riscos relatados constituem um primeiro exercício construído a partir da participação em momentos como a assembleia comunitária, realizada em fevereiro de 2011, e a conversa com lideranças de Juruti. Sendo assim, constituir algo preliminar, já “a fase do recurso”, é recente e qualquer conclusão pode incorrer em erro.

É evidente que o acesso aos recursos monetários tem ocasionado modificações nas relações, na dinâmica comunitária e na vida de cada um que habita o território de Juruti Velho. Essas modificações estão relacionadas à relação com a natureza, ao acesso a bens industrializados, à relação com o mercado, à mudança nas práticas coletivas e na atividade de subsistência. Tal modificação constitui um novo desafio para as comunidades de Juruti e representa o preço das conquistas alcançadas coletivamente, o que exigem o desenvolvimento de novas reflexões e estratégias das comunidades em vista de garantir os avanços das conquistas e a manutenção em novas bases de suas dinâmicas coletivas e ancestrais que foram o alicerce para o reconhecimento da identidade, do território e da organização frente à empresa e o Estado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século 21, para as comunidades de Juruti, foi vitorioso, visto que a maioria das pautas reivindicativas foi obtida. É claro que para o alcance de seus objetivos foram necessários intensos processos de mobilização, alicerçados numa sólida organização. Esse foi o principal aspecto de interesse ao trabalho na presente tese. Muitas lutas foram travadas nessa década, como Belo Monte, os problemas envolvendo a Vale e as comunidades, o avanço da monocultura da soja e do dendê envolvendo índios, agricultores, rede de organizações, instituições sociais, políticas e culturas, além de instituições estatais, e Juruti, talvez, represente, significativamente, nossa maior vitória.

Foi em Juruti que as comunidades impuseram, pela força organizativa, o reconhecimento de sua tradicionalidade a um grande empreendimento econômico multinacional, uma das maiores mineradoras do mundo, a ALCOA, e ao Estado, que durante muito tempo desconsiderou a existência dessas comunidades. Além do reconhecimento, garantiram uma organização jurídica própria, construída no decorrer do processo de mobilização e com cunho supracomunitário, a ACORJUVE. Por meio desta luta, essas comunidades atualmente participam de 1,5% dos *royalties*, administrando e gestando com total autonomia a definição e a utilização desses recursos. No primeiro momento, definiram em dividir 50% entre os sócios e 50% para aplicações em projetos coletivos de cunho econômico, social, político e cultural. Somando as conquistas junto à empresa, as comunidades garantiram a titulação coletiva do PAE Juruti Velho, uma luta que se arrastava desde década de 1970.

A pesquisa, diante do exposto, constatou: primeiro, com a existência de uma conjuntura favorável, envolvendo as esferas de governo federal, estadual e movimentos, durante o governo do Partido dos Trabalhadores, criou-se um ambiente propício à negociação e à incidência política; segundo, um contexto marcado pela valorização dos direitos territoriais, com leis, decretos e atos que fortalecem as comunidades em seus aspectos de tradicionalidade e coletividade, dando às comunidades grandes possibilidades de atingirem resultados positivos; terceiro, a existências de uma erupção ambiental, com o agravamento da crise ecológica, produzindo uma supervalorização do meio ambiente e das comunidades extrativistas pela sociedade global, dificultando práticas autoritárias e depreciativas dos grandes empreendimentos econômicos na Amazônia, como acontecia outrora. Observou-se, ainda, a presença, no território, da Igreja Católica, representada pelas Irmãs Franciscanas de Maristella, com forte alicerce na Teologia da Libertação e Pedagogia do Oprimido, e as

mesmas encontram-se presentes há mais de trinta anos atuando no território, com ações sociopolíticas e pedagógicas, contribuindo para formação de lideranças e organizações que hoje lideram a resistência e negociação junto à ALCOA.

Observa-se, portanto, que uma conjuntura favorável envolvendo as esferas de governo federal, estadual e movimentos, durante o governo do Partido dos Trabalhadores, criou um ambiente propício à negociação e à incidência política, e comparamos a partir da leitura dos documentos relacionados à facilidade com que a ALCOA encontrou para receber suas licenças no período no governo do PSDB, licenças duramente questionadas, em suas bases técnicas, pelo MPE e MPF e INCRA.

É importante ressaltar que o governo do PT não representou nenhuma mudança nos rumos da mineração em Juruti, inclusive em 2009, quando a então Governadora do Estado, Ana Júlia Carepa (PT) visitou o município e expediu a licença de operação da mina, em conjunto com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. O que mudou é que durante o governo do PT, os processos comunitários foram encaminhados e atendidos, com a criação de assentamentos e com o acesso a políticas públicas e a promoção de canal aberto de negociação. Nas palavras do pesquisador Romero Ximenes, “o gerente do INCRA muitas vezes parecia um assessor das comunidades”. Ainda segundo uma dirigente da ACORJUVE acerca da diferença entre a gestão do PSDB e PT, a mesma responde: “no atual, o diálogo existe, no passado era inexistente”. Tal aspecto, ao nosso vê, constitui uma oportunidade, que as comunidades souberam aproveitar.

Em relação ao contexto ligado ao arcabouço jurídico, o fato das comunidades serem reconhecidas como tradicionais liga as mesmas a um marco jurídico, com forte relação com a Constituição, decretos e reconhecimento de convenções internacionais. Ser comunidade tradicional significa reconhecer que há um conjunto de direitos a serem respeitados. Tais aspectos foram muito bem compreendidos pelas comunidades que, diferentemente das décadas passadas, em que a luta focava-se nos direitos dos cidadãos, passaram a assumir com veemências a condição de comunidades tradicionais, visando garantir seus direitos territoriais, suas práticas coletivas sociais, econômicas, culturais e ambientais, valorizando seus rituais e sua relação com o mundo imaterial.

Nesse aspecto, as comunidades superam a ideia muito presente em muitos movimentos sociais, de busca pelo “desenvolvimento” no padrão ocidental, e valorizam o que lhes é próprio, o que para muitos era, e é, considerado como “atraso”. Assim, acredita-se na importância do diálogo com o pós-desenvolvimento, já que a ação das comunidades tem forte

relação com lugar, o conhecimento local, a superação dos modelos exógenos, de maneira que tudo está relacionado a uma dinâmica imposta pela lógica capitalista.

As oportunidades da existência de uma erupção ambiental, com o agravamento da crise ecológica, produzindo uma supervalorização do meio ambiente e das comunidades extrativistas pela sociedade global, nos faz refletir qual aspecto faz com que a ALCOA busque aceitação da sociedade via um discurso de sustentabilidade ambiental. É evidente que há questionamentos em relação às práticas e propostas da ALCOA, que muitas vezes é para “*inglês ver*”, porém, esse contexto serve para a organização comunitária arrebatar adeptos e aliados na esfera pública e privada da sociedade, além de ampliar o diálogo junto à sociedade global. Isso, em nosso entender, cria parâmetros de incidência junto à ALCOA e fortalece as comunidades.

Sob o aspecto relacionado à presença no território da Igreja Católica, representada pelas Irmãs Franciscanas de Maristella, somente podemos mensurar a partir relatos de lideranças, pesquisadores e comunitários. Nesses relatos, a presença das Franciscanas é constantemente lembrada. Segundo eles, foram elas que alicerçaram uma proposta de assistência, participaram de mutirões, ajudaram com a formação, da básica a política, e também financeiramente. Com uma pedagogia voltada a formar lideranças, constituíram a base organizativa, formativa e o suporte intelectual do movimento. Podemos dizer que o contato com as comunidades fez as Irmãs entenderem, respeitarem e valorizarem as práticas religiosas presentes nos territórios, como também os limites da presença da Igreja Católica. Com diz Eduardo Galvão (1976, p. 32):

Os santos, apesar de seus poderes, não atendem a todas as necessidades e setores da vida e do ambiente local. O indivíduo e a comunidade apelam para outras crenças que, reunidas àquelas cristãs, formam o todo da religião. O catolicismo é, na sociedade rural da Amazônia, uma superestrutura, uma ideologia, que se sobrepõe às crenças locais, porém por si só incapaz de responder a todas as exigências do meio.

Hipoteticamente, as potencialidades das comunidades, se configuram em aspectos específicos próprios, endógenos que somados às oportunidades produzem um efeito fantástico. Essas potencialidades são duas, a comunidade e as estratégias coletivas, que têm sua expressão no *puxirum*. A ideia de comunidade antecede as comunidades eclesiais, isso é, a base organizativa há décadas e o suporte de convívio, e onde se estabelece um sistema de troca, de partilhar de relação com o imaterial, dos serviços de cuidado com os outros. Essa prática tem orientado a construção no PAE Juruti Velho, a busca pela economia como forma

melhoria do bem estar coletivo, e fundamenta a cooperação e as lutas coletivas. O *puxirum* produziu uma sociedade disposta a cooperar como forma de suprir as limitações físicas, financeiras, sociais e políticas das comunidades. Essas práticas constituem um potencial capaz de ampliar as conquistas comunitárias.

Um aspecto, na nossa avaliação que pode ser limitante na ação das comunidades, está relacionado à baixa conexão com redes regionais, nacional e internacional. Durante muito tempo, a ponte de conexão foi a rede da Igreja Católica e do Sindicato. Uma das estratégias de estabelecer conexão própria foi a inserção na rede da Via Campesina, que não atende todas as dimensões relacionadas às comunidades tradicionais. A Via Campesina constitui um instrumento importante para a mobilização e compreensão de um projeto político, não um ambiente capaz de possibilitar o fluxo de interações em lutas e organizações com o perfil relacionado à identidade e os direitos territoriais.

Comprovadas as hipóteses, é importante compreender que os ganhos produzem impactos que podem levar à desconstrução das bases que alicerçaram as conquistas relatadas, como o processo de monetarização, decorrente da partilha dos *royalties*, e os programas sociais, como bolsa família e bolsa verde.

A presente pesquisa não tinha essa finalidade, porém já é perceptível certa divisão entre as lideranças. A existência de recursos tem levado o acesso a quadros qualificados que, em muitos casos, não compreendem a lógica comunitária e passam a viver como funcionários; além disso, o excesso tem suprimido as atividades coletivas, já que há a possibilidade de diárias e mais.

A expertise de algumas lideranças que passaram pela gestão dos processos complexos tem limitado o surgimento de novas lideranças, o que acaba perpetuando algumas em cargos importantes, fragilizando a dinâmica formativa baseada na gestão coletiva e na rotatividade, como foi visto na última assembleia da ACORJUVE.

Portanto, a pesquisa realizada em Juruti mostra que, diante das ações dos grandes projetos, é preciso articular oportunidades e potencialidades, de forma a buscar os caminhos de superação da invisibilidade atribuída às comunidades pelo Estado e pelos grandes empreendimentos econômicos. As conquistas das reivindicações fizeram as comunidades alcançarem conquistas inéditas, principalmente na relação entre comunidade e grande empreendimentos. Essas conquistas são evidentes e geram novos impactos, o que deixa a possibilidade de um novo objeto de estudo e assim compreender a dinâmica dos atores na Amazônia.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, Fábio. Modelo Juruti Sustentável: um caso em busca de governança negociada entre comunidades, empresas e poder público no “faroeste” paraense. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 2., 2010, Belém. **Anais ...** Belém: UFPA, 2010. p.1.
- ABAIXO ASSINADO, 20 de novembro de 2007.
- ACEVEDO, R.; CASTRO, E. **Negros dos trombetas: guardiães de Matas e Rios**. Belém: CEJUP, 1998.
- AGRAWAL, A. Indigenous and scientific knowledge. **Indigenous knowledge and development monitor**, v. 3, n. 3, p. 3-38, 1995.
- AIGNER, Carlos H.O. Geografia e educação ambiental: construindo a cidadania a partir da valorização do lugar na Escola Municipal Professor Larry José Ribeiro Alves. In: REGO, Nelson; MOOL, Jaqueline; AIGNER, Carlos (Org.). **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- ALCOA. **Retrato das comunidades município de Juruti**. Juruti, PA. 2007. Disponível em: <www.alcoa.com/brazil/pt/environment/pdfs/jurutiretratodascomunidades.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- ALCOA. **Estabelecimento das características físicas, ambientais e operacionais do terminal de bauxita de Juruti Rio Amazonas**. Juruti, PA, dez. 2010.
- _____. **Projeto Juruti Sustentável**. Disponível em: <<http://www.agendasustentavel.com.br/images/pdf/002476.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2011.
- ALCOA INSTITUTO PEABIRU. **[Relatório]** de avaliação do curso de formação de agentes de sustentabilidade de Juruti. Juruti, 2009. Disponível em: <www.alcoa.com.br>. Acesso em: ago. 2012.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Terras tradicionalmente ocupadas processos de territorialização e movimentos sociais. **R. B. Estudos urbanos e regionais (Salvador)**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 9-32, maio, 2004.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso a ideia de desenvolvimento (rural) sustentável In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- ALMEIDA, R. **Pororoca pequena: Marolinhas sobre a(s) Amazônia (s) de Cá**. Belém: Smith, 2012.
- AMARAL, M.S. **A Investida Neoliberal na América Latina e as Novas Determinações da Dependência**. 2006.172 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2006.

ARAÚJO, Marlon A. Tapajós. Reconhecimento dos Territórios Tradicionais por meio de políticas de ordenamento fundiário e a ambientalização das lutas das comunidades tradicionais de Juruti Velho. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5., 2010, Juruti, PA; Florianópolis. **Anais...** Juruti, PA; Florianópolis, 2010.

ARENZ, Karl Heinz. **Filhos e filhas do Beiradão**. Santarém: ICBS, 2000.

ARENZ, Karl Heinz. **São e salvo**: a pajelança da população ribeirinha do Baixo Amazonas como desafio para a evangelização. Quito-Ecuador: Abya Yala, 2003.

ATLAS do desenvolvimento, Juruti, 2010, p. 2).

ATA da audiência pública. Belém: [s.n.], 20 abr. 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**. informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 10719**: informação e documentação - Relatório técnico e/ou : apresentação, 2009.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação, 2011.

_____. **NBR 15287**: Informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação, 2011.

AUSTRALIAN ALUMINUM COUNCIL. 2012. Disponível em:< www.aluminium.org.au/npi/documents/Smelters.pdf Western Australian Parliament's Standing Committee on Environment and Public Affairs report on the Alcoa Alumina Refinery at Wagerup: [www.parliament.wa.gov.au/Parliament/commit.nsf/\(InqByName\)/Alcoa+Alumina+Refinery+at+Wagerup?opendocument](http://www.parliament.wa.gov.au/Parliament/commit.nsf/(InqByName)/Alcoa+Alumina+Refinery+at+Wagerup?opendocument) >. Acesso em: 12 abr. 2013

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BALANÇO INSTITUTO ALCOA, 2012. Disponível em: <http://www.alcoa.com/brasil/pt/resources/pdf/instituto.alcoa/balanco_ia.2012.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2013.

BAMBIRRA, Vânia. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. Mexico, D. F: Siglo veintiuno, 1979.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. **O desafio do desenvolvimento**. São Paulo: VGV, 1991.

BARAN, P. **A Economia política do desenvolvimento**, São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BATISTA, Vandick da Silva; CHAVES, Ma. do P. Socorro R. et al. Caracterização Socioeconômica da Atividade Pesqueira e da Estrutura de Comercialização do Pescado na calha Solimões. In: _____. **O setor pesqueiro na Amazônia**; análise da situação atual e tendências do desenvolvimento a indústria da pesca. Manaus: IBAMA/Pro-Varzea, 2007.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In._____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura; tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERMANN, C. A resistência às obras hidrelétricas na Amazônia e a fragilização do Ministério Público Federal. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 16, n. 2, p. 97-120, 2013.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BIELSCHOWSKY, R. O desenvolvimentismo: do pós-Guerra até meados dos anos 1960. In: PRADO, L. C. D. (Org.). **O desenvolvimento econômico brasileiro e a caixa**: conferências. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Brasília, DF: Universidade Caixa, 2011. p. 15-22.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BLACK, Lloyd D. **A estratégia da ajuda externa**. Tradução de Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1968.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BOSI, E. O tempo vivo da memória. **Ensaio de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: USP, 1996.

BRASIL. Lei nº 1806, de 06 de janeiro de 1953.

_____. Presidência da República. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79)**. Brasília, DF, 1974.

_____. Ministério do Interior. Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia- POLAMAZÔNIA-PARA. Belém: SUDAM, 1976.

_____. **Desenvolvimento Integrado da Região Norte**. Brasília, DF: Universa, 1997.

_____. **Indicações para uma nova estratégia de desenvolvimento regional**. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 1997.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**: proposta para discussão. Brasília, DF, 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Relatório de informações sociais do bolsa família e do cadastro único**. Site oficial do governo, 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 4 out.2012.

_____. Ministério do planejamento e orçamento e gestão. **Plano plurianual 2004-2007**. Brasília, DF, 2003.

BRITO, D. C. **A Modernização da superfície**: Estado e Desenvolvimento na Amazônia. Belém: NAEA; UFPA, 2001.

BETTO, F. **Ética de militância**. Palestra proferida no Encontro Nacional do MST, janeiro 2002. Disponível em: <exnemusbrasil.files.wordpress.com/2013/11/tica_de_milit_ncia.doc> – Acesso em: 21 julho de 2014.

BROSIUS, Peter. Endangered Forest, **Endangered people**: environmentalist representations of Indigenous Knowledge. *Human Ecology*, v. 25, n. 1, 1997.

BUTTNER, A. Hogar, campo de movimento y sentido del lugar. In: GARCÍA RAMON, María Dolores. **Teoría y método en la geografía humana anglosajona**. Barcelona, Ariel, 1985. p. 227-241.

CAMELLI, Paulo. Província do Pará: as agências postais no século XIX. São Paulo: **Revista a Filatelia Brasileira**, Belém, n. 8, 2007.

CARDIJN MOVEMENT NEWS. Disponível em:<<https://sites.google.com/a/cardijn.info/ccinews/ci-events-1/see-judge-acctrainingmoduletobepublished>>. Acesso em: 21 abr. 2014).

CARDOSO, J. G. R. et al. **indústria do alumínio**: estrutura e tendências. Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES. Setorial 33, p. 43-88, 2011. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/BNDES_Setorial/201103_02.html>. Acesso em: 12 abr. 2013.

CARDOSO, F.H.; FALETTO,E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARDOSO, F. H. **As ideias e seu lugar**. Petrópolis: Vozes, 1981.

CARLOS, A F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Papers**, Belém: NAEA; Universidade Federal do Pará, 1998.

CASTELLS. Manuel. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. In. _____ **O poder da identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2).

CASTRO, Edna. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira, **Novos Cadernos NAEA**, Belém: NAEA, v. 10, n. 2, p. 105-126, dez. 2007.

CASTRO, E. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém: NAEA, v. 2, n. 1, p. 31-50, 1999.

CASTRO, M. **Grandes projetos na Amazônia e comunidades tradicionais**: o caso da mineração de bauxita no PAE Juruti Velho. 2010. 123 f. Trabalho de Conclusão (Especialização em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciencias socias, violencia epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de, Argentina, 2005.

CÉSAR, B. T. **PT**: a contemporaneidade possível: base social e projeto político (1980- 1991). Porto Alegre: URGs, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.

CHAVES, Maria P.S; BARROSO, Silvana C. : LIRA, Talita de M. **Populações tradicionais**: manejo dos recursos naturais na Amazônia. Rio de Janeiro: Revista Praia Vermelha, 2009.

CECEÑA, A.E. (Org.). **Hegemonias e emancipações no século XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

COSTA, F. A. **Teorias do desenvolvimento e estratégias do desenvolvimento**. Belém: NAEA, 2006. (texto didático para o PDTU). Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper80.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2011.

COSTA, J.M; RICHETTI, P. Parceria entre empresa e comunidades tradicionais na Amazônia brasileira: processos contemporâneos de mercantilização da cultura e do meio ambiente. **Novos Cadernos NAEA**, Belém: NAEA, v. 13, n. 2, p. 261-275, 2010.

COHEN, A.P. **The symbolic construction of community**. London: Tavistock, 1985.

ACORJUVE-ACORJUVE. Disponível em: <<http://acorjuve-acorjuve.blogspot.com.br>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

CONSÓRCIO NACIONAL DE ENGENHEIROS CONSULTORES – CNEC. **[Relatório]** de Impacto Ambiental que integrou o pedido de licença prévia do empreendimento minerário da ALCOA no Município de Juruti, Pará, 2005.

_____. **Relatório de impacto ambiental (Relatório Técnico)**. Projeto Juruti, Para-Brasil, 2002. Omnia Minerios.

_____. **Relatório de impacto ambiental do Projeto Juruti**: identificação, caracterização e avaliação de impactos ambientais. Juruti, PA, 2005.

CONRAD, S.; RANDERIA, S. Einleitung. Geteilte Geschichten. Europa in einer postkolonialen Welt. In: dies. (Org.). **Jenseits des Eurozentrismus. Postkoloniale**

Perspektiven in den Geschichts- und Kulturwissenschaften. Frankfurt a.M.: Campus, 2002. p. 9-49.

CONTI, S. Espaço global versus espaço local: perspectiva sistêmica do desenvolvimento local. In: DINIZ, C. C; LEMOS, M. B. **Economia e território.** Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CORRÊA, R. L. Dimensões de análise das redes geográficas. In: CORRÊA, R.L. **Trajetórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, F. de A. **Diversidade Estrutural e Desenvolvimento Sustentável:** novos supostos de política de planejamento agrícola para a Amazônia: perspectivas do desenvolvimento sustentável (Uma contribuição para a Amazônia 21). XIMENES Tereza (Org.). Belém: UFPA; NAEA, 1997.

COSTA, F. de A. Novos fundamentos institucionais para o desenvolvimento do setor rural da Região Norte. In: _____. **Um projeto para a Amazônia no século 21:** desafios e contribuições. Brasília, DF: CGEE, 2009.

COSTA, S. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v. 21, p. 117-134, 2006.

COSTA, F. de A. Grande empresa e agricultura na Amazônia: dois momentos, dois fracassos. **Novos Cadernos do NAEA,** Belém, v. 1, n. 1, p. 23-78, 1998.

CPRM/MME/SGB. **Geodiversidade do Estado do Pará. Programa de Geologia do Brasil.** JOÃO, Xafi da Silva Jorge; TEIXEIRA, Sheila Gatinho; FONSECA, Dianne Daniella (Org.). Belém, 2013.

CUNHA DIAS, Eurípedes da. Arqueologia dos movimentos sociais. In GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI. Antigos e novos atores sociais.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

DAILYGAZETTE. Disponível em: < <http://www.dailygazette.com/eedition/>>. Acesso em: 24 set. 2012

DALLASNEWS, 17 maio , 2001> Disponível em: www.dallasnews.com/archive/>. Acesso em: 24 set. 2012

DAMIANI, Amélia Luisa. O urbano no mundo da mercadoria. In: CARLOS, A. F.; LEMOS, A. (Org.) **Dilemas urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

DESCOLA, P. "Societies of nature and the nature of society," In: __ **Conceptualizing society.** Edited by Adam Kuper, London: Routledge, 1992. p. 107-26.

DESCOLA, Philippe. Constructing Nature: symbolic ecology and social practice. In: _____. (Ed.). **Nature and Society:** anthropological perspectives. London and New York: Routledge, 1996. p. 82-102.

DESCOLA, P. **La Nature domestique** : symbolisme et praxis dans l'écologie des Achuar, publié par la Fondation Singer-Polignac. Paris : Maison des sciences de l'homme, 1986.

DIEGUES, A. C. O mito do paraíso desabitado nas florestas tropicais brasileiras. CASTRO, In: Edna; PINTON, F. (Org.). **Faces do trópico úmido**: conceitos e novas questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente. Belém: CEJUP: UFPA; NAEA, 1997. p. 315 – 347

DIEGUES, A. C. **Sociedades e comunidades sustentáveis**. São Paulo: NUPAUB; USP, 2003. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/comsust.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2013.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB; USP; Hucitec, 2008.

DIEGUES, A. C. ; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA; USP; NUPAUB, 2002.

DOS SANTOS, T. dos. **A teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DUMONT, Louis. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

ESTUDOS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS - EIA. IBAMA, v. 35, p.103. Disponível em:< <https://www.yumpu.com/pt/.../tomo...estudo-de-impacto-ambiental-eia.../...>>. Acesso em: 13 set. 2013.

ECOIDEIA. Estudo de perdas e danos do PAE juruti velho. Versão preliminar para análise e discussão. Brasília, DF, 2009.

ESCOBAR, A. **Depois da natureza passos para uma ecologia política antiessencialista**. In: PEREIRA, C.; ALIMONDA, H. (Org.). Políticas públicas ambientais Latino-Americanas. Brasília, DF: Flacso-Brasil; Abaré, 2005.

_____. **Whose knowledge, whose nature? Biodiversity conservation and social movements political ecology**. MS, 1998, p. 286.

_____. **“Constructing nature: Elements for a poststructuralist political ecology,” in Liberation ecologies**. Edited by R. Peet and M. Watts, London: Routledge, 1996. p. 46-68.

_____. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO: 2005.

_____. **“Culture sits in place: reflections on globalism and subaltern strategies of localization”**, Political Geography 20, 2001. p. 139–174.

_____. **Comunidades negras de Colômbia**: en defensa de biodiversidad, territorio y cultura. Biodiversidad, n. 22,1999, p.15-20.

_____. Atores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Encountering development: the making and unmaking of the third world**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ESCOBAR, Arturo; PARDO, Mauricio. Movimentos sociais e biodiversidade no Pacífico colombiano. In: Santos, Boaventura S. (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Brasileira: Rio de Janeiro Civilização, 2005.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

ESTUDO do Banco Mundial sobre a América Latina: recursos naturais na América Latina: indo além das altas e baixas. In: Emily, John Nash, Augusto de la Torre. tradução Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro; Elsevier; Washington, D.C: Word Banc, 2010

FAÉ, Rogério. **Os discursos sobre desenvolvimento como recursos político-estratégicos: o Banco Mundial como organização central no campo discursivo do desenvolvimento**. 2009. 264f. Tese. (Doutorado em Administração), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RG. 2009.

FAJNZYLBER, F. Industrialização na América Latina: da “Caixa-Preta” ao “Conjunto Vazio”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. 1. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000. v. 2. p. 851 – 886.

FALETTO, Enzo. Los años 60 y el tema de la dependencia. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v.12, n. 33, maio, p.109-117, 1998.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília, DF: UnB, 2001.

FAULHABER, Priscila. Identidades contestadas e deslocamentos Miranha na fronteira Brasil-Colômbia. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; BAINES, Stephen. **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília, DF: UNB, 2005.

FERGUSON, James. **The anti-politics machine: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho**. Nova York, Cambridge University Press, 1990.

FERGUSON, James. **Global shadows: Africa in the neoliberal world order**. Durham, Duke University Press, 2006.

FERGUSON, James. Entrevista realizada com James Ferguson. Tradução Izabel Nuñez. **Antropolítica**, Niterói, RJ, n. 30, p. 173-195, 2011.

FERGUSON, J. “Anthropology and its evil twin: ‘Development’ in the constitution of a discipline”. In: Edelman, Marc; Angelique Haugerud (Ed.). **The Anthropology of Development and globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

FERNANDES, F. **Em busca do socialismo**: últimos escritos e outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FIORI, José. L Ajustes e milagres latinoamericanos. In: **Os moedeiros falsos**: 65-78. Petrópolis, Vozes, 1997.

FLÓREZ, Margarita. **The protection of traditional Knowledge? Ponencia presentada en el simposio reinventing social emancipation**. Portugal: U. of. Coimbra, 2000.

FRANCISCO, Guilherme; RADOMSKY, Waterloo. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento A crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **RBCS**, v. 26, n. 75, fev. 2011.

FRANCO, Augusto. **Capital social**. Brasília, DF: Instituto de Política Millenium, 2001.

FRANK, André Gunder. **Capitalismo y subdesarrollo en America Latina**. Buenos Aires, Ediciones Signos, 1970.

FRAXE, Jaiza Maria Pinto; FRANÇA, Suzelei de Castro. O ponto de partida para a trilha do espaço tradicional no Brasil. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antonio Carlos; PEREIRA, Henrique dos Santos. **Amazônia**: cultura material e Imaterial. Manaus: Annablume, 2011.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Política e educação**: ensaios, 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **À sombra dessa mangueira**. São Paulo; Olho d'Água, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. **A arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Universitária, 2000.

_____. Governmentality. In: BURCHILL, G; GORDON, C; MILLER, P. (Ed.). **The Foucault effect**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. **Juruti sustentável**: uma proposta de modelo para o desenvolvimento local. São Paulo: FGV, 2008.

_____. **Juruti Sustentável**: diagnóstico e recomendações. [S.l. :s.n:], 2009.

_____. **Jurutí sustentável:** uma proposta de modelo para o desenvolvimento local. São Paulo: FGV, ALCOA, FUNBIO, 2008. Disponível em: <<http://indicadoresjuruti.com.br/site/index.php?page=Conteudo&id=19&Jurutiss=6a4fe23891f15cfcbebd8fa846245da9&Jurutiss=6a4fe23891f15cfcbebd8fa846245da9>>. Acesso em: 11 nov. 2011

_____. **Indicadores de Jurutí:** monitoramento, 2011. Disponível em: <<http://www.indicadoresjuruti.com.br>> Acesso: em: 10 ago. 2010.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA -FIPE. **Instituto de pesquisas econômicas. Plano de Logística e Transportes do Estado do Pará:** análise espacial da mineração no Pará. São Paulo: FIPE; SETRAN, 2009.

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO. **Fundo Piloto Jurutí Sustentável:** a iniciativa. Disponível em: <<http://www.site.funbio.org.br/>>. Acesso em: 2 jan. 2013.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. **Indicators of Jurutí:** where the development of the municipality is headed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

_____. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. (1961). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.** São Paulo: Record, 2000. v. 1. p. 239-262.

_____. **Pequena introdução ao desenvolvimento:** um enfoque interdisciplinar. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** 10. ed. rev. São Paulo, Paz e terra, 2000

GADOTTI Moacir; PEREIRA. O. **Pra que PT:** origem, projeto e consolidação do partido dos trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens:** um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas. São Paulo: Nacional, 1976.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIBSON, Catherine; GRAHAM, Julie. **The end of capitalism (as we knew it).** Oxford: Basil Blackwell, 1996.

GODELIER, Maurice. A racionalidade dos sistemas econômicos. In: CARVALHO, Edgard de. (Org.) **Godelier:** antropologia. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

GODELIER, Maurice. **L' idéal et le matériel:** pensée, économies, sociétés. Paris: Fayard, 1984.

GORDON, Cesar. **Economia selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre**. São Paulo: UNESP; ISA; NUTI, 2006.

GOLDMAN, Elisa. Territórios sobrepostos e histórias entrelaçadas: a historicidade da narrativa pós-colonial na obra de Edward W. Said. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: BIOGRAFIA & HISTÓRIA INTELLECTUAL, 5., 2011, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: EdUFOP, 2011. p. 1 (Caderno de resumos & Anais)

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Valer, 2007

GRAZIANO DA SILVA, José. Complexos agroindustriais e outros complexos rurais. **Reforma Agrária**, v. 21, n.3, p. 5-34, 1991.

GRUESO, L; ROSERO,C; ESCOBAR,A. The Process of Black Community Organizing in the Southern Pacific Coast of Colombia. In: ALVAREZ, S; DAGNINO, E; ESCOBAR, A. (Ed.). **Cultures of politics/politics of cultures: re-visioning Latin American Social Movements**. Boulder: Westview Press. 1998. p. 196-219.

GVCES. **Sistema de monitoramento dos indicadores de Juruti**. 2011. Disponível em: <<http://www.indicadoresjuruti.com.br/site/index.php?page=Tema&dimensao=4&Jurutiss=617b5682a2039e36b1f365e7e292d8da>>. Acesso em: 11 out. 2012.

GUATTARI, FÉLIX. **Chaosmosis**. Bloomington: Indiana University Press, 1995.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. Rio de Janeiro. FGV, 1981.

GUDEMAN, S. Sketches, Qualms and other thoughts on intellectual property rights. In: Brush, S. (Ed.) **Valuing Local Knowledge** .Washington DC: Island Press), 1996.

GUDEMAN, Stephen; RIVERA, Alberto. **Conversations in Colombia. The domestic economy in life and text**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

GUTIERREZ, Gustavo. **Teologia da libertação**. 4. ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

HARDY, Cynthia; PALMER, Ian; PHILLIPS, Nelson. **Discourse as a strategic resource. human relations**. London, v. 53, n. 9, p. 1227-1248, 2000.

HARAWAY, Donna. Situated **Knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective**. Feminist Studies, 1998.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HAYLES, Katherine. Searching for common ground. In: SOULÉ, Michael; LEASE,Gary. **Reinventing nature?** .Washington, D. C.: Island Press, 1995.

HELLER, C. **The ecology of everyday life: rethinking the desire for “nature.”** Montreal: Black Rose Books, 1998.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando fronteira. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. (A questão agrária: problemas e conflitos não resolvidos).** Belém: EDUFPA, 2004. v. 2.

HERNÁNDEZ, F. M; MAGALHÃES, S. B. Ciência, cientistas e democracia desfigurada: o caso Belo Monte. **Novos Cadernos do NAEA**, Belém: NAEA, v. 14, n. 1, p. 79-96, 2011.

HIRSCHMAN, A. **Estratégia do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HOBART, Mark (Ed.). **Anthropological critique of development. The growth of ignorance.** Londres: Routledge, 1993.

HOBSBAWM, Eric J. A Era dos Extremos. **O breve século XX. 1914-1991.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOMMA, A. K. O. **O extrativismo do óleo essencial de pau-rosa na Amazônia.** Belém: EMBRAPA Amazônia Oriental, 2003. (Documentos, 171).

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento.** A gramática dos conflitos sociais. SP: 34, 2003.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos do NAEA**, Belém: NAEA, v. 8, n. 1 - p. 019-071, 2005.

HUNN, E. **The utilitarian factor in folk biological classification.** American anthropologist. [S. l. :s. n.], 1982.

INDICADORES JURUTI. Disponível em: < <http://www.indicadoresjuruti.com.br/site/index>>. Acesso em: 11 out. 2012.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL - IOS. **“Pesquisa sobre as condições sociotrabalhistas da Alcoa no Brasil: unidades Alumar (Consórcio de Alumínio do Maranhão), em São Luís; Alcoa World Alumina, em Juruti (PA), e Alcoa Alumínio S. A., em Poços de Caldas (MG)”.** São Paulo: 2013 (Relatório da Primeira Fase).

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA/SR-30. **Aspectos históricos e socioeconômicos do projeto de assentamento agroextrativista: PAE Juruti Velho.** Santarém, ago. 2007. (mimeo).

INGOLD, Tim. Building, dwelling, living: how animals and people make themselves at home in the world. In: STRATHERN, M. (Ed.) **Shifting contexts.** Transformations in Anthropological Knowledge. Londres: Routledge, 1995.

INGOLD, Tim. An Anthropologist looks at Biology. *Man, New Series*, v. 25, n. 2, p. 208-209, 1990.

INGOLD, Tim. The Optimal Forager and Economic Man. In: DESCOLA, Philippe; PÁLSSON, Gísli (Ed.) **Nature and society**. Anthropological perspectives. Londres: Routledge, 1996.

IANNI, Otávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1993.

IBGE. Produção Agrícola Municipal, 2000-2010. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2010> > Acesso em: 23 mar. 2011.

INCRA. Plano de Utilização-PU. do PAE Juruti Velho. Santarém, 2007.

_____. **Aspectos Históricos e Socioeconômicos do Projeto de Assentamento Agroextrativista**: PAE Juruti Velho. Jurti Velho, PA, ago. 2007.

INSTITUTO HUMBOLDT. **La Protección del conocimiento tradicional**. Propuesta de reglamentación de la Decisión Andina 391 de 1996. Bogotá: [s. n.], 2000.

INSTITUTO HUMBOLDT. **Colombia, Biodiversidad Siglo XXI Bogotá**, Instituto Humboldt, Minambiente, DNP, PNUMA, UICN, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA/SUPERINTENDENCIA REGIONAL 30/PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA INCRA/SR-30/PFE). [**Minuta de Parecer**], 2009 (Mimeo).

JORNAL BRASIL ECONÔMICO, Rio de Janeiro, 9 jan. p. 3, 2012.

KEOHANE, Robert. **Instituciones internacionales y poder estatal**. Ensayos sobre teoría de las relaciones internacionales. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993. (Colección Estudios Internacionales).

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Revista Eletrônica de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, ago.2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?Pid=S010340142002000200004&script=sci_arttext>. Acesso em: 1 fev. 2011.

LACLAU, Ernesto; CHANTAL, Mouffe. **Hegemony and socialist strategy**. London: Verso, 1985.

FAJNZYLBER, F. Industrialização na América Latina: da “Caixa-Preta” ao “Conjunto Vazio”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. 1. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000. v. 2. p. 851 – 886.

LANDES, David. **Revolution in time**: Clocks and the making of the modern world. Cambridge: Harvard University Press, 1983.

LANSING, S. **Priests and programmers**. Princeton: Princeton University Press, 1991.

LATOUR, BRUNO. **We have never been modern**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

LATOUCHE, Serge. O decrescimento como condição de uma sociedade convivial. **Cadernos IHU, Ideias**. Instituto Humanitas Unisinos, ano 4, n. 56. 2006 <http://www.ihu.unisinos.br/uploads/publicacoes/edicoes/1165422469.05_pdf.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2013.

_____. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

_____. **A ocidentalização do mundo**. Vozes. Petrópolis. 1994.

LEFEBVRE, H. **La production de l. espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEROY, J-P. **Uma chama na Amazônia**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/Fase, 1991.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas, Papyrus, 1989.

LOPES, L.O. Canto. **Conflitos socioambiental e (re)organização territorial: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti**. 269f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LOUREIRO, C. F. B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

LYON, David. **Pós-modernidade**. São Paulo: Paulus, 1998.

MACCORMACK,Carol; STRATHERN, Marilyn (Ed.). **Nature, Culture and Gender**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

MAGALHÃES, A. C. Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Xingu: Usina de Belo Monte Análise do Estudo de Impacto Ambiental Povos Indígenas. Painel de Especialistas: análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 29 de setembro de 2009. Disponível em: <http://boelllatinoamerica.org/downloads/Painel_de_especialistas.pdf>. Acesso em: em: 9 mar. 2013.

MANESCHY, M. C.; MAIA, M. L.; CONCEIÇÃO, M. F. Associações rurais e associativismo no Nordeste amazônico: uma relação nem sempre correspondida. **Novos Cadernos NAEA** v. 11, n. 1, p. 85-108, jun. 2008.

MPST. Proposta de Projeto Global de Desenvolvimento da Região da Transamazônica. Altamira: Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica, 1994.

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

- MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- MATA, Raimundo Posidônio Carreira da. **Caminhada da Igreja na Amazônia Regional Norte 2: a história**. Belém: CNBB Norte 2, 2004.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **The tree of knowledge**. Boston: Shambhala, 1987.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia: com uma introdução à obra de Marcel Mauss, de Claude Lévi-Strauss**. São Paulo: EdUSP / E.P.U, 1974. V. 2. 321 p.
- MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Introduction: opportunities, mobilizing structures, and framing process – toward a synthetic, comparative perspective on social movements. In: _____. (Ed.). **Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 1-22.
- MELATTI, Julio Cezar. **Áreas Etnográficas da América Indígena Amazônia Centro-Meridional Retocado**. Brasília, DF: DAN-ICS-UnB, 2011.
- MELLO, C.C.A. Se houvesse equidade: a percepção dos grupos indígenas e ribeirinhos da região da Altamira sobre o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. **Novos Cadernos NAEA**, Belém: NAEA, v. 16 n. 1, p. 125-147, jun. 2013.
- MELLO, J. B. F. de. Geografia humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. Rio de Janeiro, **Revista Brasileira de Geografia**, n. 52, p.91-115, 1990
- MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas públicas territoriais na Amazônia Brasileira: conflitos entre conservação ambiental e desenvolvimento, 1970 a 2000**. São Paulo: FFLCH-USP, 2002.
- MENEGUELLO, R. PT: **A formação de um partido 1979 – 1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- MENDES, Armando. **A invenção da Amazônia: alinhavos para uma história de futuro**. 3. ed. Belém: Banco da Amazônia, 2006.
- MÉSZÁROS, I. **O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva**. [S. l. s. n.], 2001. Oxford Leitura realizada na Conferência da Cúpula dos Parlamentares Latino-Americanos. Caracas, 2001. Disponível em: <<http://www.mezzaros.comoj.com/?category/5/94>>. Acesso em: 16 set. 2012.
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia Maria. A CRÍTICA PÓS-COLONIAL A PARTIR DE DARCY RIBEIRO: uma releitura de o povo brasileiro. **Revista de Estudos Antiultraristas e Poscoloniais -REALIS**, v. 1, n. 1, 2011.

MONTEIRO, M. de A. A opção possível e desejável por um novo modelo de desenvolvimento. In: MONTEIRO, M. A.; CARVALÓ, D. M. (Org.). **Desafios na Amazônia**: uma nova assistência técnica e extensão rural. Belém: NAEA; UFPA, 2006, p. 1-15.

MONTEIRO, M. A. Mineração, Siderurgia e desenvolvimento regional. São Luis, MA: 64. Reunião Anual da SBPC (**Anais**). 2012.

_____. A institucionalidade da ciência, tecnologia e inovação na Amazônia e a conformação de trajetórias e paradigmas tecnológicos. **Novos Cadernos NAEA**, Belém: NAEA, v. 13, n. 2, p. 235-260, 2010.

_____. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. São Paulo, **Estudos Avançados**: USP, v. 19, n. 53, 2005b.

_____. O arranjo produtivo mínero-metalúrgico em Barcarena (PA): gênese e desenvolvimento. **Papers**. Belém: NAEA; UFPA, v. 181, p. 1-38, 2005.

MONTEIRO, Mara Rúbia Muniz. **A democratização da sociedade**: participação das organizações da sociedade civil: experiências em Juruti Velha, PA. 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

_____. Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. Belém: Novos Cadernos NAEA, v. 8, n.1, p.141-187, jun, 2005.

MERCHANT, Carolyn. **The death of nature**. New York: Harper and Row, 1980.

MEURER, J. L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005. p. 295.

MOREIRA, Eidorfe. **Amazônia**: o conceito e a paisagem. Rio de Janeiro: SPVEA, 1960. (Coleção Araújo Lima, 3).

MORIN, Edgar. Le développement de la crise du développement. In: MENDES, C. (Dir.). **Le mythe du développement**. Seuil, 1977.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-pátria**. Traduzido por Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MPF. 2007. Disponível em <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/ministerio-publico-recomenda-cancelamento-de-licencas-da-alcoa-em-juruti>. Acesso em: 13 ago. 2012.

MÜLLER, R. P.. “Duas décadas de projetos de desenvolvimento entre povos indígenas: da resistência às frentes de expansão do capitalismo nacional à globalização e ambientalismo dos anos 90”. In: **Apresença de Eduardo Galvão na antropologia brasileira**. Seminário promovido pelo Museu Paraense Emilio Goeldi. Belém: 1997.

MÜLLER, R. P. **Os Asuriní do Xingu**: história e arte, 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1993.

NASCIMENTO, C. Igreja católica e a luta pela reforma agrária no Brasil. **Diálogos**, DHI; PPH; UEM, v. 14, n. 1, p. 175-196, 2010.

NETO, Ferreira. **O problema amazônico**. Rio de Janeiro: Brasil, 1942.

NODA, S. N.; NODA, H.; PEREIRA, H. S.; MARTINS, A. L. U. Utilização e Apropriação das Terras por Agricultura Familiar Amazonense de Várzeas. In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB; USP, 2001.

NUSTAD, K. Development: the devil we know? In: A. ZIAI (Ed.), **Exploring post-development: theory and practice, problems and perspectives**. London: Routledge. 2007. p. 35-46,

NYGREN, A. Development Discourses and Peasant Forest Relations: natural resource Utilization as Social Process. Institute of Social Studies. Published by Blackwell Publishers, 108 Cowley Road, **Oxford OX4 1JF, UK**, v. 31, n.11, 34, 2000.

NYGREN, A. Local knowledge in the environment development discourse. From dichotomies to situated knowledges. **Critique of Anthropology**, v. 19, n. 3, p. 267-288,1999.

OAKES, Timothy. **Place and the paradox of modernity**. Annals of the Association of American Geographers, v. 87, n. 3, p. 509-31, 1997.

OLIVEIRA, Waldir Freitas.Roger Casement, um rebelde irlandês. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, v. 3, n. 1, 2009.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

ORNELAS, J. **Psicologia Comunitária**. Lisboa: Fim de Século, 2008.

OST, François. **La nature hors la loi, l'écologie à l'épreuve du droit**. Paris: La Découverte, 1995.

PAINEL DE ESPECIALISTAS: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/wp-content/uploads/2010/10/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2014.

PALHETA DA SILVA, J. M. **Poder, Governo e Território em Carajás**. 2004. 234 f. Tese. (Doutorado em Geografia)- Faculdade de Ciências e Tecnologia FCT, Campus de Presidente Prudente, São Paulo, 2004.

PALHETA, J.Marcio.; CHAGAS, Clay C.;SILVA,Christian Nunes. **Geografia da mineração na Amazônia paraense**. Belém: UFPa; CNPq, 2011. Projetos de Pesquisa

PARDO, Mauricio. “Escenarios organizativos e iniciativas insitucionales; en torno al movimiento negro en Colombia”. In: ARCHILA,M. e PARDO, M. (Org.). **Movimientos**

sociales, Estado y Democracia en Colombia. Bogotá: CES; Universidad Nacional-ICANH, 2000. p. 321-345.

PETIT, Pere. **A esperança equilibrista: a trajetória do PT no Pará.** São Paulo: Boitempo; Belém: NAEA, 1996.

PEREIRA, M.S.; WITKOSKI, A.C. Construção de paisagem, espaço e lugar na várzea do rio Solimões-Amazonas. **Novos Cadernos NAEA**, Belém: NAEA, v. 15, n. 1, p. 273-290, 2012.

PERROT, D. Quem impede o desenvolvimento “circular”? (Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas). **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 17, 2008.

PERROUX, François. **A economia do século XX.** Porto: Herder, 1967.

POSEY, D. A. Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, B. (Ed.). **Suma etnológica brasileira: 1. Etnobiologia.** Petrópolis, RJ: Vozes; FINEP, 1987.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Amazônia, amazônias: Amazônia.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

POLANYI, M. **The Tacit Dimension.** Nova Iorque: Doubleday and Co, 1966.

POLANYI, K. **A grande transformação.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POLLETO, Ivo. **Os movimentos sociais e a retomada do comunitarismo.** Entrevista especial com Ivo Poletto. São Leopoldo: Instituto Unisinos, 2010. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/31532>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

POSEY, D. A. Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, B. (Ed.). **Suma etnológica brasileira: 1. Etnobiologia.** Petrópolis, RJ: Vozes; FINEP, 1987.

PLASTINO, Carlos Alberto. Crise dos paradigma e a crise do conceito de paradigmas. In: BRANDÃO, Zaia (Org.). **A crise dos paradigmas e a educação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

PREBISCH, R. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.** 1. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000. v. 1. cap. 1, p. 69 – 136.

PREBISCH, R. **The economic development of Latin America and its principal problems.** United Nations. Lake Success, NY, 1950.

PRESSLER, Neusa; MATHIS, Armin. Da ação social à relação social: estudo das práticas de comunicação no complexo industrial de Barcarena. In: MATHIS, Armin; COELHO, Maria Célia; SIMONIAN, Ligia; CASTRO, Edna. **Poder local e mudanças socioambientais.** Belém: NAEA, 2007.

PRODES (2011). **Taxas de desmatamento da Amazônia Legal**. Projeto PRODES. Ministério da Ciência e Tecnologia. IBAMA. Ministério do Meio Ambiente. INPE. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes>>. Acesso em: 18 maio, 2012.

PROJETO Pajiroba: um projeto de muitas mãos. [Relatório] Relatórios de Avaliação e Sistematização do Projeto Pajiroba, escritos por Fernanda Bombardi e Márcia Thomazinho. Juruti: ICE, 2010.

PROJETO Memória. Transformações Amazônicas. São Paulo: Museu da Pessoa, 2011. (Série Memórias dos Brasileiros).

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GUARDIOLA-RIVERA, O; MILLÁN DE BENAVIDES, C. (Ed.). **Pensar (en) los intersticios**. Teoría y práctica de la crítica poscolonial. Bogotá: CEJA, 1999.

RAPOSO, Pedro Henrique Coelho et al. As vidas dos pesqueiro: memória e mudança sociais no trabalho da pesca. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antonio Carlos; PEREIRA, Henrique dos Santos. **Amazônia: cultura material e imaterial**. Manaus: Annablume, 2011.

REFINERY EMISSIONS POSSIBLY CAUSED SENSITIVITY, 28 Oct, 2004. Disponível em: <www.abc.net.au/wa/news/200410/s1230155.htm on 2- 28-05 >. Acesso em:

RELATÓRIO de sustentabilidade ALCOA 2009/2010. Disponível em: <http://www.alcoa.com/brazil/pt/custom_page/environment_juruti.asp..> Acesso em: 11 fev. 2012.

RELATÓRIO de Acompanhamento do Fundo Piloto Juruti Sustentável. Produto 6: [Relatório]. Final do edital, incluindo avaliação dos projetos apoiados e da linha temática, Rio de Janeiro: Fumbio, 2011.

RELPH, E. C. **As bases fenomenológicas da geografia**. Rios Claros: Geografia, 1979.

RIBEIRO, Darcy.. **O processo civilizatório**. Etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras, 1972.

RIBEIRO, F. N. **Etnodesenvolvimento e o mercado verde na Amazônia indígena: os Asuriní do médio Xingu**. 2009. Dissertação (Mestrado), São Paulo, 2009.

RICARDO, Carlos Alberto. (Org.). Povos indígenas no Brasil. São Paulo: CEDI, 1985.

RICHARDS, Paul. Cultivation: Knowledge or Performance?. In: HOBART, Mark (Ed.) **An Anthropological critique of development. The Growth of Ignorance**. Londres: Routledge, 1993.

REDCLIFT, M. Os novos discursos da sustentabilidade. In: FERNANDES, M; GUERRA, L. (Org.). **Contra-Discursos do Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. Belém: UNAMAZ; NAEA; UFPa, 2006.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

ROULAND, N. **Direito das Minorias e dos Povos Autóctones**. Brasília, DF: UNB, 2004.

RÜDIGER, Francisco R. "Confronto com o pensamento da cibercultura: utopia, catastrofismo e teoria crítica na interpretação da cultura tecnológica contemporânea". In: CONGRESSO BRASILEIRO DOS PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO, 24., 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2003.

RUSSO, K. **Quando 'outros mundos' se encontram: movimentos indígenas e a construção de uma identidade étnica transnacional no Fórum Social Mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. Disponível: em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/mato/Russo.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2013.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1979.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo Companhia das Letras, 2007.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: EDUSP, 1988.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SARTRE, Xavier Arnauld de; BERDOULAY, Vincent. Teoria do sujeito, geografia e desenvolvimento local. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 2, p. 109-124, dez. 2005.

SCHREINER, Davi Felix. **Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais: região sudoeste/oeste do Paraná**. 2002. 461 f. Tese (Doutorado em História)- Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SCHWARZ, B. "Conservatism, nationalism and imperialism". In DONALD, J. e HALL, S. (Org.). **Politics and ideology**. Milton Keynes: Open University Press, 1986.

SÁ Gonçalves, R. Eu sou o samba: sobre lugares, pessoas e pertencimento. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 107-117, jan./jun. 2013

SANTILLI, Juliana. "Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: novos avanços e impasses na criação de regimes legais de proteção. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 8, n. 29, jan./mar. 2003.

SANTOS, B. Sousa **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência.- São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 92.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.

SERRA, M.A; FERNÁNDEZ, R. G. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2, 23, p. 107-131, jul./dez. 2004.

SERRA, J. **A economia constrangida**. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, 1982. v. 1, 4, p. 2-8.

SHANLEY, Patricia; MEDINA, Gabriel. **Frutíferas e plantas úteis na vida Amazônica**. Belém: CIFOR; IMAZON, 2005.

SILVA, N. T. C; FERREIRA NETO, J. A. A monetarização da vida social dos Paiter Suruí. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum**, Belém, v. 9, n. 1, p. 163-181, jan.-abr. 2014.

SILVA, L. J. S. **Estratégia de desterritorialização e construção da resistência ao projeto Alcoa das comunidades tradicionais de Juruti Velho**. Belém: SBS Norte, 2010.

SILVA, L. J. S. O território como arena de disputa de diferentes modelos de desenvolvimento: as estratégias da ALCOA e das comunidades tradicionais em Juruti, oeste paraense. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2011. p. 1-21.

SILVA, A. L. Comida de gente: preferências e tabus alimentares entre os ribeirinhos do Médio Rio Negro (Amazonas, Brasil). **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, v. 50, n. 1. 2007

SIMMEL, Georg. "Freedom and individual". LEVINE, D. (Org.). **Georg Simmel on individuality and social forms**. Chicago, Chicago University Press, 1971.

SIMONIAN, Ligia T. L. Saber Local, Biodiversidade e Populações Tradicionais: perspectivas analíticas, limites e potencial. In: _____. **Anais: Saber Local/Interesse Global: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia CESUPA**: MPRG, 2005, p. 60-62.

SIMONIAN. Mulheres indígenas vítimas de violência. **Papers**, Belém: NAEA, n. 30, nov. 1994.

SOUSA SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA FILHO, B. Quilombos e quilombolas: entre o conceito e a politização semântica. **Novos Cadernos NAEA**, Belém: NAEA, v. 16, n. 1, p. 61-78, jun. 2013.

SOUSA, Inglês de. **Contos amazônicos**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida et al. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SPVEA. **Valorização econômica da Amazônia**. Programa de Emergência. Belém: SPVEA, Setor de Coordenação e Divulgação. 1954.

STRATHERN, Marilyn. "No nature, no culture: The Hagen case," In: **Nature, culture, and gender**. Edited by C. Mac-Cormack and M, 1980.

STRATHERN, Marilyn. **After nature: English kinship in the late twentieth century**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SUDAM. I Plano de desenvolvimento da Amazônia (1972-74). [S. l.: s. n.], 1971.

UC.SOCIOAMBIENTAL. Disponível em: <<http://uc.socioambiental.org/noticia/sectam-vira-sema-e-apa-de-algodoal-ganha-chefia>>. Acesso em: 10 maio, 2014.

SWITKES, Glenn R. **Impactos ambientais e sociais da cadeia produtiva de Alumínio na Amazônia**: ferramentas para os trabalhadores, as comunidades e os ativistas. International Rivers Network, 2005. Disponível em: <http://www.internationalrivers.org/files/attached-files/foiling_2005popdf>. Acesso em: 30 jul. 2010.

SUDAM. **II Plano Nacional de Desenvolvimento da Amazônia**: detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79). Belém, 1976a.

_____. **POLAMAZÔNIA**: Carajás. Belém: SUDAM, 1976b.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **A grande Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

TAPAJÓS, Dilaelson. **Projeto Juruti**: determinação do tempo ótimo de implantação. Relatório de andamento de pesquisa, dezembro de 2004, (mimeo)

TEISSERENC, P. Reconhecimento de saberes locais em contexto de ambientalização. **Novos Cadernos NAEA**, Belém: NAEA, v. 13, n. 2, p. 5-26, 2010.

THOMAS, Julian. The politics of vision and the archaeologies of landscape. In: BENDER, Barbara (Ed). **Landscape: Politics and perspective**. Oxford: Berg, 1993.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981. p. 182-189.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. Boston: Wesley Publishing, 1978.

TOCANTINS, L. **Vida, cultura e ação**. Rio de Janeiro: Artenova, 1969.

TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TRINDADE, J. R. B. **A metamorfose do trabalho na Amazônia: para Além da Mineração Rio do Norte**. Belém: UFPA; NAEA 2001.

TRUMAN, Harry S. **Inaugural Address**. Washington D. F., 1949. Disponível em: <www.yale.edu/lawweb/avalon/presiden/inaug/truman.htm>. Acesso em: 21 jun. 2013.

TUAN, Yi-Fu. Place: an experiential perspective. **Geographical Review**, v. 65, n. 2, p. 151-165, 1975.

ULLRICH, O. Tecnologia In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

UNITED STATES ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY, dez. 2001.

VAN DER PLOEG, Jan. 'Potatoes and Knowledge'. In: HOBART, M. (Ed.) **An anthropological critique of development: the growth of ignorance**. London: Routledge, 1993.

VEIGA, José Eli. **Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação**. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, p. 83-94, jul./set. 2006

VIRILIO, Paul. **Voyage d'Hiver: entretiens**. Paris. Éditions Parenthèses: Collections Eupalinos, 1997.

VIVEIROS DE CASTRO, E. ; CARNEIRO DA CUNHA, M. **Amazônia: etnologia e história indígena**, São Paulo, USP; FAPESP, 1993.

WCED - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília, DF: UnB, 1999. 2 v.

WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Lesoto>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

WOOD, Ellen M. **Empire of capital**. New York: Verso, 2003.

WORLD BANK. **World development report: knowledge for development**, 1998, <<http://econ.worldbank.org/wdr>> /.

WORLD RESOURCES INSTITUTE- WRI. **Biodiversity Prospecting**. Oxford: Oxford University Press, 1993.